

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE**

THIAGO SOUZA SILVA

**MEMÓRIAS DA “TERRA DO GADO FORTE”: ESQUECIMENTO DA POBREZA E
EXTERMÍNIO SOCIOAMBIENTAL**

**VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
MARÇO DE 2023**

THIAGO SOUZA SILVA

**MEMÓRIAS DA “TERRA DO GADO FORTE”: ESQUECIMENTO DA POBREZA E
EXTERMÍNIO SOCIOAMBIENTAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade.

Área de Concentração: Multidisciplinaridade da Memória

Linha de Pesquisa: Memória, Discursos e Narrativas

Projeto Temático: Memória, Filosofia, Justiça e Subjetividades

Orientador: Prof. Dr. Elton Moreira Quadros

**VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
MARÇO DE 2023**

S584m

Silva, Thiago Souza.

Memórias da “terra do gado forte”: esquecimento da pobreza e extermínio socioambiental. / Thiago Souza Silva, 2023.

330f.

Orientador (a): Dr. Elton Moreira Quadros.

Tese (doutorado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista, 2023.

Inclui referência F. 286 – 307.

1. Socioambientalismo. 2. Memória - Pecuária - Itapetinga - Ba. 3. Paisagem. 4. Esquecimento. I. Quadros, Elton Moreira. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. III. T.

CDD: 363.7057

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890

UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: Memories of the “land of strong cattle”: forgetting poverty and socio-environmental extermination

Palavras-chave em inglês (*Keywords*): Socioenvironmentalism. Memory. Livestock. Itapetinga-Ba. Landscape. Forgetfulness.

Área de Concentração: Multidisciplinaridade da Memória

Titulação: Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade

Banca examinadora: Prof. Dr. Elton Moreira Quadros (Presidente-Orientador); Profa. Dra. Maria Salete de Souza Nery (Membro Interno); Profa. Dra. Edvânia Gomes da Silva (Membro Interno); Prof. Dr. Guilherme Fóscolo de Moura (Membro Externo); Prof. Dr. Wilson Rogério Penteadó Júnior (Membro Externo).

Data da defesa: 14 de março de 2023.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

FOLHA DE APROVAÇÃO

THIAGO SOUZA SILVA

MEMÓRIAS DA "TERRA DO GADO FORTE": ESQUECIMENTO DA POBREZA E EXTERMINIO SOCIOAMBIENTAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade

Local e Data da defesa: Vitória da Conquista/BA, 14 de março de 2023.

Banca Examinadora:


Prof. Dr. Elton Moreira Quadros -Presidente
Instituição: UESB

Ass.: 

Profa. Dra. Maria Salete de Souza Nery
Instituição: UESB

Ass.: 

Profa. Dra. Edvania Gomes da Silva
Instituição: UESB

Ass.: 

Prof. Dr. Guilherme Fóscolo de Moura
Gomes Instituição: UFSB

Ass.: 

Prof. Dr. Wilson Rogério Penteado Júnior
Instituição: UFRB

Ass.: 

RESUMO

A questão-problema que mobilizou a elaboração deste trabalho foi a seguinte: quais foram os mecanismos empregados pelo protagonismo pecuarista na construção das recordações e das obliterações dos episódios socioambientais em Itapetinga (BA)? Para a obtenção de uma resposta para esta inquietação, edificamos um panorama mnemônico holístico, estruturado processualmente a partir da observância dos múltiplos fatores que concorreram, sinergicamente, para a formatação de um *ethos* social pautado na subalternização da natureza, que validava uma interpretação utilitarista do meio ambiente, e no exercício de ações antrópicas insculpidas na textualidade da paisagem, que, para ser lida, necessitou de uma garimpagem dos sentidos simbólicos culturalmente convencionados. Metodologicamente, empregamos os critérios da análise textual discursiva para selecionarmos e organizarmos o material documental de interesse, em conformidade com os objetivos da pesquisa, para, posteriormente, nos aplicarmos a uma análise fenomenológica-hermenêutica, na perspectiva de Paul Ricoeur. Assim, separamos 2.543 notícias veiculadas pelo Jornal Dimensão, considerando o recorte temporal de 1976 até 2016. Os resultados indicaram que Itapetinga possui uma identidade territorial ancorada na figura do boi, que foi, durante longas décadas, o seu principal baluarte econômico, cultural e político. Fato este que reverberou na atribuição do título de ‘capital da pecuária’, ou, ainda, no celebrado dístico glorioso de ‘terra firme e gado forte’. A tamanha influência deste ícone é percebida de forma poliédrica, pois atuou como determinante da política hegemônica social; da configuração geográfica urbana; e como agente de modificação da natureza local. Desde o seu desbravamento, em 1912, a bovinocultura propiciou a geração de fortunas, que ostentaram o glamour dos tempos de glória da cidade, mas que trouxe como contrapartida um crônico desgaste ecológico, empobrecimento social e exploração humana, que são eventos mnésicos que foram submetidos ao esquecimento, ao silenciamento e a invisibilidade, em prol da manutenção desta imagem, cristalizada como uma versão ilibada da história. Todo o universo analítico apreciado inspirou a autoria do conceito de **Deslegitimação do Romantismo Fundacional das Desgraças Socioambientais**, que traduz a importância do cientista socioambiental desenvolver uma percepção cautelosa acerca do impacto das forças sociais hegemônicas fundacionais na seleção e modulação heroica das narrativas retratadoras da experimentação humana dos apropriadores territoriais e da ocultação das sequelas socioambientais provocadas pelo processo civilizador.

Palavras-Chave: Memória; Esquecimento; Socioambientalismo; Paisagem; Pecuária

ABSTRACT

The question-problem that mobilized the elaboration of this work was the following: what were the mechanisms employed by the cattle rancher protagonism in the construction of memories and obliterations of socio-environmental episodes in Itapetinga (BA)?. To obtain an answer to this question, we have built a holistic mnemonic panorama, procedurally structured from the observation of the multiple factors that contributed, synergistically, to the shaping of a social ethos based on the subordination of nature, which validated a utilitarian interpretation of the environment, and in the exercise of anthropic actions inscribed in the textuality of the landscape, which, to be read, requires a survey of symbolic meanings culturally agreed upon. Methodologically, we used the criteria of textual discourse analysis to select and organize the documentary material of interest, in accordance with the research objectives, and then applied to a phenomenological-hermeneutic analysis, in the perspective of Paul Ricoeur. Thus, we separated 2,543 news articles published by Dimensão Newspaper, considering the time frame from 1976 to 2016. The results indicated that Itapetinga has a territorial identity anchored in the figure of the ox, which was, for many decades, its main economic, cultural and political support. This fact reverberated in the attribution of the title 'capital of cattle breeding', or, still, in the celebrated glorious motto of 'terra firme e gado forte' (firm land and strong cattle). The great influence of this icon is perceived in a polyhedral way, since it acted as a determinant of the hegemonic social policy; of the urban geographic configuration; and as an agent of modification of the local nature. Since its unveiling in 1912, cattle farming has propitiated the generation of fortunes, which boasted the glamour of the city's glory days, but which brought as a counterpart a chronic ecological wear, social impoverishment, and human exploitation, which are mnesic events that have been subjected to oblivion, silencing, and invisibility, for the sake of maintaining this image, crystallized as an unblemished version of history. All the analytical universe appraised inspired the authorship of the concept of De-legitimation of the Foundational Romanticism of Socioenvironmental Disasters, which translates the importance of the socioenvironmental scientist developing a cautious perception about the impact of hegemonic foundational social forces in the selection and heroic modulation of the narratives portraying the human experimentation of territorial appropriators and the concealment of the socioenvironmental sequels caused by the civilizing process.

Keywords: Memory; Forgetting; Social-environmentalism; Landscape; Livestock

AGRADECIMENTOS

Toda a emoção inaudita que sinto jamais caberia nesse espaço de gratulações, pois cada menção honrosa aqui registrada evoca profundas recordações que são fruto de ricas vivências processadas nos bastidores da minha intimidade de vida e que concorreram para a conclusão desse ciclo que me foi tão caro. Certamente, aqui é uma singela expressão do mais nobre sentimento de gratidão que devoto:

À Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), instituição a qual minha história está atrelada desde a mais tenra idade. Ali eu fui estagiário (2007), servidor (2009-2014), graduando (2010-2014), formei como mestre (2015-2017) e, por fim, doutor (2019-2023). Além disso, sou neto de uma de suas funcionárias técnico-universitárias pioneiras.

Aos órgãos de fomento que subsidiaram a minha pesquisa, quais sejam: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES);

Aos gestores, docentes, colaboradores e funcionários que integram o Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS), pelo engajamento exitoso, pela distinta qualidade e compromisso inesgotável na formação de mestres e doutores com elevado grau de competência. Em especial, reitero minha estima e reconhecimento da importância da Professora Dra. Luci Mara Bertoni, que desempenha uma gestão louvável, em diversas dimensões, que extrapola a esfera acadêmica e se preocupa com a perspectiva humana do pesquisador.

Ao meu ilustre orientador, Professor Dr. Elton Moreira Quadros, pela primorosa orientação que me projetou para a superação de meus limites científicos e elevou o meu potencial. O senhor é um passaporte para a excelência, pois seu comprometimento, suas instruções precisas e o seu olhar perito me convidou a trafegar pelo caminho da evolução humana e acadêmica. Dignifico a sua relevante participação e honrarei sempre o seu nome por ter enfrentado junto comigo esta tão complexa missão.

À Professora Dra. Maria Salete de Souza Nery, que participou da banca de qualificação deste trabalho. O compartilhamento sensato de suas contribuições irretocáveis e assertivas provocou a afluência de ideias apuradas, que ampliaram a minha percepção científica e robusteceram a minha tese. Admiro enormemente a sua postura profissional (que penso: deve ser desdobramento de uma autoética!), que é digna de ser imitada por toda comunidade acadêmica como boa referência. A forma como a senhora maneja o

conhecimento e instrui a sua aplicabilidade é fascinante! É impossível interagir contigo e não ser banqueteado pela sabedoria e pela humildade.

À Professora Dra. Edvânia Gomes da Silva, que também participou da banca de qualificação deste trabalho. Reconheço não somente os benefícios de sua contribuição pontual no que toca essa participação específica, cujas propostas avaliativas requintadas e criteriosas repercutiram no aprimoramento das análises da tese, mas valorizo e parablenizo, também, seu incansável empenho frente a gestão do PPGMLS, pois a sua atuação em sinergia com a de outros protagonistas cooperou para que o mesmo conquistasse todos os méritos e índices superlativos diante do cenário científico. Sei que um trabalho dessa magnitude enfrenta muitos dilemas que requerem uma dedicação exaustiva para a sua manutenção e continuidade. Te agradeço por ter sido resistência e por ter agregado tanto!

A minha amada mãe, Geuce Thea Souza Lima, por seu amor que SEMPRE me reergueu, me socorreu, me impulsionou e me deu esperança para prosseguir em meio às intensas adversidades desse período, que tentaram me desestimular e me fazer desistir. Nenhum obstáculo foi capaz de impedir que o seu abraço me encontrasse e acalentasse minha alma, por muitas vezes nesse tempo. A profecia que a senhora lançou e acreditou, incondicionalmente, sobre minha vida, desde a infância, se cumpriu: seu filho se forma doutor! Te amo, mãe!

A minha avó, Clarice Souza Lima, a quem devoto meu reconhecimento por toda a sua participação constante na construção da minha história, financiando cada desejo meu de vencer na vida pelos estudos. Quando ingressei nessa jornada doutoral, eu não tinha sequer o básico para morar em Vitória da Conquista (BA) e a senhora, como SEMPRE, se sacrificou para concretizar meu sonho. Comprou a geladeira, o fogão, a cama e o sofá. Vou te amar enquanto eu tiver vida!

A meu amigo/irmão, Eliomar Luz Santos, por ter participado ativamente dessa minha trajetória, manifestando altruísmo desde o processo seletivo para o ingresso no curso até a conclusão desta tese. Você é uma pessoa que excede em virtude. Eu te enalteço como referência de acolhimento, de socorro, de refúgio, de estabilidade e sabedoria que foram ministrados a mim sem parcimônia e que tonificaram a musculatura da minha resistência para continuar e vencer essa jornada. Te conservo do lado esquerdo do peito!

A minha amiga amada, Dinalva Maria dos Santos, por ter me abrigado tantas vezes em sua casa e ter cuidado de mim nas minhas necessidades. Você foi primordial antes e durante esse percurso. A convivência e a reciprocidade em amor consolidaram um vínculo familiar entre nós.

A meu amigo/irmão, Elenilton Santos Souto, por tão grande generosidade comigo e com toda minha família. Sua benevolência, manifestada principalmente nessa reta final, emocionou a minha alma e sempre ecoará em minhas lembranças como o exemplo mais refinado de nobreza que marcou minha vida. Você é uma riqueza, um ser humano incomum!

Aos queridos colegas e amigos: Nádia Cristina Moraes Sampaio Gobira, José Ricardo Oliveira Mello, Lilian Gleisia Alves dos Santos, Leila Sala Prates Ferreira. A convivência fraterna com vocês marcou a minha experiência doutoral com muita cumplicidade e coleção de sorrisos em meio às angústias da pesquisa e aos demais requisitos formativos.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	METODOLOGIA.....	21
2.1	Localidade do estudo: detalhamento dos aspectos geográficos.....	21
2.1.1	Fenomenologia hermenêutica na perspectiva teórica de Paul Ricoeur.....	22
2.1.1.1	Análise textual discursiva: unitarização, categorização e metatexto.....	34
3	SOCIOAMBIENTALISMO E MEMORIALÍSTICA.....	38
3.1	A memória exercitada em Ricoeur aplicada ao entendimento do distúrbio socioambiental.....	41
3.1.1	O tempo e o percurso da tríplice mimese na construção narrativa.....	51
3.1.1.1	A concepção da narrativa socioambiental pela modulação cultural.....	58
3.1.1.1.1	A memória coletiva, o reconhecimento e o sentimento de pertencimento ao grupo.....	63
3.2	A espacialidade na perspectiva ricoeuriana: entre o habitado e o vivido.....	68
4	DESAGREGAÇÃO E RECONCILIAÇÃO SOCIOAMBIENTAL.....	91
4.1	O especismo e a segregação socioambiental: desumanização da natureza e desnaturalização humana.....	93
4.1.1	As ressonâncias do processo civilizador ocidental na desintegração socioambiental.....	100
4.1.1.1	Autoética: o outro como alvo de religação e responsabilidade socioambiental do eu.....	108
4.1.1.1.1	Legalismo ambiental e criticidade ética: entre o poder da sanção e a sensatez ecológica.....	115
5	ETICIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL.....	128
5.1	Presente e futuro: duas temporalidades sob o enfoque da responsabilidade socioambiental.....	131
5.1.1	A alteridade e o respeito pela outridade da natureza: afirmando a responsabilidade em detrimento da dominação.....	137
5.1.1.1	O ecocentrismo na legislação equatoriana: a natureza enquanto sujeito de direitos.....	160
5.1.1.1.1	A construção metafórica da natureza: de recurso antrópico a sujeito.....	167
5.2	Alteridade e memória: mediadores de uma relação socioambiental salutar.....	175
5.2.1	Topofilia: um amálgama entre a cultura, a memória e a afetividade ambiental.....	185
6	HISTORICIDADE DA PAISAGEM: TRESPASSANDO O SIMBÓLICO, O POLÍTICO E O ECONÔMICO.....	191
6.1	Escorço histórico da fundação de Itapetinga.....	195
6.1.1	O panorama da natureza primitiva na visão dos desbravadores.....	197
6.1.1.1	O boi como definidor da arquitetura socioambiental: o legado de um ícone do poder econômico territorial.....	203
6.1.1.1.1	Os ciclos da formação territorial: o apogeu econômico, a estagnação e a monocultura bovina.....	217
7	PECUÁRIA E ECOHERMENÊUTICA: ENTRE O CAPITALISMO E A	

	CULTURA.....	232
7.1	As demandas da hegemonia local incrustradas na formação humana: amoldando a visão social pela vocação do lugar.....	235
7.1.1	A concepção utilitarista da natureza como esteio das expectativas de desenvolvimento econômico rural e urbano.....	238
7.1.1.1	As sequelas ecológicas como consectário do manejo ambiental pela pecuária.....	243
7.1.1.1.1	A crise ambiental como pivô da depressão econômica do setor agropecuário.....	260
8	CONCLUSÃO.....	275
	REFERÊNCIAS.....	283
	APÊNDICE A – Quadro sistematizador do conteúdo documental.....	305

1 INTRODUÇÃO

Circula em alguns contextos de pesquisa, principalmente do campo das ciências exatas, um brocardo trivial que funciona como uma justificativa atestadora da credibilidade das informações compartilhadas, qual seja: os dados numéricos são irrefutáveis. Portanto, para respaldar a emergência da investigação socioambientalista aventada, utilizamos, de introito, alguns parâmetros estatísticos recentes, frutos de trabalhos de múltiplas instituições interessadas em gizarem o alarmante quadro de declínio ambiental nacional, através do cômputo periódico da evolução interventiva dos fatores promotores dessa mazela.

Nessa conjectura, podemos apreciar os resultados da apuração efetuada pelo Observatório do Clima, que veiculou, através da 9ª edição do Sistema de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG), as aferições das difusões atmosféricas de dióxido de carbono. Consta nesse instrumento que, em 2020, contabilizaram-se 2,16 bilhões de toneladas de gás carbônico lançados pelo Brasil, o que perfaz uma elevação de 9,5% se comparado com as taxas do ano anterior.

Nos relatos percentuais minudenciados, concernentes aos segmentos produtivos com maior contribuição para o elevo dos índices em comento, encontramos a pecuária que, em virtude da fermentação do metabolismo entérico dos ruminantes, da pilhagem florestal aplicada para a formação de pastos e congêneres, foi responsável por uma parcela de 27% dessas tóxicas emissões, registrando uma ascensão de 2,5%.

Frisamos que, de acordo com informações divulgadas pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), em 2021, a bovinocultura desempenhada na região amazônica foi a principal causadora do desflorestamento, atingindo uma proporção de 3 entre 4 terras públicas.

A gravidade dessa situação se avulta quando cotejamos a realidade pátria com a de outras nações, pois o citado dispositivo sinaliza que, em 2020, período de vigência de pandemia do Covid-19, enquanto o restante do mundo apresentou um declínio de 7% nos níveis de poluição do ar, em face da interrupção temporária das viagens aéreas, da redução do trabalho industrial, o Brasil mostrou-se avesso a tendência global, ao expressar uma majoração das emissões equivalente à 9,5%.

Em adição, julgamos tempestivo registrar que o desmatamento, que é um dos efeitos colaterais mais proeminentes da pecuária, tem conferido abertura para o surgimento e disseminação de patologias que assolam a humanidade desde as mais priscas eras, cooperando

para a instauração de quadros caóticos de epidemias e, até mesmo, de pandemia, como a da realidade que estamos vivendo recentemente.

Tal mote compôs a retórica de María Neira, diretora de Saúde Pública e Meio Ambiente da OMS, ao relatar para o jornal *El País*, numa matéria publicada em 06 de fevereiro de 2021, sobre os consecutivos da hostilizante pressão do comportamento humano diante da natureza. No ensejo, a médica espanhola elucidou como o vírus do Ebola, o Sars, o Nipah, o HIV, os flagelos que têm os mosquitos como vetores de transmissão (*Zica*, *Chikungunya*, Malária, por exemplo) e demais agentes infecciosos transferiram-se da fauna silvestre para se hospedarem em organismos humanos, gerando surtos que abalaram todos os setores sociais do mundo (BONILLA, 2021).

A comentada circunstância externada pela entrevistada se explica pelo fato de que a aniquilação das florestas, que funcionam como uma barreira ambiental, obriga os animais a evadirem do seu habitat natural e a buscarem moradia em ambientes incomuns, como os do convívio humano, e, nessa interação, proporcionada pelo transbordamento zoonótico (*Spillover*), ocorre a contração de doenças para as quais o metabolismo humano não possui recurso imune para combater. A constância com que esses fenômenos têm ocorrido acende um sinal de alerta para a humanidade, que ainda nem superou a atual pandemia, e já se encontra sob o temor da circulação de outros patógenos virais, como a varíola do macaco (*Monkeypox*).

Nessa senda discursiva inicial, mencionamos outra situação lamentável, veiculada pelos canais competentes de divulgação e corroborada por consulta no Sistema Integrado de Orçamento do Governo Federal (SIOP), que é o descaso do governo brasileiro para com as pesquisas empenhadas na investigação da alteração climática, que também é uma decorrência da pecuária. Mensura-se que, nos três primeiros anos do governo de Jair Bolsonaro, houve uma retração de 93% da verba que, antes, subsidiava o desenvolvimento desses trabalhos científicos.

Para ilustrar essa discrepância, que denota o despreço governamental por essas questões, basta apreciar que, no interregno de janeiro de 2016 até dezembro de 2018, empregaram-se R\$ 31,1 milhões de recursos financeiros para esse labor, enquanto que, na gestão Bolsonaro, foram despendidos um irrisório montante de R\$ 2,1 milhões. O próprio Itamaraty (Ministério das Relações Exteriores do Brasil) admite que a nação tem a sua imagem maculada frente ao cenário internacional, por conta da resistência em assumir uma postura de enfrentamento veemente das mazelas ambientais do país.

Essa passividade do ex-governo pátrio com relação aos dilemas ambientais pode lhe render detrimentos no campo das negociações econômicas, tendo em vista que tramita no congresso estadunidense, desde o dia 06 de outubro de 2021, o projeto legislativo denominado de *Forest Act 2021* (Lei Florestal 2021), o qual pretende vetar a importação de mercadorias (tais como soja, cacau, gado, borracha, óleo de palma, madeira) originárias de países com graus exorbitantes de desflorestamento. Assim, tanto os Estados fornecedores quanto os adquirentes desses itens se obrigarão a atestarem que a sua procedência e o seu processo produtivo não dimanaram de áreas de manejo ilícito.

Como o Brasil é, atualmente, uma referência negativa quanto a essa matéria, o seu nome e o da Indonésia foram pronunciados pelos proponentes da citada lei como Estados com quem se deve evitar a aquisição de bens desse tipo, sob a alegação de que a pecuária destruiu a floresta amazônica e outros biomas, ao desenvolverem suas atividades de forma recalcitrante aos postulados legais, sendo imputado a este setor a cota de 95% de agenciador do desmatamento.

Em razão disso, caso esse instrumento seja aprovado, há uma estimativa de prejuízo de obtenção de capital advindo das exportações em torno de US\$ 500 milhões, que foi o provento arrecadado em 2020, através do comércio de carnes e couros bovinos, consoante cômputo da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC).

Ademais, uma pesquisa encampada pelo Instituto Ambiental de Estocolmo confirmou, no ano de 2021, que países que são largamente dependentes da comercialização de *commodities* agrícolas, na modalidade de exportação, como é o caso do Brasil, estão mais suscetíveis às modificações da temperatura (com sérios desdobramentos no regime pluvial, na geração de longos períodos de secas, etc.).

Impelido pelas reivindicações populares frente à displicência presidencial para com a agenda ambiental, o governo Bolsonaro decidiu integrar a Conferência do Clima da ONU (COP-26), realizada dia 02 de novembro de 2021, em Glasgow, no Reino Unido, tornando-se, assim, signatário do pacto convencionado entre mais de cem nações, as quais se comprometeram em zerar o desmatamento mundial até o ano de 2030.

Numa retórica antagônica à realidade de ausência de aplicação mínima de verbas no fomento do labor científico dessas questões, o referido presidente se posicionou com enunciações audaciosas, carregadas de expectativas positivas, assumindo o compromisso de ampliar a meta de contenção de gases poluentes de 43% para 50%, até o ano de 2030. Além disso, prometeu adiantar o cumprimento da meta de zerar o desmatamento ilegal de 2030 para 2028.

Todo esse quadro decadente e caótico nacional necessita de um tratamento de maior seriedade por parte da presente política governamental, no sentido de empreender esforços mais robustos para dirimir esse colapso que é ressaltado pelos indicativos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que demonstram que, entre o hiato temporal de 2019 à 2020, o Brasil conseguiu superar os piores marcos de desmatamento registrados desde 2008, posto que 20 mil quilômetros quadrados de florestas foram eliminadas. Total esse equiparado a 13 cidades paulistanas, aproximadamente.

Infere-se que todo o contexto depreciatório protagonizado pela pecuária nacional seja estimulado pela manutenção do status internacional de liderança do *ranking* de exportação da carne bovina, ao concorrer com 22% do suprimento desse insumo. Devido à incisiva crítica dos ambientalistas em relação a essa questão, os frigoríficos de grande porte, em conchavo com a Frente Parlamentar da Agropecuária - FPA (cognominada de bancada do boi), militam para superarem o estigma de agentes de obliteração ecológica, e perseguem, arguciosamente, o desmonte da política ambiental, a legitimação de projetos que representam um retrocesso na preservação ecológica, e que visam, inclusive, a supressão de direitos sociais de povos tradicionais, por pleitearem privilégios políticos de regularização fundiária, de liberação de pesticidas altamente letais para uso na agricultura, de deferimento de licenciamentos sob condições simplificadas, dentre outras.

Outro relatório que não pode ser menosprezado é o confeccionado pelo MapBiomass, que publicou, no dia 10 de setembro de 2021, a magnitude das sequelas históricas do bioma cerrado, herdadas pela atividade pecuarista, a qual participou, no intervalo de 1985 a 2020, da aniquilação de 26,5 milhões de hectares de mata endêmica, valor esse correspondente à 98,8% do desmatamento perpetrado com a contribuição desse segmento (SISTEMA MAPBIOMASS, 2021).

O panorama retro explicitado, por si só, fundamentaria o interesse de um ambientalista em estudar essa temática, na intenção de contribuir cientificamente com a construção de conhecimentos capazes de arrefecerem essa voraz destruição da biodiversidade planetária. Afinal, a iluminação do saber será sempre uma arma contra o obscuro negacionismo. É com resultados científicos concretos que teremos a possibilidade de vencer toda a resistência da ignorância.

Entretanto, o que me incentivou a selecionar a temática da pecuária, como eixo de problematização da perturbação ecológica, foi a observação crítica do contexto socioambiental do qual sou proveniente, isto é, da cidade de Itapetinga-Ba, culturalmente consagrada como a capital da pecuária baiana, ou, ainda, Terra do Gado Forte.

Sinto que fiz uma escolha acertada ao eleger o campo da memória como suporte analítico para esta investigação, dado o seu caráter interdisciplinar, que me permitiu perscrutar não somente o ambiente físico, mas a interferência do elemento humano nessa esfera. Eu, que ingressei na seara da pesquisa pela imersão na dimensão ecológica (em síntese, desenvolvendo trabalhos de levantamento fitosociológico, fenológico, polinização, dispersão e de georeferenciamento, em fragmentos da mata atlântica, caatinga e ripária), decidi me enveredar pelo prisma das humanidades, ousando perseguir uma explicação plausível para os desastrosos conseqüências ecossistêmicas locais, historicamente legados pela interferência da atividade pecuarista que modulou o olhar do sujeito local sobre o seu entorno e formou como consequência uma paisagem fisionomicamente derruída pela ação antrópica.

Incomodava-me visceralmente quando, nas visitas de campo ocasionadas pelo projeto de pesquisa do qual eu era integrante, eu observava os arredores das matas ciliares - que deveriam ser resguardados como espaços de preservação permanente - sucumbindo perante a criação de gados, fator esse que anulava a possibilidade de regeneração espontânea e plena das espécies endêmicas, que, resistentemente, ressurgiam com as chuvas.

Eu me sentia comovido, também, ao ver esses espaços ecossistêmicos transformando-se em depósitos dos despejos de resíduos de diversas categorias, circunstância essa que cooperou para que a biota aquática e terrestre fosse dizimada por essas perniciosas ações. Tais lugares, apesar de serem legalmente considerados como bens difusos, conforme preceituado pelo artigo 225 da Carta Magna, são tratados como áreas de titularidade privativa, a ponto de erigirem-se muros em trechos urbanos, por onde percorre o rio catolé, para impedir que a população adentre lá onde se decidiu construir um recinto da bovinocultura.

Inquietava-me, ainda, visualizar faixas onde superabundava a mata atlântica sendo suprimidas em prol de empreendimentos da construção civil, de forma a emoldurar um progresso citadino arriscado em detrimento da biodiversidade local. Tal inconseqüência fica nítida na sedutora proposta de comercialização de condomínios residenciais em adjacências do rio catolé, que, recentemente, com as enchentes que assolaram a região do sul da Bahia, alagou toda essa área (que, em décadas passadas, quando o volume hídrico era maior, fazia parte do espaço de abrangência do referido flúmen), a qual deveria ser legalmente resguardada por um estudo prévio de impacto ambiental (Estudo de Impacto Ambiental - EIA/Relatório de Impacto Ambiental - RIMA).

Este caso específico demonstra a fragilidade de muitos licenciamentos ambientais que trazem uma aparente conformidade com a lei ambiental, denotando o cumprimento de todas as prerrogativas salutaras para a execução desse fim, o que, na minha concepção, transparece

ser mais uma das permissões fraudulentas que circulam pelo Brasil, como legitimação do poder de grupos econômicos privilegiados que buscam lucratividade através do sacrifício da incolumidade ecológica.

O que mais nos deixa estarecidos diante de todo esse cenário caótico é a passividade e a inércia tanto do Ministério Público quanto da Defensoria Pública, instalados na cidade, em cumprirem com o seu mister de garantir a integridade do meio ambiente pelas vias jurídicas, conforme postula a Constituição Federal e outros diplomas normativos.

Além disso, se olharmos para um passado mais longínquo, perceberemos que os anais da história itapetinguense mostram o desaparecimento e conseqüente silenciamento de alguns grupos sociais mais periféricos, tais como os indígenas e os militantes ambientais que surgiram na ambiência universitária. Enquanto os primeiros foram expulsos da terra, os últimos encetaram uma luta que amorteceu, cessou e ficou fadada ao esquecimento. Por isso, me sinto contemplado em buscar, no âmbito das memórias, as respostas para a subalternização da natureza local e suas conseqüências sociais, sob os comandos da manobra do poderoso segmento pecuarista que, durante décadas, foi o baluarte econômico da cidade e que para perpetuar o seu domínio fulminou todas as oposições que ameaçavam seu êxito.

Justificamos, portanto, que o escrutínio das memórias socioambientais permite uma nova problematização atinente às temporalidades, que atuam como determinantes das prolíferas realidades ecológicas e das plurais identidades culturais, as quais se articulam tanto com os aspectos econômicos quanto com os tecnológicos, característicos da modernidade, para gerarem os impactos ecossistêmicos registrados na história da humanidade.

Desse modo, as reminiscências socioambientais descambarão num campo de confluências de distintas racionalidades, cujo enfoque descortina uma intrincada rede interacional ocorrida entre o elemento humano (concernente ao *ethos*) e as múltiplas variantes inerentes ao prisma ontológico.

Essa pesquisa traz como marco pioneiro a proposta de estudar o socioambientalismo pela ótica da fenomenologia hermenêutica ricoeuriana. Apesar deste filósofo não ter se debruçado sobre a questão, investimos na articulação possível entre as categorias conceituais concebidas por ele e as questões que integram o holístico horizonte socioambiental. Essa abordagem oportunizou um estudo profícuo da modulação semântica da natureza e do *ethos* social reificante, em razão da intervenção da ideologia hegemônica vigente à época na cidade de Itapetinga (BA).

Atentos para a tratativa interdisciplinar reclamada pelo ventilado objeto de pesquisa e oportunizada pela acatada fundamentação teórica, viabilizamos a emergência de algumas

discussões confluentes para escrutinarem os híbridos ângulos que concorreram para a instituição da predatorialidade que orbita sobre a natureza. Assim, inauguramos algumas ponderações científicas ricoeurianas, como as doravante elencadas:

Observamos que o caráter geográfico implicado nas memórias documentadas, que enfatizam o lugar (ambiente) como ancoragem para referência de suas experimentações pretéritas, se adequava às categorias de “espaço vivido e habitado”, pois é na fisionomia da espacialidade que o homem imprime os vestígios de sua existência e constrói as suas subjetividades, trespassadas por todos os fenômenos epistêmicos que circulam em seu tempo. Logo, podemos problematizar sobre ontologia e memória, sob a perspectiva geográfica humanista.

Notamos, ainda, a abertura para uma discussão envolvendo as categorias de memória manipulada, dever de memória, abuso de memória e esquecimento direcionada para a aniquilação, os silenciamentos e as invisibilidades sofridas pelas memórias dos povos tradicionais e de grupos militantes da pauta ecológica, que ficaram fadadas aos efeitos amnésicos provocados pela história oficial, em função da manutenção da imaculada versão gloriosa dos fundadores e da triunfal identidade territorial da Terra do Gado Forte. Do mesmo modo, ocorreu com as narrativas referentes às tragédias ambientais que acometeram o município, por conta dos efeitos colaterais do segmento bovinocultor.

Outrossim, vislumbramos a oportunidade de se explorar o conceito ricoueriano de responsabilidade, sob a aresta da preocupação com a higidez ambiental numa projeção futurística, o que demanda o exercício da alteridade por gerações porvindouras, cuja sobrevivência também depende de um meio ambiente salutar.

Por fim, descobrimos a conveniência de trabalharmos os conceitos de metáfora e da utopia para entendermos a estrutural perspectiva de subalternização da natureza e como podemos suplantar essa ótica trabalhando com o imaginário social, no que tange à forma de nos referirmos à natureza, isto é, não mais como recurso passível de exploração (conforme prega a visão antrópica), mas como sujeito a quem devemos deferência. O desenvolvimento desse raciocínio requisitou uma complexa parceria com a constituição pátria equatoriana, com a geografia humanista dardeliana e com a vertente de outridade da natureza.

Para corroborar a apontada inovação científica realizamos um levantamento de metadados nas principais plataformas científicas nacionais, onde estão cadastradas as investigações brasileiras. No ensejo, utilizamos como refinadores de delimitação da busca os seguintes marcadores: socioambientalismo, natureza, ecologia, socioecologia, meio ambiente e Paul Ricoeur, a partir dos quais obtivemos as seguintes apurações:

- ✓ Biblioteca Digital de Teses e Dissertações-BDTD (cujos 25 arquivos listados não trabalharam com esse viés);
- ✓ Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (que dos 1.045 resultados recuperados entre os anos de 2014 à 2018, não tinha nenhum título que evocava tal proposta de abordagem);
- ✓ Portal Domínio Público (que dos 9 resultados encontrados, não apresentava nenhum com essa finalidade);
- ✓ Plataforma Brasil (cujo único resultado disponibilizado não possuía relação com tais especificidades).

O ineditismo dessa pesquisa é confirmado também no campo de investigações internacionais, haja vista que perseguimos em língua espanhola, inglesa e francesa alguma referência de estudo acadêmico socioambiental com essas características e não obtivemos nenhuma correspondência.

Interessa assinalarmos, ainda, as modificações que essa pesquisa sofreu com relação ao seu propósito primitivo, que consistia em estudar as memórias relativas ao Rio Catolé, de maneira circunscrita. A ideia de eleger esse manancial como foco de estudo social foi fomentada pela paradoxal circunstância a seguir detalhada: tal curso d'água foi destituído de cuidado durante muito tempo, tendo suas matas ciliares suprimidas pela bovinocultura; suas imediações saturadas de lixo doméstico e industrial; e sua quantidade e qualidade hídrica drasticamente diminuídas, sendo que nenhuma dessas mazelas provocaram um despertar do olhar social para a importância da higidez desse ecossistema.

Porém, com a emergência do projeto de captação de água para atender a demanda de abastecimento de Vitória da Conquista (BA), o sentimento de pertencimento se manifestou através de incisivos discursos acerca de um rio que era pronunciado como propriedade exclusiva dos munícipes, sob a alegação egoísta de que a consumação deste feito comprometeria o pleno desfrute de suas fontes pelos habitantes locais.

Acrescentamos a esses fatores motivacionais de pesquisa, o fato de que eu (Thiago) vivi uma época em que alvoreceu uma manifestação social comandada pela comunidade protestante, que se mobilizou para abordar a temática de degradação do rio na 15ª Marcha para Cristo, ocorrida em 2012, ao traçar um plano de recuperação, educação ambiental e intercessão espiritual que foi realizada em pontos estratégicos.

O planejamento de obtenção de dados dessa proposta inicial previa a realização de entrevistas com grupos humanos vinculados a este curso d'água, tais como os oleiros, os ribeirinhos, os pescadores etc. Essa ação foi devidamente autorizada pelo Comitê de Ética Institucional, conforme CAAE: 30400720.0.0000.0055. Porém, com a ocorrência da

pandemia, provocada pelo novo coronavírus SARS-COV2, e com a conseqüente adoção dos protocolos de medida de segurança e de isolamento social, fomos impossibilitados de realizarmos esses contatos presenciais, o que nos impulsionou a avirmos a execução investigativa com base no acervo documental jornalístico local (Jornal Dimensão).

Entretanto, com a imersão proporcionada pelo processo de garimpagem percebemos que existia um panorama amplificado dotado de profusos fatores, que precisava ser escrutinado para que se alcançasse o cerne do problema social que influenciava a consolidação de um modelo ecológico interacionista estribado na predatorialidade. O rio era, portanto, uma parcela dentre as outras que compõem esse híbrido horizonte natural. Era preciso mais do que reconstituir memórias afetivas vinculadas a um ambiente específico. Era necessário se debruçar sobre a processualidade histórica da instituição dos fenômenos que convergiram na modulação da perspectiva ontológica da população itapetinguense e na formação da visão humana projetada sobre a natureza, de modo macro, pois o reducionismo adotado na proposta inicial furtaria de nós esse entendimento holístico e complexo implicado nessa realidade.

Todo o universo problematizador apresentado aponta para a seguinte questão-problema que mobilizou a confecção desta tese, qual seja: quais foram os mecanismos empregados pelo protagonismo pecuarista na construção das recordações e das obliterações dos episódios socioambientais em Itapetinga (BA)?

Com o desiderato de obtermos uma resposta para essa inquietação de pesquisa, formulamos a hipótese de que a bovinocultura se firmou como um robusto elemento de mediação cultural e de expressão de poder, que foi capaz de construir narrativas mnemônicas com uma versão gloriosa do processo civilizador que ocultou os destroços socioambientais em zonas periféricas de esquecimento, para conservar a imaculada e ostentada identidade territorial de Terra do Gado Forte.

Além disso, confiamos que o projeto existencial dessa categoria hegemônica condicionou, por intermédio de uma heterogeneidade de fatores conjugados, a formação de uma semântica exploratória da natureza, a qual motivou a degradação evidenciada na paisagem e nas feridas simbólicas que marcaram suas memórias socioambientais, tais como o silenciamento, a invisibilidade e a eliminação dos povos tradicionais e a subjugação do humano pela dominação capitalista.

Esses direcionamentos preliminares da pesquisa descambaram na definição do objetivo geral que consiste em compreender o processo de instituição das memórias e dos esquecimentos dos eventos socioambientais de Itapetinga (BA), a partir da pecuária, e as

implicações desse segmento econômico e cultural tanto na legitimação da versão oficial da história fundacional da cidade quanto na omissão das sequelas socioecológicas legadas pelo seu processo civilizador.

Esse pilar central balizou a formulação dos seguintes objetivos específicos, que funcionaram como eixo de estruturação das seções que compõem este trabalho:

1. Analisar como os dispositivos culturais hegemônicos consolidaram a construção narrativa das lembranças e dos esquecimentos relativos aos acontecimentos socioambientais sucedidos no território itapetinguense;
2. Perscrutar os aspectos visíveis e invisíveis da paisagem como produto fenomenológico herdado da intervenção antrópica e da experimentação ontológica dos agentes de apropriação territorial.
3. Dialogar sobre a reivindicação do atributo da justiça, como legitimação de um dever de memória evocado pelo eco das sequelas socioambientais advindas do processo fundacional.
4. Discutir, a partir da ética, da alteridade e da responsabilidade, as possibilidades de suplantação das ressonâncias do *ethos* socioambiental predatório, ensejadas pela histórica desagregação do homem com relação à natureza.
5. Demonstrar como os fatores multimodais inventariados no repertório mnésico de Itapetinga (Ba) condicionaram, articuladamente, a formação de uma interpretação socioambiental utilitarista, em função da satisfação da bovinocultura.

Assimilaremos diante de toda a tratativa sistêmica consumada que, *a priori*, a pecuária destruiu a natureza para gerar riqueza financeira e, depois, foi desafiada pelo próprio estresse ambiental que provocou, uma vez que os abalos de tal depauperação ecológica motivaram a instalação de uma aguda depressão econômica, que se arrastou por longas décadas e foi atenuada quando a cidade conseguiu outra forma de sustentação, proveniente da implantação de um polo calçadista, mantendo do passado de ostentada riqueza territorial somente o dístico glorioso de “Terra do Gado Forte”.

2 METODOLOGIA

2.1 Localidade do estudo: detalhamento dos aspectos geográficos

O município sobre o qual gravita essa pesquisa é Itapetinga, pertencente à mesorregião do centro-sul baiano, situada numa altitude média de 280m a 576,7km da capital Salvador via BR-101. Segundo registros do IBGE, sua área territorial possui 1.651.158km². A sua estimativa populacional, em 2021, perfazia um quantum de 77.408 habitantes, estando na posição da 26^a cidade mais populosa da Bahia.

Apresentamos os registros reunidos por Campos (2006, p. 403-404), com o fito de minudenciarmos as características geográficas desta cidade:

Limita-se com os municípios de Itaju do Colônia, Itambé, Itarantim, Itororó, Macarani e Pau Brasil. A cidade está às margens do rio catolé grande e possui as seguintes coordenadas geográficas: 15°18'14" de latitude sul e 40°12'10" de longitude oeste.

O solo é do tipo podzólico vermelho-amarelo entrófico, brunízem avermelhado, podzólico vermelho-amarelo distrófico. O relevo é ondulado. **A vegetação original que pouco se vê** é de floresta estacional semidecidual, decidual e decidual submontana.

Quanto aos componentes geológicos do solo, nota-se o seguinte: quartzo feldspático, gnaisses charnockísticos, biotita-gnaisse, gnaisse, sienitos, dolomitos e ardósias. As ocorrências minerais de maior destaque são calcário, granito e feldspato.

Este município está predominantemente inserido na bacia hidrográfica do rio Pardo, onde aparecem outros rios: Catolé Grande, Catolezinho, Onça, Duas Barras, Negra (ou Sapucaia), Palmeiras, Palmeirão e Serrinha. Pequena parte do território fica na bacia do rio Colônia, que vai formar, juntamente com o Salgado, o rio Cachoeira que desemboca no mar na cidade de Ilhéus. Nas fazendas existem inúmeros açudes, sendo o "Oceano" o de maior destaque, ao lado da rodovia de Palmares.

O clima do município é quente e seco no verão e frio e úmido no inverno. A temperatura média anual é de 27°C, com a máxima de 34°C e a mínima de 17°C. A pluviosidade anual é a seguinte: média de 802mm; máxima de 1.270mm; mínima de 398mm.

Além da sede, o município de Itapetinga é constituído de mais duas aglomerações urbanas: a vila de Bandeira do Colônia e o povoado de Palmares (grifo nosso).

Cumprida a parte descritiva das propriedades geográficas de Itapetinga, enveredaremos sobre o detalhamento do método que fundamentou o olhar analítico desse trabalho.

2.1.1 Fenomenologia hermenêutica na perspectiva teórica de Paul Ricoeur

A pesquisa em apreço, calcada numa apreciação documental¹, recorreu prioritariamente ao conteúdo jornalístico local (fruto do trabalho do Jornal Dimensão), por abarcar as publicações produzidas no período de 1976 até 2016, material esse que ensejou a compilação de um dossiê mnemônico, a partir da aquisição de um repertório dos conteúdos socioambientais veiculadores da intervenção antrópica promovida pela pecuária no contexto socioecológico de Itapetinga (BA).

Além disso, utilizamos como suporte investigativo subsidiário os livros que pormenorizam as narrativas fundacionais da referida cidade, através do legado da historiografia, que forneceram elementos para a análise das ocorrências socioambientais processadas no hiato temporal de 1912 à 2010, que foi a cronologia referência delineada por esta pesquisa. É imprescindível acentuarmos que os eventos sucedidos após 2010 não foram considerados nessa investigação porque não possuíam registros de acontecimentos socioambientais compatíveis com os critérios metodológicos pré-estabelecidos, além de o material selecionado dentro do citado período ter apresentado elementos suficientes para gerar as ilações minudenciadas neste trabalho, satisfazendo aos objetivos direcionadores de sua construção.

A seleção de tal material pautou-se na observância dos requisitos instrumentalizados pela fenomenologia hermenêutica engendrada por Ricoeur (2007), com vistas ao desenvolvimento de uma abordagem investigativa inspirada num enfoque pragmático da memória, consoante delineamento processual doravante estresido.

A priori, identificamos quais são os marcadores narrativos que são expressados com predominância no registro enunciativo, que, por emergirem numa frequência maior, acabam por alcançarem posição cimeira e status de centralidade discursiva, pois estes elementos são intencionalmente selecionados e disseminados para legitimarem a versão autorizada e oficializada da história de um grupo preponderante (nesse caso, o segmento bovinocultor), podendo, inclusive, comprometer a dimensão veritativa das lembranças e fazer com que as

¹ Cellard (2008) considera o documento escrito como uma fonte valiosa para as ciências sociais, pois dele podemos extrair registros que são testemunhas de ocorrências históricas, as quais possibilitam a reconstituição dos aspectos da ação humana sobre determinado empreendimento.

Este autor apresenta como justificativa para utilização de documentos no campo da pesquisa a viabilidade do entendimento dos fatores temporal e social. A análise documental permite, portanto, a percepção do processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento dos aspectos sociais, comportamentais, conceituais, científicos, ideológicos e afins.

memórias periféricas sejam fadadas ao efeito amnésico, uma vez que todos esses aspectos estão relacionados com os desdobramentos do exercício de memória.

Posto isso, os elementos do universo pecuarista (boi, pecuária, patronato bovinocultor, aristocracia rural, manejo de pastos, práxis zootécnicas) foram eleitos para assessorarem o estudo dos abusos de memória, concretizados pela manipulação narrativa resultante da intervenção dos agentes da ideologia capitalista. Afinal, “a dominação [...] não se limita à coerção física. Até o tirano precisa de um retórico, de um sofista, para transformar em discurso sua empreitada de sedução e intimidação” (RICOEUR, 2007, p. 98).

Reconhecemos ser necessário fazermos uma breve pausa na descrição dessa processualidade metodológica, com o intuito de precisarmos qual foi a ótica conceitual de ideologia a que nos filiamos como substrato dessa investigação.

Optamos pela definição de ideologia germinada pelo pensamento ricoeuriano, como direcionadora analítica das narrativas reminiscentes recuperadas para a problematização dessa tese. O ponto de vista de Ricoeur (1990) relativo a esse assunto não encerra uma perspectiva restringida à luta de classes, tal qual propõe o prisma marxista, mas sugere, cautelosamente, que o escrutínio desse tema extrapole a dimensão exclusivista, anteriormente referida, e seja operacionalizado com observância em três níveis funcionais que enfocam a perspectiva geral, a dominação e a deformação.

Para formular seu raciocínio a respeito desse mote, o sobredito autor recorreu ao pensamento weberiano concernente à ação e à relação social. A apreciação dos conceitos de Max Weber rendeu-lhe a interpretação de que a existência da ação social se manifesta sob duas condições: quando o comportamento humano é dotado de significância para os agentes individuais e quando as atitudes de um de seus atores são conduzidas em conformidade com o proceder de outro.

Segundo esse juízo, a noção de relação social se incorpora à previsibilidade de um complexo de tributação de significações, haja vista que é nessa dimensão, de apropriação e expropriação semântica, que o fenômeno ideológico manifesta plenamente a sua originalidade. Afinal, a sua propriedade integradora faz com que a ideologia esteja atrelada a necessidade que um conjunto social possui de consolidar a versão preconcebida de sua imagem, isto é, de reproduzir a sua própria representação de existência no mundo, de forma sólida e autêntica.

Nessa direção, é crucial para a ideologia a concatenação entre uma comunidade histórica e o ato fundador que a constituiu, pois o seu atributo integrador detém a aptidão de perpetuar e disseminar as convicções inaugurais que motivaram a efetivação do ato de

insurgência, adquirindo um alcance ampliado, ou seja, para além do núcleo de seus protagonistas históricos e de sua época emergente, de forma a transformar seus valores numa convicção coletivizada.

Ricoeur (1990) trouxe o convencimento de que a ideologia se encarrega da reprise, da manutenção e da reatualização da memória social acerca de um episódio, ainda que a distância. Com lastro nessa potencialidade, o autor observou que:

É nessa distância, característica de todas as situações *post factum*, que intervêm as imagens e as interpretações. Sempre numa interpretação que o modela retroativamente, mediante uma representação de si mesmo, que um ato de fundação pode ser retomado e reatualizado. Talvez não haja grupo social sem essa relação indireta com seu próprio advento. (RICOEUR, 1990, p. 68).

Em adjeção, aprendemos com as lições ricoeurianas que a lembrança de uma ocorrência histórica atua como fator viabilizador do fenômeno ideológico, pela instauração pactual dos adeptos de tal sistema, o que enseja a modulação e o consequente doutrinamento de uma racionalização guiada pelos convencionalismos do grupo. A partir do conhecimento dessas nuances podemos tecer explicações para o protagonismo desses grupos na dinâmica social. Quando esse propósito domesticador é satisfeito, a ideologia renuncia o seu papel transformador em favor da sua competência justificadora.

O dinamismo, que é outra característica do fenômeno ideológico, coordena a práxis social por intermédio de impulsos motivacionais. A ideologia atua como fundamento da ação e como um elo de comprometimento dos indivíduos com os princípios que ela manifesta. Para tanto, ela lida com a mobilização dos anseios de autoafirmação da visão principiológica que identifica o grupo e com a persuasão justificadora da pertinência do modelo existencial assumido pelos seus aderentes. Tudo isso concorre para a tonificação do código interpretativo desenvolvido pelos agentes fundadores.

Devemos falar, também, que um desdobramento do caráter dóxico da ideologia é a simplificação e a esquematização da realidade, que visa justamente empreender um exitoso investimento estratégico para consolidar a intervenção de suas ideias na esfera social. Em virtude disso, há uma tendência da sua expressão ser validada por intermédio de estereótipos, de slogans, de sentenças retóricas.

Uma frase ricoeuriana que nos trouxe inquietações reflexivas é a afirmação de que “Ela (a ideologia) opera atrás de nós[...] É a partir dela que pensamos” (RICOEUR, 1990, p. 70). Esta declaração traduz o sentido de que a ideologia, na condição de uma racionalidade

conspirativa, comporta-se como substituta do pensamento, visto que ela produz a uniformização da consciência coletiva, que exerce uma força tal sobre os seus integrantes a ponto de diluir as individualidades deles.

Em complementação, Ricoeur (1990) argumentou que a ideologia oportuniza o advento da dissimulação, da deturpação que, desde Karl Marx, apresenta uma conexão com a noção de imagem invertida de nossa própria situação social. Posto isto, o autor acreditava que “a não transparência de nossos códigos culturais seja uma condição da produção das mensagens sociais” (RICOEUR, 1990, p. 70), fato que tolhe o desenvolvimento de um discernimento crítico sobre esses códigos, afinal:

[...] a ideologia é ao mesmo tempo interpretação do real e obturação do possível. Toda interpretação se produz num campo limitado. Mas a ideologia opera um estreitamento do campo com referência às possibilidades de interpretação que pertencem ao elan inicial do evento. (RICOEUR, 1990, p. 70).

Para adentrar no caráter da dominação exercida pela ideologia, Ricoeur (1990) advertiu que o ato fundador de um grupo é essencialmente político e que a legitimação da crença difundida pelo viés dominador depende da execução da autoridade e da dissimulação incidente sobre os sujeitos do grupo. Deste modo se processam as relações de dominação respaldadas num prisma politizado, que espelha a fidelidade para com os ânimos basilares do grupo e, a partir disso, os seus representantes são providos de poder para gerar mecanismos de modulação de ideias a serem recepcionadas pelos elementos sociais.

Após a densa explicação do funcionamento da ideologia, Ricoeur (1990) incluiu um diálogo sobre a deturpação que a mesma provoca. Tal perspectiva está acoplada à concepção marxista e é qualificada como uma operação deformante processada na mentalidade dos indivíduos que os leva a buscar a substituição da dimensão real pelos produtos imaginativos, pelas representações sociais, além de preferirem a imitação em recusa ao conteúdo genuíno, a pautarem-se naquilo que os homens proferem. O predito autor sugeriu que:

[...] “Se, em toda ideologia”, escreve Marx, “os homens e suas relações nos aparecem situados com a cabeça para baixo, como numa câmera obscura, este fenômeno decorre de seus processos de vida histórica, absolutamente como a inversão dos objetos sobre a retina decorre de seu processo de vida diretamente físico”. [...] O fato decisivo é que a ideologia é definida ao mesmo tempo por seu conteúdo. Se há inversão, é porque certa produção dos homens, enquanto tal, é inversão. [...] O que Marx tenta pensar, a partir desse modelo, é um processo geral pelo qual a atividade real, o processo da vida real, deixa de constituir a base, para ser substituído por aquilo que os

homens dizem, se imaginam, se representam. A ideologia é esse menosprezo que nos faz tomar a imagem pelo real, o reflexo pelo original. (RICOEUR, 1990, p. 73).

Finalizamos essa abordagem de esclarecimento ao tipo de conceito de ideologia que adotamos com um maturado entendimento de que ela é “um fenômeno insuperável da existência social” (RICOEUR, 1990, p. 75), uma vez que esta esfera sempre manteve uma estrutura simbólica dotada de sentidos interpretativos, incrustados nas suas imagens ou incorporados nas suas representações.

Retomando a descrição da sistemática metodológica, registramos que outra atividade empreendida na investigação que resultou neste trabalho consistiu em especificar quais foram os fatores que concorreram para a formação de uma memória-hábito, legitimadora de um comportamento inconsequente do homem no meio ambiente. Nesse labor, miramos para a intervenção da cultura, pois acreditamos que a mesma, juntamente com a ideologia, foi responsável pela pedagogia do comportamento socioambiental, ao reger a configuração do modelo interacional. Afinal, “essa memória-hábito é uma memória exercitada, cultivada, educada, esculpida, diriam alguns textos”. (RICOEUR, 2007, p. 76).

Logo, nos dedicamos à caracterização das nuances que contribuíram para a instituição de um domínio de aquisição dos conhecimentos que presidiram a experimentação dos sujeitos da contextura que foi estudada. Tal domínio é, na ótica ricoeuriana, o responsável por condicionar e consolidar a exitosa manipulação das memórias, haja vista que as experimentações sociais são inspiradas em comportamentos que não são isentos de influências, as quais carecem de serem conhecidas com afinco e familiaridade para se extrair o significado fidedigno das ações perpetradas pelos indivíduos afetados por esse tipo de mecanismo.

Fez-se mister, então, descrevermos as forças incidentes e circulantes nesse contexto como instrumento de coerção, recompensa e sistematização comportamental das coletividades, de modo que, por essa via, apreendemos as estratégias que foram empregadas para escamotear os recursos de exploração e de manipulação exercida sobre os sujeitos de quem se esperava obter obediência velada das suas dissimuladas prescrições que repercutiram na forma como o homem se comportou no meio ambiente.

Esta empreitada requereu, também, a discriminação dos recursos de que se valeram os grupos hegemônicos para a perpetuação geracional das suas conquistas culturais, inculcando, pela via da memorização, os dispositivos historicamente utilizados para o desenvolvimento de uma memória exercitada.

Propositamos com a adesão desta ótica encontrar possíveis respostas justificadoras para a perpetração das tradicionais mazelas socioambientais que foram executadas como estratégia de manejo plausível, tais como as queimadas e o desmatamento, por exemplo, que faziam parte de um tolerável ritual da bovinocultura, pois, com arrimo na comentada teorização, aprendemos que “[...] muitos profissionais – médicos, juristas, cientistas, engenheiros, docentes, etc. – recorreram, durante sua vida, a uma copiosa memorização de habilidades apoiados em repertórios, listas de itens, protocolos, mantidos disponíveis para uma atualização oportuna. Todos, supostamente, dispõem de uma memória exercitada”. (RICOEUR, 2007, p. 75).

A composição da investigação colimada exigiu, outrossim, o detalhar dos lugares de memória, dos elementos de devoção territorial, culturalmente convencionados pela sociedade analisada, cuja ressonância se manifesta nas suas expressões de materialidade e de imaterialidade, tendo em conta que, para Ricoeur (2007), os tais foram edificados como artifício de luta e resistência contra qualquer ameaça de esquecimento da história oficial, seletivamente construída para ratificar o triunfo dos pioneiros conquistadores do território.

Além disso, o fundamento de ação analítica reside na crença de que “os lugares são soberanamente escolhidos e que sua ordem oculta a arbitrariedade da sua escolha; e as imagens não são menos manipuladas que os lugares aos quais são destinadas” (RICOEUR, 2007, p. 80).

As incursões anteriormente programadas ainda não hauriram o exame fenomenológico-hermenêutico concebido por Ricoeur (2007), pois tal estudo requisitou o esquadramento, no plano das memórias coletivas, das minúcias relativas às patologias, isto é, a atenção para as feridas resultantes dos processos de transgressões facultados pela apropriação territorial, em virtude da instauração de uma violência fundadora.

Consequentemente, tais pormenores nos conduziram ao estudo das memórias traumáticas e das sequelas historicamente herdadas que são reproduzidas no comportamento socioambiental protagonizado pelos sujeitos do pretérito, tais como a supressão das memórias dos povos indígenas, dos ribeirinhos, enfim, das categorias sociais que foram lesadas pelas atividades dos pecuaristas locais, que detinham o poder para manipular, invalidar, invisibilizar e, até mesmo, apagar as versões narrativas de povos e lugares subjugados, tendo em conta que “é sempre com perdas que a memória ferida é obrigada a se confrontar” (RICOEUR, 2007, p. 93). Acentuamos, aqui, que a tratativa dessas informações conferiu voz às memórias de grupos silenciados.

Fora isto, nos respaldamos na prerrogativa de que a memória é integrada à concepção da identidade por intermédio da função narrativa, para entendermos como se estruturou a configuração narrativa dos agentes sociais da realidade investigada, visando conhecer tanto as fragilidades que ameaçaram a perpetuação da identidade coletiva e territorial, quanto os mecanismos desenvolvidos pelo grupo preponderante (os pecuaristas) para a sua devida manutenção, de maneira que evidenciamos as ressonâncias de uma alteridade mal tolerada.

Com espeque na teoria de Ricoeur (2007), tais fragilidades foram analisadas sob três perspectivas, quais sejam:

- Sua associação com o tempo, que suscitou a discussão de duas categorias complexas de mesmidade² e de ipseidade³;
- Sua relação conflitante com outrem, que é assimilado como uma ameaça à integridade dessa identidade (Esse ponto, em específico, apresentou uma possível explicação para justificar o desaparecimento das memórias de atuação de determinados grupos militantes das causas ambientalistas, em razão da pujança das memórias dos grupos dominantes e dos seus envidados esforços para preservar a imaculada imagem dos desbravadores territoriais);
- Herança da Violência Fundadora, que detalhou, através das celebrações oficiais, a paradoxal relação de glória de um grupo em detrimento e vergonha de outro, o que fez emergirem as feridas reais e simbólicas incorporadas às memórias coletivas.

Acentuamos que essa fase, em particular, consistiu na identificação detida dos sintomas resultantes das articulações do grupo social dominante frente à promoção de uma mobilização circunstancial que culminou numa ideologização da memória, capaz de atuar em prol da reivindicação da sua própria identidade, validada pelos artifícios da expressão de poder.

À vista disso, o escrutínio desse panorama foi viabilizado pelo exame minudente das seguintes polarizações: do conhecimento dos excessos de memória e dos abusos de esquecimento, posto que é “na problemática da identidade que se deve agora buscar a causa de fragilidade da memória assim manipulada” (RICOEUR, 2007, p. 94).

² A mesmidade acolhe o sentido de permanecer igual no transcurso temporal, ou seja, traduz o significado de resistência ao efeito do tempo. Pensemos, à guisa de exemplo, nos ciclos de transformação corporal. Ainda que o corpo experimente algumas alterações haverá a conservação das mesmas características corporais, do delineamento fisionômico e caso utilize fotografias pretéritas para confrontar a atual condição, constatar-se-á que as modificações anuais não foram tão impactantes a ponto de tornar-se irreconhecível, uma vez que os traços que lhe são inerentes foram preservados os mesmos.

³ A ipseidade, por seu turno, equivale à manutenção de si, por meio da resistência a qualquer ameaça de modificação nos compromissos de extensa durabilidade. Denota, portanto, as disposições auferidas e acumuladas pelo hábito, de modo a consolidarem uma invariabilidade ou quase isso.

Além disso, é imprescindível citarmos que o escrutínio da ideologização da memória:

torna-se possível pelos recursos de variação oferecidos pelo trabalho de configuração narrativa. E como os personagens da narrativa são postos na trama simultaneamente à história narrada, a configuração narrativa contribui para modelar a identidade dos protagonistas da ação ao mesmo tempo que os contornos da própria ação. (RICOEUR, 2007, p. 98).

A dinâmica desta etapa investigativa reivindicou, portanto, a construção de um quadro semiótico da cultura, em articulação com as sínteses simbólicas que integram a realidade apreciada. Para o alcance desse intento nos pautamos na contemplação de três níveis operatórios do fenômeno ideológico e dos efeitos derivados de sua intervenção contextual, tendo por fundamentação a compreensão de que “a ideologia pode ser tida como guardiã da identidade” (RICOEUR, 2007, p. 95) e de que “a ideologia gira em torno do poder” (RICOEUR, 2007, p. 96).

Tais enunciações endossaram a necessidade de extrairmos dos dados coletados um entendimento acerca das distorções da realidade; da legitimação do sistema de poder que se processam no mundo da ação (dimensão que é impactada pelo retro referido fenômeno, por intermédio das mediações simbólicas veiculadas pela cultura, as quais funcionam como um poderoso suporte de modulação das ações humanas); e de integração do mundo comum por meio de sistemas simbólicos imanentes à ação (RICOEUR, 2007).

Em síntese, o repertoriar das informações propostas culminaram numa sistematização detalhada dos eventos fundacionais, da glória e da humilhação envolvidos nesse processo, os quais “alimentam o discurso da lisonja e do medo” (RICOEUR, 2007, p. 98). Notamos, então, que essa via analítica ensejou a adequada conexão entre “os abusos expressos da memória aos efeitos de distorção que dependem do nível fenomenal da ideologia” (RICOEUR, 2007, p. 98).

Aplicada a atenção investigativa para as perspectivas precedentemente elencadas, procedemos com o compenetrado exame das narrativas que fizeram referência ao que Ricoeur (2007) designou de estatuto da vítima, cujo conteúdo encontra-se enredado numa retórica de detrimientos que conferem ao sujeito a prerrogativa de assumir a condição de cobrador da quitação de uma dívida histórico-social, como uma alternativa eficaz de indenização de sua condição lesada.

É pertinente delinear, aqui, que o conceito de dívida, ora suscitado, não deve ser apreendido como culpabilidade, meramente. Devemos ter em conta, igualmente, que a noção de herança está contida no sentido transmitido por esse conceito. Com fulcro nisso, os exames

incidentes sobre esse ponto evidenciaram que “o dever de memória não se limita a guardar o rastro material, escrito ou outro, dos fatos acabados, mas entretém o sentimento de dever a outros, dos quais diremos mais adiante que não são mais, mas já foram. Pagar a dívida, diremos, mas também submeter a herança a inventário” (RICOEUR, 2007, p. 101).

O processual desenvolvimento dessa pesquisa encerrou, ainda, uma problematização acerca das condicionantes históricas que demandaram o dever de memória, como proposta de promoção de justiça socioambiental, tendo em conta que a injunção pleiteada adquire sentido mediante a acepção dos dilemas experimentados por uma coletividade específica ou pelos agravos do corpo político, em conceber uma recordação pacífica dos episódios traumáticos.

O desdobramento desse propósito estriba-se na seguinte afirmação ricoeuriana:

É a justiça que, ao extrair das lembranças traumatizantes seu valor exemplar, transforma a memória em projeto; e é esse mesmo projeto de justiça que dá ao dever de memória a forma do futuro e do imperativo [...]. É a relação do dever de memória como a ideia de justiça que se deve questionar. (RICOEUR, 2007, p. 101).

Em sùmula, pontificamos que a dissecação analítica processualmente diluída em linhas preliminares demandou o percorrer pelas “planícies áridas da epistemologia do conhecimento histórico para chegar à região dos conflitos entre memória individual, memória coletiva, memória histórica” (RICOEUR, 2007, p. 100). Nisso residiu a necessidade de uma garimpagem documental calcada numa abordagem interdisciplinar, que subsidiou a construção de uma análise sistêmica, integrada e holística da realidade escrutinada.

Afinal, acreditamos que o quadro semântico socioambiental configurado pela heterogeneidade fatorial inventariada indica a existência de afinidades eletivas, em que ocorre o desenvolvimento de um sistema de mutualidade entre distintas variantes. Nesse compasso, foi vital explorarmos o regime circunstancial que modulou esse conceito com o sentido patrocinado pela análise dessa tese.

Historicamente, na Idade Média, a terminologia supracitada teria sido empregada na descrição explicativa dos alquimistas para ilustrar os fenômenos de atratividade e fusionamento dos elementos. Há, também, registros de que, no século XIII, ela foi usada por Alberto Magno, como estratégia discursiva para, por meio da equivalência relacional observada nas associações químicas, subsidiar o seu raciocínio envolvendo as atrações ocorridas entre outros aspectos (LÖWY, 2004).

Essa afinidade elucida como duas grandezas diferentes podem se combinar e se retroalimentarem, a partir de um entrecruzamento de propriedades comuns. De acordo com as

informações explanadas por Löwy (2004), essa abordagem serviu de inspiração para a composição da literatura alemã *Die Wahlverwandtschaften*, romance de autoria de Goethe (2014), que foi publicado em 1809. Nesta obra, o escritor se valeu da química, que era, por aproximadamente uma década, o campo de atuação investigativa de um dos protagonistas da história, para desenvolver um paralelo metafórico capaz de promover o entendimento de como acontece a dinâmica passional entre as pessoas, que estabelece um elo consolidado pelas íntimas compatibilidades almáticas dos apaixonados.

A sentença conceitual de que estamos falando foi alvo de outra reforma de sentido ajustada ao contexto pragmático das ciências sociais. Nessa seara interveio Max Weber, que conservou das primitivas percepções a noção de seleção baseada na reciprocidade, de vínculo por atração e conciliação.

Um título clássico escrito pelo referenciado sociólogo que versou sobre esse assunto foi **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. O seu conteúdo discorreu sobre o intrincado entrosamento sutilmente firmado entre as modalidades sociais tipificadas na designação da obra. Conforme o magistério desse autor, a ótica teórica proposta por ele nessa publicação supera o entendimento convencional pautado na causalidade de um evento, em virtude da primazia de um fator (material ou espiritual) com relação ao outro.

A redação do fragmento posposto, deixa translúcida a fundamentação apresentada:

Em face da enorme barafunda de influxos recíprocos entre as bases materiais, as formas de organização social e política e o conteúdo espiritual das épocas culturais da Reforma, procederemos tão-só a examinar de perto se, e em quais pontos, podemos reconhecer determinadas “afinidades eletivas” entre certas formas de fé religiosa e certas formas da ética profissional. Por esse meio e de uma vez só serão elucidados, na medida do possível, o modo e a direção geral do efeito que, em virtude de tais afinidades eletivas, o movimento religioso exerceu sobre o desenvolvimento da cultura material. Só depois (quando isso estiver estabelecido de forma razoavelmente inequívoca) é que se poderá fazer a tentativa de avaliar em que medida conteúdos culturais modernos são imputáveis, em sua gênese histórica, àqueles motivos religiosos e até que ponto se devem a outros fatores. (WEBER, 2005, p. 153).

Com essas palavras, Weber (2005) intentou demonstrar a existência de pontos de confluência entre o preceito ético de ordem religiosa e a práxis econômica, mobilizando uma operação de mão dupla que possibilitava a manutenção desses sistemas. Notemos que o argumento do autor não endossa uma relação de causalidade e nem de influência, pois o mesmo é patrono da perspectiva da reciprocidade.

Por esse motivo, este teórico não se referiu a uma reprodução do capitalismo na esfera religiosa e nem o inverso dessa lógica. O que de fato ele advogou foi a existência de condições históricas propícias à arquitetura dessas afinidades e seu direcionamento tendente ao capitalista, já que havia outros aspectos que obstaram outras prováveis orientações e que colaboraram para delinear a realidade nos moldes observados.

Portanto, o trabalho dele consistiu em retratar, pelo critério da familiaridade das características de cada um desses contextos, as profundas simetrias que havia entre o perfil puritano ascético e a esfera financeira; entre o enaltecimento calvinista do serviço virtuoso e o *ethos* empresarial da categoria burguesa; a devotada apreciação utilitarista do dinheiro e a aquisição de riquezas; o imperativo puritano do estilo de vida metódico e a obtenção da lucratividade.

Insta mencionarmos que a atuação de determinados condicionantes históricos auxiliará ou não o desempenho da afinidade eletiva. Assim, sua expressividade está adstrita ao que Karl Mannheim denominou de constelação, que é um vocábulo emprestado do ramo astrológico para traduzir o raciocínio da sociologia, para denotar o tangenciamento entre diversos fatores (sociais, políticos, culturais, por exemplo) que refletem a mentalidade reinante numa conjectura social e num período específico. Os elementos coadunados nessa estrutura simbólica se reforçam bilateralmente.

Para incrementar a discussão sobre esse último conceito aventado, propomos a sugestão teórica externada por Elias (1999), quando sublinhou que “é tão plausível examinarmos a cadeia de potenciais consequências como descobrir a constelação particular de fatores responsáveis pela emergência desta e não doutra configuração, dentro das alternativas possíveis” (ELIAS, 1999, p. 177).

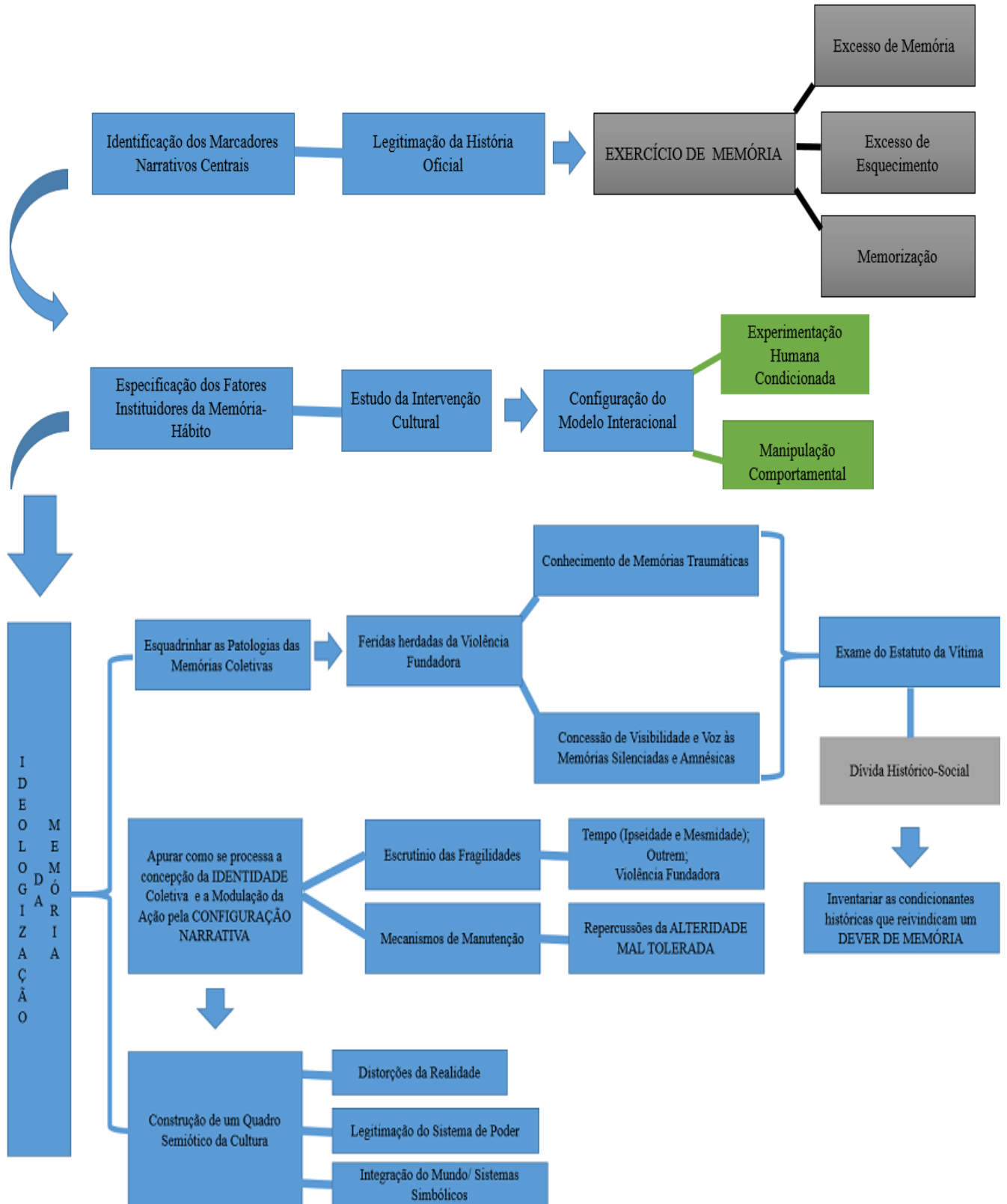
O conteúdo dessa recomendação está orquestrado com a percepção weberiana acerca do papel do cientista social no tocante à reconstituição dos imbricamentos sociohistóricos que convergiram para a formação dos sentidos tributados à realidade. Para ele, o estudo dessas nuances é indispensável para a construção do entendimento da ação social.

Por seu turno, a perspectiva analítica propositada por Elias reside na cognição da processualidade que derivou um determinado modelo configuracional. Esta atividade lida com a conjugação de uma profusão de fatores que, outrora, se encontravam dispersos na sua versão singular, cujas interligações possibilitam a formulação de uma visão multidimensional do fenômeno social.

A fim de assessorarmos os leitores desta tese, na assimilação facilitada da complexidade que tal abordagem metodológica acomoda, construímos uma representação

didática da rigorosa processualidade cumprida para satisfazer as pretensões da pesquisa que resultou nesse trabalho, conforme se pode averiguar no fluxograma posto na página seguinte.

Fluxograma Esquemático da Fenomenologia-Hermenêutica de Ricoeur



2.1.1.1 Análise textual discursiva: unitarização, categorização e metatexto

Tendo esmiuçado a intrincada teorização da fenomenologia-hermenêutica arquitetada por Paul Ricoeur (2007), pretendemos ultimar o detalhamento da tratativa dos dados levantados com a explicação de como foi efetivada a sua devida sistematização analítica, a partir das diretrizes da Análise Textual Discursiva (ATD), que se trata de uma abordagem qualitativa cunhada por Moraes e Galiazzi (2011).

A ATD corresponde a um processo cíclico de três fases, quais sejam: a unitarização, a categorização e o metatexto.

O exame textual é efetivado com assente num acervo documental designado como *corpus*. Esse material agrega o conteúdo alvo de interesse da investigação, através do qual se ratifica a validade e a confiabilidade das informações trabalhadas. Esta empreitada implicou numa triagem meticulosa balizada por uma delimitação bastante precisa, haja vista que o labor científico recaiu somente sobre uma parcela substancial do *corpus*.

Nesta conjectura, os textos são vislumbrados enquanto construções linguísticas associadas à certos fenômenos, sendo, ainda, produtos resultantes dos eventos desencadeados em temporalidades específicas. Ademais, são caracterizados como elementos que recepcionam as manifestações discursivas a respeito dos fenômenos passíveis de leitura, descrição e interpretação, albergando no seu âmago uma profusão semântica.

Nessa senda de elaboração dos sentidos, acentuamos que a atribuição dos significados ao conhecimento construído é dinamizada em articulação com a perspectiva teórica adotada para concretização analítica.

A operação inicial deste mister equivaleu a uma decomposição textual que redundou na unitarização dos dados. A escala (muito ou pouco) desse esfacelamento textual é discricionariamente regulada pelo discernimento do próprio pesquisador, podendo originarem unidades de análise dilatadas ou comprimidas, sendo que o seu desempenho proposita auxiliar na percepção dos distintos sentidos contidos no texto. Cada uma das estruturas textuais fracionadas adquiriu códigos com a finalidade de referenciar a sua proveniência contextual.

As unidades de análise foram determinadas em congruência com os desígnios do trabalho científico, baseando-se tanto em categorias preliminarmente engendradas quanto em circunstâncias emergentes do ato de imersão apreciativa. A consumação dessa manobra gerou um desarranjo a partir de um arsenal textual organizado, oportunizando o surgimento de uma nova configuração, capaz de transmitir um entendimento inédito acerca do fenômeno estudado.

Para este direcionamento, adotamos alguns marcadores centrais (tais como: grupo hegemônico local, política e cultura, fisionomia preliminar da paisagem, potencialidades ecológicas, antropismo, percepção ambiental, impactos ecossistêmicos), que estavam em alinhamento com as orientações teóricas e as interlocuções pretendidas por esta pesquisa.

Assim, a eleição desses filtros se justificou pelo motivo dos mesmos fornecerem os insumos epistêmicos do agir humano, do simbolismo, do metafórico, da discursividade, da ética, da linguagem, da ideologia, que são elementos imprescindíveis na evocação das subjetividades específicas dos sujeitos da territorialidade delimitada para o estudo e na consequente formação da fenomenologia hermenêutica proposta.

Sequencialmente, rumamos para o estágio da categorização, no qual foi diligenciado o recorrente cotejamento entre as unidades previamente auferidas, as quais foram arregimentadas por critério de similaridade de conteúdo. Tais concatenações reverberaram na formação das categorias.

Além da propriedade retro mencionada, a categorização importou na apropriada nomeação e no adequado estabelecimento das categorias, na proporção em que essas foram se formatando. Esse movimento foi viabilizado por um regresso cíclico e constante aos dados e propiciou aos analistas uma otimização na captação paulatina dos significados insertos em cada categoria, que foi sendo progressivamente melhorada e demarcada com maior perícia e exatidão.

Na sua integralidade as categorias condicionam os componentes que subsidiaram a confecção do metatexto que a análise tencionou redigir. É com supedâneo nelas que prospectamos as retratações e as hermenêuticas que constituíram a atividade de exposição das abstrações desta investigação.

A formulação das categorias da ATD pode ocorrer de distintos modos, mas todos eles carregam consigo as motivações dos postulados teóricos embaixadores da ótica analítica. Uma modalidade que pode ser aplicada é a do método dedutivo, que compreende uma incursão ponderativa que vai do geral para o específico, fazendo com que as categorias sejam recursos predispostos à formalização do arranjo combinatório do *corpus* textual. Procedendo desta maneira, as categorias serão frutos da intervenção dedutiva pela interface com a teoria sob a qual se alicerça a pesquisa. Tal contextura nos permitem dizer que as categorias são consideradas como caixas nas quais as unidades de análise serão inseridas de modo organizacional.

Outra alternativa suscetível de utilização é o método indutivo, que apresenta como proposta a composição das categorias com substrato nas informações dispostas no *corpus*.

Essa ingerência se cumpre a partir da incessante confrontação das unidades de análise, momento em que o analista estrutura um amálgama de componentes textuais símiles, regendo-se pelo seu conhecimento tácito para obter como produto as categorias emergentes.

No caso particular da pesquisa em questão foram usadas ambas as tipologias, sinergicamente, pois esta combinação credita uma maior fluência, plasticidade e aprimoramento do conjunto categorial previamente engendrado por dedução, de maneira a evitar o engessamento da análise devido às limitações da teoria adotada, haja vista que buscamos uma exploração generalizada, própria de uma tratativa das ciências ambientais.

Compete falarmos, ainda, a respeito das propriedades das categorias, cujos atributos estão conexos com as prerrogativas de validade e pertinência afeitas aos escopos e ao objeto da investigação. Uma rede de categorias é legitimada como válida somente quando apresenta o condão de traduzir fidedignamente as informações que foram sujeitas à categorização. Isto fica patente caso as categorias radiquem num entendimento facilitado e aprofundado do fenômeno explorado, explicitando uma versão descritiva e interpretativa que não destoe do ponto de vista original.

Ademais, cumpre assinalarmos que as categorias precisam ser homogêneas. Isso denota que tais constructos devem ser gerados com esteio num princípio análogo, isto é, de um prisma conceitual homólogo, pois não comporta incluir numa mesma categoria elementos díspares. Assim, não é pertinente agregar, num mesmo conjunto, física e química quando tal repertório é montado com base no último mote, pois deve-se primar pela homogeneidade.

Cada uma das categorias representa um ângulo peculiar da observação de um fenômeno, mesmo que recaia sobre este um enfoque holístico. Isso reflete o esforço de sobrepujar o reducionismo que ocorreria caso se empreendesse uma contemplação apartada da plenitude de uma realidade. O dilema, aqui, é estabelecer uma dialética entre as dimensões totalizante e parcial, respeitando os limites possíveis.

Após a montagem das categorias, iniciamos o desenvolvimento do metatexto. Essa tarefa acena para a tessitura argumentativa do pesquisador, que se debruça sobre as categorias devidamente individualizadas para conceber uma explanação capaz de promover uma conciliação com todo o esquema de categorias, enveredando a análise para uma compreensão panorâmica, revestida de multicausalidade e circunstanciamento híbrido, adotados como forma de suplantar a perspectiva monista que relega a complexidade da realidade.

A composição do metatexto pode comunicar redações mais descritivas, conservando as informações do conteúdo do *corpus* original. É possível, outrossim, trazer como corolário

um material com conotação interpretativa, distanciando-se mais do texto inicial para gerar intelecções e teorizações mais robustas.

Nesse ponto, o cientista tem a chance de idealizar teses parciais, extraídas das diferentes categorias, as quais atuarão de modo ancilar para corroborar a tese conclusiva depreendida do raciocínio global, no desfecho do labor analítico. Assim, discerne-se que as teses parciais devem difundir uma lógica argumentativa capaz de conferir validade e sustentação à tese central, a qual funcionará como eixo articulador da confluência de todos os constituintes textuais apurados.

Vencidas essas considerações, aditamos, por fim, que a etapa de engenharia do metatexto, dependente de um exercício descritivo, requer que em alguns momentos se incorpore na extensão do raciocínio esboçado os registros das partículas textuais, como comprovação das enunciações aventadas, pois acreditamos ser vantajosa, para melhor detalhamento do fenômeno escrutinado, a ancoragem nas citações originais.

3 SOCIOAMBIENTALISMO E MEMORIALÍSTICA

Na seção em bojo, sintetizamos, a princípio, uma reflexão acerca de como a narratividade, enquanto veículo das subjetividades humanas, absorve as influências da cultura para gerar a semântica socioambiental, sob o esteio da configuração da temporalidade que atribui coerência lógica ao fato memorado, sendo, ainda, um fator determinante para se identificarem as continuidades e as rupturas ideológicas concernentes ao comportamento geracional frente ao ecossistema. Além disso, a narrativa funciona como uma significadora das ações humanas que se processam no tempo, retratando uma realidade externa ao homem e que é assimilada e significada pela sua percepção (que é influenciada pelos fatores culturais dominantes).

Epistemologicamente, demonstraremos, nesse ponto, como a semântica ambiental é derivada de um adensamento temporal das narrativas dos elementos humanos de épocas distintas. Será evidenciado, ainda, que a narrativa possui como atributo a seletividade e a intencionalidade, definindo, assim, o que deve ser fadado ao esquecimento e o que deve ser conservado na memória coletiva.

Toda essa especulação se coadunou com a tríplice mimese idealizada por Ricoeur, para cuja construção recorreu à herança filosófica clássica, com o desiderato de sistematizar as etapas da operação mimética, a qual culmina na consolidação da memória socioambiental que é o cerne articulador de toda a proposta tética aventada, denotando que a materialidade minudenciada na narrativa dos que a vivenciaram incorpora os vestígios de um passado presentificado na paisagem. Deste modo, a memória da paisagem seria, portanto, um compilado de narrativas socioambientais dos grupos que se apropriaram da natureza territorial.

Sequencialmente, expomos tal fenômeno com mais detalhes, dialogando sobre como o homem entalha os seus valores simbólicos na espacialidade, consolidando a sua forma de existência, pertencimento e permanência no mundo, erigindo, assim, uma identidade socioambiental vislumbrada, neste trabalho, sob a ótica de uma textualidade narrativa intergeracional passível de interpretação.

Restará claro que o inventário memorialístico, consolidado no defluxo temporal, propicia o conhecimento da evolução do pensamento social incidente sobre a natureza. Em complemento, abordamos o quanto a experiência humana é mediada por uma complexa rede simbólica, haja vista que a realidade não é excepcionalmente física, mas é composta, também, pelas subjetividades que delineiam as representações e a experiência humana. Deste modo,

para se compreenderem as narrativas socioambientais deve-se decodificar os símbolos que circulam nessa dimensão.

Em prossecução, a memória será revelada como um fenômeno que, a despeito de possuir uma personalidade transata, sofrerá a inovação de seus sentidos por efeito do presente. Notamos, ainda nesse ponto, uma memória versada como uma conciliadora entre os integrantes de uma coletividade, assessorando na reconstituição das lembranças afins; uma propulsora da disseminação e da manutenção dos convencionalismos instituídos pelo grupo; e uma tonificadora do sentimento de pertença do mesmo.

Outrossim, poderemos observar que a conformação do espaço urbano referencia e reproduz as memórias do estofo social que foi responsável pelo delineamento de sua fisionomia. Fora isto, retomaremos a potencialidade da narrativa como vetor da transmissão mnemônica para elucidar sobre a suscetibilidade manipuladora a qual está sujeita, devido às intencionalidades do narrador.

Em sucessão, discorremos a respeito das categorias analíticas ricœurianas que dialogam sobre a distinção conceitual que repousa sobre a espacialidade habitada e vivida. Adentramos, portanto, na ancoragem da memória coletiva ao espaço, o qual está prenhe de narratividades que esboçam as experiências do grupo. Assim, constatamos que o homem espacializa os eventos recordados, pois é nessa dimensão que sua biografia vai sendo construída.

Nisto, inserimos, também, o impacto provocado pela temporalidade que faz com que a substituição geracional provoque um metamorfoseamento na semântica atribuída à espacialidade, por ação do crivo epistêmico atuante em cada período. Além disso, emergirão duas espécies de espacialidade, quais sejam: a corporal e a ambiental, que se confluem para construir a memória espacial.

Percebemos, igualmente, que toda processualidade por que passa a memória, indo de algo particular até converter-se num elemento coletivo, é uma derivação da fenomenologia do lugar. Além disso, verificamos o contexto de humanização do espaço, onde o perfil dos grupos que dele se assenhoreou é introduzido. Assim, investiu-se na premissa de que o estudo da espacialidade subsidia o desenvolvimento da hermenêutica ambiental e possibilita a compreensão das ações do ser no mundo.

Em complemento, comunicamos que os aspectos atuantes na estruturação ambiental urbana, que sedimenta temporalidades múltiplas, estão coadunados com a cultura a qual os protagonistas desse cenário estão jungidos. Aqui, a cidade foi destacada como um território que alberga um conteúdo paisagístico o qual transmite um vernáculo legível (ou seja, a

textualidade narrativa das memórias materiais, historicamente herdadas pela sedimentação temporal das ações humanas). Fato este que suscitou uma reflexão contundente acerca da responsabilidade humana atrelada à integridade da natureza, tendo em vista que as manifestações antrópicas consumadas no presente se incorporarão ao lugar, de maneira à legar para os futuros viventes uma profusão de conteúdos socioambientais que também receberão uma tratativa hermenêutica e que poderão esboçar o comportamento geracional de zelo ou de vilipêndio ecológico, por parte dos agentes sociais precedentes.

Fora isto, afloraram, nesse tópico, as ponderações relativas à mundaneidade em associação com a corporeidade, denotando que a concepção da memória solicita a participação do outro, num aspecto relacional, que se opera num espaço físico e erige as percepções ambientais pela convergência das impressões dos seus interagentes.

Adiante, foram aditadas a essa discussão a importância do elemento testemunhal dos sujeitos da memória declarativa (o eu, os próximos e os outros), vinculados ao espaço vivido, como material profícuo na reconstituição da semiótica ambiental e na validação da veracidade dos acontecimentos reminiscentes, pelo fato de açambarcar as vivências socioculturais.

As elucubrações que foram arroladas descambarão no entendimento de que as memórias socioambientais são saturadas de afetividade, corroborando, assim, o seu valor simbólico que aguça as intersubjetividades do rememorador. Ficou claro, portanto, que o espaço excede o seu papel de orientador geográfico para ser evocador da emotividade do homem, afetando a sua mundivisão.

Por esta via, dialogaremos sobre como a sistematização de uma cartografia das sensações, que é importante veículo contra a obliteração da magnitude do bem ecológico, haja vista que os ambientes onde estão canalizados um acentuado grau de comoção estimulam a viabilidade do interesse social pela tutela e pela luta contra o esquecimento (aqui equiparado a um topocídio⁴).

Finalmente, será averiguada a potencialidade seletiva desempenhada pela cidade, cujo exercício reverbera na outorga de valor à determinadas áreas em detrimento de outras. Ação essa que é instituída pelos parâmetros socioculturais definidores do comportamento humano no ambiente onde está inserto.

⁴ É um conceito concebido por Douglas Porteous, um geógrafo britânico, e acomoda a acepção de uma sutil, silenciosa e gradativa devastação da natureza, ou, até mesmo, dos acervos monumentais que possuem valor simbólico para uma dada comunidade.

3.1 A memória exercitada em Ricoeur aplicada ao entendimento do distúrbio socioambiental

A terminologia memória exercitada faz parte de uma categoria analítica da abordagem teórica de Ricoeur (2007) e denota um dos modos de expressão da memória, isto é, a pragmática. Designa, então, o entendimento de uma manifestação prática, reportando-se não somente ao ato de recepção de algum conteúdo mnésico, mas, alude, igualmente, à ação de procurar mecanismos executores da rememoração. Portanto, é na condição de exercida que a memória se torna um elemento gregário, e, ainda, se firma como o alicerce para o desenvolvimento da historiografia.

Ricoeur (2007) dedicou um capítulo inteiro para o aprofundamento explicativo desse assunto. Nesse material, o autor examinou os usos e os abusos da memória. Para tanto, idealizou um estudo dos tipos mnésicos que é subdividido num raciocínio trino, a seguir descrito: impedida, manipulada e obrigada.

A primeira dessas três tipologias foi refletida no domínio da psicanálise, numa perspectiva de tratativa patológica, transportando os conceitos ali implicados para discutir a memória coletiva. Nessa direção, o teórico ensina-nos sobre a existência de fenômenos de uma psique coletiva que impossibilitam certos grupos de acessarem suas memórias. Compete ao grupo (que assume, nesse contexto, o papel de paciente) pugnar contra sua própria enfermidade ao considerá-la “como um adversário digno de estima, como parte de si mesmo” (RICOEUR, 2007, p. 84), sendo essa a via de possibilidade terapêutica e de obtenção da cura, por ser a propiciadora do desempenho do trabalho de luto, do reconhecimento e do perdão.

No transcurso de sua ponderação, de viés patológico-terapêutico, direcionada para o escrutínio da memória coletiva, Ricoeur se arrimou nos pressupostos freudianos, transpondo tais conhecimentos para o âmbito social, de modo à justificar a conveniência dessa adequação, tendo em vista que a solução curativa proporcionada pela intervenção psicanalítica deve se atentar para a perspectiva psicossocial e, também, para a circunstância histórica na qual o indivíduo encontra-se imerso, pois esses fatores atuam como constituintes do sujeito. Para fundamentar essa tese, Ricoeur se debruçou sobre o estudo de dois títulos específicos publicados por Freud, quais sejam: **Luto e Melancolia e Rememoração, Repetição e Perlaboração.**

Essa interlocução o inspirou a conceber uma fenomenologia da memória ferida, uma vez que era possível desempenhar o exame do traumatismo da identidade coletiva. A partir

dessa compreensão, gerou-se a convicção de que os detrimientos marcantes também podem afetar um Estado ou um conjunto humano, em particular.

A referida patologia seria reputada como “fundamental da existência coletiva” (RICOEUR, 2007, p. 92), tendo em conta que o liame que há entre a história e a violência legitimada assinala o nascimento das nações que causam feridas simbólicas incrustadas na memória coletiva. Afinal, “a glória de uns foi humilhação para outros. A celebração, de um lado, corresponde à execração do outro” (RICOEUR, 2007, p. 92).

O ato de rememoração converte-se, desse modo, numa prática laboriosa, uma vez que a operação sistemática que regula, seletivamente, o conteúdo que deve ser passível de recordação e o que deve ser olvidado (ações reconhecidas enquanto abusividade de memória e de esquecimento, respectivamente) encontra-se envolta nos conflitos de força em prol do controle do dever de memória que, de acordo com Ricoeur, é influenciada por reinterpretações perpetradas tanto pelas categorias de resistência quanto pelas atitudes de repetição compulsiva. Para ratificar a cognição estresada, julgamos, por oportuno, transcrever o pensamento literal do filósofo em comento:

[...] o excesso de memória lembra muito a compulsão de repetição, a qual, segundo Freud, nos leva a substituir a lembrança verdadeira, pela qual o presente estaria reconciliado com o passado, pela passagem ao ato: quantas violências no mundo valem como *acting out* “no lugar” da lembrança. Pode-se até falar, caso queira, em memória-repetição a respeito dessas celebrações fúnebres, mas apenas para acrescentar que essa memória-repetição resiste à crítica e que a memória-lembrança é fundamentalmente uma memória crítica. (RICOEUR, 2007, p. 92-93).

No tocante à memória manipulada, Ricoeur (2007) evidenciou ponderações acerca do mau uso da memória, ensejado pela utilização exorbitante das recordações ou, ainda, pelo esforço abusivo de promover o esquecimento por parte de grupos que detêm a prerrogativa de agenciarem a constituição das memórias oficiais.

Calcando-se nessa lógica, o autor enfatizou o ângulo instrumentalizador da memória ao discorrer sobre a intrincada confluência entre a tríade memória, identidade e ideologia, identificada tanto na esfera individual quanto coletiva. Em súpula, tais lições nos conduzem ao entendimento de que a memória, na qualidade de condicionadora da manutenção da identidade grupal, a depender da maneira como é socialmente manejada, acaba por gerar dois conseqüências: o abuso da memória, provocado pelo seu excesso; e o abuso do esquecimento, ocasionado pela exiguidade mnésica.

Essa discussão envereda-nos para a reflexão alusiva à fragilidade da memória manipulada, problemática essa implicada na questão da identidade. Com foco nesse quadro analítico, Ricoeur versou sobre os atributos que nos testificam e nos diferenciam enquanto nós mesmos, explanando como tal fato impacta nas formações das memórias (tanto privadas quanto coletivas). Exsurge, então, a seguinte indagação:

O que faz a fragilidade da identidade? É o caráter puramente presumido, alegado, pretenso da identidade. Esse *claim*, como diriam os ingleses, esse *Anspruch*, como diriam os alemães, aloja-se nas respostas à pergunta “quem?”, “quem sou eu?”, respostas em “que?”, da forma: eis o que somos, nós. Somos tais, assim e não de outro modo. A fragilidade da identidade consiste na fragilidade dessas respostas em *que*, que pretendem dar a receita da identidade proclamada e reclamada. O problema é assim afastado em mais um grau, da fragilidade da memória à da identidade. (RICOEUR, 2007, p. 94, grifos do autor).

O teórico em apreço elencou o tempo, o outro e a origem como motivos originadores da fragilidade da identidade. O primeiro fator diz respeito à imutabilidade da identidade no defluxo temporal, investindo na manutenção da sua inalterabilidade no porvir. O segundo aspecto suscitado centra-se na reflexão acerca da percepção do outro enquanto um risco em potencial para a nossa identidade. Na visão do autor, essa expectativa funciona como mecanismo de rechaço daquilo que nos é divergente.

O discernimento da terceira questão, por seu turno, comunica a compreensão de que todos os referenciais históricos de qualquer formação preliminar de uma comunidade são marcados pela opressão executada por aqueles que gozavam de uma condição hegemônica com relação aos outros. Esse prisma analítico retrata o legado de uma violência fundadora, haja vista que as ocorrências precursoras são substancialmente tirânicas para aqueles que encontram incompatibilidades com o grupo que se situavam numa situação de triunfalismo, fato esse que repercute em memórias coletivas material e simbolicamente feridas.

Tal discussão requisita um tangenciamento com a perspectiva da ideologia, pois é nesse ponto que são diligenciadas as abusividades de uma memória exercida, contribuindo para que determinado conteúdo mnemônico seja chancelado pela história oficial, que é assimilada, perpetuada e tradicionalmente celebrada. Compreendemos a partir das palavras do autor que:

[...] é mais precisamente a função seletiva da narrativa que oferece à manipulação a oportunidade e os meios de uma estratégia engenhosa que consiste, de saída, numa estratégia de esquecimento quanto da rememoração

[...] De fato, uma memória exercida é, no plano institucional, uma memória ensinada: a memorização forçada encontra-se assim arrolada em benefício para rememoração das peripécias da história comum tidas como os acontecimentos fundadores da identidade comum. O fechamento da narrativa é assim posto a serviço do fechamento identitário da comunidade. História ensinada, história aprendida, mas também história celebrada. À memorização forçada somam-se as comemorações convencionadas. Um pacto temível se estabelece assim entre rememoração, memorização e comemoração. (RICOEUR, 2007, p. 98).

Ademais, é pertinente deter-se um pouco mais nessa senda discursiva sobre o dever de memória, que é apresentado por Ricoeur (2007) como um competente recurso terapêutico para o alcance da cura coletiva frente ao trabalho de luto. Para facilitar a abstração de tal inteligência, o referido filósofo exprimiu que esse preceito está concatenado com a percepção de promoção de justiça, tendo em conta que esse dever vindica a postulação de um imperativo de natureza obrigacional. Assim, a justiça se coloca como uma zona de imbricação do trabalho de memória e de luto com o comentado princípio do dever.

Á vista disso, repousa sobre a justiça a incumbência de, a partir da observância das lembranças feridas, projetar a criação de dispositivos indenizatórios, conferindo:

[...] ao dever de memória a forma do futuro e do imperativo. Pode-se então sugerir que, enquanto imperativo de justiça, o dever de memória se projeta à maneira de um terceiro termo no ponto de junção do trabalho de luto e do trabalho de memória. Em troca, o imperativo recebe do trabalho de memória e do trabalho de luto o impulso que o integra a uma economia de pulsões. Essa força federativa do dever de justiça pode então se estender para além do par memória e luto até aquele formado conjuntamente pela dimensão veritativa e pela dimensão pragmática da memória. [...] Tudo se passa como se o dever de memória se projetasse à frente da consciência à maneira de um ponto de convergência entre a perspectiva veritativa e a perspectiva pragmática sobre a memória. (RICOEUR, 2007, p. 101).

As preleções ricoeurianas afeitas ao vínculo que há entre o atributo da justiça e o dever de memória trazem como lição central a compreensão de que a responsabilidade dinamizada por essa relação conclama pelo pleitear de uma justiça em proveito de “um outro que não a si” (RICOEUR, 2007, p. 101), falando-se de uma prioridade moral incidente sobre a vítima. A fim de desenvolver essa reflexão, Ricoeur (2007) elaborou um pensamento que atribui à dívida a qualidade de herança, pois na sua visão “somos devedores de parte do que somos aos que nos precederam” (RICOEUR, 2007, p. 101). Somos, portanto, portadores de um débito que carece de ser liquidado. Para a efetivação deste mister é preciso que se validem e se reconheçam certas memórias que foram ocultadas pelas versões hegemônicas da história.

De acordo com o juízo teórico explanado, acreditamos que tal prerrogativa tem o condão de conferir visibilidade aos fenômenos sociais pretéritos que tiveram suas memórias invisibilizadas e silenciadas pela atuação das forças dominantes. Seria por esse modo que tais memórias assumiriam a sua devida relevância bem como seriam incluídas no discurso oficial, como forma de reparação dos danos historicamente perpetrados, de maneira intencional, pelos detentores do poder.

Todas as reflexões das categorias mnésicas aduzidas nesse tópico assessoraram na análise das memórias socioambientais itapetinguenses no tocante às omissões sofridas pelas narrativas mnemônicas dos grupos que foram suplantados em razão da dominação pecuária que, por longos períodos, funcionou como legitimadora da história oficial e impediu que outras versões discursivas fossem prestigiadas.

Com fulcro no logro desse anseio, podemos resgatar a importância das memórias socioambientais que recepcionam com pormenores as tragédias ecológicas ocorridas, evitando-se, assim, com que as mesmas sejam reféns dos agentes amnésicos que obstam a emergência dessas narrativas através do abuso de memória veiculada pela pujança do segmento bovinocultor, que operou, incisivamente, para frustrar qualquer tentativa de comprometimento negativo da emblemática identidade heroica dos pioneiros causadores da depressão ecológica legada.

Para endossar o que acaba de ser dito, trasladamos algumas narrativas acerca dos índios mongoiós, as quais foram obtidas por Jussara Tânia Silva Moreira (2018), para a composição do artigo científico que desenvolveu, quais sejam:

Cortei a primeira árvore dessa terra para construir o barraco, mas aqui era índio pra todo lado, eles eram como os bichos, bem selvagens. Às vezes era preciso bronquear com eles. Resistir até que tentaram, mas a gente dava um jeito neles (risos). Depois, ah! De alguma forma foram sumindo, sumindo, até que um dia sumiram de verdade e, ninguém mais ouviu falar deles, e **aqui brotou o pasto da comunidade pecuarista.** (MOREIRA, 2018, p. 10).

Eu fui surpreendido um dia com algo inusitado [...] foi quando me deparei com dois garotos amarrados a um pedaço de madeira que parecia um poste, com vestimentas estranhas e gritando sem parar. Perguntei do que se tratava e a pessoa respondeu: “Isto é índio”! Porque eles tinham que amarrar aqueles dois garotos bem no meio da praça? Mas aquilo era algo comum por aqui. Hoje, pergunto o que fizeram com os índios daqui? Não conheço na história de Itapetinga um índio que tenha sido domesticado. Alguém disse, certa vez, que aqueles índios não habitavam nesta região, que apenas passavam por ela. Eu não acredito nisso, eles habitavam aqui sim, tanto que aquelas crianças amarradas não estavam aqui de passagem. E estavam ali amarrados na praça para ser visto pelo povo. Mas isso era comum, ninguém sabia quem fazia? Todo mundo sabia que eram as autoridades, que era a polícia [...] Essa é uma

das coisas que mais me impressionou e impressiona. Até hoje, emocionou-me toda vez que me lembro daqueles garotos amarrados. (MOREIRA, 2018, p. 9).

O incisivo desbravamento pecuarista na região de Itapetinga não somente suprimiu a riqueza biológica do território, bem como provocou a dizimação de povos tradicionais e de suas memórias, pois eles eram considerados como selvagens e indiferentes aos padrões da civilização. Tais eventos podem ser conferidos pela citação a seguir apresentada:

[...] o mar verdejante da mata foi bóldo, e surgiu a primeira ilha de derrubada. Os índios sentiram a presença de estranhos nos seus domínios, os bichos das matas perceberam a presença do invasor, nos rios, antas, capivaras e lontras ouviram e sentiram o troar das espingardas. Acordava a região, o toque do desbravador do homem e a área de Itapetinga começava a ser integrada ao mundo “civilizado”. Caçadores, viajantes e jagunços tinham dado notícias desta região onde andaram: -A terra era boa, que as elevações eram pequenas, que os rios constantes garantiriam a vida de quem dessas áreas se **apossassem**. (NERY, 1995, p. 101, grifo nosso).

Outra prova de eclipsagem de certas memórias socioambientais, provocada pelo efeito da hegemonia da história oficial promovida pelos pecuaristas, é o notado desaparecimento de grupos precursores da luta pela preservação da natureza, que foram estruturados por docentes e por graduandos do *campus* da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia implantado na cidade, que sucumbiram diante da força de um símbolo econômico (o boi), o que reverberou na diluição dessas memórias de militância. Seleccionamos do repertório mnésico garimpado, algumas das matérias jornalísticas que minudenciam as enunciações arroladas:

CAMPANHA VISA TIRAR O RIO CATOLÉ DO LEITO DA MORTE

Uma campanha desencadeada pela União Municipal dos Estudantes Secundaristas tem como objetivo despertar a atenção da população para a atual situação do rio Catolé, que em alguns pontos está muito sujo, em outros quase seco. Na foto, a situação de descaso na Vila Isabel: lixo nas encostas, que certamente vai acabar dentro do rio. (JORNAL DIMENSÃO, 1996, p. 1).

UMES LANÇA CAMPANHA VISANDO RECUPERAR O CATOLÉ

A União Municipal dos Estudantes Secundaristas de Itapetinga, que tem à frente o estudante de Pedagogia Jorge Rodrigues, deu início em fevereiro a uma campanha visando alertar a população para a necessidade de se recuperar o rio Catolé.

Segundo o representante da UMES, “o rio corre um grande perigo, temos dados de pesquisas que afirmam que a água potável do planeta pode acabar em 20 anos. A ONU também já divulgou que ¼ da humanidade não tem água doce para beber, o que tem provocado mortes e o surgimento de enfermidades. Então, de posse destas informações e sabedores das

deficiências que o Catolé apresenta atualmente, é que demos início a esta campanha, que será dividida em etapas” – disse o presidente da UMES.

A primeira etapa visa especificamente levar a campanha para se tornar de conhecimento público, através dos meios de comunicação, cujo resultado foi a adesão de entidades como a Ordem dos Demolays, grupos de capoeira, grupo de escoteiros, jovens de igreja católica, sindicato rural dos trabalhadores, ALPB/Sindicato, entre outras.

O apoio de pessoas da comunidade, principalmente de moradores próximos às margens do catolé foi outra vitória da UMES, além de autoridades, que por sinal já trouxeram a Itapetinga engenheiros do DDF (Departamento de Desenvolvimento Florestal), órgão ligado ao Ministério da Agricultura e com sede em Salvador, que vieram fazer um estudo visando recuperar as matas ciliares das margens do Catolé.

“Nossa segunda etapa terá como objetivo fazer um trabalho educativo junto à comunidade, e para isto estamos à procura de patrocínios para a confecção de uma cartilha e também de camisetas e faixas para serem distribuídas em vários pontos da cidade. Vamos fazer principalmente um trabalho de conscientização e educativo junto às escolas, bem como nas regiões ribeirinhas do Catolé – acrescentou Jorge. (JORNAL DIMENSÃO, 1996, p. 11).

O grupo Pró-Ecologia formado por representantes de diversas entidades da cidade e que tem à frente o biólogo Antônio Fernando de Paula, professor da Escola de Zootecnia, reuniu-se mais uma vez na terça-feira e esquematizou os preparativos para o início da arborização da cidade, que será feita assim que forem adquiridas as mudas.

No auditório da Rota Transportes, onde foi realizada a reunião, chegou-se ao consenso de que será necessário o empenho de todos aqueles interessados em recuperar o sistema ecológico da cidade, para que a campanha dê certo, uma vez que o nosso “habitar” foi bastante prejudicado com o desmatamento que vem sendo praticado há mais de 40 anos pelos próprios colonizadores e pelos fazendeiros que derrubaram as matas para fazer pastos para o gado[...]. (JORNAL DIMENSÃO, 1989, p. 3).

O apontado colapso socioambiental se comporta, então, como uma ferida de memória, como uma dívida social herdada e que precisa de reparação. A paisagem depreciada é também um dispositivo que aciona as recordações antrópicas de como a ganância de um grupo pode destruir a integridade biológica e culminar numa pobreza ecossistêmica irreversível. Essa dívida requisita, portanto, um alto investimento em estudo científico e em aplicação de recursos financeiros, para impedir o avanço do quadro ecológico visivelmente perturbado.

Com espreque nas definições de Sanchez (2008), justificamos que os impactos ambientais irreversíveis equivalem as modificações ambientais provocadas por um grau extremo de estresse e depauperação antrópica, a ponto de atingir um estado de irremediabilidade do contexto ecológico para as condições primitivas. Assim, não existem diligências humanas, iniciativas sociais, investimentos econômicos ou operações técnicas capazes de reverter essa transformação.

Outra concepção simétrica a do invocado teórico é a de Marina Vianna (2015) e a de Barbosa Neto et al. (2017), que classificou como irreversível o dano ambiental cujo retorno a situação original é impossível. A mesma aduziu como exemplo dessa categoria o assoreamento dos rios, que é uma sequela da erosão das margens.

Brito (1997) é um teórico que compartilha desse mesmo ponto de vista acerca da irreversibilidade de determinados detrimientos sofridos pela natureza. Ele discorreu sobre a insanabilidade da erosão do solo, fenômeno que, geralmente, é acarretado e agravado pela intervenção humana, através da agricultura e silvicultura intensivas, desenvolvidas em áreas de ecossistemas vulneráveis e com o emprego de técnicas inadequadas. Nas palavras deste autor percebemos como são diversas as fragilidades descendentes desse processo, com realce para a redução do potencial de retenção hídrica no solo, para a diminuição do reabastecimento aquático dos depósitos subterrâneos, para o assoreamento dos rios, entre outros efeitos.

No caso específico de Itapetinga selecionamos alguns resultados de pesquisas científicas que atestam a presença de um quadro de irreversibilidade de deteriorações ambientais no município, consolidado como resposta das ações históricas protagonizadas pela pecuária local, consoante suscitado em linhas precedentes, e que serão doravante apresentados.

Um dos trabalhos que retrata esse panorama irreparável é o de Lima e Pinto (2009), o qual comunicou que, em virtude de uma conjunção de fatores como os atributos físicos do solo, que é composto, sobretudo, por argissolos, da baixa proteção das pastagens e da exponencial multiplicação das manadas, houve a compactação dos solos da região num grau crítico.

Na visão deles, esse acontecimento concorreu para a retração da porosidade do solo, especialmente dos macroporos, que propiciam a passagem hídrica e a aeração, de maneira a elevar a densidade aparente e a decair a capacidade de infiltração. Com isso, eles observaram que houve a majoração do escoamento superficial e da erosão. Somado a isso, notaram que as localidades com declividade superior apresentavam um escoamento concentrado intensificado pelas linhas de pisoteio bovino, que causava a criação de terracetes que progrediam até se tornarem sulcos de erosão com distintas proporções.

Escolhemos um trecho dentro do conjunto de argumentações frutos das análises elaboradas por esses autores para endossar, sinteticamente, as explanações acerca dos resultados abordados, qual seja:

O que se verifica são formas imediatistas e predatórias de exploração e relacionamento com a natureza. A natureza responde as agressões sofridas com as alterações ambientais marcadas por solos degradados, processos de desertificação, contaminação das águas superficiais e subterrâneas, extinção de espécies, mudança no regime dos rios, dentre outros conhecidos impactos ambientais que forçam o homem repensar suas atitudes.

Os problemas ambientais que ocorrem na região de Itapetinga, comuns ao restante da Região Sudoeste, estão estreitamente relacionados com a visão capitalista da apropriação da natureza, através de relações de propriedade privada, estreitamente relacionada ao antagonismo e luta de classes. A apropriação, transformação e usufruto da natureza se dão de forma privada, enquanto as suas derivações negativas, através da poluição, erosão, assoreamento de canais, comprometimento dos cursos d'água etc. são socializações indesejáveis, onde, involuntariamente, cada cidadão é chamado a participar de um rateio dos custos desse processo. (LIMA e PINTO, 2009, p. 8).

Aditamos ao rol de análises que testificaram o estrago ecológico, à nível insanável, no município em questão, as conclusões de Costa et al. (2008), os quais descobriram que as habituais ignições dos pastos danificaram seriamente as fontes de água, a vida silvestre, as espécies botânicas, o solo, a salubridade atmosférica. As descrições creditadas pelos autores às lesões suportadas pelo solo são pessimistas, pois explicitam o legado que o ambiente recebeu das práticas inadequadas de manejo, impulsionadas pela lógica financeira imediatista. Consultemos, então, uma parcela textual que sumariza os achados desses autores:

Com relação às desvantagens da queima, citadas pelos entrevistados, destacamos: a degradação e enfraquecimento do solo; ressecamento da terra e queima dos nutrientes; erosão; diminuição da carga orgânica; prejuízo aos vizinhos; destruição da pastagem; destruição da biodiversidade e assoreamento dos rios. (COSTA et al., 2008, p. 6).

Para reiterar o pronunciamento relativo à culminância do status de irreversibilidade de alguns quadros de depreciação ecossistêmica no município foco deste trabalho, suplementamos o escrutínio em curso com as exposições analíticas de Maia, Oliveira e Lima (2011), cujos mapeamentos e levantamentos de campo possibilitaram o reconhecimento dos ruinosos desdobramentos ecológicos promovidos pela pecuária, que englobam a compressão, a contaminação, a erosão e o empobrecimento edafológicos e a conspurcação hídrica.

Santos, Couto-Santos e Fernandes (2020) sedimentaram o conhecimento sobre esse assunto ao asseverar que o concurso entre a devastadora desertificação e a supressão florestal que vitimaram Itapetinga favorecem a intensificada inquinação das águas superficiais, em virtude da falta de recursos ecossistêmicos capazes de inibir a lixiviação que afeta tais fontes.

Uma apuração da compreensão socioambiental dos munícipes de distintas gerações foi desenvolvida por Souza e Figueiredo (2019) para conhecer a opinião daquele público alvo sobre a desertificação instalada no território itapetinguense. Foi demonstrado que a própria população local, espectadora da processual decadência da fisionomia da paisagem, admite ser incontornável o atual estado de dano ecológico, senão vejamos:

Grupo I – pessoas com idades de 20 a 35 anos [...] Sua percepção é de mudança continuada na natureza para pior, com pouca expectativa de recuperação. Assim, o processo de desertificação é uma realidade, e que o desmatamento para cultura da pecuária e escassez de chuvas contribui para a desertificação.

Grupo II – pessoas com idades de 50 a 75 anos [...] Estas pessoas relataram que existiam no município muitas espécies de madeiras de Lei como: Cedro, Sucupira, Jacarandá e outros. A visão destes é de que houve muitas mudanças na natureza, pois espécies deixaram de existir na flora e fauna. Suas expectativas é de que a situação não deve mudar muito e que o desmatamento, a escassez de chuvas contribui para a desertificação.

[...] ambos os grupos apresentaram uma percepção ambiental de que o processo de desertificação é irreversível. (SOUZA; FIGUEIREDO, 2019, p. 5-7).

É unânime, em todos os trabalhos arrolados para estampar a condição específica de Itapetinga no tocante à irreparabilidade do dano à natureza, que o precipitado desenvolvimento histórico das atividades pecuaristas foi o responsável primacial pela consolidação desse cenário catastrófico. Essa concepção generalizada é ratificada pelas seguintes palavras:

A utilização da pecuária semi-extensiva ou extensiva nas regiões semi-áridas passa a ser fator de alteração ambiental devido à lotação excessiva de animais em limites superiores à capacidade de suporte do ecossistema. Em médio prazo pode exercer forte pressão sobre o solo devido ao pisoteio excessivo provocando a compactação (na época chuvosa) e desagregação (no período seco) ocasionando efeitos negativos sobre as propriedades físicas, químicas e biológicas. Em longo prazo, contribui para a irreversível degradação dos solos e da vegetação gerando áreas susceptíveis ao processo de desertificação. (PARENTE e MAIA, 2011, p. 3-4).

Para encerrarmos a análise deste tópico, enfatizamos que o dever de memória, direcionado para o campo das tensões socioambientais, funcionaria como um mecanismo de controle das ações humanas lesivas à natureza. Assim, tal imperativo agiria como estímulo para que os sujeitos do presente projetem um olhar crítico sobre as mazelas do pretérito para esquivarem-se do cometimento dos mesmos erros. Equivaleria, assim, a fazer justiça à

natureza (enquanto sujeito de direitos, conforme debatido no tópico atinente ao assunto) por todos os danos provocados a si.

As articulações de poder que modulam as narrativas socioambientais pela intervenção dos grupos preponderantes são passíveis de análise a partir da metodologia ricoeuriana da tríplice mimese, consoante será estudado no tópico seguinte.

3.1.1 O tempo e o percurso da tríplice mimese na construção narrativa

Ricoeur (2012) alvitrou a concepção de narrativa enquanto uma forma de processamento da percepção do tempo. Isto implica dizer que a narrativa é arquitetada com o transcurso temporal e, também, com as vivências originárias dessa atividade. A partir deste fator, o autor formulou o fecundo modelo da *tríplice mimesis* no qual demonstrou haver uma mútua correlação entre o tempo e a narrativa.

A análise de ambas as grandezas citadas é deveras substancial para essa pesquisa, uma vez que as narrativas socioambientais são moduladas de acordo com a reprodução e a tônica das ideologias dominantes num determinado período. Assim, podemos analisar até que hiato de tempo vigeu determinadas interpretações atribuídas a natureza, isto é, conseguimos apreciar as continuidades e as rupturas das semânticas socioecológicas próprias de um ciclo temporal.

Ao nos arrimarmos no entendimento ricoeuriano, compreendemos que há uma necessidade transcultural na conexão existente entre a ação de narrar um acontecimento (que caracteriza a experiência humana) e a temporalidade. A transição do tempo se converte em tempo humano desde o instante em que é proferido de maneira narrativa. Logo, a narrativa apenas alcança seu significado absoluto quando se transforma numa condicionante da existência temporal (RICOEUR, 2012).

Fundamentado nessa pressuposição, que articula o tempo e a narrativa, Ricoeur se interessou pela exploração da questão do tempo, trabalhado sob o ângulo da interpretação de Santo Agostinho, registrado no XI livro das **Confissões** e nas concepções de intriga e atividade mimética que compõem a obra **Poética** de autoria de Aristóteles. Apesar de terem sido editadas em oportunidades e realidades culturais dessemelhantes e, além disso, aparentarem ser inteiramente antagônicas, Ricoeur reconheceu que “cada uma engendra a imagem invertida da outra” (RICOEUR, 2012, p. 18).

O intuito, aqui, é assimilar a maneira como a conformação narrativa intervém entre a configuração do tempo (na dimensão prática) e a sua sistematização pelo receptor do relato.

Assim, tem-se que a narrativa “eleva-se do fundo do opaco do viver, do sofrer e do agir, para ser dada pelo autor a um leitor, que a recebe e assim muda seu agir” (RICOEUR, 2012, p. 95).

Tomando por substrato esse último pronunciamento teórico literalmente transcrito, realizamos um tangenciamento com uma das inferências desse trabalho, que consiste em acreditar na potencialidade que possui a ciência do conteúdo mnésico socioambiental transato em despertar no estofa populacional contemporâneo (composto por receptores e leitores da textualidade da paisagem) um interesse pela modificação do comportamento antropocêntrico, por intermédio do impacto provocado pela contemplação de um passado social marcado pela depreciação ecossistêmica.

Instauramos, a partir da interlocução com a teoria ricoueriana, a conexão entre tempo, narrativa e memórias socioambientais, baseada nas narrativas dos variados povos, oriundos de períodos distintos, para arquitetar no tempo humano vigente as manifestações culturais que representam e caracterizam as coletividades, os seus comportamentos e os seus estilos de vida.

Ricoeur manifestou dificuldade em determinar com precisão o que é o tempo, e isso se deu em razão da interferência de uma aporia que é experienciada por conhecimentos de mundo distintos. À vista disso, afirma-se que o tempo terá sentido, apenas, se vislumbrado enquanto realidade da temporalidade humana. Ricoeur (2012) revelou que a ação de narrar possibilita a identificação da questão temporal, retomando episódios do passado, empreendendo projeções do futuro e estabelecendo-se no presente.

Em nome de que proferir o direito de o passado e o futuro serem de algum modo? Ainda uma vez, em nome do que dizemos e fazemos a propósito deles. Ora, o que dizemos e fazemos quanto a isso? Narramos às coisas que consideramos verdadeiras e predizemos acontecimentos que ocorrem tal como havíamos antecipado. É, pois, sempre a linguagem, assim como a experiência, a ação, que esta articula, que resiste ao assalto dos céticos. Ora, predizer é prever e narrar é discernir pelo espírito. (RICOEUR, 2012, p. 35).

Conforme o entendimento expressado por Ricoeur (2012), o tempo emprega a narrativa como recurso de manutenção que assegura a reconstituição dos fatos, por consistir num desempenho ininterrupto da aptidão humana, transformando o presente em mais do que uma ocasião que brevemente desvanecerá na memória. Esse raciocínio se articula, adequadamente, com a noção de memórias socioambientais, que são construídas no defluxo temporal pelas narrativas históricas dos elementos humanos, tanto dos períodos pretéritos quanto hodiernos, a partir das quais podemos extrair análises acuradas a respeito das práticas

e atitudes culturalmente antropocêntricas reproduzidas pelos agentes da modificação da natureza, transformando-a em paisagem.

Ricoeur se amparou no pensamento de Aristóteles (1999), que idealizou a teoria da intriga, para postular que somente com a mediação desta é que a operação narrativa obtém sentido e adquire “um contorno, um limite e, conseqüentemente, uma extensão” (RICOEUR, 2012, p. 70).

Contudo, salienta-se que, apesar de o tempo ser elementar para a estruturação da narrativa, essa variante pode não equivaler, precisamente, ao período da ocorrência, pois na intriga o tempo está submetido ao narrador, o qual pode, por critérios pessoais, deturpar a duração do que verdadeiramente aconteceu, podendo enaltecer pontos que, na ocasião decorrida, eram perfunctórios e desprezar informações que se decidiu olvidar e suprimir.

Por isso, na análise dos dados prospectados, há uma dedicação analítica a respeito do esforço do patronato rural em eternizar as memórias do paroxismo do período de glória itapetinguense, proporcionado pela rentabilidade pecuária, relegando as memórias das sequelas ecológicas aos efeitos amnésicos, com vistas a resguardar a utópica identidade hercúlea dos bovinocultores fundadores do município de qualquer colocação desabonadora.

O raciocínio estresido por Ricoeur revela-se de notável importância para a compreensão da formação das memórias socioambientais que são constituídas com supedâneo nas narrativas dos que vivenciaram, experimentaram e semantizaram a natureza com o avanço do tempo, haja vista que “ela não se compõe de formas fixas, mas de uma recriação permanente que tem a ver com um sentimento de continuidade em relação às gerações anteriores, ou seja, que ela é, ao mesmo tempo, dinâmica e histórica” (CUNHA, 2005, p. 15).

Sendo a paisagem algo mutável e inconstante, a sua temporalidade é estruturada com sustentação nos testemunhos daqueles que a narram. Assim, alterações e adequações se sucederão no tempo, a depender de quem produz essa narrativa. Nota-se, então, que tal prerrogativa se ajusta perfeitamente à tessitura da intriga aludida por Ricoeur (2012).

Outra abordagem aristotélica, que também foi alvo do escrutínio ricoueriano, estava relacionada com noção de atividade mimética e foi caracterizada como sendo “o processo ativo de imitar ou de representar. Portanto, deve-se entender imitação ou representação em seu sentido dinâmico de composição da representação, transposição em obras representativas” (RICOEUR, 2012, p. 59).

Desta forma, pode-se considerar a compostura da intriga como derivante de uma narrativa pessoal que sintetiza uma história. Compreende-se, desse modo, que “compor a intriga já é fazer surgir o inteligível do acidental, o universal do singular, o necessário ou o

verossímil do episódico” (RICOEUR, 2012, p. 71). Já no que concerne a *mímesis*, acredita-se que essa não pode ser interpretada como uma mera imitação, mas como algo análogo a outro elemento já existente, cooperando para tornar factual a narrativa.

A *mímeses* estampa a ideia de representação da ação humana, que é inspirada nas construções semânticas acerca da realidade da vida. Este aspecto serve de arrimo para uma pesquisa socioambiental, que pode encontrar nas aptidões dessa filosofia mecanismos benfazejos para auferir as representações sociais acerca da natureza, pois auxiliam no entendimento das nuances simbólicas que regem o relacionamento social com o ecossistema.

O discorrido em linhas anteriores confere suporte para explanarmos, doravante, sobre a *tríplice mímesis* elaborada por Ricoeur, o qual enumerou três níveis de operação mimética que, quando estão concatenados, compõem a associação que há entre as dimensões do tempo e da narrativa, quais sejam: *mimesis I*, denotando o tempo prefigurado, simbolizado pelas disposições éticas e pela constituição poética do mundo social; *mimesis II*, que retrata a concepção de tempo configurado e construído na dimensão do real; e, por fim, a *mimesis III*, que reflete o tempo reconfigurado.

A partir dessa sistematização, Ricoeur conciliou a noção de tempo vivido versado por Agostinho e a questão narrativa anunciada por Aristóteles. Posto isto, o filósofo francês declarou que “o tempo torna-se tempo humano, na medida em que está articulado de modo narrativo, e a narrativa alcança sua significação plenária quando se torna uma condição da existência temporal” (RICOEUR, 2012, p. 93).

Na *mímeses I*, em específico, o tempo prefigurado está intrinsecamente ligado à constituição poética e, também, à compreensão antecedente do mundo e da ação com suas conformações inteligíveis, seus recursos simbólicos e a sua personalidade temporal. Ricoeur assinala, aqui, a imprescindibilidade de o indivíduo ajustar a linguagem ao espaço social e cultural no qual está imerso, tendo em vista que “ao valorizar a fala, o enunciado, o autor afirma a sua natureza social e não individual” (RICOEUR, 2012, p. 98).

Observando por esse ângulo é que respaldamos o discorrer sobre a influência da cultura (enquanto condicionante basilar da visão social acerca da realidade) própria de um recorte social, na forma como o indivíduo significa sua experiência no mundo e a transmite pela via narrativa. No caso da pesquisa em tela, o foco consistiu em problematizar como essa experimentação, dinamizada pela interação socioambiental, é enredada pelos símbolos e pelos valores inerentes ao seu tempo e como a mesma é evidenciada na operação narrativa.

Por conta disso é que a composição narrativa, fundamentada nas estruturas inteligíveis, hasteia o raciocínio de que a compreensão de uma história requisita, também, a

assimilação da tradição cultural a qual a narrativa está vinculada (RICOEUR, 2012). Além disso, a intermediação simbólica se orienta pelas regulamentações dos campos descritivo e interpretativo, tendo em consideração que “se a ação pode ser narrada, é porque ela já está articulada em signos, regras e normas” (RICOEUR, 2012, p. 100).

Tal raciocínio encaminha-nos para o exame aprofundado dos ditames (implícitos e explícitos) da cultura, os quais são involuntariamente assimilados pelos sujeitos e agem como determinantes históricos da ação humana no campo ecológico, possibilitando o desenvolvimento de uma hermenêutica socioambiental, conforme alvitrado por essa pesquisa.

Compreender a narrativa solicita uma imersão no universo simbólico, tradicional, e principiológico que delinea a cultura e, conseqüentemente, constrói a semântica atribuída à natureza. Nisto reside a importância de se esquadrihar os símbolos socialmente convencionados de uma comunidade: para entender como o olhar sobre a natureza foi processualmente construído.

Para refletir sobre a questão temporal, examinada com base na mimesis I, Ricoeur se apropriou do pensamento de Heidegger (2006), no tocante à definição de *ser-no-tempo*, o qual discorreu sobre as distintas maneiras de se narrar a temporalidade frente à ação do homem no tempo, assinalando que a narrativa se processa a partir de um presente que se manifesta sob três perspectivas, a saber: presente-passado, presente-presente, presente-futuro.

Com espeque nesse juízo é que podemos problematizar sobre as continuidades e rupturas que se estabelecem, temporalmente, numa realidade socioambiental específica, e analisarmos as formas de presentificação da herança antrópica do passado na paisagem contemporânea, e, através do exame semiótico dessas nuances, dissecarmos tanto os sentidos pioneiros conferidos ao meio ambiente quanto as reformas semânticas sofridas geracionalmente, as quais foram impulsionadas por algum fenômeno social com força para provocar uma metamorfose de perspectiva nas pessoas, como, por exemplo, influir na constituição de um cidadão ecológico, o qual ordena suas ações com base nos postulados éticos e numa responsabilidade futurística.

Destacamos, nessa incursão discursiva, que o patrimônio antrópico das gerações precedentes hospeda a textualidade histórica da ação do homem no ambiente com o qual interage e desenvolve o sentido da sua existência no mundo. Daí a importância de se gerar uma hermenêutica ambiental a partir dos registros humanos que culminaram na constituição da paisagem.

Retomando o olhar para o pronunciamento atinente ao estudo heideggeriano, frisamos que tal elucubração concentra-se no tempo originário e na procura pela materialização deste

“em nós próprios, na temporalidade que somos” (DASTUR, 1995, p. 77). Heidegger (2006) não se ocupou com a definição do tempo, mas em responder a seguinte indagação: quem é o tempo? O filósofo em comento tratou o homem como sendo o próprio tempo, considerando que a existência deste no tempo não se processa tal qual ocorrem com as demais coisas que há na natureza.

Apoiando-se no raciocínio ora aventado, Ricoeur (2012) construiu o sentido da mimesis I, destacando que:

Imitar ou representar a ação é, em primeiro lugar, pré-compreender o que é o agir humano; sua semântica, sua simbólica, sua temporalidade. É nessa pré-compreensão, comum ao poeta e ao seu leitor, que se delinea a construção da intriga e, com ela, a mimética textual e literária. (RICOEUR, 2012, p. 112).

Visando enrijecer as combinações possíveis entre a mimese ricoeuriana e a temática socioambiental, reitera-se, com substrato na citação retro transcrita, a crucialidade de se aplicar a semiótica como recurso analítico das representações humanas a respeito da natureza, capaz de respaldar as asserções dessa pesquisa acerca do comportamento humano diante do relacionamento ecológico num dado contexto periódico, fazendo com que os agentes fenomênicos (símbolos, cultura, relações de poder etc.), convergentemente ínsitos nessa interação, sejam plenamente compreendidos.

Em continuidade ao conhecimento da sistemática mimética, tem-se que, na mimesis II, o tempo é configurado e estruturado no campo real, onde as narrativas são reputadas tanto como maneiras privilegiadas de cognição do mundo quanto de representação da realidade, abrigando um relacionamento de correspondência com aquilo sobre o que se aborda.

Além disso, a mimeses II se coloca como uma interseção entre os dois mundos, isto é, o do leitor (referente à mimesis III) e o prático (que retrata a mimesis I). Ricoeur se manifesta acerca da mimesis II, anunciando que:

[...] acompanhar uma história é avançar em meio a contingências e peripécias sob a condução de uma expectativa que encontra sua satisfação na conclusão. Essa conclusão não está logicamente implicada por qualquer premissa anterior. Dá à história um “ponto final”, que, por sua vez, fornece o ponto de vista de onde a história pode ser percebida como formando um todo. Entender a história é entender como e por que os sucessivos episódios conduziram a essa conclusão, que, longe de ser previsível, deve ser finalmente aceitável, como sendo congruente com os episódios reunidos. (RICOEUR, 2012, p. 116-17).

Desta forma, prevalece no campo social o pensamento de que toda história narrada possui um sequenciamento, que denota o início, o meio e o término do conteúdo compartilhado. Mesmo que tal esquematização seja utilizada de modo diferente, determina-se a temporalidade com a finalidade de se imprimir coerência lógica entre o acontecimento preliminar e final da situação relatada. Aditamos que o ato de narrar novamente uma história acarreta na inclusão de informações novas, com potencial para tornar melhor compreendido o evento narrado no período presente, isto é, no tempo humano.

Enfim, é na mimese III que “a narrativa alcança seu sentido pleno quando é restituída ao tempo do agir e do padecer” (RICOEUR, 2012, p. 123). Nessa fase, finaliza-se o percurso da mimese e da atividade narrativa, a qual se consuma na experiência da compreensão humana.

O circuito narrativo configura-se no sentido atribuído à narrativa, o qual não é estático por ser formado no acolhimento processual do conteúdo narrado. Deste modo, a experiência do indivíduo destinatário da narrativa é que confere significação a esta, de forma a transformar-se em algo expressivamente substancial.

O receptor de uma tradição ancestral, que referencia as memórias de uma certa sociedade não é meramente um depositário dessas informações, mas assume, além disso, a coautoria do que lhe é narrado. Nessa colaboração, este se transforma em alguém que edifica e modifica a sua experiência pela autoidentificação de si dentro da narrativa desenvolvida, incorporando nela as interpretações e as perspectivas vigentes em seu tempo, as quais são responsáveis pela semantização do conteúdo mnésico socioambiental, que acomodará em si as características do passado que estão presentificadas na materialidade da própria paisagem.

Esta última, elemento primacial da análise aventada, é considerada como a sedimentação das informações antrópicas herdadas pelas práticas socioecológicas geracionais oriundas de distintos períodos, cuja conjuntura constitui uma textualidade mnemônica passível de leitura pelos sujeitos do presente que projetam olhares sobre esse vernáculo ecossistêmico historicamente modificado. Nessa direção, acreditamos que a forma como as pessoas a visualizam e a interpretam reflete muito de si mesmos, das suas convicções, das ideologias dominantes num período, da adesão à determinadas vertentes políticas, etc., Portanto, a hermenêutica ambiental não é uniforme, mas cambia de acordo com a própria constituição do interagente com o mundo do texto (a paisagem).

A partir da teorização exposta, depreendemos que a reconfiguração da narrativa ocorre no momento em que esta retorna ao mundo do agir. Desta forma, o mundo arquitetado pela ligação entre a mímeses I e II tem como corolário a construção de um novo horizonte, haja

vista que o ouvinte interpreta e referencia a realidade narrada tendo por parâmetro as experiências intrínsecas a sua época, e, assim, instituindo a mimeses III, onde se conclui a estrutura hermenêutica idealizada por Ricoeur.

Para finalizar a discussão de que versou esse tópico, registramos um excerto de Oliveira (2011) para quem “o tempo é uma construção social, que integra várias memórias dissociadas que passam a girar em uma esfera contextualizada, em função de um elemento comum: o tempo” (OLIVEIRA, 2011, p. 21). Com base nessa reflexão, o tempo se incorpora à narrativa enquanto elemento basilar da atribuição de significado da paisagem, ação essa que é construída a partir dos filtros culturais prevaletentes num dado período e recorte geográfico, haja vista ser o produto de uma natureza humanizada.

3.1.1.1 A concepção da narrativa socioambiental pela modulação cultural

Estar integrado a um determinado contexto não é algo que ocorre casualmente e nem é destituído de intencionalidade, pois o indivíduo não interage com o meio social sem inculcar neste as suas influências na constituição da realidade e sem ser afetado por este. Ao adentrar no cenário que o permeia este atribui significado e finalidade às coisas, além de compreender, por meio da percepção, o sentido de pertencimento ao mundo. Tal concepção permite afirmar que, “embora seja possível dizer que o homem tem uma natureza, é mais significativo dizer que o homem constrói sua própria natureza, ou, mais simplesmente, que o homem se produz a si mesmo”. (BERGER; LUCKMANN, 1994, p. 72).

Imerso neste domínio semantizado a partir dos seus sentidos e pretensões, o indivíduo que narra uma história possui uma disposição criativa que lhe possibilita tanto a introdução no tempo humano quanto o seu reconhecimento (enquanto requisito de validade reclamado pela coletividade que o escuta e o interpreta). Narrar representa, portanto, a rememoração de um passado sistematizado a partir das ocorrências que conferem sentido ao presente, formando, assim, uma história desenvolvida pelo exercício relacional entre os sujeitos.

A narrativa possui o potencial de imprimir sentido a um ambiente, a um conhecimento, a um feito, revelando, por intermédio dos interlocutores da narrativa, a memória coletiva de um grupo.

Conforme pronuncia Ricoeur (2012), a tradição pode ser qualificada como uma armazenadora de informações sujeitas à permanentes renovações e que, ao serem narradas, investirá sentido à existência do narrador e da coletividade do qual faz parte, cooperando para

que haja a refiguração daquilo que deve ser assimilado pelo imaginário do destinatário da narrativa.

No mundo vivido, a refiguração do passado possibilita a propagação dos conhecimentos e dos sentidos da narrativa, e aquele que a acolhe a acrescenta a sua experiência particular, conferindo novas alternativas de interpretação àquela tradição. Diante disso, afirmamos que narrar repetidamente uma história traz como resultado o enobrecimento da tradição com episódios novos do tempo e, nessa performance de inovação e sedimentação, se institui a patrimonialização.

Valemo-nos dessa asserção para pontificar que o domínio cultural itapetinguense está congado com tal prisma teórico, pois, como é cediço, desde às priscas eras, recaiu sobre a figura do boi uma supervalorização cultural, por concebê-lo como um emblemático propulsor e sustentador do progresso econômico municipal. Formamos, no estudo realizado, a ilação de que esse superlativo grau de valorização outorgado à pecuária suplantou a importância de se conservar a riqueza natural de que a cidade dispunha.

Analisando por esta aresta, é possível compreendermos como a veemência da manutenção futura da tradição pecuária, que comprometeu o hoje da higidez ambiental, deslustrou a magnitude da vida ecossistêmica, tornando-a narrativamente um elemento secundário, perfunctório, justamente porque a força do valor social incidia com mais intensidade sobre àquele em detrimento deste último. Assim, cada vez que a pecuária foi evocada nas narrativas históricas ocorreu um robustecimento da versão conquistadora, esplendorosa do patronato pioneiro que desbravou o território, enquanto que a natureza original apareceu apenas como motivo de vaidade dos vencedores, por terem aproveitado com destreza as potencialidades desse lugar em proveito da bovinocultura.

Em prossecução, aditamos que, quando a refiguração do passado é alcançada no mundo vivido, emergem-se os saberes e os significados da narrativa, de modo que o indivíduo que os absorve acabará encarnando-os a sua experiência particular. Diante disso, acreditamos que a cultura, que é a expressão fidedigna da perspectiva de um povo, é enriquecida com a sedimentação de novos fatos que são manifestos pela via narrativa, ou melhor, pelo compartilhamento das memórias coletivas.

Nesse ponto frisamos a instrumentalização do poder da memória exercitada que, pela ação social dos grupos dominantes, conferiu contorno interpretativo peculiar (inerente às suas características) e status de centralidade às suas narrativas, ao passo em que transformam outras em conteúdos periféricos, como é o caso das memórias socioambientais, cujo material versou dentre outras questões, sobre as mazelas ecológicas provocadas pelo manejo

irresponsável e inconsequente de seus componentes e a miserabilidade social cooptada às custas da exploração humana, em favor da bovinocultura. Por isso, a disseminação e o reforçar destas últimas narrativas não são do interesse desses segmentos hegemônicos que visam preservar a imagem triunfante e heroica dos conquistadores da terra, venerados como os icônicos articuladores do seu progresso econômico.

Nas palavras de Ricoeur, notamos que “as recordações são, por assim dizer, narrativas e que as narrativas são necessariamente seletivas” (RICOEUR, 2007, p. 455), de sorte que narrar uma história não significa, obrigatoriamente, em vivê-la novamente, mas trata-se de uma atividade cognitiva que objetiva a manutenção das experiências.

Aprendemos com as lições ricoeurianas que é na sucessão geracional onde se concentra a atenção da análise do tempo histórico. Nesta, os sujeitos do tempo presente se empenham na recuperação dos subsistentes caracteres legados pelos seus predecessores, fato que possibilita um diálogo entre as distintas gerações e evidencia as influências que sobreviveram ao transcurso temporal.

A reconstituição das memórias socioambientais que se cimentaram ao longo do tempo permitiu, pela via narrativa, tanto o esboço do processo evolutivo do entendimento e da interpretação social a respeito da natureza como a análise das continuidades e das rupturas dessas variantes com relação às outras épocas.

Enfatizamos que foi o estudo integrado dessas forças e das subjetividades contidas no conteúdo mnésico narrativo socioambiental angariado que possibilitou o escrutínio integrado de como foi forjada a hermenêutica ecológica dos protagonistas sociais itapetinguenses, enquanto ótica socioambiental prevalecente, no hiato temporal de 1912 à 2010, consoante plexo problematizador pormenorizado nas últimas seções desse trabalho.

Esse compilado mnemônico espelha, portanto, os valores aderidos por uma sociedade. Isso justifica a importância da investigação conjugada de tais elementos, pois eles atuam como condicionantes da reprodução da vida, do comportamento humano desempenhado tanto entre os seus semelhantes quanto com o ambiente onde se processa a sua existência.

Assim, as narrativas socioambientais propagadas por gerações sucessivas são as propiciadoras da formação da identidade e do sentimento de pertencimento do sujeito com relação à dimensão ecológica com a qual interage, posto que:

[...] o sentido de ser (alguém) precisa apoiar-se em referências específicas dos que vieram antes, seja pela memória, seja pelos ritos, muitas vezes, aceitando, outras vezes recusando o legado dos antepassados. De qualquer forma, mesmo a recusa da herança cultural já significa reconhecê-la como

constitutiva dos sujeitos, ao demarcar autoritariamente de onde se pode aproximar ou se afastar. (CASTRO, 2006, p. 261).

Comungamos do pensamento desse último autor, pelo fato de admitirmos que há um arrimo da instrumentalização existencial dos sujeitos na memorialística cultural, encarada, aqui, como herança da reprodução da consciência antrópica que regeu os agentes sociais predecessores na efetivação da depreciação da natureza. Estamos concordes, também, de que a consciência de uma tradição letal ao meio ambiente pode ser repelida pelo rompimento com a tradição.

Ademais, Ricoeur (2007) justificou que a narrativa se alia à memória no processo de constituição da identidade do sujeito, pelo fato da narrativa ter o poder de definir quem é o sujeito da ação, e este, por sua vez, seleciona aquilo que será rememorado ou olvidado na formação e na continuidade de uma tradição.

Impende salientarmos, nesse ponto, a elementaridade do exame direcionado para a identidade do sujeito da ação depreciativa do meio ambiente itapetinguense, que se confunde, inclusive, com a própria identidade territorial, por receber as influências dos fatores hegemônicos que gravitavam sobre a atmosfera do lugar em análise, a ponto de assumir o fausto distintivo de “Terra do Gado Forte”, ou, ainda, “A Capital da Pecuária Baiana”.

Deste modo, argumentamos que as ações antrópicas perpetradas pelos agentes pecuaristas que hostilizaram a natureza, por longas décadas, foram motivadas como mecanismo de afirmação e de manutenção da identidade assumida por essa aristocracia rural. Assim, a identidade bovinocultora aponta, historicamente, para os principais sujeitos das ações de desgaste ecológico e constata como os demais membros dessa sociedade também assimilaram esses valores na sua própria identidade, manifestando tal fenômeno nas suas ações e na visão de mundo.

Notaremos, nas seções oportunas a essa tratativa, que os referidos sujeitos da ação, de posse da posição privilegiada de exercício de influência (que confere poder, credibilidade e aceitabilidade das suas narrativas) tornaram-se veiculadores das boas expectativas ofertadas pelas promessas de progresso econômico, conferindo abertura para que a pujança industrial capitalista assumisse, em sinergia com o citado segmento bovinocultor, os comandos e os desmandos do gerenciamento explorador e exauriente da capacidade ambiental do município. Tudo isso em prol da reiterada conservação dessa afamada identidade cultural territorial. Por conta disso, é que se fez mister debruçarmos analiticamente sobre as narrativas mnésicas que

minudenciaram as articulações políticas, as quais colocaram em risco o potencial ambiental de uma região.

Nessas narrativas reminiscentes está albergada não somente uma realidade construída sob o esteio do capital econômico, mas uma contextura que incorporou os impactos do capital social, cultural, simbólico e congêneres, conferindo-nos uma compreensão abrangente acerca das interações socioambientais que se processaram no mencionado período delimitado.

O conceito de cultura assumido por este trabalho se vale das considerações da teoria ricoeuriana antecipadamente discorrida, para traduzir o sentido de expressão identitária das narrativas dos sujeitos que se calca na “intenção verbal do texto” (RICOEUR, 1995, p. 74). Tais narrativas podem ser categorizadas como discursos porque são estruturas que congregam um complexo simbólico e a pretensão de perpetuar um pensamento que vem se construindo no defluxo do tempo. Em vista disso, influenciam no sentimento de pertencimento dos indivíduos que hoje narram e persistem em reproduzir uma certa cultura (RICOEUR, 2012).

A noção de símbolo explanada por Ricoeur faz coro com a apregoada por Cassirer (1994), conforme demonstrado abaixo:

[...] não estando mais num universo meramente físico, o homem vive em um universo simbólico. A linguagem, o mito, a arte e a religião são partes desse universo. São os variados fios que tecem a rede simbólica, o emaranhado da experiência humana. Todo progresso humano em pensamento e experiência é refinado por essa rede, e a fortalece. (CASSIRER, 1994, p. 47).

As relações sociais são impregnadas de símbolos que carecem de apropriação para a compreensão narrativa. Portanto, sua análise abarca não somente os componentes materiais e tangíveis, mas, também, as subjetividades que manifestam e que orientam os comportamentos humanos no meio ambiente.

Convém dizermos que o domínio simbólico inspirado pela pecuária itapetinguense foi imortalizado e posterizado por intermédio das expressões artísticas (pinturas, mosaicos em azulejos, estátuas, dentre outras) distribuídas pela cidade. Tais elementos relataram a experiência humana dos dominadores e da depreciação da natureza em obtemperação aos seus interesses de prosperidade econômica.

Ao discorrer sobre o conhecimento simbólico, Ricoeur (1990) atestou que “una filosofía de las formas simbólicas tiene por tarea arbitrar las pretensiones a lo absoluto de cada una de las funciones simbólicas y las múltiples antinomias del concepto de cultura que resultan de ellas”. (RICOEUR, 1990, p. 13).

É conveniente elucidarmos que o ato de reinterpretar o passado no tempo presente se consubstancia como um dispositivo de conservação da memória e como um dos escopos da tradição, a qual não é somente um conjunto de informações sobre o passado e nem é “um intervalo morto, mas sim uma transmissão geradora de sentido”. (RICOEUR, 2012, p. 392).

Mediante o exposto, concluímos que as memórias socioambientais são o resultado da soma das inúmeras narrativas culturais de um povo; um abrangente repertório de símbolos e de sentidos originados pela coletividade na recordação de um tempo transato; são responsáveis por evidenciar “o elo de ligação entre o passado e o presente, elo que liga os fatos cotidianos ou excepcionais à memória, à ação e à identidade cultural dos grupos formadores da sociedade brasileira”. (SOARES, 2009, p. 99).

3.1.1.1.1 A memória coletiva, o reconhecimento e o sentimento de pertencimento ao grupo

Tendo recorrido ao aparato teórico de Ricoeur para estudarmos as questões relativas ao tempo, a narrativa e a tradição, haverá, a partir deste ponto, uma concentração analítica na consolidação das memórias socioambientais por intermédio das coletividades.

Com fulcro na perspectiva ricoeuriana, discernimos que a lembrança é fruto de uma ação seletiva dos episódios recuperados dos recônditos da memória. Assim, ela retrata elementos socialmente gerados que adquirem sentido ao se integrarem a uma dimensão de afecção e sociabilidade que atribui valor a um dado evento.

O resgate reminiscente faz parte de uma prática coletiva erigida numa conjectura social com as adequações precisas para que tenha aderência perante a política grupal. Ao se elegerem os acontecimentos que devem ser tidos por inolvidáveis, tenciona-se o estabelecimento de uma congruência histórica e biográfica.

De acordo com esta acepção, a memória assume as propriedades de triagem, exclusão e manutenção fática. Segundo Meneses (2007), não se deve ignorar a capacidade da memória de promover, propositalmente, uma obliteração, por se tratar de uma estratégia premeditada de esquecimento.

É apropriado realizarmos, aqui, uma digressão com o intuito de destacarmos que o dossiê documental jornalístico, analisado na seção VI e VII, conferiu maior ênfase às sequelas socioambientais angariadas pelo pretexto de ascensão econômica (proporcionada pelo aproveitamento dos potenciais ecológicos), para que o discurso central predominante (que é o da riqueza econômica que ostentava a glória do território itapetinguense) não escamoteie as

narrativas dos depauperamentos ecossistêmicos, que não apresentavam tanta notabilidade social no demarcado período analisado e que foram relegadas a uma posição periférica, estando, até então, fadadas a um fim amnésico.

Há, nesse trabalho, a indicação da importância da projeção do olhar social para as suas memórias pretéritas, com a finalidade de estabelecer uma ruptura com atitudes perniciosas do passado que culminaram em desastres ambientais e, dessa forma, impedir que essas infensas práticas sejam revalidadas e reproduzidas na realidade social contemporânea, pois serão empecidas pelo alerta prognosticador baseado nos exemplos negativos de uma memória socioambiental pautada, predominantemente, em ações capitalistas predatórias da natureza.

Em retorno ao estudo dos pressupostos teóricos de Ricoeur (2007), observamos que o mesmo conferiu realce ao fato de que apesar de a memória ser considerada como um fenômeno do passado, é no tempo presente que ela logra novos sentidos. O lembrar das vivências que se tornaram resquícios acumulados nos arquivos do passado é que tributa significado ao sentimento de pertencimento de uma coletividade no tempo presente. Deste modo, acredita-se que “a memória é o presente do passado, o que é dito do tempo e de sua relação com a interioridade pode facilmente ser estendido à memória” (RICOEUR, 2007, p. 111).

Nessa linha de inteligência, encontram-se as reflexões enunciadas por Halbwachs (2006), para quem “a lembrança é uma reconstrução do passado com a ajuda de dados tomados de empréstimo ao presente e preparados por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora já saiu bastante alterada” (HALBWACHS, 2006, p. 91). Analisando por esta lógica, percebemos que ambos os autores comungam do pensamento de que a memória está estreitamente conexa a um tempo que não é o cronológico.

Estas reflexões teóricas podem respaldar o estudo socioambiental aventado, uma vez que a paisagem, que é o produto de uma natureza humanizada, pode ser considerada como a sedimentação de múltiplos ciclos temporais históricos do labor de gerações passadas. Destarte, a discussão envolvendo a temporalidade e a memória permite-nos a inferência de que a paisagem, observada nos moldes atuais, reflete, consoante dito alhures, uma textualidade do legado ontológico da sociedade que se apropriou do território itapetinguense e o amoldou aos projetos dos grupos bovinocultores.

Podemos dizer, então, que a paisagem geográfica presentifica as memórias transatas evocadas pela materialidade de sua fisionomia, que registra os indícios da atividade humana (comunicados através da decadente insalubridade do rio e de suas matas ciliares; das parcas

coberturas de floresta atlântica, que sobejaram em meio aos pastos para criação de gado, dentre outras).

A memória é, ainda, um condicionante de aderência dos sujeitos a uma coletividade, proporcionando que estes internalizem os princípios que circulam no grupo, sendo, portanto, imbuída por fortalecer o sentimento de pertencimento, tendo em conta que:

[...] a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também seus pontos irreduzíveis. A memória coletiva é uma forma de se obter adesão não pela coerção, mas pelo afeto, pelo sentimento de pertencimento identitário. (POLLACK, 1989, p. 9).

Tendo em vista que, “para se lembrar, precisa-se dos outros” (RICOEUR, 2007, p. 130), é que as referências culturais (que constituem uma tradição, e, por conseguinte, influenciam as narrativas ontológicas relacionadas com a interação humana no meio ecológico) são edificadas pelas memórias, tanto de caráter individual quanto coletivo, as quais viabilizam a consolidação da identidade de um povo. Destarte, é possível assinalarmos que:

[...] é a memória dos habitantes que faz com que eles percebam, na fisionomia da cidade, sua própria história de vida, suas experiências sociais e lutas cotidianas. A memória é, pois, imprescindível na medida em que esclarece sobre o vínculo entre a sucessão de gerações e o tempo histórico que as acompanha. Sem isso, a população urbana não tem condições de compreender a história de sua cidade, como seu espaço urbano foi produzido pelos homens através dos tempos, nem a origem do processo que a caracterizou. Enfim, sem a memória não se pode situar na própria cidade, pois perde-se o elo afetivo que propicia a relação habitante-cidade, impossibilitando ao morador de se reconhecer enquanto cidadão de direitos e deveres e sujeito da história. (LE GOFF, 1997, p. 138).

A conciliação da teorização ora aventada com a realidade itapetinguense enseja a construção de um diálogo proficiente calcado na importância de se perscrutar a memorialística geracional, considerando, nessa conjectura, a processualidade histórica que sedimenta as narrativas oficiais das pretensões pioneiras fundacionais, que, neste caso, se reportam às possibilidades de construção e de manutenção da identidade pecuarista.

Em síntese, acreditamos que a geomemorialística é deveras proveitosa no estudo das conexões socioambientais, que, na realidade em estudo, evidenciou um relacionamento amparado meramente numa perspectiva predatória e reificante da natureza, com vistas à conservação da identidade territorial que dependia da exploração exacerbada dos recursos minerais disponibilizados à época.

Essas sequelas ambientais, legadas pelo período de intensificada atividade antrópica exercida sobre as riquezas biológicas do município, relatam a gana dos seus predecessores que, sob o pretexto de prosperidade econômica, consumiram os bens ambientais até o esgotamento, em benefício do afortunamento de um grupo privilegiado, o que repercutiu na pobreza ecológica irreversível do ponto de vista biológico (do que já foi feito de negativo no solo, na água, na vegetação, na fauna), pois acreditamos que através da restituição de uma ótica preservacionista, a partir da retomada de uma responsabilidade socioambiental, motivada pela adoção dos princípios de responsabilidade, ética e alteridade, inspirados nos pressupostos filosóficos evocados nessa tese, podemos tanto evitar novos casos de depreciação ecológica como os que foram elencados quanto contribuir para a reversão dessa lógica antropocêntrica exauriente.

Partindo da compreensão de que a vida se desenvolve mediante a operação da memória coletiva e social, tem-se que a acessibilidade aos lugares de memória funciona como auxiliadora da construção da história que se realiza no tempo presente. Além disso, cabe reiterar que é por intermédio da memória que se dá a evocação do passado no presente, integrando-se com as percepções atuais (BOSI, 1994).

Os vestígios do passado comunicam os fatos que se sucederam nesse tempo. Contudo, estão sujeitos às manobras de manipulação pelos indivíduos que, debaixo de motivações intencionais, os narram no presente. Em virtude disso, acredita-se que tanto os lugares de memória quanto as narrativas socioambientais revelam-se como construções empreendidas pelos conjuntos sociais que elegem o tipo de conteúdo merecedor de ser lembrado, definindo, por intervenção dos grupos dominantes, os caracteres identitários e as convicções de pertencimento.

Prova disso é que, no acervo documental examinado, observamos que o material mnésico conferiu maior ênfase à pujança econômica promovida pelo grupo bovinocultor em comparação com a tênue abordagem conferida ao estresse ecológico resultante dessa atividade. Assim, as veiculações midiáticas disseminaram uma narrativa heroica que valorizava o protagonismo abnegado dos desbravadores e dos pecuaristas de ciclos temporais distintos, como produtores de riquezas e como responsáveis pelo elevo da importância da cidade, a ponto de culminar numa inteligente manobra de atratividade para implantação de um polo industrial.

Portanto, tal arsenal mnésico dá conta do glamour das exposições agropecuárias, dos prêmios concedidos pela indústria de laticínios para quem conseguisse supri-la com matéria-prima, mesmo diante da veemente seca (frisa-se: isto significa que o estresse ambiental que já

era alarmante foi acentuado pelo estímulo industrial, em forma de reconhecimento de esforço de trabalho de uma classe social, como, por exemplo, a entrega de troféus para grandes produtores de leite).

Outrossim, é tempestivo delinear-mos que a crítica tecida nesse ponto não incide sobre a política de desenvolvimento local provocado por esse empreendimento (que, certamente, reverberou em boas oportunidades sociais, como empregabilidade e educação), mas sobre o silenciamento e a invisibilidade atribuída às narrativas afeitas aos ônus socioambientais herdados em razão da lucratividade efêmera de grupos hegemônicos, a qual ficou circunscrita a um período passado específico e trouxe nefastos desdobramentos que se prolongaram temporalmente e que são percebidos no hoje, e, quiça, no porvir, caso não se adote uma postura de responsabilidade pelo futuro no presente.

Por isso, uma garimpagem das memórias socioambientais se faz tão oportuna (principalmente no contexto presidencial atual de menosprezo à questão ecológica), para dar voz às narrativas que, até então, possuíam um status menos evidente, estando ocultadas nos anais da história e fadadas ao esquecimento.

Além disso, falamos, aqui, de um material que pode servir de parâmetro ponderativo para que se identifiquem na contemporaneidade as práticas que apresentem similaridade com as experiências nocivas dos grupos historicamente dominantes (tal como ocorreu no período considerado nesse estudo), e, a partir desse reconhecimento, refrear a possibilidade de os tais encontrarem outro tipo de oportunidade propícia de extermínio ecológico e de reprodução da gana capitalista, o que pode se dar por meio de uma nova estrutura social composta por protagonistas distintos daqueles do ciclo passado (tais como as empreiteiras da construção civil, indústrias e congêneres), mas com propósito afim: o faturamento em detrimento da hígidez da natureza.

Em prosseguimento à problematização arrolada, ancorada no repertório teórico sobre a memória coletiva, torna-se oportuno pontuar que um indivíduo apartado do círculo relacional com outrem é incapaz de reproduzir as minúcias que retratam determinado fato vivenciado. Inversamente, caso o indivíduo esteja afiliado a algum grupo, este o subsidiará na reconstituição pormenorizada das referências mnemônicas.

Notaremos, na sexta seção, que foi justamente a força exercida pelo grupo bovinocultor, à época alimentada pela sinergia dos seus integrantes, que permitiu que a identidade da pecuária se tornasse um elemento de maior visibilidade e importância social em comparação com as riquezas ecológicas do município, que apareciam na narrativa desses sujeitos da ação simplesmente como insumo para o sustento da aludida identidade.

Nessa teorização, recorreremos, também, ao pensamento de Le Goff (1992), o qual suscita a reflexão de que “há que tomar a palavra como documento no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, imagem ou de qualquer outra maneira” (LE GOFF, 1992, p. 540). Nisso reside a relevância dos lugares de memória, seja na qualidade de fomentadores das reminiscências, ou, até mesmo, como agentes formadores do sentimento de pertença que é enaltecido pelo seu poder propiciador do registro efetivo de um saber. Com enfoque nesse contexto, Lucília de Almeida Neves Delgado (2006) argumentou que:

história, tempo e memória são processos interligados. Todavia, o tempo da memória ultrapassa o tempo de vida individual e encontra-se com o tempo da História, visto que se nutre de lembranças de família, de músicas e filmes do passado, de tradições, de histórias escutadas e registradas. A memória ativa é um recurso importante para transmissão de experiências consolidadas ao longo de diferentes temporalidades. Pois, como afirma Paul Ricoeur: uma vez que entendemos por tradições as coisas ditas no passado e transmitidas até nós por uma cadeia de interpretações, é preciso acrescentar uma dialética material dos conteúdos à dialética formal da distância temporal; o passado nos interroga e questiona antes que interroguemos e o questionemos. (DELGADO, 2006, p. 17).

É cediço que as memórias, quer sejam coletivas ou individuais, se desenvolvem numa espacialidade e que a mesma se comporta como referência das experiências humanas, sendo, pois, uma viga mestra na análise das subjetividades implicadas na relação entre o homem e o meio ambiente, segundo a abordagem do tópico posposto.

3.2 A espacialidade na perspectiva ricoeuriana: entre o habitado e o vivido

Na célebre obra **A Memória, a História e o Esquecimento**, o filósofo francês Ricoeur idealizou uma operação de decifração da memória categorizada como arquivada, empregando os domínios a seguir elencados para o alcance desse intento: o espaço habitado, o tempo histórico, o testemunho, o arquivo e a prova documental.

No que se refere à primeira tipologia citada, Ricoeur (2007) teceu sua exposição analítica com lastro no princípio da inscrição, que tem a ver com as “mutações que afetam a espacialidade e a temporalidade próprias da memória viva, tanto coletiva quanto privada” (RICOEUR, 2007, p. 156).

O autor revelou que a epistemologia do saber historiográfico é proveniente da constituição da formação mnésica e dos registros temporais. Além disso, apregou que as

recordações dos eventos vitais são formadas com base nos conteúdos testemunhais, nos quais estão hospedadas a noção de espacialidade e de temporalidade intrínsecas à experiência própria de um grupo. Cabe sublinharmos, inicialmente, que a memória não existe unicamente no plano singular, mas possui um cariz plural. Em todas essas modalidades há uma combinação entre espacialidade corporal e ambiental, conforme será explorado, *a posteriori*.

As abordagens mnésicas de Ricoeur recebem substantivas considerações atinentes ao espaço habitado, nas quais consta que a espacialidade está profundamente vinculada à narratividade do mesmo modo que o é a temporalidade. Por conta disso é que adotamos os pressupostos teóricos desse autor para assessorar a construção analítica alusiva à paisagem ambiental itapetinguense, tendo em vista ser essa uma espacialidade moldada pela ingerência humana. Desta forma, este universo recebe uma textualidade socioambiental manifestada numa fisionomia geográfica saturada dos vestígios dos povos que ocuparam tal ambiente. Isso implica dizermos, então, que a paisagem é uma narrativa mnésica geracional insculpida, predominantemente, por agentes de poder no transcurso temporal.

Destarte, trata-se de uma dimensão preta de subjetividades que manifestam as nuances ontológicas dos seres gregários que interagiram com este espaço e nele imprimiram as suas identidades, de maneira a convertê-lo numa natureza humanizada com conotação interpretativa, historicamente condicionada pelos múltiplos fatores que serão minudenciados no defluxe deste trabalho.

Conforme ilação decorrente da redação a seguir transcrita, constatamos que quando Ricoeur cotejou a memória na relação com a historiografia (compreendida como materialidade textual histórica) foi para demonstrar que o elemento espacial é considerado como algo indissociável da categoria temporal. Afinal, segundo o referido autor:

[...] pode-se reconhecer aqui uma situação paralela àquela que se encontra na origem da estética transcendental Kantiana, associando o destino do espaço ao do tempo: ao passar da memória à historiografia, mudam de signo conjuntamente o espaço no qual se deslocam os protagonistas de uma história narrada e o tempo no qual os acontecimentos narrados se desenrolam. (RICOEUR, 2007, p. 156).

É tempestivo dizermos, então, que as semânticas espaciais não são perenes, estando suscetíveis às rupturas que se sucedem pela interferência da atividade geracional. Assim, cambiando-se o corpo social que ocupa o território, conseqüentemente, as novas gerações, inspiradas nos filtros epistêmicos vigentes a sua época, exercerão uma ação semiótica no espaço distinta da que lhe foi atribuída outrora, havendo, pois, uma mutação de sentido.

Deste modo, numa perspectiva espaço-temporal, fica nítido que a interpretação do ambiente está alinhada aos pressupostos ideológicos prevalentes em cada tempo. Sucintamente, essa lógica pode ser sistematizada da seguinte forma: mudando-se o tempo, modificam-se os agentes e alteram-se os significados do espaço.

Em razão disso é que as últimas seções desta tese evocarão uma problematização holística, integrada pela investigação de múltiplos fatores que concorreram, sinergicamente, para a constituição semiótica da natureza disposta no território itapetinguense e que foi vigente durante o interregno temporal estimado por esta pesquisa. Isto implicou, portanto, em apurar como esse espaço ambiental foi produzido narrativamente e como esse material identifica as motivações que inspiraram o sujeito da ação ecologicamente nefasta.

Nessa toada, os resultados desse trabalho são frutos de uma garimpagem híbrida que comportou os símbolos culturais, os fatores ideológicos, políticos e filosóficos gravitantes sobre o âmbito coletivo da precitada cidade, pois esses elementos foram determinantes para o entendimento de como se deu a consolidação de um relacionamento ecológico firmado sob uma perspectiva utilitarista, reificante e subalternizada da natureza, haja vista que a mesma era vislumbrada, apenas, como potencialidade de manutenção da identidade territorial pecuarista.

Ademais, cabe dizermos, nessa construção teórica propedêutica, que as transformações das variantes referenciadas por Ricoeur remetem a dois tipos de espacialidade: a corporal, tipificada pela propriedade de deslocamento efetuado pelo corpo num dado espaço; e a ambiental, relacionada com a constituição do ambiente. Com fundamento nessa ótica, assinalamos que as grandezas tempo e espaço estão intimamente correlatas com as ações de oralidade e escrita, já que:

[...] é em conjunto que o aqui e o lá do espaço vivido da percepção e da ação e o antes do tempo vivido da memória se reencontram enquadrados em um sistema de lugares e datas do qual é eliminada a referência ao aqui e ao agora absoluto da experiência viva. O fato dessa dupla mutação poder ser correlacionada com a posição da escrita relativamente à oralidade é confirmado pela constituição paralela de duas ciências, a geografia de um lado, secundada pela técnica cartográfica [...] e do outro a historiografia. (RICOEUR, 2007, p. 156).

Ao se pronunciar a respeito do espaço vivido, Ricoeur mencionou o “antes” conexo às situações rememoráveis. Nisso, a escrita aparece como encarregada por gravar as minúcias, com o desiderato de produzir um mapeamento dos espaços, enquanto que a historiografia é

apresentada como um recurso sistematizador da oralidade, isto é, das narrativas que se reportam às ocorrências transatas.

Nessa senda teórica, ambas as espacialidades são aduzidas como elementos ínsitos ao ato mnêmico e manifestam-se, nesse diálogo, como resultantes do liame entre o espaço e a memória. Recordações relacionadas com o espaço, tais como a residência ou, ainda, de localidades turisticamente experienciadas, possuem o condão de elucidarem como a memória privada se converte em socializada para, posteriormente, se transferir em coletiva.

Sublinhamos que a perspectiva de Halbwachs (2006) acerca da sistemática de formação da memória individual difere da explanada por Ricoeur (2007), uma vez que, para àquele autor, a primeira tipologia mnésica absorve da segunda a lógica, as referências para as incorporarem na sua constituição, modulando a lembrança de acordo com as características da coletividade da qual é integrante.

No entendimento ricoueriano, essa dinâmica, que se desloca do privativo e descamba no universal, configura todo o processo da designada “fenomenologia do local” ou “lugar”. Com esteio nessa perspectiva, afirmamos que tanto a espacialidade corporal quanto a ambiental se conectam entre si e formam uma memória do espaço. Em Ricoeur (2007) compreendemos que “meu lugar é ali onde está meu corpo. Mas colocar-se e deslocar-se são atividades primordiais que fazem do lugar algo a ser buscado” (RICOEUR, 2007, p. 157).

O filósofo francês empregou no seu texto o legado de Edward S. Casey, um eminente investigador que se debruçou sobre o estudo do espaço atrelado à memória, ao problematizar como os lugares são compreendidos por intermédio do deslocamento corporal. À guisa de ilustração quanto ao discorrido, Ricoeur se utilizou do périplo de Ulisses, protagonista de dois épicos da literatura ocidental, a **Odisséia** e a **Iliada**, para contextualizar o percurso do viajante e a interferência da ação de “deslocar-se” para a formação da memória, conforme verificamos do excerto abaixo:

Embora o título referido sugira alguma nostalgia desejosa de “repor as coisas em seus lugares” trata-se de toda uma aventura de um ser de carne e osso que, como Ulisses, está tão completamente em seu lugar junto aos sítios visitados quanto no retorno à Ítaca. A errância do navegador não clama menos por seus direitos que a residência do sedentário [...] Mas colocar-se e deslocar-se são atividades primordiais que fazem do lugar algo a ser buscado. Seria assustador não encontrar nenhum. A inquietante estranheza ligada ao sentimento de não estar em seu lugar mesmo em sua própria casa nos assombra, e isso seria o reinado do vazio [...] Para dizer a verdade, é sempre possível, e frequentemente urgente, deslocar-se com o risco de ser esse passageiro, esse caminheiro, esse passeador [...]. (RICOEUR, 2007, p. 158).

Do exposto, observamos que, tanto em Ítaca ou noutra região, o personagem em tela constantemente se empenhava em colocar as coisas em “seu lugar”, na tentativa de tornar seu o lugar onde habita. Notamos, então, como o espaço se torna humanizado, incorporando as características dos homens que dele se apropriam, e, em virtude disso, se firma como um portentoso detentor de sua memória, seja ela individual ou grupal. Destarte, a materialidade espacial está prenhe da subjetividade humana.

O título em específico que mereceu análise de Ricoeur foi *Getting Back into Place*. Tal obra encerra uma discussão alusiva à função do espaço, além de explorar a espacialidade através da noção de pertencimento. Acreditamos, portanto, que a ação de perscrutar o espaço se firma como condição precípua para a hermenêutica ambiental e para a compreensão da existência do ser no mundo.

A apreensão do aspecto corpóreo no espaço passa, também, pela análise ricoeuriana ao se utilizar da **Poética do Espaço**, produção científica de autoria de Bachelard, em que o referido autor se concentrou nas divagações afeitas aos aposentos da casa, reservando para tal propósito um capítulo denominado **Do Porão ao Sótão**. Assim, tendo este pressuposto teórico por fundamento de suas enunciações, Ricoeur prelecionou a respeito do espaço habitado como sendo um ente que está em conformidade com as dimensões corpóreas, ou seja, com os revezamentos que ocorrem entre a ação de repouso e movimento que designa o ato de habitar. Neste momento, apareceu a distinção que há entre as tipologias de espaço vivido e público e a indicação de que entre estes espaços existe um outro, o geométrico.

Consoante apontado, anteriormente, a formação espacial, territorial e paisagística dimana da subjetividade do corpo social. Isto implica dizer, então, que os fatores que agem nas conformações dos ambientes estão entrelaçados com a cultura que enreda os participantes dessa conjectura.

Deste modo, o meio ambiente urbano recebe temporalidades distintas, perceptíveis na sua materialidade: no conjunto predial, no acervo monumental e na fisionomia da natureza. Assim, a estrutura citadina comporta o adensamento das tradições e dos interesses que vigoraram num determinado período, cujos detalhes estão incrustados na realidade antropocêntrica, pois todo o seu conjunto engloba, além do aspecto visual, informações equiparadas, nesse caso, a um texto passível de ser lido, haja vista que:

[...] uma cidade confronta no mesmo espaço épocas diferentes, oferecendo ao olhar uma história sedimentada dos gostos e das formas culturais. A

cidade se dá ao mesmo tempo a ver e a ler [...] A cidade também suscita paixões mais complexas que a casa, na medida em que oferece um espaço de deslocamento, de aproximação e de distanciamento. É possível ali sentir-se extraviado, errante, perdido, enquanto que seus espaços públicos, suas praças, justamente denominadas, convidam às comemorações e às reuniões ritualizadas. (RICOEUR, 2007, p. 159).

Depreendemos do exposto que o espaço é carregado de afetividades. Os valores simbólicos que lhe são auferidos impactam na relação entre o homem e o meio que o circunda. Em função disso, alguns territórios transparecem ser mais especiais que outros, possuindo uma importância maior e, por conta disso, lhes são dispensados maiores cuidados conservacionistas, são tombados como patrimônio, alvos da tutela jurídica.

Todas essas nuances são evidenciadas nas subjetividades humanas, ao evocarmos os sentimentos que os grupos possuem com relação a algumas referências espaciais. Consideramos que a própria vida do homem está associada com o espaço. Portanto, a ausência de afinidade provoca-lhe uma sensação de distanciamento, ou melhor, de alheamento quanto ao lugar.

Pedimos vênias, nesse ponto, para atrelarmos esse pronunciamento ricoueriano específico aos achados dessa tese, quando centralizamos atenção no valor expressado pela figura do boi para a sociedade itapetinguense, que é o ícone primacial da retratação de sua cultura. Reprisamos que neste símbolo está acomodada toda a história de identidade territorial, de desenvolvimento político, econômico e, numa somatória dessas nuances, encontram-se as motivações da metamorfose socioambiental, pois, no período em apreço, ela atuava como o combustível de toda engrenagem de poder do grupo aristocrata dominante.

Assim, os sentimentos relacionados ao território eram, em sua maioria, mediados pela bovinocultura, que encontrou na espacialidade ambiental, em tela, os dotes recursais favoráveis a si. Era, portanto, um vínculo predominantemente exploratório, mas escamoteado por uma narrativa romantizada por uma fictícia afinidade por aquelas terras, argumentos esses desmistificados pela recorrente dialética de interesse pela vocação do lugar, por parte dos seus históricos titãs.

Visando compreendermos, com maior precisão, como as cidades revelam a articulação entre o tempo e o espaço, torna-se mister suscitar o raciocínio de Ricoeur quanto ao traço temporal introduzido na dimensão narrativa, pois, na opinião deste autor, o ato de habitar está jungido ao de construir e neste estão implicados a narratividade e a arquitetura, interligadas na constituição espacial.

Ao conferir um trato analítico ao assunto, Ricoeur (2007) mencionou como exemplo a frase “eu estava lá” (RICOEUR, 2007, p. 156) para traduzir o enfoque de uma impressão temporal na experiência da memória afiliada ao espaço. Sintaticamente, o imperfeito gramatical transmite a noção de fluidez temporal, mais pontualmente do pretérito. Deste modo, ata-se a fixação espacial ao atributo declarativo de uma memória sucedida num determinado lugar.

É válido transportarmos para esse diálogo as conclusões de Umbelino (2011), que, arrimado no pensamento de Ricoeur, reiterou que a ação narrativa traz em sua gênese um traço temporal (pretérito) e o advérbio, neste caso o “lá”, remete à referência geográfica, ao espaço.

É pertinente salientarmos, igualmente, que o espaço vivido, essencialmente humano e derivado do processo narrativo de si mesmo, e também do outro, difere do espaço habitado. Aquele nasce em contraposição com a representação de espaço geométrico, mensurável, homogêneo, externo e se ocupa das experimentações que são operacionalizadas em interação com o espaço por intermédio das dimensões e impressões do corpo (veículo de assimilação e da tradução do mundo externo), isto é, da corporeidade. O desenvolvimento analítico em apreciação descamba, portanto, no entendimento de um tempo que é assimilado ao passo que é narrado.

Propositando agregar maior robustez quanto à relevância do espaço retratado não somente sob o prisma local, mas, também, enquanto meio onde se processa a convivência e por onde circulam as relações de poder, sendo, ainda, o ambiente no qual se sedimentam os repertórios narrativos dos grupos que dele se apoderam, enfatizamos, aqui, as asserções de Ricoeur (2007), ao versar sobre a significância dos espaços sob a ótica da relação do homem com a mundanidade⁵. Tal filósofo é categórico ao declarar que a memória não é concebida apenas pela operação cognitiva de um particular, mas é formada, outrossim, pela participação do corpo de outrem. Logo, por esta lógica, a existência do “eu” depende do “outro”. Ademais, é preciso que haja um espaço físico para que os eventos possam se suceder, gerando um imaginário.

Assim, as impressões do “outro” são cooptadas às do “eu”, para gerarem as percepções ambientais e, conseqüentemente, às recordações das vivências que se deram nesse domínio. De certo, uma lembrança evocada não acomoda unicamente o “eu”, haja vista que as

⁵ A mundanidade permite que o sujeito se reporte, a partir do presente, à recordação dos eventos participantes da sua existência, aludindo aos lugares por onde foi, apontando as sensações experimentadas. Além disso, indica a materialidade das lembranças, por intermédio de uma série de fatores, tais como: os outros, os lugares, e o calendário (QUADROS, 2016).

variegadas circunstâncias das quais o indivíduo foi participante decorrem da interação com outrem. Frente a essa elucubração, afirmamos que a prática mnésica encerra as diversificadas experiências socioculturais (situações do mundo) nas quais os atores sociais estão engajados (observando, conhecendo, vivenciando).

Tomando esses preceitos como arrimo da problematização arquitetada neste trabalho, antecipamos, desde já, que foram reunidas reminiscências relacionais, de caráter socioambiental, que transmitiam a instrumentalização conjunta do grupo pecuarista que perspectivava desenvolver no solo itapetinguense os seus projetos de vida, a partir da impressão positiva que possuíam a respeito da experimentação com o lugar. Esse grupo, em específico, apresentava memórias afins por disporem, também, de propósitos convergentes. Vale salientar, ainda, que esse conjunto social apresentava uma percepção ambiental intrínseca aos seus interesses, evidenciando, portanto, uma forma peculiar de interação com o mundo que será detalhada na seção correspondente a sua tratativa.

Em face disso, tornou-se importante repertoriarmos os pródigos testemunhos relacionados ao espaço vivido para reconstituirmos a heterogeneidade hermenêutica a respeito do mesmo, pois nesse material estão concentradas as construções subjetivas que se consolidaram no escoamento histórico por influência da política, da cultura, da filosofia que regeram as relações socioambientais em cada lapso temporal, pois certamente:

[...] não nos lembramos somente de nós, vendo, experimentando, aprendendo, mas das situações do mundo, nas quais vimos, experimentamos, aprendemos. Tais situações implicam o próprio corpo e o corpo dos outros, o **espaço onde se viveu**, enfim, o horizonte do mundo e dos mundos, sob o qual alguma coisa aconteceu. (RICOEUR, 2007, p. 53, grifos nossos).

O processo de reconhecimento é destacado pelo autor como sendo uma das tipologias mnemônicas propostas por Casey, que é designada de transição e é caracterizada, *a priori*, como um recurso assessorio da lembrança, uma forma de ratificá-la. O fenômeno em questão encaminha-nos para a reflexão acerca da presentificação do ausente. Nisto, Ricoeur (2007) constatou que “a coisa reconhecida é duas vezes outra” (RICOEUR, 2007, p. 56), abarcando as seguintes propriedades: ausência e anterioridade. Tendo em conta tais circunstâncias, assinalamos que a memória oportuniza a convivência entre as vivências atuais e transatas, influenciando nos regimes de representações hodiernas.

Adaptando essa conceptualização para o estudo de personalidade socioambiental, temos que, a partir da noção de paisagem, vislumbrada enquanto acúmulo das experiências humanas ao longo do tempo, acreditamos que o ambiente está impregnado de impressões de

grupos que, apesar de ausentes, incutiram no cenário as suas características ao amoldá-lo as suas pretensões e esse legado pode ser apreciado na dialética do concreto distribuído pelos espaços do território e pelas intenções humanas que desenharam a fisionomia da paisagem.

Afirmamos, ainda, que nesse território está incutida a identidade de um povo que dele se apropriou. Assim, apesar de o elemento humano que ali inscreveu as suas marcas desvanecer pelo efeito temporal, há uma eternização do seu património. Por esse motivo, geramos a ilação de que a paisagem presentifica os traços antrópicos, próprios de uma época pretérita, que vão se assentando na memória ecológica de um lugar e mesmo que não existam mais os agentes responsáveis pela sua modulação, a sua herança vestigial denuncia a sua permanência.

O reconhecimento atuaria, portanto, na identificação desses elementos passados que perduram na contemporaneidade, possibilitando-nos distinguirmos na paisagem a persistência do legado dos grupos primitivos que a ocuparam. Esses vestígios comunicam os pormenores do estilo de vida e das prioridades a que estes eram adeptos, possibilitando, por esta via, reconstituirmos as semânticas que os tais transmitiram para a geração atual. Assim, “os lugares ‘permanecem’ como inscrições, monumentos, potencialmente como documentos, enquanto as lembranças transmitidas unicamente pela voz voam, como voam as palavras” (RICOEUR, 2007, p. 58).

Toda esta discussão conclama-nos a uma responsabilidade na⁶ natureza, como princípio a ser transmitido como inspiração para as gerações futuras, haja vista estarmos cónscios de que as ações antrópicas hoje perpetradas se incorporarão à paisagem, presentificando-se no porvir e tornando-se objeto de apreciação, tal qual a proposta em tela. Talvez, esse apontamento ressoe ainda mais impactante por efeito da interrogação de quais seriam as impressões pósteras que uma hermenêutica socioambiental captaria, ao se reconstruírem futuramente as memórias do presente de um dado lugar. Seria uma leitura que atestaria um comprometimento salutar ou traduziria um desprezo para com o ecossistema?

A argumentação até então esposada permite-nos dizer que a procura pelas ocorrências retroativas sinaliza um itinerário rumo a outra época e se estriba numa dupla alteridade na representação de suas recordações. É na condição de duplamente outro que o passado presentificado se manifesta, segundo a transcrição literal posta a seguir:

⁶ Nessa tese, quando falamos de interação humana e inumada, usamos a expressão ‘do homem na natureza’ ao invés de ‘o homem com a natureza’, pois queremos enfatizar a compreensão de que a humanidade é componente intrínseco da mesma e não deve ser mirada como um elemento díspar, conforme foi socialmente construído por múltiplos fatores ao longo da história.

Assim, pelo fenômeno do reconhecimento, somos remetidos ao enigma da lembrança enquanto presença do ausente anteriormente encontrado. E a “coisa” reconhecida é duas vezes outra: como ausente (diferente da presença) e como anterior (diferente do presente). E é como outra, emanando de um passado outro, que ela é reconhecida como sendo a mesma. Essa alteridade complexa apresenta, por sua vez, graus que correspondem aos graus de diferenciação e de distanciamento do passado em relação ao presente. (RICOEUR, 2007, p. 56).

Os ensinamentos teóricos extraídos dessa explicação ricoeuriana nos assessoraram na reflexão acerca das reminiscências que recepcionam o detalhamento narrativo do conteúdo socioambiental itapetinguense, o qual evidenciou, a partir da dimensão experimental dos atores sociais da época analisada, as processuais metamorfoses a que a fisionomia da natureza foi submetida pela ação humana incidente sobre ela.

À vista disso, notaremos, em leitura da seção oportuna, que esse arsenal mnésico ilustrou, detidamente, tanto a estética ecológica primitiva (composta por densas florestas, pelo superlativo fluxo hídrico do rio catolé, pela exuberante biodiversidade) quanto as condições degradantes hodiernamente estabelecidas, fato esse que se alinha à referida proposta analítica de Ricoeur, pois podemos considerar, por essa via, a paisagem como um elemento memorialístico que comunica as subjetividades humanas evocadas pelas experimentações ocorridas no lugar, que ancora e sedimenta tais fenômenos na sua materialidade, modelada pelas pretensões dos grupos dominantes.

O atributo mnésico da ausência e da anterioridade se ajusta a esse trabalho, em virtude de uma nova configuração visual da natureza que substituiu a anterior, mas que é passível de reconhecimento no presente pelos registros testemunhais dos que vivenciaram tal experiência socioambiental transata.

Com fulcro na lógica em bojo, podemos inferir que uma avaliação ecológica, ensejada pelo labor de reconstituição mnésica, propicia a construção de um juízo acurado sobre o quanto a realidade socioambiental atual apresenta ou não similaridades com o passado, isto é, permite aferir o quão aproximada ou afastada essa sociedade está em relação ao passado, à nível de comportamento, em comparação com a política exploratória dos seus predecessores.

Dando sequência à construção do estofamento teórico, sublinhamos a necessidade das reminiscências de se ancorarem num espaço materialmente inexistente. Ao se referir a essa realidade, Ricoeur (2007) a trata como sendo fenômenos que não nos distanciam “da esfera da intencionalidade” (RICOEUR, 2007, p. 57). Para corroborar o que se anuncia, o autor arrimou suas recordações em lugares por onde jornadaou, conciliando-as às emoções. Contudo, é do

presente que são suscitados os espaços por ele percorridos, conforme ilação do texto apresentado a seguir:

Defrontamo-nos com uma série de fenômenos mnemônicos que implicam o corpo, o espaço, o horizonte do mundo ou de um mundo [...] Lembro-me de ter, por muito tempo, morado naquela casa daquela cidade, de ter viajado para aquela parte do mundo, e é daqui que eu evoco todos esses láis onde eu estava. **Lembro-me da extensão daquela paisagem marinha que me dava o sentimento da imensidão do mundo.** E, quando da visita àquele sítio arqueológico, eu evocava o mundo cultural desaparecido ao qual aquelas ruínas remetiam tristemente. Como a testemunha numa investigação policial, posso dizer sobre tais lugares que “eu estava lá”. (RICOEUR, 2007, p. 157, grifos nossos).

Notamos, no texto em exame, como as memórias ambientais são revestidas de sensações afetivas que tornam o espaço um elemento dotado de valor simbólico, fazendo alvorecer no observador as intersubjetividades. O espaço, para além de uma mera referenciação geográfica, afeta as emoções do homem, provocando nele reflexões sobre a sua posição no mundo.

Situações até mesmo paradoxais, tais como as suas permanências e as suas rupturas, se estabelecem através da relação espacial aliançada com a existência humana. Portanto, a experimentação do mundo, mesmo que por meio de oportunidades efêmeras, como a de uma viagem, por exemplo, impacta o homem definitivamente, havendo, pois, uma lapidação da sua perspectiva de mundo, derivada das aprendizagens acumuladas por essa via.

Nesse momento, tomamos como foco de atenção o exemplo da excursão arqueológica aplicado por Ricoeur (2007), na condição de estímulo de afluência recordativa do obliterado universo cultural reduzido a destroços que figuravam como fontes de informações mnésicas de uma realidade materialmente inexistente. Essa menção nos reporta, por similaridade, ao contexto socioambiental itapetinguense, uma vez que o visível panorama de depauperização ecológica acabava por sublimar a riqueza ambiental que foi aniquilada e que era inerente a um período precedente, remanescendo latente somente nos registros mnemônicos dos mais antigos habitantes da região e no arsenal documental prospectado para a pesquisa que resultou neste trabalho. Esse fato contribuiu para corroborar o entendimento de como o mundo ambiental foi preterido com relação ao privilegiamento conferido à manutenção cultural da pecuária.

Pautando-nos, novamente, na via da interação com o ambiente, contemplamos que os resquícios do passado, conservados no cenário moderno, detêm o potencial de envolver o indivíduo noutras atmosferas, fomentando as leituras de períodos que, apesar de decorridos,

continuam presentificados. Reparamos, igualmente, a reação do homem diante desta ação, comprovando, reincidentemente, como este ser é afetado pelo ambiente e como as impressões e os sentidos construídos nesse processo são transportados pela ação mnemônica, servindo de parâmetro entre o atual quadro fisionômico e o antigo status paisagístico.

Esta fenomenologia do espaço alvitada por Ricoeur (2007) compactua com a geografia de vertente humanista e postula que:

[...] a transição da memória corporal para a memória dos lugares é assegurada por atos tão importantes como orientar-se, deslocar-se, e, acima de tudo, habitar. É na superfície habitável da terra que nos lembramos de ter viajado e visitado locais memoráveis. Assim, as “coisas” lembradas são intrinsecamente associadas a lugares. E não é por acaso que dizemos, sobre uma coisa que aconteceu, que ela teve lugar. (RICOEUR, 2007, p. 57).

Não podemos negligenciar que o homem espacializa os acontecimentos memoráveis, pois é no espaço que sua biografia vai sendo engendrada, funcionando como um documento onde se inscrevem as histórias da sociedade. A partir disso, depreendemos que a paisagem é uma possibilitadora da leitura do pretérito no presente.

Isto nos permite declarar que, quando alguém narra as suas experiências no mundo, o local aparece como indicativo de referência dos acontecimentos. Dentro dessa teoria, postulamos que os lugares vividos são os que emprestam maior consistência para a lembrança, pois se remetem ao entendimento do lugar enquanto lar, agregando maior conexão afetiva, e, por isso, maior potencial memorialístico, por não serem neutros de significados.

Fazemos uma pausa, nesse ponto, para explicitar que, quando em seções posteriores canalizamos atenção para o grau de afetividade existente entre os protagonistas sociais (fazendeiros) que fixaram seus empreendimentos em Itapetinga e o próprio território, é para notabilizar o seguinte contraste: apesar de haver uma forte adesão entre a coletividade deste segmento, havia uma ausência de vínculo de pertencimento e de sensibilidade com o lugar, uma vez que grande contingente dos pecuaristas (isto é, os mais afortunados) não residia na citada cidade, mantendo com ela uma relação estritamente extrativista das riquezas ambientais.

Afinal, essa conjectura era inspirada no lucro que era o foco de alcance do capitalismo. Tudo isso encaminha-nos para a dedução de que a impressão das características deste grupo no ambiente representava uma vigorosa estratégia política de mercado, uma vez que o fortalecimento da identidade territorial robustecia o marketing em torno dos bovídeos que ali eram criados.

O espaço, aqui focado na forma de paisagem, formaliza um elo com o homem, de modo que relata a intrincada relação entre quem foi o “eu” e o espaço que o acolheu nas condições particulares a si e inerentes a um determinado período. Esse raciocínio importa em refletir o espaço como uma autocontemplação, equivalendo ao conhecer do seu próprio ser, integrado de alma e terra – uma paisagem. Obviamente, todo trabalho autobiográfico labora com a espacialidade. O “eu”, que aponta para si mesmo noutra época, procura reconstituir-se em convergência com o espaço vivido.

Essas enunciações encontram reciprocidade nas biografias dos fundadores itapetinguenses que foram consultadas como suporte de aprofundamento analítico desse trabalho, nas quais notamos que, de fato, havia uma proporcionalidade entre as mutações do eu (os pioneiros ruralistas) e as modificações realizadas por ele na natureza, de maneira que cada ciclo ambiental correspondia ao seu próprio estágio de construção humana, de concreção dos seus projetos, de êxito de vida. Por isso, o estudo da processualidade de transformação de uma natureza intocada que se converteu numa paisagem depauperada reflete uma autoapreciação de si mesmo.

Voltando novamente para o estudo dos postulados de Ricoeur (2007), verificamos que ele se respaldou nas proposições expandidas por Casey, dispostas no livro *Remembering: a Phenomenological Study* para demonstrar que não há um alheamento entre o lugar e os elementos humanos por ele englobados, mas que, pelo contrário, existe uma congruência entre ambos. Para endossar tal pressuposto, o teórico articulou tal ponderação com a filosofia aristotélica, de modo a delinear o lugar como “a forma escavada de um volume determinado” (RICOEUR, 2007, p. 59).

Ricoeur (2007) ambicionou enaltecer os processos de subjetivação implicados no espaço, especialmente no vivido. Concordante com esta ótica, entendemos ser de suma importância a análise da dimensão abstrata direcionada para a perspectiva do concreto, pois os significados positivos socialmente tributados às paisagens não podem ser fatores despiciendos.

Diante disso, a exploração de uma cartografia das sensações é proveitosa tanto na coibição de qualquer ameaça de esquecimento (ou, ainda, do desprestígio do valor que o patrimônio ambiental simboliza para a humanidade) quanto no rechaço da concretização de um possível topocídio.⁷

⁷ As anotações de Douglas Porteous focalizam o cariz astucioso da implantação topocídica, que conduz à extinção de lugares e paisagens fartos de afeição topofílica (temática que merecerá maior atenção no tópico reservado para a sua explanação mais detida). Destarte, esse processo é arguciosamente instaurado sem que a

Vale acentuarmos, também, que os espaços inolvidáveis são aqueles que possuem um grau proeminente de envolvimento humano. Nessa seara dialógica, podemos imitar a conjugação entre a datação e o lugar, uma vez que a vertente cronológica particulariza os fenômenos espaciais ocorridos num tempo. As datações são elementares para se delimitarem as rupturas e as continuidades semânticas que um determinado cenário apresenta, tendo em vista que cada geração, a depender dos filtros culturais vigentes, vai ter uma visão específica incidente sobre o vernáculo da paisagem.

Anotamos, por oportuno, que a imersão no compilado documental que ofertou a aquisição dos resultados angariados na pesquisa que originou este trabalho proporcionou a observação das peculiaridades contextuais da hermenêutica socioambiental itapetinguense intrínsecas à cada ciclo temporal, atestando que a mesma é governada por especificidades ideológicas prevalentes nesses períodos. Assim, alcançamos a dedução de que, no interstício de 1912 até 2010, aproximadamente, prevalecia uma visão reificante e subalternizada da natureza, pois o projeto da massa social dominante era explorar os potenciais ecológicos do território para suprirem as demandas da bovinocultura.

Acrescentamos, entretanto, a existência de um acervo documental (que será alvo de labor analítico de outra investigação, pois não é escopo da problematização tética aventada), o qual manifesta uma ruptura dessa ótica predatória dos agentes humanos sobre o ambiente pela instauração de uma ótica social responsável pela integridade da natureza, tanto no presente como no futuro.

A consolidação desse cenário se deu pela intervenção conjugada de atividades socioambientais promovidas por uma gama de instituições, tais como: as ações extensionistas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); as programações de conscientização ambiental das escolas de Ensino Fundamental e Médio; da formação de novos grupos viabilizadores da causa ecológica; e pelas mobilizações sociais, realizadas por grupos religiosos protestantes.

Assim, a população de um dado período imprimirá no ambiente a sua identidade, as suas particularidades através das praxes antropogênicas e será a memória declarativa que, pela via narrativa, inventariará as experiências humanas conjugadas ao lugar. É a afinidade ou o

sociedade o identifique, ou pode se dar pressurosamente, de modo a comprometer o estilo de vida da população, a exemplo do que acontece com a introdução de empreendimentos hidrelétricos em algumas regiões do país, fazendo com que os territórios sejam exterminados, ficando somente no plano das lembranças dos mais velhos. De acordo com a perspectiva em comento, os impactos não se circunscrevem à esfera ecológica, mas atingem os sentimentos de apego das pessoas ao lugar.

estranhamento manifestado nessa relação que determinará se um espaço pode ser enquadrado na conceptualização de habitado ou não.

Nesse caso, se o “eu” se reconhece, se identifica como pertencente ao ambiente evocado pela lembrança e se a sua própria história vital se confunde com a deste lugar, tem-se, então, a atestação de um espaço habitado e a testificação de uma personalidade existenciária, segundo rezam as ponderações colhidas do trecho a seguir:

[...] voltando à memória dos lugares, podemos, na esteira de Casey, tentar recuperar o sentido da espacialidade sobre a concepção abstrata do espaço geométrico. Ele reserva, para esta, o vocabulário do sítio e reserva o lugar (place) para a espacialidade vivida. **O lugar, diz ele, não é indiferente à “coisa” que o ocupa, ou melhor, que o preenche, da forma pela qual o lugar constitui [...]** São alguns desses lugares notáveis que chamamos de memoráveis. O ato de habitar...constitui, a esse respeito, a mais forte ligação humana entre a data e o lugar. Os lugares habitados são, por excelência, memoráveis. Por estar a lembrança tão ligada a eles, a memória declarativa se compraz em evocá-los e descrevê-los. Quanto a nossos deslocamentos, os lugares sucessivamente percorridos servem de *reminders* aos episódios que aí ocorreram. São eles que, *a posteriori*, nos parecem hospitaleiros ou não, numa palavra, habitáveis. (RICOEUR, 2007, p. 59, grifos nossos).

É a ação mnésica que oportuniza a descrição das paisagens, ou melhor, dos sentidos que elas abarcam. As subjetividades encerradas nessa dimensão relacional fluem pelo compartilhamento narrativo. À vista disso, apraz ao narrador minuciar as etapas de sua vida desencadeadas em concurso com o ambiente, que é emoldurado pelos sentimentos desenvolvidos por tal interação. É a narratividade que denunciará os agentes que igualmente protagonizaram tais lembranças, concorrendo para a sustentação da veracidade dos fatos reminiscentes.

Ainda sobre a tratativa em desenvolvimento, Ricoeur (2007) falou sobre a solidariedade entre o corpo e a memória, apregoando que “é o elo entre memória corporal e memória dos lugares que legitima, a título primordial, a dessimplificação do espaço e do tempo de sua forma objetivada” (RICOEUR, 2007, p. 59).

Em continuidade, o filósofo introduziu uma elucidação paradoxal a respeito da memória ao explicitar que esta detém a capacidade de promover, simultaneamente, um entrelaçamento entre o tempo e o espaço vividos, e, também, possui o poder de apartar essas unidades do espaço objetivo (composto por coordenadas georreferenciais) e da temporalidade seriada do calendário. Vale acentuarmos que este processo viabiliza o relacionamento entre o “eu” e o “outro”. À vista disso,

[...] a fenomenologia da memória dos lugares parece ser apanhada, desde o início, num movimento dialético intransponível de dessimplificação do espaço vivido em relação ao espaço geométrico e de reimplicação de um pelo outro em todo o processo de relacionamento do próprio com o alheio. Poderíamos considerar-nos como vizinhos de alguém diferente sem um esboço topográfico? (RICOEUR, 2007, p. 59).

Perante a citação arrolada, coligimos que a memória estabelece aproximações entre sujeitos cujas vivências temporais e espaciais são opostas entre si. Desta prerrogativa, extraímos o entendimento de que gerações pertencentes à diferentes períodos se aproximam, havendo uma confluência entre as distintas perspectivas históricas. Logicamente que, por ação da dessimplificação de suas propriedades objetivas, ocorre um avizinhamo entre as narrativas das memórias socioambientais doutros períodos com as do presente, havendo, assim, um encontro entre tempos, espaços e pessoas dessemelhantes, franqueando uma efetiva comunicação entres esses tempos díspares.

Adaptando esse pronunciamento para o estudo da paisagem que, conforme explanado alhures, é considerada como uma sedimentação antrópica de diferentes períodos históricos, ela acaba tendo o condão de estabelecer uma interlocução entre a época transata e a contemporânea. Assim, a população itapetinguense hodierna ao vislumbrar a conjectura degenerada da paisagem territorial, acaba por estabelecer uma interação dialógica com o passado, realizando leituras decodificadoras das ações que desenharam a fisionomia geográfica em apreço.

Esclarecemos, aqui, que emprestamos a questão da diferença espacial a acepção de que as mutações, tanto semânticas quanto fisionômicas, ocorridas no ambiente, torna-o diferente a cada processo desse jaez. Por isso, um mesmo cenário pode simbolizar ambientes diferentes para um público diverso, por efeito das razões ora elencadas.

Com espeque na teorização de Casey, o qual aplicava a palavra sítio com a conotação de espaço geométrico e o termo lugar (*place*) para aludir à espacialidade vivida, Ricoeur (2007) preconizou que a funcionalidade mnésica dos territórios de memória estará fadada a falibilidade caso não desempenhem, concomitantemente, as duas versões espaciais supra definidas.

Desta intelecção, inferimos, ainda, que a eficiência ou o êxito da função memorialística restará frustrada caso o memorial não se insira num lugar privilegiadamente apropriado, isto é, compatível com o teor de importância das memórias que se pretendem salvar do esquecimento. Por conta disso, a proficuidade de um memorial é dependente

de sua localização, solicitando que este esteja situado no local geográfico de destaque para fazer jus ao conteúdo a que se reporta.

Os mais memoráveis lugares não pareceriam capazes de exercer sua função de memorial se não fossem também sítios notáveis no ponto de interseção da paisagem e da geografia. Em resumo, os lugares de memória seriam os guardiões da memória pessoal e coletiva se não permanecessem “em seu lugar”, no duplo sentido do lugar e do sítio? (RICOEUR, 2007, p. 60).

Essa concepção teórica faz coro com a problematização da seção VI, afeita à exaltação conferida ao boi como emblema da suntuosa riqueza itapetinguense (em referência ao seu píncaro período de glória), em virtude da pujança econômica e política. Tendo em conta que todas as positivas expectativas sociais da população transata estavam canalizadas neste elemento, os homens de poder da época decidiram afixar esculturas desse ruminante no ponto central da cidade, isto é, na sua praça mais famosa (rodeada por um complexo de instalações destinadas à realização de transações econômicas), como forma de cristalizar suas pretensões de vida e de relembrar aos futuros habitantes a imponência e a importância dessa figura para o erguer das vigas econômicas que sustentaram o município durante longos anos.

Ademais, assinalamos, com fundamento na constatação teórica exposta, que a realidade do parque zoológico da matinha (fragmento que abarca um repertório da biodiversidade da mata atlântica) funciona como um memorial das afetividades da sociedade itapetinguense com a dimensão ecológica, pois está devidamente instalado num lugar privilegiado, com características congruentes com os propósitos da sua evocação. Tal seletividade social, que atribui valor a uns ambientes em detrimento de outros, acaba por comprometer a higidez de outros pontos ecológicos que não foram investidos do mesmo grau de importância.

A alusão geomemorialística do espaço vivido, enquanto território carregado de sentidos, encaminha-nos para a elucubração de que os ambientes, *de per se*, não nos relatariam nada, caso não fossem habitados e não veiculassem seus eventos históricos por ação da intervenção humana ali executada. Se não houvesse este tipo de atuação, o local seria desguarnecido de sentido social e não existiria a edificação da memória coletiva alusiva a um passado tendente a ser desvanecido ou solapado.

Fora isto, Ricoeur (2007) se debruçou sobre as especulações científicas de Halbwachs, um dos arautos da teoria da memória coletiva, tratando tal mote como algo essencialmente gregário. Encetou, ainda, uma conversação conciliadora entre os diferentes pressupostos teóricos disseminados por doudas autoridades no campo da memória. Nesse colegiado

teorético havia os que rechaçavam a concepção de uma memória de ordem coletiva, admitindo o ato memorialístico como um exercício introspectivo, e, portanto, privado. Nesse conjunto, estavam inclusos os clássicos Santo Agostinho, John Locke e Edmund Husserl.

Ricoeur se pronunciou perante esses dois posicionamentos antagônicos dirigindo uma crítica à ótica halbwachiana no que tange aos quadros sociais da memória, por considerar que estes condicionavam a percepção do sujeito a uma restrita dependência aos esquemas de conformação grupal.

Em refutação a esta perspectiva, o autor se empenhou em encontrar um ponto sinérgico entre ambas as propostas, capaz de compreender tanto o aspecto individual quanto coletivo da experimentação. Assim, o filósofo francês focalizou na interação entre o “eu” e o “outro” por meio de um intrincado processo de constituição do sujeito, concretizado pela atividade relacional com o diferente de si e consigo mesmo. Afinal, o “eu” que estabelece uma interlocução com alguém não está solitário, mas encontra-se socialmente integrado aos outros “eus”.

Essas práticas relacionais se desenvolvem na espacialidade vital, quer seja pública ou privativa. No primeiro caso, os indivíduos são coabitantes ou frequentadores de espaços comumente partilhados, enquanto, na segunda situação, podemos tomar como exemplo o domicílio que, além de ser aconchego, é o lugar de convívio com os parentes e amigos e com todos os que não mantêm uma relação de proximidade. Ricoeur (2007) anotou que “as lembranças de ter morado em tal casa de tal cidade ou de ter viajado a tal parte do mundo são particularmente eloquentes e preciosas; elas tecem, ao mesmo tempo, uma memória íntima e uma memória compartilhada entre pessoas próximas” (RICOEUR, 2007, p. 157).

Os agentes de evocação da lembrança apresentam híbridas maneiras de narrarem um acontecimento coletivo, havendo variações de suas versões. Deste modo, um evento ecológico como o ocorrido em Itapetinga pode repercutir em exposições compósitas, que dependerão das convicções assumidas pelos ocupantes de um dado território, ou seja, se analisarmos de forma cotejada as narrativas mnésicas derivadas dos fazendeiros, dos ribeirinhos, dos pescadores e congêneres, notaremos que cada um apresentará uma percepção distinta, inspirada nas motivações epistêmicas, ontológicas e em todos os fatores incidentes sobre a construção desse olhar sobre o meio ambiente.

Nesse quadro há que se apontar, ainda, os acontecimentos socialmente compartilhados com uma tipologia de indivíduo que não é nem o “eu” e nem os “outros” impessoais, partícipes da superlativa coletividade na qual estamos imersos, mas se trata dos “próximos”, primordiais no trabalho reminiscente.

De acordo com Ricoeur, entre o “eu” e os “outros” existe um hiato onde se situam os “próximos”, isto significa que este sujeito da memória se concentra entre o subjetivo individual e o coletivo impessoal. Trata-se de indivíduos cujas vivências são atravessadas por experiências afins com outras pessoas e, por consequência, são protagonistas de recordações congêneres. Em sùmula, Ricoeur (2007) recomendou o estudo da memória sob a observância participativa da tríade do “eu”, dos “outros” e dos “próximos”.

Esta foi uma candente alternativa por parte deste filósofo para superar o antagonismo entre a memória individual e coletiva que se afigurava como algo intransponível. Firmando-se nesse raciocínio, Ricoeur estruturou o entendimento de uma memória ancorada na socialização de diversos atores envolvidos.

No escólio apresentado por Ricoeur (2007), a proximidade exerce uma função análoga ao que, na filosofia antiga, competia à *philia*, que traduzido significa amizade. Esta era uma vereda intermediária que se colocava entre o sujeito isolado e o urbanita da pólis. Os próximos seriam, então, os que convivem conosco e partilham de memórias comuns. Esse fato se coaduna com a questão geracional, ou seja, das coletividades que gozam dessa contiguidade por meio da coabitação num mesmo período, o que, no caso de uma pesquisa socioambiental, subsidia o entendimento de como cada geração que se apropriou de um território interpretava a paisagem, de acordo com as particularidades que determinam o filtro analítico vigente a sua época.

Em acréscimo, Ricoeur (2007) alvitrou, ainda, que “nessas lembranças tipo, o espaço corporal é, de imediato, vinculado ao espaço do ambiente, fragmento da terra habitável, com suas trilhas mais ou menos praticáveis, seus obstáculos variavelmente transponíveis” (RICOEUR, 2007, p. 157). Provavelmente, o espaço corporal registrado nesta citação não diga respeito, apenas, ao do testemunho, mas, também, ao de outros indivíduos que se encontravam no mesmo tempo e lugar, de maneira a convergirem.

Evidentemente, não visualizamos, aqui, o indivíduo como um ser solitário, pois sempre existirá um próximo, e, até mesmo, um outro com quem se interage. Além disso, é cabível salientarmos que a memória integra esse “espaço corporal” de sujeitos heterogêneos, cujas lembranças se imbricam, constituindo, assim, uma herança de memórias.

Fazemos uma digressão, nesse momento, para colocarmos as nossas discordâncias no que se refere ao tratamento creditado por Ricoeur à questão do individual (eu) e do coletivo (outro (s)). Reconhecemos que esta pauta faz parte de um dilema longo de interesse das ciências sociais, mas que nem este nem os demais referenciais teóricos dentro do campo da

memória conseguiram superar, até mesmo por conta das suas próprias restrições e, também, das limitações de sua época, dentre outros óbices.

Justificamos nossa divergência dizendo que seria mais sensato pensarmos o coletivo como um conjunto de pessoas que, apesar de terem suas individualidades, não são seres deslocados do mundo e, portanto, são sujeitos constituídos/atravessados pela influência dos outros, inclusive naquilo que existe de mais singular nas suas personalidades.

Ricoeur lidou com esse problema no solo da intersubjetividade, expressando haver uma relação dialética entre esses sujeitos, mas não trouxe uma resposta plausível para dirimir esse intrincado conflito. Consignamos, aqui, o merecido respeito pelas contribuições desse autor, porém, nosso pensamento acerca desse assunto, em específico, é uníssono com o de Merleau-Ponty (1984), quando tratou da dimensão relacional entre o eu e o outro através da ontologia da carne, conceito que serviu de sustentáculo para demonstrar que as categorias de sujeito ora especificadas não estão em posições diametrais, existindo como polos isolados e contrastantes, mas de forma correlacionada.

O desenvolvimento dessa fundamentação conceitual requer que versemos sobre a fé perceptiva, que é o substrato por meio do qual se processa o relacionamento do “eu” com o “outro”, pois ela proporciona a constante sensação de que a condição de estar no mundo é dinamizada pela concatenação às coisas e aos outros que é consolidada por um vínculo carnal. Essa contextura caracteriza uma coexistência de cumplicidade, evidenciando um “eu” que está adstrito ao “outro”, numa configuração quiasmática.

Colhemos do escólio teórico do sobredito autor que o termo quiasma visa elidir o dicotômico paradigma entre o sujeito e o objeto e entre o Para-si e Para-outro, pois é capaz de fazer “com que pertençamos ao mesmo mundo – um mundo projetivo, mas que realiza a sua unidade através das impossibilidades tais como a de meu mundo e do mundo do outro” (MERLEAU-PONTY, 1984, p. 200).

A declaração teórica anteposta esclarece o fato de o “eu” e o “outro” se encontrarem umbilicalmente dispostos no mesmo Ser. Isto significa que ambos estão entranhados na mesma membrana ontológica. Para discriminar sua construção intelectual, este autor se valeu de algumas figuras como o vidente-visível, o senciante-sensível, dizendo que estes elementos (que atuam como dimensões de uma totalidade) estão carnalmente associados por meio de um tecido gestáltico.

Merleau-Ponty (1984) utilizou a atuação do par de olhos para ilustrar didaticamente como acontece a interação do “eu” com “outro”, demonstrando que, apesar das unidades oculares não manifestarem envolvimento direto entre si, ambos os elementos orgânicos

estavam afixados no mesmo corpo e sua atividade conjunta resulta na captação visual. Para incrementar suas elucidações, o autor empregou como exemplo a dinâmica do tato diligenciada pelas mãos:

O que significa que cada visão monocular, cada palpação de uma única mão, embora tenha seu visível e seu tangível, está ligada à outra visão, à outra palpação de modo a realizar com elas a experiência de um único corpo diante de um único mundo, graças a uma possibilidade de reversão, de reconversão de sua linguagem na delas, possibilidade de reportar e de revirar segundo a qual o pequeno mundo privado de cada um não se justapõe àquele de todos os outros, mas é por ele envolvido, colhido dele, constituindo, todos juntos, um Senciente em geral, diante de um Sensível em geral. (MERLEAU-PONTY, 1984, p. 138).

A aduzida estrutura quiasmática impossibilita a sobreposição de um polo com relação ao outro, em razão da intervenção da reversibilidade que faz com que haja um trespasse mútuo entre eles. Quando se referiu a essa potencialidade, Merleau-Ponty a qualificou como um tipo de “dobradiça” que anexa dois mundos e garante a conservação da ipseidade de ambos.

A finalidade do quiasma não se encerra na competência de acoplar o “eu” e o “outro”, mas compreende também a viabilidade das permutas entre esses sujeitos, de forma que haja “troca de mim e do mundo, do corpo fenomenal e do corpo objetivo, do que se percebe e do percebido” (MERLEAU-PONTY, 1984, p. 138). Esse discernimento é tonificado pelo argumento de que “nós nos colocamos tal como homem natural, em nós e nas coisas, em nós e no outro, no ponto onde, por uma espécie de quiasma tornamo-nos os outros e tornamo-nos mundo” (MERLEAU-PONTY, 1984, p. 157).

Por definição, o esquema gestáltico corresponde ao “local geométrico das projeções e introjeções, a charneira invisível sobre a qual a minha vida e a vida dos outros giram para balouçar de uma para a outra a membrura da intersubjetividade” (MERLEAU-PONTY, 1984, p. 214).

O panorama teórico que validou essa ótica expositiva nos concede abertura para dizermos que a análise da relação do “eu” com o “outro” não deve se calcar na ordem intersubjetiva, mas na intermundaneidade, haja vista que é “no próprio mundo que se encontrará a possibilidade do outro” (MERLEAU-PONTY, 1984, p. 169).

Feitas essas considerações, retornamos para o estudo das análises ricoeurianas as quais realçam sobre a indispensabilidade de se sopesar a experiência corporal, de forma a extrapolarmos a noção de espaço das teorias Euclidiana, Cartesiana e Newtoniana, aventando

conjecturá-la nos moldes do pensamento filosófico difundido por Merleau-Ponty, um dos exímios mentores da fenomenologia da percepção aplicada ao escrutínio da paisagem. Acerca disso, escreveu Ricoeur (2007, p. 158):

[...] o corpo, esse aqui absoluto, é o ponto de referência do acolá, próximo ou distante, do incluído e do excluído, do alto e do baixo, da direita e da esquerda, do à frente e do atrás, e de outras tantas dimensões assimétricas que articulam uma tipologia corporal não desprovida de algumas valorações éticas, ao menos implícitas, por exemplo, a da altura ou a do lado direito.

O teórico assevera que o lugar imputa ao ser os atributos de localização e de deslocamento. Com supedâneo no exposto, sustentamos, então, que o lugar é, sobretudo, a base onde se cimentam as recordações e a estruturação do mundo. Destacamos, contudo, que o espaço, por si mesmo, destituído da participação dos indivíduos, não apresenta nenhuma direção ou referencial.

Para o filósofo em apreço, o ambiente citadino é um amálgama de distintos ciclos históricos, apresentando uma textualidade contida tanto na materialidade construída quanto no ambiente natural modificado, sendo que ambos são frutos da ação dos grupos que dele se assenhorearam e o adequaram à satisfação dos seus interesses. Assim, este cenário reproduz peculiaridades temporais contrastantes, haja vista que cada sociedade maneja o espaço ao seu talante.

Observar a paisagem inclusa no cenário urbano é, portanto, fazer uma retrospectiva sobre a atmosfera cultural de outros períodos. Nisto, o atento apreciador desses detalhes não somente contemplará o patrimônio estético, mas decodificará as experiências humanas paulatinamente entalhadas no panorama da urbe no transcurso do tempo. Essas enunciações ratificam a faculdade que a cultura possui de implantar, perpetuamente, a sua identidade no mundo.

Além do mais, a cidade desempenha uma seletividade valorativa que reverbera na forma como o conjunto social se relaciona com determinadas áreas. Isto fica patente quando observamos que enquanto sobre alguns lugares orbita um maior enaltecimento e um sentimento de estima, outros já são carentes de prestígio.

Isso se aplica exatamente à realidade socioambiental itapetinguense, se pontificarmos a existência de alguns espaços da natureza que foram selecionados pelo poder público municipal como áreas de proteção ambiental, aproveitando as riquezas da estética da biodiversidade ali contida e o apelo ecológico tão em voga para convertê-las em atrativo do potencial turístico, tornando tais lugares produtos de consumo para os visitantes regionais, a

exemplo do que aconteceu com o jardim zoobotânico da matinha, com o parque da lagoa e com a igreja de pedra.

O mesmo tratamento e valor social não é dispensado ao rio catolé, em todo o seu circuito, no qual ainda se verificam constantes derrubadas de matas ripárias para a criação de gado; para a deposição dos mais diversos detritos; e para o despejo de resíduos sólidos, tanto industriais quanto residenciais.

A explanação arrolada permitiu-nos gerar a ilação de que existem critérios sociológicos que definem o comportamento do humano no ambiente: quer seja este de conciliação ou de desagregação, quer seja de preservação ou de depauperação. Logo, isso impacta na estimulação afetiva relativa à paisagem, pois com base na premissa de que os espaços são investidos de valores socialmente ofertados, deduzimos que a aversão ou a afeição pelo ambiente são frutos de construções sociais.

Urge, portanto, provocarmos uma reflexão contundente e aprofundada acerca de um relacionamento da humanidade na natureza, que suplante a ideia de dominação do homem e da submissão ecológica, até então preponderante, e que fomente uma interação pautada nos princípios da alteridade, de modo à tratar a natureza não como objeto reificado, produto de uma deturpada valoração humana, mas como um outro (sujeito), diferente de si, que possui características próprias, independentemente da categorização, catalogação que lhe foram assacadas pelos que dela se assenhorearam.

É necessário entendermos o que causou a modulação desse olhar humano e quais foram as condicionantes históricas que fizeram com que o homem se distinguisse da natureza e se sentisse autorizado a usá-la como recurso. Além disso, é preciso que a humanidade se filie aos preceitos éticos que incentivam a autocrítica e a responsabilidade em favor do outro (elemento humano e inumano), não como uma postura irrefletida e moralizada, mas como uma atitude altruísta que prima pelo cuidado de si e do outro, que devem ser enxergados como componentes de uma dimensão ecológica comum, conforme o diálogo explicitado na seção consecutiva.

4 DESAGREGAÇÃO E RECONCILIAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Uma variedade de agenciadores históricos transformou a natureza em objeto de servidão da volição humana e desfez a simbiose que regulava a inter-relação e a unidade entre o humano e o meio ambiente. O homem se despreendeu da natureza e exerceu domínio sobre a biodiversidade que, a partir de então, adquiriu a qualidade de recurso a ser empregado na concretização dos seus projetos.

Essa desnaturalização ocasionada pela renúncia da condição natural do homem fez com que ele se tornasse um ser externo ao universo ambiental. A fauna, a flora e os minerais, agora convertidos em coisa, são entregues ao voraz consumismo, pois são o combustível para movimentar o ciclo vicioso que envolve a produção em larga escala e a obtenção infinita de matéria prima, situação esta que resulta na expansão da ruínosa decadência ecológica.

Tal panorama contextual confluiu para que a modernidade engendrasse cenários socioambientais incompatíveis com um convívio harmônico entre os próprios humanos e destes com os demais seres na natureza. Na proporção em que os dispositivos de poder⁸ estabeleceram a valoração econômica como regente da vida social, houve a abdicação de virtudes relativas ao bem comum, ao zelo ecológico, à deferência pelas tradições, dentre outras situações.

A reinscrição do homem na natureza é uma ação necessária, urgente e que requisita um intrincado plano de intervenção que leve a humanidade a se reconhecer novamente como um componente inerente do plano natural e que coexiste numa relação interdependente, perspectiva que foi subvertida por uma construção histórica de negação, antagonismo, polaridade e de superioridade do homem com relação aos demais elementos do universo, respaldando a sua dominação e exploração no mundo, consoante registrado pelos anais da história.

A aderência a um pensamento religante fundamenta e estimula a prática de princípios éticos que prioriza o cuidado e a conservação do meio ambiente, pois o compreende como uma extensão do homem, e a responsabilidade pelo outro (seja este humano ou inumano).

Na intenção de apresentarmos instrumentos capazes de ensejarem esse propósito, apostamos nas potencialidades da autoética pregada por Morin (2005), pois esse conceito recepciona uma proposta de restituição do elo entre o eu e o outro, validado pelo comprometimento daquele com a integridade e a dignidade das múltiplas formas de vidas que

⁸ Nesse trabalho, utilizamos o termo dispositivos de poder com uma interpretação mais ampla, afastando-se de uma conotação marxista, do ponto de vista do materialismo histórico dialético, ou da arqueogenealogia foucaultiana.

constituem a biodiversidade, através da avocação de uma responsabilidade altruísta. Sua proposta principiológica mobiliza o desempenho da autoanálise, da autocrítica, da honra, da tolerância, da recursão ética. Além disso, ela nos auxilia no combate à moralina e nos convence a resistirmos à lei de talião e ao sacrifício do outro.

Aprenderemos que a autoanálise possibilita o reconhecimento de nosso egocentrismo. Essa sistemática instrui um processo de reflexão e introspecção no indivíduo, que faz com que o mesmo erija uma perspectiva reformulada acerca de si e do seu papel no mundo. Contudo, inúmeros empecilhos vão de encontro a efetivação desse mister, tais como: a complexidade interior, pois cada sujeito acomoda multipersonalidades; a predisposição em sermos transigentes com nossos erros e ríspidos com as faltas de outrem; a seletividade proposital das memórias e dos esquecimentos; e a inclinação para deslocar a culpa e o erro pessoal para o polo alheio.

A concepção sucintamente apresentada impulsiona uma responsabilidade por si próprio e pelo outro. O sujeito que a exerce precisa da autonomia, da motivação solidária e do sentimento de pertencimento a uma comunidade.

Somos patronos da ideia de que uma ética com uma abordagem tão intrincada é capaz de orientar um discernimento mais acurado acerca do incentivo antropocêntrico proveniente da legislação ambiental recente, cujas prescrições são ecologicamente nocivas. Ou seja, nem toda motivação legal é sensata, salutar, congruente. Por isso, necessitamos desenvolver critérios mais poderosos do que esses convencionalismos forjados em satisfação de determinados grupos que desde os tempos coloniais sempre olharam para a nossa terra e para o nosso povo como subalternos de seus projetos, ou seja, como recurso a ser usado em função da obtenção do lucro.

Inclusive, é interessante notarmos que a terminação ‘eiro’ que faz parte da palavra brasileiro funciona como um indicador de profissão - a exemplo de pedreiro, padeiro, jardineiro, dentre outros - e não como um sufixo que transmite o sentido de nacionalidade, pois era justamente como ferramenta de trabalho que os desbravadores enxergavam nossos antepassados.

Confiamos, também, que a ética voltada para as questões socioambientais não deve ser exercida pelo sujeito como uma atividade orientada pelo constrangimento moral, mas pela autorreflexão de sua atuação no mundo e das consequências que podem ser geradas como desdobramento dela.

Essa explanação exordial contextualiza o objetivo dessa seção, que é dialogarmos sobre os influxos históricos que desagregaram o homem da natureza e abriram caminho para

um processo de controle e subjugação socioambiental. A partir desse problema paradigmático, trazemos reflexões éticas que contribuem para um novo posicionamento do humano na natureza e que estimule uma criticidade a ser ministrada sobre os comandos categorizados como legitimadores de um comportamento ecologicamente benigno.

4.1 O especismo e a segregação socioambiental: desumanização da natureza e desnaturalização humana

As exposições proporcionadas por este tópico refletirão a respeito das transmutações de perspectivas que interferiram na consolidação de uma mentalidade dualista que retirou o homem da natureza. Tal abordagem é fundamental para o alcance da compreensão das condicionantes paradigmáticas e sociohistóricas que concorreram para um rompimento epistêmico que desnaturalizou o humano e desumanizou a natureza e trouxe desdobramentos negativos para o relacionamento socioambiental.

Os híbridos fatores envolvidos nessa ruptura possuem por alicerce os aspectos teológicos, filosóficos, científicos e capitalista que contribuíram para o estabelecimento de uma racionalidade antropocêntrica na civilização ocidental em distintas temporalidades.

Na busca por explorar a concepção dos povos primitivos no tocante à natureza, em conjecturas dissemelhantes, Elisabet Sahtouris (1991) identificou a existência de duas categorias sociais, a agrícola e a nômade, cujos integrantes manifestavam comportamentos específicos no seu relacionamento com a natureza. A primeira classe referida era caracterizada tanto pelo adequado planejamento e organização societários quanto pela promoção da igualdade, da pacificidade e de um modelo democrático evoluído. Em contraposição, a segunda tipologia mencionada era composta por invasores e conquistadores, peritos no manejo de armas. Fora isto, eram culturalmente conhecidos como pessoas filiadas aos princípios avessos à equidade e que eram adeptos de um estilo de vida de aguda competitividade.

De acordo com a análise de Sahtouris (1991), essas comunidades desenvolveram diferentes prismas ontológicos atinentes à realidade ambiental em que estavam inseridos. Baseado nesse contexto, a autora afirmou que preponderava nas coletividades agrícolas o espírito de parceria, ao passo que nas caçadoras imperava o sentimento de subjugação. Outra informação digna de atenção é o fato de que as sociedades agrícolas devotavam fé a uma deusa-mãe, enquanto que as caçadoras creditavam confiança à proteção divinal de um deus-pai.

Em suplemento, esta pesquisadora observou que o grupo agrícola concebia a natureza sob uma ótica afetuosa, vislumbrando-a como uma mãe, viva e em processo de modificação. Essa percepção inclui o humano como componente desse ser maternal. Em contraste, os caçadores nômades entendiam que a natureza era uma dimensão dissociada do divino e do próprio homem, pois se estribavam na convicção de que a criação do universo natural foi concretizada por um deus exterior a este meio, o qual representava um dadivoso recurso disponível para o uso humano. De acordo com essa lógica, tanto a humanidade quanto a deidade encontravam-se cindidos da natureza, sendo, ainda, elementos que assumiam uma posição de superioridade com relação a ela.

Estas ponderações apontam para a apreensão de que as variações da formação de epistemologias ambientais e de padrões socioambientais são orientadas pelas especificidades das diversificadas conjecturas sociais e históricas. Essas informações serviram de aporte para compreendermos que o olhar reificante da natureza, vigente na modernidade, não é algo recente, mas encontra, desde as mais priscas eras, motivações que não podem ser desprezadas, pois ainda exercem impacto sobre as representações sociais predominantes, que visualizam a natureza pelo reduzido viés da funcionalidade.

A precursora obra de Weber (2005) atestou o quanto o campo religioso exerceu comando sobre a vivência dos indivíduos na esfera social, difundindo seu poder de influência sobre as instâncias econômica, política entre outras.

Quando examinamos as bases teológicas que respaldavam o pensamento judaico-cristão acerca da dominação do homem sobre a natureza, notamos que o seu limiar se sustenta no relato cosmogônico registrado no livro do Gênesis, que narra o processo de decadência da natureza primitiva, a qual era preservada numa condição de perfeição, integridade e equilíbrio, porém tornou-se sujeita ao declínio, em razão da corrupção do gênero humano pela desobediência às sagradas ordenanças.

De acordo com o discernimento judaico-cristão, o resultado dessa transgressão foi o comprometimento da plenitude da convivência humana com a natureza, pois o pecado legitimou a expulsão do homem do paraíso e construiu um cenário de padecimento para todos os elementos da criação (humanos e não humanos), como resultado do juízo divino. Assim, o dilema ambiental estaria correlacionado com a responsabilidade que o homem possui devido as suas ações inadequadas. Tal argumento faz parte da exegese cristã, ofertada por Agostinho (1995), para explicar o martírio que acomete a humanidade.

Em complementação ao raciocínio em apreço, frisamos que os pressupostos judaico-cristãos investiram o elemento humano de prestígio em detrimento dos demais componentes

da criação e declaram como justificativa disso o fato de que somente o homem é retratado como sendo a imagem e a semelhança de Deus, enquanto que os outros elementos apenas reproduzem as suas demais feições, sendo, por essa razão, atribuída a essas uma valoração menos significativa. Afinal,

[...] se você coloca Deus do lado de fora de si e o estabelece vis-à-vis com a criação e se você tem a ideia que você foi criado a sua imagem, você lógica e naturalmente vai se ver como fora e contra as coisas que o rodeiam. E como você reivindica toda a mente para si você vai ver o mundo ao seu redor como algo sem mente e, deste modo, não digno de consideração moral ou ética. O meio ambiente parecerá ser seu para explorar. Sua unidade sobrevivente será você e seu grupo contra o meio ambiente de outras unidades sociais, outras raças e os brutos e os vegetais. (BATESON, 1972, p. 468).

Por conta desse enfoque, o cristianismo ocidental foi reputado como sendo a expressão de fé mais antropocêntrica do mundo (WHITE JR., 1967). Esse juízo nos leva a atentar para os seguintes questionamentos: o cristianismo teria sido o pivô da implementação de uma lógica predatória na cultura ocidental que ocasionou as mazelas ecossistêmicas atualmente instauradas? Será que há alguma associação entre a legitimação de uma narrativa de dominação, inspirada em pressupostos religiosos cristãos, e a aniquilação da flora e da fauna, a negligência e o descompromisso social com o efeito estufa e o consumismo irrestrito das finitas fontes naturais?

Thomas (1988) nega a participação do cristianismo nesse contexto, haja vista que existem constatações de degradações ecológicas de diversas ordens em outros territórios mundiais, que não herdaram nenhuma influência do judaísmo cristão. Além disso, existem outras tradições religiosas que construíram narrativas cosmogônicas que conferem ao homem um status cimeiro com relação aos outros integrantes da criação.

O próprio historiador White Jr. (1967), que imputou responsabilidade ao cristianismo ocidental pela destruição ecológica, verificou que o pensamento socioambiental difundido pela ordem franciscana divergia do que era defendido pela ortodoxia predatória romana. Contudo, acreditamos não haver isenção da contribuição do legado judaico-cristão na instituição de um comportamento predatório frente ao meio ambiente, mesmo diante da pluralidade de concepções teológicas cristãs incidentes sobre a natureza e a existência de outros arranjos sociais, incorporadores de outros valores religiosos, os quais repercutem em diferentes formas de interação socioambiental.

Ultimada essa breve exposição sobre o papel da religião na desintegração humana da natureza, assumimos, a partir desse ponto, o compromisso de explanarmos sobre algumas

nuances que marcaram o início da ciência moderna e de dialogarmos sobre como as implicações oriundas desse evento também cooperaram para o referido desligamento.

No que concerne ao tema, Moreira (2006) realizou um exame histórico que indicou uma evolução na forma de compreender a natureza, isto é, a natureza que antes era contemplada pelas explicações divinas passou a ser tratada pelo viés matemático. Esta mutação se processou no século XVIII com o estabelecimento do método experimental assentado numa visão de mundo objetivada.

Essa concepção rechaçava qualquer perspectiva transcendental da natureza que era alentada pelo fundamentalismo cristão e promovia uma dessacralização de tal dimensão por meio de sua sistemática abordagem. Assim, os conhecimentos relativos a ela se apartavam das exegeses sagradas e se sujeitavam ao crivo das leis naturais. Vista por esse ângulo, a natureza estaria submetida às mensurações e às estratégias de controle para o conhecimento e o domínio de seu funcionamento.

No campo científico, a externalização da ciência foi concretizada pelo esfacelamento do saber em áreas delimitadas de especialização do conhecimento e da determinação do que deveria ser admitido ou não como natureza. Essa distinção foi qualificada por Moreira (2006) como sendo um exercício de desumanização da natureza, em alusão a um processo regulado por medições e ratificado por uma conjectura estruturada pelo objetivismo.

Esse autor nos informou que no período renascentista ainda se percebia uma imbricação entre o natural e o não-natural. Contudo:

Com o advento da ciência moderna, a natureza passa a ser um campo de forças racionais e lógicas, separando-se rigidamente o natural do não-natural. A dessacralização é assim a passagem para a naturalização absoluta da natureza, sinônimo de desumanização, e a sua relação utilitária. (MOREIRA, 2006, p. 57).

Esse acontecimento redundou na desumanização da natureza, pois o antigo viés conceitual era incapaz de pensar uma natureza como um sistema mecânico. Assim, consumou-se a demarcação entre os enfoques de cada domínio, que converteu a natureza em conteúdo das tratativas de competência científica e o homem em objeto de abordagem da metafísica.

Esse quadro foi reforçado pela desnaturalização do homem, que funcionou como uma vertente difusora de um olhar hermético sobre a natureza, ao tratá-la como uma dimensão externa ao homem e indiferente a tudo que não fosse manipulável pelos pressupostos matemáticos, físicos e pelas metodologias preditivas. A partir disso, a dicotomia entre homem

e natureza foi efetivada, sendo esta circunstância um aspecto emblemático da ciência moderna.

A comentada formatação desintegradora recebeu influência de inúmeras personalidades de vultosa importância para a formação das bases científicas. Uma delas foi René Descartes, o qual propôs um esquema operacional de análise científica pautado numa metodologia fracionária da realidade.

Francis Bacon também está incluso nesse conjunto de protagonistas pioneiros da constituição do campo científico. Ele foi o primeiro a preconizar que o conhecimento sobre a natureza deveria ser efetuado como mecanismo de dominação da mesma, pois se arrimava na premissa de que saber correspondia a poder.

A evolução obtida pelo cartesianismo propiciou a emergência de novas impressões e intelecções alusivas à natureza. Nas palavras de Sahtouris (1991) aprendemos que essas novas formas de enxergar a realidade favoreciam uma acepção mecânica da natureza, que requisitava o seu desmonte com a finalidade de desvelar as matrizes reguladoras de seu desempenho.

Somente a partir da descoberta de seus segredos é que os humanos teriam condições de criar padrões mecânicos satisfatórios. Para a indicada autora, as ideias exploradas por Bacon motivaram o surgimento da idade de ouro da ciência, pois o mesmo priorizou o domínio exercido sobre a natureza e a formulação de um padrão social mecanicamente perfeito. Com efeito, a natureza passou a ser encarada como uma mulher refém de uma perseguição que a impelia a revelar os seus enigmas (SAHTOURIS, 1991).

Galileu Galilei foi outro cientista que compôs essa relação nominal. Ele provocou uma revolução científica ao suscitar um novo paradigma que ensejou o afastamento do sujeito com relação ao objeto. Tal pensador acreditava que a verdade científica, concernente ao objeto ou a alguma realidade em recorte, era determinada pela ótica do sujeito, que assumia a condição de apreciador externo.

À semelhança do pensamento platônico, este empirista acreditava que Deus era geômetra e que a matemática era a chave decodificadora dos caracteres que formavam a natureza. Em virtude disso, a missão mais relevante do período renascentista consistiu em “descobrir as leis matemáticas pelas quais Deus criara o mundo” (SAHTOURIS, 1991, p. 209).

Não podemos olvidar da participação de Isaac Newton, cuja teoria, reproduzida em forma de leis autorais, dotou a natureza de atributos mecânicos, pois sustentava a ideia de que o universo era uma máquina em plena atividade, que obedecia aos seus princípios reitores.

Como consequência da vigorosa mobilização ideológica processada em meados do século XVIII, o movimento iluminista, veiculador de uma racionalidade científica tendente ao atendimento dos interesses expansionistas e civilizatórios, influenciou, decisivamente, para a edificação do pensamento atual. Deste modo, os marcos histórico-filosóficos rudimentares apresentaram predominância na formação da mentalidade presente.

Apesar de o romantismo vigente no século XIX ter adotado uma condução científica mais comedida, tendo concentrado suas análises sobre duas condições: a infinitude da natureza e a limitação humana, foi um movimento antagônico ao otimismo iluminista, o qual foi gradualmente arrefecendo frente a vigorosa ideia de progresso apregoada pelo positivismo. Ulteriormente, no período pós-guerra, uma gama de representações e modelos científicos tornaram-se alvo de dúvida. Entretanto, o cerne dos questionamentos não acarretaria em modificações substanciais nas impressões sociais acerca do ambiente natural (REALE; ANTISERI, 2005).

Assim, a linha de pensamento ecológico de procedência ocidental se afiliou a essa tendência segmentadora e que vindicava a supremacia do homem em comparação com a natureza. Essa circunstância foi tratada por Fritjof Capra (1996) como uma tipologia ecológica que “vê os seres humanos como situados acima ou fora da natureza, como a fonte de todos os valores, e atribui apenas um valor instrumental, ou de ‘uso’, à natureza” (CAPRA, 1996, p. 14).

Como forma de resistência a essa disposição insular da dimensão socioambiental, que relegava as interdependências e interconexões desse campo, Capra preconizou que não se deveria desconectar:

[...] seres humanos – ou qualquer outra coisa – do meio ambiente natural. Devemos conceber o mundo não como uma coleção de objetos isolados, mas como uma rede de fenômenos que estão fundamentalmente interconectados e são interdependentes. A ecologia profunda reconhece o valor intrínseco de todos os seres vivos e concebe os seres humanos apenas como um fio particular na teia da vida. (CAPRA, 1996, p. 17).

Em prosseguimento ao diálogo proposto, teceremos, doravante, uma explanação afeita ao papel do capitalismo no desligamento do homem da natureza. De início, pontuamos que tanto a apropriação dos recursos elementares para a produção quanto a aferição de valor às coisas foram traços intrínsecos ao sistema em apreço (SMITH, 1988; FOSTER, 2000).

Essas ações foram balizadas, especialmente, através da desagregação entre sujeitos, meios de subsistência e de produção. Tal operação estava alinhada com um projeto de

expropriação e pretendia instaurar a mercantilização, a exploração e a propriedade privada que subsidiaram o alcance do progresso e do acúmulo do capital (MARX, 2011; MÉSZÁROS, 2007).

No que tange à propriedade privada, Harvey disse que ela é encarregada de ratificar “[...] o direito de posse exclusiva de uma coisa ou processo, quer seja usado ativamente, quer não” (HARVEY, 2016, p. 52). É essa prerrogativa que facultou ao seu titular o poder de comercializar determinado bem. Como derivação do comentado convencionalismo histórico de alienação das coisas, houve a afetação da natureza, que teve os seus múltiplos componentes, a exemplo do ar e da água, convertidos em mercadorias.

Com assente nesses apontamentos, salientamos que a alienação do homem não se circunscreveu nem a questão do trabalho nem as interações sociais, mas englobou a dimensão natural. À vista disso, importa-nos resgatarmos o raciocínio sobre metabolismo, consoante o enfoque marxiano.

Quando Karl Marx empregou esse conceito para abordar a questão social, ele fez referência à intermediação exercida pelo trabalho para a constituição do liame existente entre o homem e a natureza. Para a teoria marxiana, é pela intervenção do trabalho que acontecia a apropriação e a modificação da natureza, em atendimento aos anseios produtivos dos que comandavam esse regime (FOSTER, 2000). Logo, a alienação proveniente do trabalho originou uma cisão metabólica que apartou homem e natureza.

Esse panorama teórico nos permite notar que a exploração da natureza nos remete aos modos de relacionamento entre os indivíduos. Afinal, o postulado de fratura metabólica apresenta a alienação incidente sobre homem por conta da exploração do trabalho como a sua motivação. Indiferente ao modo de vida de antigamente, o homem começou a assimilar a natureza pela ótica da funcionalidade, isto é, como recurso infinito e como desdobramento da outorga do valor de troca tributado à natureza – e não o valor de uso -, que privilegiava a busca pela lucratividade. Assim, o sistema de produção capitalista pavimentou caminho para a instalação de um colapso ecológico.

É necessário dizermos que a temática da acumulação primitiva foi versada por Marx (2011) em articulação com o conceito de mercadificação, que foi aplicado tanto para se referir à força de trabalho quanto à terra, para qualificar o processo de acumulação executada por meio da espoliação. As declarações de Harvey relativas a esse evento informam-nos que:

A escalada da destruição dos recursos ambientais globais (terra, ar, água) e degradações proliferantes de habitats, que impedem tudo exceto formas

capital-intensivas de produção agrícola, também resultaram na mercadificação por atacado da natureza em todas as suas formas. A transformação em mercadoria de formas culturais, históricas e da criatividade intelectual envolve espoliações em larga escala [...]. A corporativização e privatização de bens até agora públicos (como as universidades), para não mencionar a onda de privatizações (da água e de utilidades públicas de todo gênero) tem varrido o mundo, indicam uma nova “onda de expropriação das terras comuns”. (HARVEY, 2005, p. 123).

Nestes moldes circunstanciais é que houve a materialização do sentido reificante da natureza, que deixou de ser considerada como fonte de subsistência humana para se transformar em instrumento mercadológico do capitalismo. A partir de então, surgiu uma noção social de natureza ancorada em ações predatórias de consumo exauriente, tendo-a como uma fonte de recursos inesgotáveis para a satisfação da gana hedonista e como uma alternativa eficaz para o desenvolvimento de uma lucratividade irrestrita.

Toda a análise sociohistórica reconstituída no decurso desse tópico, sob o esteio de uma heterogeneidade de abordagens epistêmicas, evidenciou a convergência de fatores que ensejaram a ruptura entre o homem e a natureza na percepção da realidade. Mobilizados por esse anseio, enveredamos pelos registros dos primórdios históricos para buscar os fundamentos tanto do campo material quanto ideológico que impactaram na modulação do olhar antropocêntrico.

Notamos, então, que as atuais representações da natureza, vista como algo externo ao homem - o qual foi promovido a um patamar de superioridade que o investe de poder para dominar o mundo ao seu talante - é perpassada por princípios religiosos, culturais, filosóficos, científicos, políticos e econômicos.

Portanto, apesar da dissolução entre homem e natureza geralmente ser reputada como particularidade do capitalismo, o exame em tela nos mostrou que a sua causa possui antecedentes mais primitivos. Contudo, percebemos uma potencialização desse viés desagregador (que desumaniza a natureza e desnaturaliza o homem) a partir das modificações socioeconômicas provocadas pelo capitalismo, que estimulou, agudamente, a percepção utilitarista das fontes naturais, que passaram a ser alvo de cobiça da exploração exaustiva para a acumulação de riquezas.

4.1.1 As ressonâncias do processo civilizador ocidental na desintegração socioambiental

Com o desiderato de ampliarmos ainda mais o conhecimento das circunstâncias e das variáveis históricas que atuaram como determinantes do distanciamento entre homem e

natureza (que acreditamos ter influenciado na formação de um comportamento de dominação humana com relação a natureza), cuidamos ser apropriado trazer para essa discussão uma problematização sociológica, com aporte em Norbert Elias, para ponderarmos a respeito do processo civilizador e suas repercussões no relacionamento socioambiental.

De início, é cabível registrarmos que o hiato formado entre o ser humano e a natureza se tornou mais agudo no tempo presente, a ponto da humanidade vislumbrá-la apenas pela ótica prepotente da apropriação, da dominação, da funcionalidade conveniente e compatível com suas aspirações e da tributação de sentidos antropocêntricos, consoante indicado por Elias (1994b):

Agora, na época que chamamos de “moderna”, os homens chegaram a um estágio de autodistanciamento que lhes permite conceber os processos naturais como uma esfera autônoma que opera sem intenção, finalidade ou destino, em uma forma puramente mecânica ou casual, e que tem significação ou finalidade para eles apenas se estiverem em condições, através do conhecimento objetivo, de controlá-los e, desta maneira, dar-lhes significado e finalidade. (ELIAS, 1994b, p. 245).

De acordo com os argumentos de Elias (1994b), o processo civilizador revolucionou vigorosamente os padrões comportamentais dos sujeitos. O aludido autor concluiu que as formas de ação, de comunicação interpessoal, de vestuário do homem contemporâneo foram arraigadas aos costumes por intermédio das diretrizes coercitivas inculcadas pela categoria aristocrática que emergiu nos séculos XVI e XVII.

Fora isto, o progresso das ciências e das tecnologias impulsionou uma reforma da racionalidade ontológica do homem no tocante ao seu papel no universo, que teve como desdobramento:

Um controle mais rigoroso das emoções, desenvolvido em sociedade e aprendido pelo indivíduo, e acima de tudo um grau mais alto de controle emocional autônomo, foi necessário para que a visão do mundo centralizada na terra e nas pessoas que nela vivem fosse superada por outra que, como a visão heliocêntrica, concorda melhor com os fatos observáveis, mas que era de início menos gratificante emocionalmente porquanto tirava o homem de sua posição no centro do universo e o colocava em um dos muitos planetas que revolvem em torno do centro. A passagem da compreensão da natureza legitimada pela fé tradicional para outra, baseada na pesquisa científica, e a mudança rumo ao maior controle emocional que essa passagem acarretou, é um aspecto do processo civilizador. (ELIAS, 1994b, p. 244).

Essas constatações serviram de lastro para que a humanidade gestasse a consciência de que os fenômenos naturais não estavam adstritos ao seu próprio destino. Com o

estabelecimento desse novo ponto de vista, o interesse do homem por compreender a natureza e por firmar um relacionamento emotivo com ela entrou em declínio em favor da obtenção de um conhecimento que visava “[...] controlá-los e, desta maneira, dar-lhes significado e finalidade” (ELIAS, 1994b, p. 245).

Afinal, concordamos com o autor quando diz que “o desenvolvimento que levou a um conhecimento mais profundo e ao crescente controle da natureza foi [...] o desenvolvimento no sentido de maior autocontrole pelo homem” (ELIAS, 1994b, p. 244).

Notamos, portanto, que o elenco de dicotomias inventariadas pelo autor abarca a contrastante questão do naturalismo e do antinaturalismo. Elias (1994b) acenou para a necessidade do exame sociológico conceber os seres humanos e as sociedades como integrantes da natureza. Este teórico arrematou que apesar da concepção geocêntrica não ser preponderante, ela ainda manifesta seus atributos, pois ela é:

a expressão desse egocentrismo espontâneo e irrefletido do homem e ainda é inequivocamente encontrada nas ideias de pessoas situadas fora do reino da natureza, como, por exemplo, os modos sociológicos de pensamento centrados na nação ou no indivíduo isolado. (ELIAS, 1994b, p. 243).

Assim, a incursão dessa temática com a teoria elisiana é uma tentativa de refletirmos cuidadosamente sobre a superação desse paradigma hegemônico do dualismo entre o homem e a natureza, pois acreditamos na coadunação de tais elementos. Portanto, declinamos da compreensão reducionista de meio ambiente que a enxerga como uma área que abarca um panorama ecossistêmico externo ao ser humano.

Julgamos apropriado transportarmos para o diálogo proposto uma reflexão germinada por este sociólogo, cujo conteúdo está congraçado com o nosso pensamento, que é relativa aos processos sociais que viabilizaram a construção do tempo. O resultado dessa operação foi retratado pelas palavras de Elias como sendo uma anomalia da cientificidade. Assim, com base nas ponderações a seguir dispostas, somos provocados a pensarmos sobre a reintegração socioambiental:

Não são o ‘homem e a natureza’, no sentido de dois dados separados, que constituem a representação cardinal exigida para compreendermos o tempo, mas sim ‘os homens no âmago da natureza’. É mais fácil isolar a significação do ‘tempo’ quando compreendemos que a divisão do universo numa ‘natureza’, campo das ciências físicas, e em sociedades humanas, campo das ciências sociais ou humanas, que dá a ilusão de um mundo cindido em dois, é um artifício produzido por um desdobramento aberrante no interior da ciência. (ELIAS, 1998, p. 12).

O autor reiterou que a decomposição da natureza protagonizada pela ciência, que suprimiu o ser humano de sua constituição e converteu natureza e homem em elementos independentes e distintos, se deu em favor da construção da especialização dos saberes. Em objeção a esta situação, este teórico frisou que “movimentos como o de proteção ambiental bem poderiam anunciar uma compreensão crescente do fato de que os homens não vivem isolados, mas se inserem no devir da natureza” (ELIAS, 1998, p. 12).

Ainda no que tange à crítica do tempo, Elias (1998) indicou que a idealização de um universo taxativamente quantificado, amparado por lógicas estruturalmente matemáticas, sustentou a noção de uma bifurcação temporal que admitiu a seguinte classificação: o tempo do homem e o tempo natural. Contudo, o citado autor salientou que a formação do tempo do homem é coordenada pelo ambiente natural e é nesse ponto que residem os candentes dilemas envolvendo o socioambientalismo, conforme depreendemos das enunciações do texto posposto:

Os problemas que os homens procuram resolver, ao medirem a “duração”, remetem ao fato de que os grupos humanos estão situados no interior de um conjunto mais vasto do que o formado por eles: o universo natural. Em toda parte onde se opera com o “tempo”, os homens são implicados juntamente com seu meio ambiente, ou seja, com processos físicos e sociais. (ELIAS, 1998, p. 13).

É viável, ainda, reproduzirmos um excerto que sintetiza o prisma teórico do comentado autor sobre o tempo e a recomendação de utilizar a reflexão do tema como uma alternativa profícua para rebater a fragmentária forma epistemológica de percepção ambiental:

Tudo isso contribui, ao que parece, para modificar nossa concepção das relações entre indivíduo, sociedade e natureza. Em nossa época, ainda nos servimos amplamente de um aparelho conceitual que traça uma linha demarcatória muito clara entre os planos da integração física, social e individual [...] Muitas vezes, o indivíduo parece sentir-se um ser isolado frente à totalidade do universo e se comportar como convém. Do mesmo modo, a sociedade e a natureza aparecem frequentemente como mundos separados. Uma reflexão sobre o tempo deve permitir corrigir essa imagem de um universo dividido em setores hermeticamente fechados, desde que reconheçamos a imbricação mútua e a interdependência entre natureza, sociedade e indivíduo. (ELIAS, 1998, p. 17).

As afirmações aventadas até aqui confirmam que a racionalidade ocidental não promoveu apenas o fracionamento dos saberes, mas seccionou o objeto do conhecimento ao

instrumentalizar o afastamento da natureza e da cultura. Nossa concepção sobre o suplantar desse paradigma é análoga a de Elias, pois nos filiamos a ideia de que é mediante a reintegração do humano no conceito de natureza que poderemos encontrar estratégias viáveis de compreensão desse intrincado universo socioambiental.

Para este teórico:

O conceito de ‘natureza’ é hoje determinado, em larga medida, pela forma e pela significação sociais que as ciências da natureza lhe conferiram. Mas essas ciências se interessam apenas por um setor limitado do universo. Restringem-se a certos patamares de integração do universo físico e excluem do seu campo de investigação os patamares superiores, propriamente humanos, de integração, como se eles não pertencessem à “natureza”. Se quisermos compreender isso a que se chama “natureza”, entretanto será preciso levarmos em conta o fato de que os seres humanos, que representam um nível altíssimo – talvez o mais alto – de integração e diferenciação, surgiram do universo físico. Numa palavra, teremos de incluir no conceito de natureza a capacidade que ela tem de produzir, no curso de processos cegos, não apenas reatores de hélio ou desertos lunares, mas também seres humanos. Não é necessário evocar a responsabilidade que tal saber confere aos homens, nem tampouco, em termos mais gerais, as consequências que acarreta para sua vida em comum e para sua relação com a ‘natureza’, no sentido estrito do termo. (ELIAS, 1998, p. 12).

Os pressupostos elisianos conclamam-nos a empreendermos uma premente reconciliação nesta realidade socioambiental segmentada. Para tanto, faz-se cogente adotarmos por substrato uma análise pautada na confluyente complexidade dos saberes e a participação de uma mediação ética que reintroduza o elemento humano no âmbito de abrangência da natureza.

Além disso, o advento de uma percepção isolacionista é referido por Elias como repercussão do egocentrismo, que é incitador de um olhar distinto e centrado direcionado ao trato consigo e com o alheio. A projeção desse comportamento particularizado recebeu as seguintes anotações:

As sociedades mais simples – e as crianças de todas as sociedades – ainda oferecem exemplos de pessoas para quem a capacidade de ver a si e a seus companheiros de uma certa distância, como expectadores da janela de um prédio, ao mesmo tempo em que andam pela rua, é ainda totalmente inatingível. Elas têm, é claro, uma consciência de si e das outras pessoas. Mas não vivem e agem em ligação direta com os outros. Não têm acesso algum à forma de experiência e à gama de ideias que permitem às pessoas experimentar-se como algo distinto e independente de seu grupo, como pessoas, em certo sentido, opostas a seu grupo. Não são “individualizadas” no sentido em que se pode usar essa palavra ao aplicá-la a pessoas de sociedades mais complexas. Ficaríamos tentados a dizer que são conscientes sem serem conscientes de si. (ELIAS, 1994a, p. 87).

A abordagem da consciência de si, no molde teórico aventado, propicia a crítica da função do sujeito no âmbito grupal e fora dele, além de facultar o exame de assuntos ligados às novas figurações criadas pelos homens, que regem a sua interação tanto com os seres de espécie semelhantes quanto com os elementos inumados. Deprendemos, portanto, que a atual configuração relacional desintegrada percebida na esfera socioambiental é uma derivação desse ser consciente de si que foi versado pelo autor na citação registrada.

As impressões humanas incidentes sobre o meio ambiente reproduzem os sentidos atribuídos a ele, além de traduzirem as correlações e reciprocidades dos híbridos constituintes da vida. O estudo das suas condicionantes ratifica a indispensável tarefa de redefinir a forma de pensar soluções para dirimir, no tempo presente, o histórico declínio ecológico que abarca, também, uma crise civilizatória. Assim, as mudanças pretendidas implicam numa transformação das interpretações humanas acerca do mundo, da natureza, das relações de poder, tendo por parâmetro o alcance de valores individuais e sociais reformulados e ressignificados.

Para endossarmos a processual metamorfose que a perspectiva sobre a natureza suportou no defluxo temporal, Elias ilustrou, através de uma digressão histórica, que essas transições foram socialmente formuladas:

Mas, entre os mais primitivos, a esfera natural é ainda uma zona de perigo, repleta de medos que os mais civilizados já não sentem. Isso tem uma importância decisiva para o que deixa ou não de ser percebido. A maneira como se sentia a natureza foi afetada de modo fundamental, ainda devagar nos fins da Idade Média e cada vez mais depressa a partir do século XVI, pela crescente pacificação das áreas habitadas. Só então as florestas, campinas e montanhas foram deixando de ser zonas altamente perigosas, onde a ansiedade e o medo estavam constantemente presente na vida dos indivíduos [...] a homens pacificados aparece uma natureza igualmente apaziguada, que eles podem enxergar de uma nova maneira. (ELIAS, 1994c, p. 246).

Quando orientamos esse diálogo para a busca de mecanismos capazes de colaborar para a alteração de um relacionamento insular entre o homem e a natureza, podemos concentrar atenção nas recomendações ambientalistas que circulam no campo social e discernir que a disseminação de princípios estimuladores de ações ecologicamente corretas e bloqueadores de atitudes ambientalmente lesivas são instruções que exprimem características de um processo civilizador.

Elias (1994b) estabeleceu uma correspondência entre o conceito de civilização com o processo de reconhecimento e consolidação da predominância da cultura ocidental. Assim, o aduzido conceito comunicava a representação que o ocidente possuía dele mesmo e que motivava o seu envaidecimento. O exercício da velada assimilação da cultura ocidental, tomada como modelo civilizatório, começou a ser empreendido no término do século XIX. A reconhecida supremacia ocidental servia como um pretexto das nações colonizadoras para fundamentar a prática dominadora. De igual modo, em épocas antecedentes, o conceito de civilização foi empregado como razão justificadora dos protocolos comportamentais dos aristocratas que integravam a corte.

Em adjeção, Elias (1994b) pontuou que o termo civilização estava concatenado com uma pluralidade de práticas e situações complexas, tais como o grau tecnológico, as abstrações religiosas, os costumes, as moradias e os ritos emanados da seara judicial e congêneres.

As observações desenvolvidas por este autor, atinentes à observância da etiqueta pelas classes sociais que formavam a corte europeia dos séculos XVI e XVII, possuem potencial para assessorarem os estudos que perseguem novos ângulos de conhecimento do colapso socioambiental.

Com o intuito de contextualizarmos o panorama histórico tratado pelo referido teórico exporemos um trecho extraído de sua obra, que fala sobre as instruções que deveriam coordenar o comportamento do indivíduo durante a refeição, para que, mediante o cumprimento dessas predeterminações, ele se tornasse reconhecido como um ser socialmente polido:

Não debes beber no prato. Com uma colher é o correto. Bufar como um salmão, comer voraz e ruidosamente como um texugo e queixar-se enquanto come – eis três coisas inteiramente indecorosas. Algumas pessoas mordem um pedaço de pão e, em seguida, mergulham-no grosseiramente no prato. Pessoas refinadas rejeitam essas más maneiras. Considero maneiras péssimas alguém com a boca cheia de comida e que bebe ao mesmo tempo, como se fosse um animal. Não sejas o primeiro a se servir de um prato. É contra o bom tom segurar a faca ou a colher com toda mão, como se fosse um porrete: segure-as sempre com os dedos. (ELIAS, 1994b, p. 96-106).

Ao aplicarmos a sobredita teoria elisiana na reflexão afeita à problemática ecossistêmica, notamos que a adequação social aos discursos ambientais que transitam pelo plano social também designa uma modalidade específica de processo civilizador. A incorporação do conteúdo ecológico nas expressões discursivas e nas práxis social pode se

converter numa nova formatação comportamental, compatível com as demandas por preservação e conservação da natureza. Tal prática caracteriza uma ambientalização, que consiste num “processo de aparecimento e adoção, por parte de um agrupamento social ou coletividade, de um conjunto de valores e práticas referentes aos cuidados com o meio ambiente” (CORRÊA, 2005, p. 3).

As palavras de Sílvia Borges Corrêa (2005) transmitem o entendimento de que a imersão dos grupos humanos na dinâmica da ambientalização ocasionaria num ajustamento dos mesmos aos requisitos de um novo processo civilizador, que incita os atores sociais a se filiarem a outros estilos comportamentais.

É nesse sentido que Lopes (2006) discerniu que a ambientalização, na condição de vetor da apreensão de ações e condutas ecologicamente consentâneas, se concretiza através dos canais de comunicação e da atuação educacional com esse viés, haja vista que:

A educação ambiental acaba fornecendo códigos de comportamentos corretos sobre usos cotidianos, tais como o uso da água nos procedimentos de higiene corporal, sobre lavagem de pratos e de roupa, sobre a correta disposição do lixo. [...] Há uma ênfase numa normatização de condutas na vida cotidiana. Isto aparenta os ‘manuais de etiqueta’ que surgiram no Renascimento europeu, analisado por Norbert Elias (1990) e seu papel no controle das emoções e na estilização da conduta, fazendo naturalizarem-se e interiorizarem-se em certos comportamentos. (LOPES, 2006, p. 45).

Por consequência, a ambientalização adquiriu uma propriedade universalizante, preconizando a adoção de práticas convencionalmente toleráveis. Apesar do seu perfil universalizante, a ambientalização é reapreciada pelos sujeitos e assume sentidos peculiares, a ponto de serem experimentadas em consonância com os interesses de cada agente social.

Nesse compasso, o raciocínio de doutrinação comportamental impulsionado pelo processo civilizador, conforme sinalizado por Elias, pode, por analogia, servir de fonte explicativa para a introjeção de preceitos ambientalmente corretos (equivalentes às boas maneiras), que são socialmente expressados, em sua maioria, por uma questão de constrangimento moral pelo receio de ser repellido pela avaliação negativa do outro ou pelo confronto com o imperativo da lei estatal.

Do contrário, acreditamos que as ações ecológicas devem proceder de uma inspiração ética, que seja capaz de mobilizar uma autocrítica idônea, motivada por um senso de responsabilidade pessoal e coletivo, que coordene o cometimento ou não de uma determinada ação, ao se ponderar sobre as possíveis ressonâncias benéficas ou maléficas que ela possa originar.

Nossa expectativa diverge, portanto, de ações socioambientais que se circunscrevem ao mero cumprimento irrefletido de dispositivos coercitivos, representados por comandos estatais pré-determinados e por convencionalismos gregários, que formam sujeitos incisivamente obedientes, adestrados e acríticos.

Para a satisfação do propósito intelectual que almejamos alcançar, é eficaz expandirmos o sentido de ética para além da adoção e obediência de convencionalismos morais, condicionantes de condutas ajustadas com um sistema de recompensas e punições, eximidas de qualquer racionalidade crítica, pois, identicamente a Schopenhauer (2001), cremos que “[...] não podemos esperar da moral, nem em geral do conhecimento abstrato, a formação de nenhuma virtude autêntica; ela pode nascer apenas da intuição que reconhece num estranho o mesmo ser que reside em nós” (SCHOPENHAUER, 2001, p. 386).

Esse posicionamento manifesta a descrença na capacidade dos preceitos morais de originar virtudes a partir dos seres humanos. Esse ceticismo é chancelado pelas seguintes palavras: “[...] bem louco seríamos se contássemos com os nossos sistemas de moral para fazer homens virtuosos e nobres” (SCHOPENHAUER, 2001, p. 285).

Fechamos esse ciclo discursivo com a expectativa de que o desenvolvimento de uma ética de si para si (autônoma), distinta das convencionalmente correntes, seria uma boa alternativa para mobilizar o comprometimento humano com uma responsabilidade socioambiental comandada por virtudes altruístas, desapegada de qualquer motivação egoísta, que subjuga a dignidade e a integridade do outro (o homem, os animais, as plantas, o cosmos), consoante as explanações do tópico sobreveniente.

4.1.1.1 Autoética: o outro como alvo de religação e responsabilidade socioambiental do eu

Com o anelo de enriquecer esse diálogo, apostamos no estudo do conceito de autoética, segundo o magistério teórico de Morin (2005), o qual lecionou que a ética tradicional nos é revelada como uma coação impingida pelas convenções morais coercitivas.

Essa mesma opinião foi assumida por Bauman (1997) quando explanou sobre a descrença dos filósofos acerca da incongruência em utilizar o impulso moral como princípio fundante de algo, pois enxergavam-no como uma questão abstrata, quimérica, errática. Esse argumento foi complementado pela citação do pensamento de Jeremy Bentham, quando falou que, em razão da escassez de altruísmo, os seres humanos necessitam do poder de

mecanismos cogentes para que persigam, prioritariamente, a vontade da maioria em preterição dos seus próprios.

Em aprofundamento deste tema, Morin (2005) nos incitou a sopesarmos sobre as fragilidades dos imperativos de uma ética contemplada como algo vivido subjetivamente, para nos provocar a refletir sobre o reestabelecimento da conexão entre o indivíduo, a sociedade e a espécie, que é uma concepção que mira para a complexidade da condição humana e de sua relação com o universo.

Esse propósito de reestabelecimento de vínculos que se romperam pela ingerência de uma cadeia de fatores históricos também foi alvo da apreciação de Bauman (1997), quando escreveu sobre a ontológica separação entre o eu e o outro. Na oportunidade, o autor frisou que a posição paralela do eu em face ao outro é o máximo de proximidade que conseguimos alcançar numa posição relacional, o que implica dizer que podemos partilhar de um contato contíguo - como, por exemplo, através de uma interação na qual os nossos ombros encostem nos dos outros e, mesmo assim, nos mantermos distantes.

O aludido autor fez uma comparação entre a aceção ética no tempo moderno e no pós-moderno. Para ele, na modernidade havia uma configuração de entendimento do eu referente ao outro, que fazia com que este fosse enxergado como um obstáculo para a realização daquele. Entretanto, as ocorrências desencadeadas no último período citado foram responsáveis pelo rompimento do exílio que enclausurava o outro e pela promoção da sua readmissão como próximo, como um ser adjacente, como alguém decisivo na sistemática de constituição e evolução do eu.

Bauman (1997) afiançou tal ponto de vista segregacionista declarando que a intelecção que prevalecia acerca do eu e do outro era de que se tratavam de:

[...] dois seres separados e fechado em si, mônadas leibnizianas de sortes, cada um existindo por guardar sua ipseité (Paul Ricoeur), sua identidade consigo mesmo, seus confins, seu espaço. Paradoxalmente, estar com significa estar separado. “Ele não é senão o não-eu, o lugar que ele ocupa é um lugar onde não estou”. Nunca se desvanecerá a separação, a distância entre nós. Só se pode lançar uma ponte sobre o abismo: por meu conhecimento dele, por meu contar com as possíveis vantagens e perigos potenciais que sua presença pressagia, ou por lhe dar a ele o que ele quer e conseguir dele o que eu quero. (BAUMAN, 1997, p. 83-84).

A autoética seria, então, o substrato para a concretização desse projeto religante. O entendimento desse conceito passa pela assimilação da intrincada aceção moriniana de sujeito, o qual é formado por um amálgama de aspectos biológicos, físicos, psíquicos,

culturais, sociais, dentre outros. Algumas dessas grandezas apresentam estabilidade, enquanto que outras delas sofrem contínuas ressignificações.

Insta encorpamos essa discussão enfatizando que a composição dos sujeitos é integrada por uma parte una, que é retratada pelas características que lhes são inerentes, e uma parte múltipla, estabelecida pela interação com o meio e com o outro.

Aprendemos com as exposições de Morin (2005) que a autoética se contrapõe ao isolamento causado pelo egocentrismo em prol da filiação às práticas altruístas. Ela preconiza o desenvolvimento particular de uma mentalidade motivadora de ações mais efetivas e que conduza o sujeito à reconsideração cuidadosa dos critérios emanados das éticas tradicionais. Portanto, devemos estar atentos ao fato de que “todo olhar sobre a ética deve perceber que o ato moral é um ato individual de religação; religação com outro, religação com uma comunidade, religação com uma sociedade e, no limite, religação com a espécie humana (MORIN, 2005, p. 21).

Essas colocações adquirem maior consistência epistemológica quando levamos em conta que vivemos numa sociedade engodada por um contexto egoísta, cuja preocupação dos indivíduos gravita em torno de ambições privadas. Essa situação atravança a possibilidade de uma pessoa aplicar-se em combater suas intolerâncias e de se importar com a conservação do ambiente que o circunda.

Reconhecemos que o desempenho da autoética incentiva o desprendimento de certos juízos que instruíram por muito tempo a nossa forma de pensar e vigeram o nosso modo de agir no mundo. A sua plena execução está adstrita à eliminação da certeza incondicional, à renúncia da noção de bem ou mal, à percepção acerca dos contrassensos e vicissitudes éticas. Fora isso, devemos ter consciência de que as instâncias científicas, econômicas, políticas e artísticas manifestam pretensões diferentes.

Morin (2005) nos envereda para uma crítica que constrói o discernimento a respeito da imposição moralizante tributada à ética. O autor em diálogo explicou que essa característica redundava de três fontes interconectadas, didaticamente delineadas da seguinte forma: uma fonte interior, inerente ao sujeito que assimila as injunções vinculadas a um dever; uma fonte exterior, relacionada com os fenômenos culturais, as tradições e os valores populares, os convencionalismos comunitários; uma fonte anterior, que é legada geneticamente. As modalidades de fontes apresentadas formam a inseparável triologia indivíduo-sociedade-espécie.

O autor esclareceu que o sujeito desenvolve uma espécie de autoafirmação que engloba dois princípios: o da exclusão e o da inclusão. O primeiro deles corresponde à

singularidade e a expressão do eu, do egocentrismo. Reversamente, o último aventa a possibilidade de integração do outro ao eu, gerando um nós. Logo, “tudo acontece como se cada indivíduo-sujeito comportasse um duplo software, um comandado o ‘para si’ e o outro comandado o ‘para nós’ ou ‘para outro’; um comandando o egoísmo e outro comandando o altruísmo” (MORIN, 2005, p. 20).

Para alcançarmos a plena hermenêutica desse pensamento ilustrador da autoética necessitamos nos guiar pelas propriedades assinaladas por Morin (2005), as quais evidenciam que o sujeito incursiona entre as necessidades particulares, biológicas e sociais. Além disso, ele vive o dilema de trafegar entre o egoísmo e o altruísmo, circunstância que é atravessada por inúmeras carências como: o autoconhecimento, a autoanálise, a autocrítica, a autocompreensão que desemboca na compreensão do outro.

A teoria em exame deixa patente que a autonomia ética é um atributo necessário para a construção de uma consciência idônea e para motivar decisões pessoais salutares. É importante levarmos em conta que:

[...] a autoética, ainda que privada de um fundamento exterior, alimenta-se de fontes vivas (psicoafetivas, antropológicas, sociológicas, culturais). O sujeito sente a vitalidade do princípio altruísta de inclusão e o apelo à solidariedade em relação aos seus, à comunidade, além de diversas formas de dever. Obedece-lhe muitas vezes sem reflexão. Mas, se adquiriu uma certa autonomia de espírito, analisará e decidirá. A autonomia ética é frágil e difícil a partir do momento em que o indivíduo experimenta mais o mal-estar ou angústia das incertezas éticas que a plenitude da responsabilidade. (MORIN, 2005, p. 92).

Notemos que a conjectura fundamentadora da teoria exposta, que se ocupou de desvelar as especificidades que mobilizam nossa psique, exemplifica como a barbárie interior é suplantada pela autoética como um indispensável mecanismo de resistência e cultura psíquica.

Morin (2005) definiu a autoética como sendo uma ética de si para si que descambará numa ética para o outro, levando-nos a sermos mais prudentes quanto a probabilidade da consumação de atos com potencial para violar a dignidade humana. Essa atitude de hombridade é orientada pela negação de tratar o outro como objeto, pela rejeição em torná-lo alvo de manobras manipuladoras e pela neutralização da predisposição em envilecer o outro como subumano.

Aqui, há a sugestão de uma preliminar atividade instrospectiva desenvolvida pelo eu, a qual o induzirá à autoanálise, à autocorreção e à autocompreensão e que, por fim, gestará, como efeito espontâneo desta inter-relação, uma confluência entre o eu e outro.

No entanto, é essencial falarmos que essa reflexão íntima, comandada pela autoanálise, recepciona algumas capciosidades devido à intervenção de nossas carências que nos impele a um comportamento austero com o erro alheio e a assumirmos uma postura complacente com as nossas falhas. Outra de suas armadilhas é a nossa propensão à autojustificação que nos desobriga de assumir um erro e nos leva a assacá-lo ao outro.

Morin (2005) frisou que deve haver uma parceria entre a autoanálise e a autocrítica para que subvertamos a ilusão egocêntrica em favor da admissão de nossas susceptibilidades, de nossos erros que são endossados pela autojustificação. Essa autocrítica é vista por esse teórico como um instrumento propiciador de uma assepsia existencial, que nos envereda para um policiamento circunspecto de nossas mistas personalidades, dos nossos mitos e ideias, para que não sejamos governados por esses fatores e suspeitemos de nossas próprias impressões.

Inclusive, há que se apontar que a autocrítica apresenta associação com cultura psíquica e que ambas são dinamizadas pela prática da recursão, que nos fomenta a “avaliar as nossas avaliações, julgar os nossos julgamentos, criticar as nossas críticas” (MORIN, 2005, p. 97).

A efetivação desses preceitos é antagônica à manifestação da moralina, perspectiva inspirada pela filosofia nietzschiana, que reduz o outro aos seus predicados negativos e o atribui uma condenação ancorada tanto em vis pretextos de moralidade quanto o vincula à noção de erro alheio como referência da ausência moral. A recursão ética simboliza, portanto, uma atitude voltada para a compreensão e objetiva coibir a nossa predisposição em transferir a culpa para o outro.

Cumpramos, ainda, que a autoética representa uma alternativa de dissolução das éticas correntes, pois ela é “fruto de um processo histórico da emancipação de massa que instala [...] a responsabilidade dos nossos atos em nós mesmos” (MORIN, 2005, p.91).

A assunção da responsabilidade acima evocada, que é inerente a um indivíduo autônomo, precisa ser nutrida pela solidariedade e pelo sentimento de pertencimento a uma comunidade e a sua expressão não pode ser controlada por influxos ou dispositivos de poder anônimos. Não é demais dizermos que o engajamento dessa responsabilidade culminará numa ação bifurcante, uma vez que o seu desempenho radicará efeitos tanto para a vida do próprio sujeito quanto para a dos outros.

Encontramos na literatura baumaniana uma sincronia de pensamento no que tange à abordagem ora aventada, pois traz em seus registros que a responsabilidade pelo outro é alentada pelo espírito da empatia, pelo respeito à alteridade, pela autoentrega incondicional, voluntária e desinteressada de qualquer vantagem que possa advir desse ato, pois o seu exercício não está pautado na reciprocidade, mas consiste em que o eu se entregue “como refém do bem-estar e das dores do outro” (BAUMAN, 1997, p. 92).

É indispensável, então, que essas atividades sejam eximidas das motivações chanceladas por dispositivos sociais que estabelecem modelos ideais de conduta moral, haja vista que a responsabilidade suscitada pela discutida concepção é “radicalmente diversa da responsabilidade por injunção ou de obrigações provenientes de dever contratual” (BAUMAN, 1997, p. 92). Importa distinguirmos, ainda, que a responsabilidade pelo outro deve ser concretizada antes mesmo que seja necessário que este a exija. Afinal, ensina-nos Bauman (1997, p. 88):

“Eu sou pelo outro” significa eu dou-me a mim mesmo como refém ao Outro. Eu tomo a responsabilidade pelo Outro. Mas eu tomo essa responsabilidade não de maneira como alguém assina um contrato e toma sobre si as obrigações que o contrato estipula. Sou eu que tomo a responsabilidade, e eu posso tomar essa responsabilidade ou eu posso rejeitá-la, mas como uma pessoa moral eu estou tomando essa responsabilidade como se não fosse eu que a tomei, como se a responsabilidade não fosse para tomar ou rejeitar, como se ela “já” estivesse lá e “sempre”, como se ela fosse sem nunca ter sido tomada por mim. Minha responsabilidade, que constitui simultaneamente o Outro como a Face e eu como o eu moral, é incondicional.

Para aprofundar tal análise, este teórico recorreu a tratativa levinasiana ministrada sobre a circunstância judaico-cristã envolvendo o homicídio de Abel cometido pelo seu irmão Caim. Nesse caso, a indagação divina foi o enfoque direcionador da reflexão sobre a ontologia da separação entre o eu e o outro, levando o agente do crime ao processo de reconhecimento da própria condição de descumpridor de regras morais decretadas pela instância superior.

A resposta de Caim exprimia o seu sentimento de indiferença, de insensibilidade no tocante ao encargo de cuidar, de interessar-se pelo irmão. Fato que fez ecoar o seguinte questionamento:

Por que devo me interessar pelos outros? [...] Sou acaso o guarda de meu irmão? Essas perguntas só têm sentido se já se supôs que o ego só se interessa por si mesmo, é só um interesse por si mesmo. Nessa hipótese, de

fato permanece incompreensível que o absoluto fora-de-mim, o outro, me afete. (BAUMAN, 1997, p. 89).

Em prossecução ao assunto estudado nesse tópico, acrescentamos que Morin (2005) nos advertiu sobre a nociva possibilidade de distorção e corrupção do sentido das nossas práticas éticas, em virtude da interferência do meio onde são executadas. Tendo em conta essa ameaça fraudulenta, assumimos com o autor a interpretação de que:

[...] o indivíduo é irresponsável se o consideramos como um brinquedo de forças anônimas e obscuras (sociológicas, ideológicas, pulsionais) e responsável se o consideramos como sujeito dotado de uma relativa autonomia. Aqui, sou remetido a uma contradição ética: não posso escamotear a irresponsabilidade dos seres humanos marcados por seus imprints, passíveis de erro, arrastados pelos turbilhões históricos, nem a responsabilidade dos seus maus atos. Voltamos à aporia com a qual se chocaram os filósofos: não se pode refutar o princípio de que tudo em nossos atos é determinado nem refutar o princípio de que agimos livremente. (MORIN, 2005, p. 100).

Resta explícito nesses argumentos que o princípio da responsabilidade é um profícuo instrumento de cordura para entendermos que nem todo comportamento do agente é fruto de uma predefinição, mas que não devemos ser cétricos quanto a uma atuação humana isenta de qualquer influência, o que significa que uma pessoa poderá agir porque foi movida por alguma pressão social ou pelo próprio sentimento de culpa.

As considerações de Bauman (1997) se ajustam ao raciocínio ventilado, pois o mesmo afirma que a responsabilidade será um atributo destituído de significado altruísta enquanto for vislumbrada como uma rota de satisfação de diretrizes morais. Devemos ter em mente que:

[...] a face, com que a responsabilidade se confronta, levanta exigências por sua insignificância, pela irrealização de seu potencial de assumir e portar significados. Será somente mais tarde, quando eu recorrer a presença da face como minha responsabilidade, que nós dois, o eu e o próximo, adquirimos significados: Eu sou eu, quem sou responsável, ele é ele, a quem eu atribuo o direito de fazer-me responsável. E nessa criação de significado do Outro, e assim também de mim mesmo, que chega a mim minha liberdade, minha liberdade ética. (BAUMAN, 1997, p. 102).

É nessa incessante procura por encontrar os significados do Outro que o Eu moral alcança a compreensão de si. Com Bauman descobrimos que a edificação de uma ética pós-moderna importa na remodulação de uma atuação moral em favor do outro (cuja

representação não está limitada à dimensão humana, mas abarca também todos os demais organismos vivos).

Toda a tessitura discursiva desse tópico nos direciona para o desenvolvimento de um olhar cuidadoso para o outro, mirando nossa preocupação para com as gerações porvindouras, para com a biodiversidade e a natureza (nossa casa em comum). Desejamos com essas reflexões, a conclamação de uma empatia socioambiental que emane, voluntariamente, da sensibilidade crítica do humano diante do apelo do outro, que tem se fragilizado às custas da manobra capitalista.

A ética que surge da consciência do respeito pelo outro potencializa a resposta à crise ecológica e representa uma medida ressignificadora de uma postura individual coerente, cujo exercício não depende da imposição normativa que institui prescrições regentes da dinâmica comportamental dos homens que, conforme veremos no tópico consecutivo, precisam receber uma análise crítica antes de serem adotadas como práticas socioambientais salutaras.

4.1.1.1.1 Legalismo ambiental e criticidade ética: entre o poder da sanção e a sensatez ecológica

A suscitada intervenção ética dessa seção tangencia com a proposição arendtiana pertencente à banalização do mal, conceito emanado da análise da condenação judicial de Adolf Karl Eichmann, ocorrida em 1961. O nomeado réu foi um militar nazista que, motivado por comandos oficiais, recorreu aos campos de concentração para executar o holocausto, artifício utilizado para dizimar numerosas populações de judeus e de grupos minoritários qualificados como indesejados do Terceiro Reich.

O desempenho dessas atrocidades lhe rendeu as seguintes imputações delituosas prolatadas pelo tribunal de Jerusalém: “crimes contra o povo judeu, crimes contra a humanidade e crimes de guerra, durante todo o período do regime nazista e principalmente durante o período da Segunda Guerra Mundial” (ARENDDT, 1999, p. 32).

Após a deflagração da queda do regime nazista, seguido pelo fim do citado evento bélico, Eichmann escolheu a Argentina como destino de fuga. No entanto, sua evasão foi frustrada pela detenção realizada pelo serviço secreto israelense, que o entregou ao poder judiciário internacional competente.

Em que pese as incriminações hediondas creditadas ao mencionado burocrata, havia uma categórica refutação por parte dele ao proclamar-se convicto de sua inocência. Essa

postura de presunção de inculpabilidade foi examinada por Hannah Arendt (1999) como uma repercussão da seguinte circunstância:

A defesa aparentemente ter preferido que ele se declarasse inocente com base no fato de que, para o sistema legal nazista então existente, não fizera nada errado, de que aquelas acusações não constituíam crimes, mas “atos de Estado”, sobre os quais nenhum outro estado tinha jurisdição (*par in parem imperium non habet*), de que era seu dever obedecer e de que, nas palavras de Servatius, cometera atos pelos quais ‘somos condecorados se vencermos e condenados à prisão se perdermos’. (ARENDT, 1999, p. 32).

Arendt (1999) pontuou, ainda, a confissão de Eichmann sobre a insatisfação que experimentaria diante da violação de alguma ordenança que lhe fosse delegada. O desmedido e incondicional zelo pelo atendimento das regras a ele confiadas o levariam ao extremo de assassinar seu próprio pai, caso fosse encarregado desse serviço. A autora nos revela que:

[...] ele se lembrava perfeitamente de que só ficava com a consciência pesada quando não fazia aquilo que lhe ordenavam – embarcar milhões de homens, mulheres e crianças para a morte, com grande aplicação e o mais meticuloso cuidado. Isso era mesmo difícil de engolir. (ARENDT, 1999, p. 37).

A obstinação por exercer obediência às regras tem o potencial de converter os indivíduos em instrumentos a cargo das abominações, a ponto desses naturalizarem ações deletérias e se inconformarem com a falta de correspondência e consentimento a tais conteúdos.

Assim sendo, eram muitas as oportunidades de Eichmann se sentir como Pôncio Pilatos, e à medida que passava os meses e os anos, ele perdeu a necessidade de sentir fosse o que fosse. Era assim que as coisas eram, essa era a nova lei da terra, baseada nas ordens do Führer; tanto quanto podia ver, seus atos eram os de um cidadão respeitador das leis. Ele cumpria o seu dever, como repetiu insistentemente à polícia e à corte; ele não só obedecia ordens, ele também obedecia à lei. (ARENDT, 1999, p. 152).

O processo que sancionou o sentenciamento do caso em tela foi motivado por uma intencionalidade política que teve por fito a comprovação da extrema periculosidade que o indiciado representava para a humanidade e, a partir disso, obrigá-lo a se sujeitar as devidas penalidades.

A exposição sucinta desse enredo histórico tem por finalidade evidenciar as alegações de Arendt (1999), as quais contrariaram a opinião pública daquele tempo e consistiram em demonstrar que, opostamente as representações habituais que se tinha sobre transgressores, as

espantosas barbáries poderiam ser consumadas por sujeitos comuns, isentos de qualquer característica tirânica, a exemplo de Eichmann cuja personalidade transparecia os mais convincentes valores de confiabilidade, de cordialidade e de comprometimento com seu ofício, anulando qualquer desconfiança de traços de perversidade.

Essas apreciações registradas pela autora recaíram sobre um colegiado de pareceres emitidos por diversas instâncias, conforme podemos notar do fragmento a seguir:

Meia dúzia de psiquiatras haviam atestado a sua "normalidade" - "pelo menos, mais normal do que eu fiquei depois de examiná-lo", teria exclamado um deles, enquanto outros consideraram seu perfil psicológico, sua atitude quanto a esposa e filhos, mãe e pai, irmãos, irmãs e amigos, "não apenas normal, mas inteiramente desejável" - e, por último, o sacerdote que o visitou regularmente na prisão depois que a Suprema Corte terminou de ouvir seu apelo tranquilizou a todos declarando que Eichmann era "um homem de ideias muito positivas". [...] "Pessoalmente", ele não tinha nada contra os judeus; ao contrário, ele tinha "razões pessoais" para não ir contra os judeus. (ARENDR, 1999, p. 37).

Aprendemos com a crítica proveniente dessas observações que, caso o juízo moral não seja impulsionado por uma consciência crítica, o indivíduo torna-se cativo da satisfação de preceitos normatizadores e se transforma num ser desprovido da ponderação direcionada para os efeitos que suas ações possam gerar, bastando o cumprimento irrefletido da lei estatal e a subserviência aos convencionalismos sociais para ser meritoriamente qualificado como um cidadão de bem.

Arendt (1999) nos convenceu de que a demasiada normalidade expressada pela personalidade de Eichmann, em sintonia com as prescrições as quais se subordinava rigidamente, redundou na extirpação do senso crítico dele, de modo que:

Do ponto de vista de nossas instituições e de nossos padrões morais de julgamento, essa normalidade era muito mais apavorante do que todas as atrocidades juntas, pois implicava que - como foi dito insistentemente em Nuremberg pelos acusados e seus advogados - esse era um tipo novo de criminoso, efetivamente *hostis generis humani*, que comete seus crimes em circunstâncias que tornam praticamente impossível para ele saber ou sentir que está agindo de modo errado. (ARENDR, 1999, p. 299).

O estudo do acontecimento relatado conduziu a autora a compreensão de que a banalidade do mal surge quando as pessoas acatam as instruções, seja de qualquer fonte, e renuncia o crivo da circunspeção, agindo ríspida e cegamente. Foi a abdicação desse exercício crítico que tornou Eichmann um homem médio de sua época, um alguém que acreditava piamente ser um diligente seguidor do pensamento Kantiano.

Segundo a teórica em apreço:

A primeira indicação de que Eichmann tinha uma vaga noção de que havia mais coisas envolvidas nessa história toda do que a questão do soldado que cumpre ordens claramente criminosas em natureza e intenção apareceu no interrogatório da polícia, quando ele declarou, de repente, com grande ênfase, que tinha vivido toda sua vida de acordo com os princípios morais de Kant, e particularmente segundo a definição kantiana do dever. Isso era aparentemente ultrajante, e também incompreensível, uma vez que a filosofia moral de Kant está intimamente ligada à faculdade do juízo do homem, o que elimina a obediência cega. O oficial interrogador não forçou esse ponto, mas o juiz Raveh, fosse por curiosidade, fosse por indignação pelo fato de Eichmann ter a ousadia de invocar o nome de Kant em relação aos seus crimes, resolveu interrogar o acusado. E para a surpresa de todos, Eichmann deu uma definição quase correta de imperativo categórico: “O que eu quis dizer com minha menção a Kant foi que o princípio da minha vontade deve ser sempre tal que possa se transformar no princípio de leis gerais” (o que não é o caso do roubo e assassinato, por exemplo, porque não é concebível que o ladrão e assassino desejem viver num sistema legal que dê a outros o direito de roubá-los ou matá-los). Depois de mais perguntas acrescentou que lera a *Crítica da razão pura*, de Kant. E explicou que, a partir do momento em que fora encarregado de efetivar a Solução Final, deixara de viver segundo os princípios kantianos, que sabia disso e que se consolava com a ideia de que não era mais “senhor de seus próprios atos”, de que era incapaz de “mudar qualquer coisa”. [...] Seja qual for o papel de Kant na formação da mentalidade do “homem comum” da Alemanha, não existe a menor dúvida de que Eichmann efetivamente seguia os preceitos de Kant: **uma lei era uma lei, não havia exceções**. (ARENDRT, 1999, p. 153,154, grifos nossos).

As narrativas produzidas por este ensejo apresentam Eichmann como um agente público exemplar e dedicado, que exercia seu papel em velada atenção aos ditames legislativos e hierárquicos institucionais que lhe eram impostos. Quando Arendt (1999) se aplicou ao exame do inquérito desse caso, ela notou que o arguido em questão se esquivava do próprio raciocínio, eximindo-se de meditar sobre as próprias atitudes, além de acorrer-se da tutela burocrática para declinar da faculdade de pensar.

Para Arendt (1999), o condenado transformou-se num objeto de reprodução dos anelos daquele regime, sendo, ainda, um ser destituído de qualquer opinião ou resistência contra as predefinições da realidade que o mesmo integrava, apesar de não ser alguém leigo. Por conta disso, na instância pública ele manifestava uma postura subserviente aos imperativos da liderança. As palavras dessa autora acerca de Eichmann deixam patente que:

Ele não era burro. Foi pura irreflexão - algo de maneira nenhuma idêntico à burrice - que o predisps a se tornar um dos grandes criminosos desta época. E se isso é "banal" e até engraçado, se nem com a maior boa vontade do mundo se pode extrair qualquer profundidade diabólica ou demoníaca de

Eichmann, isso está longe de se chamar lugar-comum. (ARENDR, 1999, p. 311).

Ao dissecarmos sumariamente os fatores que concorreram para a formulação da teoria do mal banal reparamos que se trata de um conceito atemporal, com potencial para subsidiar análises contemporâneas como a da problemática socioambiental e seu aparato regrador, nessa oportunidade focado pelo direito ambiental brasileiro.

A trágica memória dos extermínios praticados por Eichmann, como forma de satisfazer as deliberações legais, nos incentiva a sopesarmos com mais prudência sobre a coerência ou não que há em calcar nossas atitudes socioambientais nos imperativos da lei com renúncia a qualquer questionamento. Isto é arriscado devido à existência de previsões codificadas que possuem validade legal, mas a sua consumação pode não ser salutar e reverberar em profundos prejuízos ecológicos, a exemplo das novas disposições da Lei de Proteção da Vegetação Nativa – LPVN (12.651, de 25 de maio de 2012).

Essa vertente do pensamento arendtiano nos impele a pensarmos que a aquiescência a um Direito de efeito compulsório, porém estanque de criticidade, está adstrita a um sentimento individual e social de um atendimento normativo pautado em recompensas ou punições, em detrimento da ética e da racionalidade ecológica que visa a manutenção ecossistêmica.

Confiamos que essas últimas premissas filosóficas evocadas deveriam ser adotadas pelas pessoas como instrumentos de discernimento para se sopesar sobre os comandos que regem a sociedade e, assim, avaliar, cautelosamente, a respeito da adesão ou não dos mesmos, ainda que estes possuam um caráter oficial.

A LPVN veiculou algumas providências estratégicas para que o seu público alvo acate os seus postulados. Dentre essas medidas encontra-se o Cadastro Ambiental Rural (CAR), que é uma plataforma tecnológica viabilizadora da inscrição virtual das propriedades e posses agrárias, na qual é possível delinear o status ecológico dessas terras em apontamento as suas adequações ou discrepâncias com relação às positivamente do referido diploma.

Os proprietários que não se associarem a este Programa enfrentarão como entraves o bloqueio de licenças ambientais e de concessão de empréstimo na modalidade agrícola, uma vez que a dilatação de privilégios com financiamentos estará reservada aos adeptos do aludido registro, por força da Resolução 4.226 de 2013, emitida pelo Banco Central.

O sistema em questão fornecerá um esboço dos passivos ambientais que reivindicarão um trabalho ecológico de reversão, pelo motivo de tais localidades não albergarem a extensão

mínima de cobertura vegetal exigida pela lei em Áreas de Preservação Permanentes (APPs) ou, ainda, em razão da escassez de Reserva Legal (RL).

A correção dessa insuficiência florestal requisita a adoção do Programa de Regularização Ambiental (PRA), que assegura uma série de benefícios como, por exemplo, o cancelamento de multas e a anuência para o desenvolvimento de atividades agrossilvipastoris e a instalação de obras de infraestrutura em APPs.

Ao se conveniar a proposta do PRA, o acordante terá como alternativa para dirimir os passivos ambientais a aplicação das recomendações do Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADA). Esse instrumento estabelece que, num lapso de 20 anos, o signatário se obrigará a conservar e a regenerar o revestimento arbóreo das APPs e das RLs, na proporção de 10% para cada biênio, além de ressarcir a rarefação de RL por intermédio de recursos como os contratos de servidão, a compra de campos que comportem vegetação nativa ou, também, a aquisição de Cotas de Reserva Ambiental (CRA), com a exigência de que esta esteja localizada no mesmo bioma (ZAKIA & PINTO, 2013).

A recusa pela aceitação do PRA ou a violação do PRADA atrairá para o proprietário rural imposições mais severas, tais como a distensão do perímetro passível de restauração e a suspensão do direito de implantar o sistema agrossilvipastoril na propriedade, situação esta que era vedada pelo Código Florestal antecedente (Lei 4.771 de 15 de setembro de 1965).

A reforma legiferante que atualizou o dispositivo em pauta foi repudiada pela comunidade de pesquisadores especializados no campo ecológico e foi considerada como uma involução retratada por um elenco de críticas e discordâncias baseadas em sustentações científicas, conforme indicações sequencialmente exibidas. Uma das provas desse retrocesso foi a radical diminuição e, em alguns casos, a própria aniquilação da obrigatoriedade de tutelar áreas de substantiva importância ecossistêmica que, no passado, eram salvaguardadas pelo código precedente.

A sublinhada redução pode ser ilustrada pelas seguintes conjecturas: as nascentes intermitentes, que deixam de fluir água durante a estação de seca, foram extintas das categorias das APPs, fato que fragiliza ainda mais esses ecossistemas.

Identicamente ocorreu com os reservatórios hídricos superficiais, de origem natural ou artificial, com dimensões abaixo de 1 hectare, pois seus contornos foram privados do anteparo destinado às APP's, de modo a negligenciar a relevante provisão que essas represas fornecem para o abastecimento regional.

Merece atenção, também, as modificações que afetam a preservação dos topos de morro, uma vez que a recente legislação desguarneceu 87% das áreas de morros, montes, montanhas e serras distribuídas por todo território pátrio (SOARES-FILHO et al., 2014).

Outro inconveniente que integra esse cenário retrógrado é o encurtamento das margens de flora nativa a serem conservadas por toda a extensão dos mananciais. Outrora, a estimativa de aferição dessas faixas era determinada com esteio em parâmetros de saturação volumétrica alcançado em estações de cheias. Com as mutações implementadas, a referência de cálculo foi deslocada para o leito regular dos cursos d'água, com mensuração realizada em épocas de estiagem.

Essa mudança provoca baixa perturbação em rios e riachos localizados em vales, graças ao nível de contenção do relevo que dificulta o transbordar das águas. Contudo, os rios situados em planícies terão suas matas ciliares submergidas pelas inundações (GARCIA et al. 2013).

Fora os problemas arrolados, a nova lei revogou o compromisso de reabilitação das RLs inseridas em propriedades com tamanho inferior a quatro módulos fiscais. Esse indicador é definido com fundamento nas elementares práticas agrícolas e nos índices socioeconômicos municipais. Ele exprime o comprimento mínimo avaliado para que uma área rural apresente viabilidade econômica, tendo proporções que diferem de acordo com cada território nacional, podendo ter extensões de 5 até 110 hectares.

A lei predecessora, ecologicamente mais prudente que a vigente, deixou assente que as propriedades com carência de RL deveriam se beneficiar de um trabalho de restauração, não importando qual fosse a sua amplitude.

Adicionamos nesse rol de legalidades ecologicamente perniciosas a autorização para que as APPs regulares e em processo de recuperação sejam agregadas no montante pertencente às RL. Essa prerrogativa enseja que ambientes passíveis de restauração ou de compensação necessária para obtenção do cômputo aceitável de RL sejam substituídos por campos de plantas nativas presentes em APPs, atividade essa condescendida pelo código de 1965 somente em situações excepcionais.

Uma das inovações trazidas pela Lei 12.651/2012 é a exigência de restituição da cobertura vegetal que circunda os cursos d'água das APPs. Essa proposição pode causar impactos antagônicos. Apesar do código obsoleto não ter abrangido em seu bojo a recomendação de reparação botânica das APPs, não existia beneplácito para a execução de práticas agrossilvipastoris nesses recintos, com o fito de assegurar a renovação espontânea das espécies nativas. Uma das estratégias cruciais para estimular o reestabelecimento da mata

ciliar é coibir o desempenho do agente de devastação nessas áreas, como as atividades zootécnicas e o cultivo agrícola continuado.

O consentimento dessas atividades tem a capacidade de potencializar os efeitos deletérios em ecossistemas como o amazônico, cujo processo natural de regeneração é mais provável, pois poderá afunilar substancialmente o campo de abrangência da mata ripária, limitada a tênues faixas de vegetação, cujas medidas legais são estipuladas com base nas dimensões da propriedade e da fonte d'água. Ademais, o demasiado encolhimento da malha vegetal oferece eficácia diminuta para a manutenção dos serviços ecossistêmicos (tais como a filtragem de defensivos agrícolas e a retenção do solo) e para a conservação da diversidade biológica (BICALHO et al., 2010).

É importante assinalarmos, também, que a compactação das APPs coopera para que haja uma majoração do escoamento de detritos para as fontes hídricas, importando em estragos para as hidrelétricas, para as barragens e para a geração de eletricidade.

Inúmeras investigações científicas evidenciaram que a largura mínima ideal para que os corredores ciliares exerçam satisfatoriamente a função de dinamizar as demandas da vida silvestre é de 50 metros (TUBELIS et al., 2004; LEES & PERES, 2008; METZGER, 2010; RAMOS & ANJOS, 2014).

Não cessa por aqui a relação de lesividades à natureza, por conta dos agravamentos de susceptibilidade trazidos pelo código florestal contemporâneo, que desvirtuou, parcialmente, o papel ecossistêmico cumprido pelas APPs e pelas RLs, cujas especificidades foram adequadamente abordadas pela lei prévia.

Biologicamente, esses espaços atuam como armazenadores de carbono pela captação desse composto, de forma a refrear o avanço do efeito estufa que integra a pauta de compromissos mundiais, como, por exemplo, os acordos historicamente assumidos na Eco 92, na Rio mais 20, no Protocolo de Kyoto, nos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, na Agenda 2030 e numa infinidade de conferências ambientais que mobilizaram as nações para a preservação e para a conservação ambiental.

A magnitude dessa função é atestada pela retenção de 2,8 bilhões de toneladas desse hidrocarboneto que foram capturados da atmosfera pelas unidades de conservação brasileiras, as quais abrangem 17% do território (FERREIRA & VALDUJO, 2014). O valor comercial dos créditos de carbono, no âmbito global, é cotado em 96 bilhões de reais (MEDEIROS et al., 2011).

Essa potencialidade de assimilação de carbono pode decair em 53% em decorrência da erradicação das APPs e das RLs carentes de restauração. Na região amazônica e no cerrado o

desflorestamento beneficia o progresso agrônomo, porém obsta a satisfação dos deveres internacionais assumidos pela nação brasileira, correspondentes às ações atenuadoras do aquecimento global (RAJÃO & SOARES-FILHO, 2015).

A circunstância em tela maleficia, igualmente, os proveitos econômicos e sociais que poderiam ser auferidos com o fabrico de produtos originados dos insumos adquiridos de modo sustentável pelo uso de frutos, grãos, fitoterápicos e outros elementos oferecidos pela natureza.

A LPVN defere a concretização do agrossilvipastoreio nas seguintes localidades: nas faixas que margeiam os rios; em toda zona de abrangência dos picos de morros e terrenos declivosos. Somado a isso, o proprietário não comete irregularidade ao manter construções de infraestrutura nesses pontos.

Ao patrocinar a precarização desses espaços através da ratificação dessas ações, a LPVN denega o que era reputado como crime pelo instrumento antecessor, recalcitrando contra todos os protestos da comunidade científica que alertou, veementemente, sobre os perigos que essa metamorfose legislativa poderia gerar. Essa conjectura demonstra o quanto a lei espelha as demandas sociais de grupos preponderantes num determinado tempo. Nesse caso, o empresariado e a bancada política ruralista, cujos conchavos sustentam o poder de inculcar na lei a gana e os interesses próprios em benefício da categoria, mesmo que isso redunde em graves danos socioambientais.

Outra validação de caráter reverso é a prerrogativa de que a supressão de florestas perpetrada no passado possa ser remediada por meio da aquisição ou do pacto de arrendamento de terras de outras propriedades que atendam ao requisito de acomodar um tecido florestal pertencente ao mesmo bioma residual da vegetação foco da compensação.

Ocorre que essa demanda pode ser satisfeita com a utilização de uma microbacia hidrográfica geograficamente encontrada em outro estado nacional. Essa facultatividade compromete negativamente a conservação da diversidade biológica e a prestação dos serviços ecossistêmicos em áreas demasiadamente destruídas, como é o caso do sudeste brasileiro.

É importante destacarmos que o dispendioso valor financeiro tributado aos fragmentos de terra distribuídos por determinadas partes do país faz com que haja uma propensão de que o cumprimento da referida exigência seja consumado em outras regiões para reduzir o ônus econômico. Esse traslado relega os atributos funcionais inerentes à RL.

O pretenso racionamento de gastos pelo proprietário pode implicar em perturbações para a reabilitação de bacias fluviais imprescindíveis para o abastecimento hídrico para uso das comunidades humanas ou, ainda, contribuir para a degradação de paisagens prioritárias, as

quais auxiliam na ocorrência da variabilidade gênica da fauna e da flora. A inexequibilidade dessa complexa rede biológica causa distúrbios para os processos polinizadores de culturas agrícolas e para o gerenciamento de pragas.

Em complementariedade da discussão em curso, enxergamos como uma licitude nociva, semelhante as demais que foram ditas, a permissão para que o interior das RLs pendentes de recuperação seja preenchido por plantação de espécies exóticas lenhosas, numa proporção limite de 50%. Essa liberação deturpa as finalidades ecológicas cruciais das RLs, sobretudo no que toca a sua função de resguardar a flora nativa.

Salientamos, outrossim, que a LPVN não demarcou ressalvas acerca do manejo dessas plantas invasoras, que podem competir com a vegetação nativa e causar desequilíbrio ecossistêmico não somente nos limites que experimentarão o reflorestamento, mas seus impactos nefastos podem se estender para as adjacências onde estão fixados os remanescentes de flora endêmica, devido ao potencial agressor e colonizador das espécies alienígenas que foram incorporadas ao ambiente.

Convém ressaltarmos, além dessas questões, que a presente versão do Código Florestal oportuniza a anistia de multas ambientais aos proprietários que participarem do PRA. Assim, os promotores de infrações do diploma anterior terão suas penalidades rescindidas, além de se favorecerem da revogação do dever de restaurarem as terras que os mesmos depauperaram. Essas determinações privilegiam aproximadamente 90% das posses rurais do país e afetam a ínfima parcela de proprietários que historicamente obedeceram às orientações da lei (SOARES-FILHO et al., 2014).

A remissão de dívidas ambientais do passado incita oportunismos, pois desperta a esperança de que retificações posteriores a serem materializadas pelo direito florestal possam escudar e inocentar, retroativamente, ações infratoras. Revisões desse porte são convenientemente vantajosas para a elevação econômica dos agressores ambientais, ao imunizá-los de qualquer tipificação criminal de sua autoria e por outorgar-lhes autorização para explorar terras que foram indevidamente apropriadas.

As sequelas ecológicas que o cumprimento dessa lei pode ocasionar são pivô de temores das autoridades científicas peritas no assunto, pois desde a sua promulgação tem acontecido alarmantes devastações ambientais, em confirmação dos presságios pessimistas da dita comunidade.

No ano inaugural de vigência da lei em questão, a Amazônia Legal foi lesada com a elevação de 30% do desflorestamento, o que transtornou as graduais reduções de supressão das matas, que manteve esse ritmo de declínio por quase uma década (PRODES, 2013). A

Mata Atlântica é outro organismo florestal que sofre com a ascendência de 9% dos indicadores de derrubada da sua vegetação nativa. Esse índice é acentuado na região piauiense, por efeito do lastimável cômputo de 150% de degradação (SOS MATA ATLÂNTICA & INPE, 2014). Essas informações estatísticas tonificam a aviltante reputação brasileira de nação que lidera o topo da lista de países que apresentam superlativo grau de desmatamento (FAO, 2015).

A eliminação da floresta traz como corolário a dissipação de habitats, que é o responsável primacial pelo desaparecimento da vida silvestre (RIBEIRO & FREITAS, 2014). Esta situação traz um peso de responsabilidade maior para a nação brasileira, pois abriga a maior biodiversidade do planeta (LEWINSSOHN & PRADO, 2005). Ainda que não se extinga novos blocos florestais, haverá uma tendência de extirpação da biota de alguns biomas como o da Mata Atlântica, em face da recrudescente modificação antrópica que causa fragmentações e, conseqüentemente, o isolamento reprodutivo.

Diversos remanescentes de comunidades biológicas sobrevivem de modo decadente em reduzidas parcelas de vegetação nativa que foram debilitadas e afastadas pela formação de vastos campos agrários e pelas malhas urbanas. Pesquisas modernas registraram uma queda brusca da higidez dos conjuntos de vida selvagem como derivação da retração da área verde numa escala de 30% da Mata Atlântica e de 43% da Amazônia (OCHOA-QUINTERO et al., 2015; BANKS-LEITE et al., 2014; PARDINI et al., 2010).

Infelizmente, são desalentadoras as expectativas com relação à incomensurável dizimação de integrantes da biodiversidade, uma vez que raras cotas de floresta primitiva da Mata Atlântica resistiram ao processo histórico de deterioração, o que representa uma cobertura vegetal em torno de 11% a 16%. Além do mais, gigantescas áreas de mata de outras categorias ecológicas comportam uma capacidade aquém do patamar ideal indicado pelas investigações preliminarmente referenciadas.

Frisamos que as previsões normativas veiculadas pela LPVN podem potencializar a ampliação desse cenário deplorável por ter diminuído em 58% a área dependente de restauração e por conceder aval para que a compensação dos passivos da RL se dê em lugares com alta deficiência de flora nativa (SOARES-FILHO et al., 2014).

Tendo em vista os infortúnios gerados pela desastrosa revisão normativa é que tais constatações científicas advogaram a prudente decisão de conservar ou até mesmo alargar (em ambientes profundamente agravados) as proporções de APPs e RLs que eram recomendadas pelo superado instituto legal.

A evolução do cerceamento florestal tem o poder de danificar exponencialmente a continuidade plena da salutar oferta dos serviços ecossistêmicos para fins de depuração hídrica, de auxiliar os processos polinizadores, de proteção do solo, de estabilização da temperatura atmosférica e congêneres.

Incluímos nesse diálogo tanto a subversão promovida pelo abrandamento protetivo dos corpos florestais restantes e dos campos suscetíveis de recuperação futura quanto a deformação sofrida pelo papel das APPs e das RLs na versão legal vigente, que são situações que podem piorar a expressão dos dilemas ecológicos que assolam o contexto nacional como as que envolvem a insuficiência e a qualidade de água, os desmoronamentos de barrancos, os alagamentos e as estiagens.

Como se pode contemplar, é inesgotável o repertório de catástrofes ambientais acobertadas pelo manto da reformulada lei em análise. Em fecho, emerge desse conjunto outra ameaça à integridade ecológica, que é a vinculada à estabilização geológica de locais com maior propensão de ocorrência de tragédias naturais, como os topos de morro, os declives e as depressões.

Anualmente, as estatísticas por óbito protocolam uma multidão de vítimas de acidentes ecológicos decorrentes da habitação ilegal em terrenos situados em zonas de risco. O obituário da Região Serrada do Rio de Janeiro informou que, em 2011, 70% dos falecimentos provocados por inundações e desabamentos de terra teriam ocorrido em áreas que, no defasado código, recebiam proteção.

Depreendemos, portanto, que a conservação e o reestabelecimento das florestas nativas em zonas de risco, em sua maioria desamparadas pela lei em vigor, seria uma medida eficaz de prevenção de mortes e de sobrecarga dos gastos públicos para socorrer esse tipo de demanda.

As exposições ora discorridas demonstraram que a nova formatação do código florestal repeliu os apelos de grupos científicos para vergar-se perante os pleiteados privilégios do agronegócio, que conquistou o direito a exercer violência ecológica e a desfrutar da impunidade dos atos historicamente lesivos ao meio ambiente pátrio.

Nos resta como escapatória desse legitimado sistema antropocêntrico que incentiva o declínio ambiental recorrermos à premente discussão dos postulados filosóficos que reivindicam a intervenção de uma mentalidade crítica como exercício de responsabilidade pelas heterogêneas formas de vida da contemporaneidade e do futuro.

À vista disso, investiremos, na seção subsequente, na dilatação do diálogo alusivo à ética e suscitaremos um debate que articula o respeito e a responsabilidade como atributos que

devem assumir uma posição cimeira na interação socioambiental, como forma de prevenção e rejeição de um relacionamento ecológico pernicioso.

5 ETICIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Os dilemas que dimanam dos colapsos ambientais estão atrelados a uma problematização que deve considerar os aspectos sociais da responsabilidade pela natureza. Decerto, a reflexão acerca da desolação ecológica manifesta-se, principalmente, em virtude do protagonismo da civilização técnica, a qual foi concebida com genialidade e engenhosidade, possibilitando o desfrute de uma gama de benesses, incapazes de serem conquistadas em períodos pretéritos.

Entretanto, sublinhamos que essas prerrogativas só foram possíveis em razão do exaurimento, utilitarismo exacerbado e estresse das fontes biológicas, provocados pela humanidade através da execução de seus modelos hostis de progresso, que despreza tanto a finitude dos recursos naturais quanto a paulatina propriedade regeneratória dos seus biomas, o que repercute em nefastas alterações na dinâmica ambiental, composta por uma complexa e infinda rede fenomênica.

Nessa senda discursiva, a responsabilidade é capilarizada em tipologias específicas. Analisando por um ângulo, tem-se o sentimento de responsabilidade por ações já efetivadas, pelas decorrências deletérias de condutas passadas. Por outro giro, há a avocação de uma responsabilidade por práticas processadas no presente, cuja ressonância dos seus impactos se fará percebida no porvir.

É por intermédio das espécies de responsabilidade retromencionadas (sobretudo a que evoca uma consciência direcionada para o futuro), que as estratégias de tutela ambiental, validadas pela atuação eficaz dos instrumentos normativos positivados no arcabouço jurídico, poderão ser desempenhadas com plenitude.

Á vista disso, os desígnios evidenciados como plano de ação do direito ambiental deverão estreitar relacionamento com a responsabilidade, pois é a partir dela que o cidadão deve pautar suas ações na sua interação na natureza, de modo a sopesar sobre os possíveis eventos comprometedores da higidez ecológica.

A espécie de responsabilidade pelo futuro não dá ensejo ao desenvolvimento do sentimento de arrependimento, pois nela não existem resultados a serem considerados pela apreciação de algum tribunal, como exercício punitivo de algum ato violador negativamente qualificado.

Do diálogo proposto, surge a problematização de quais seriam as condicionantes capazes de retratarem o caráter agenciador dessa responsabilidade pelo futuro, pois ela se estriba numa precaução que visa impedir o cometimento de desastres ambientais.

Com fulcro nisso, acreditamos que a responsabilidade comunicada por esse viés assume o papel de moduladora de procedências humanas consentâneas, que contribuam para refrear a agressão antrópica do ecossistema. Assim, objetivamos inspirar uma atuação social contemporânea compromissada com a integridade da natureza, de maneira a concorrer para que as gerações porvindouras vivam num meio ambiente saudável. Tal prerrogativa fomenta um diálogo pautado na alteridade, que enaltece a responsabilidade como expectativa futurística, traduzida no dever de agir em favor de um bem ou de um fim, o qual reclama uma prudência por parte do sujeito agente.

Em síntese, reputamos tal modalidade de responsabilidade como profilática, devido a sua capacidade de estabelecimento de preceitos acauteladores do agir, aptos a promoverem relações socioambientais salutareis que visam assegurar uma natureza equilibrada para a posteridade.

O dilema ambiental enfrentado pela modernidade reclama um novo posicionamento ético, inspirado numa nova tipologia de responsabilidade, como a advogada pela filosofia jonasiana, que se interessa pelo cuidado da natureza no tempo presente, visando salvaguardar a sua integridade para desfrute das gerações do porvir. Em suma, trata-se de uma responsabilidade pelo futuro, que possibilita a edificação do discernimento acerca da imprescindibilidade de um despertar coletivo direcionado para os homens da contemporaneidade, com o escopo de provocar a preocupação deles em desenvolverem as condicionantes de higidez ecossistêmica, que são prerrogativas capazes de oportunizarem a vivência na terra pelos povos do futuro.

Diante das exposições arroladas, discernimos que essa modalidade de responsabilidade suscitada não se ancora num relacionamento construído sob o substrato da reciprocidade, mas propõe um comportamento de abnegação em prol de uma humanidade que sequer existe ainda, mas que é uma expectativa em potencial e não deve arcar com o ônus das sequelas da degradação ambiental, legada pela incoerente interação socioambiental perpetrada por gerações precedentes.

Portanto, a problematização em tela ensejará a compreensão de que o colapso ecológico fomenta uma reforma na dimensão ontológica do ser, ao direcioná-lo para a adoção de uma responsabilidade para toda a forma de vida existente e passível de existir em ciclos históricos a frente do seu.

Nesta seção, discutimos sobre os postulados éticos como inspiradores de uma relação consentânea entre o homem e a natureza. Assim, conclamamos o estabelecimento de uma postura responsável daquele para com essa, em refutação a todo tipo de perspectiva de um

meio ambiente reificado, na tentativa de promover uma transição do olhar humano, isto é, de dominador e predatório para um viés mais salutar, equilibrado e harmonioso.

Nessa conjectura, alvitramos o conceito de outridade da natureza, o qual reivindica a mediação do atributo ético como um substantivo fomentador de um paradigma atitudinal deferente por parte dos homens. Houve, então, o trabalhar da noção de alteridade, que é o pilar sob o qual se escora essa intelecção de considerar o meio ambiente como um “outro” a quem se deve reportar com respeito a sua diferença, em rejeição a uma prepotente soberania humana que se debruça sobre o conhecimento ecológico com o escopo de subordiná-lo à satisfação de suas insaciáveis necessidades.

Esse diálogo desembocou na asserção de que a natureza é detentora de uma linguagem própria, que para ser assimilada depende da interferência da alteridade, a qual confere abertura para que se manifeste a dialética desse “outro”. Assim, notamos, por meio das problematizações aventadas, que um relacionamento socioambiental hírido demanda o reconhecimento desta outridade, pois, do contrário, a sua prospecção pode ser reduzida a mais uma forma de subjugar a natureza e exauri-la.

Nessa esteira de raciocínio, concedemos a natureza uma conotação do rosto levinasiano, que reclama por responsabilização e pela abdicação do egocentrismo, uma vez que, apesar dos homens atuarem como doadores de significação desse âmbito, através dos filtros culturais reinantes, esta possui um sentido próprio e independente dessa ação.

Ulteriormente, a teorização em curso invocou uma responsabilização social que se concretiza, prioritariamente, pela adesão ética e pelo respeito à outridade da natureza e não somente pela coercibilidade da lei, que acreditamos ser ineficiente na ausência da referida atitude.

Em adição, falamos sobre a capacidade que a reminiscência possui na manutenção da solidariedade geracional pela perpetuação do senso de responsabilidade, posto que o direito à conservação da natureza deve assegurar também as memórias coletivas que constituem a identidade de um povo.

Defendemos uma espécie de responsabilização operacionalizada no tempo presente com repercussão para o futuro e não como um mecanismo retroativo. Assim, o arcabouço jurídico atuará como um recurso mnésico que continuará reafirmando para as futuras gerações sobre o dever de proteger o meio ambiente.

Apresentamos, ainda, um constructo alusivo à topofilia, que traduz o sentido de um elo afetivo entre o componente humano e o meio ambiente, sendo derivado da valoração que àquele franqueia a este último, não havendo que se confundir tal disposição com uma

apreciação da estética panorâmica, mas se deve vislumbrá-la como algo que suscita comoção no homem, transparecendo a afinidade deste com a natureza, consoante atestado pelas narrativas examinadas por Yu Fu Tuan.

Finalmente, distinguimos que a perspectiva topofílica sintetiza todos os núcleos conceituais significativos arrolados no defluxo dessa seção, quais sejam: símbolos, memórias, culturas, narrativas, lugares e subjetividade. Salientamos que a sua instituição evidencia que o ambiente é um agenciador de marcantes eventos que fazem alvorecer sentimentos positivos nos homens, com o condão de impulsionar o pleito da sua tutela, pois o lugar é, por excelência, o guardião da sua própria história.

5.1 Presente e futuro: duas temporalidades sob o enfoque da responsabilidade socioambiental

Atribui-se a Karl Emil Maximilian Weber (1968) o pioneirismo em desenvolver uma perspectiva analítica direcionada para a ética da responsabilidade, quando se empenhou em diferenciar essa modalidade da ética da convicção. De acordo com as lições desse autor, os aderentes da ética de convicção se norteiam pelos comandos da consciência, decursivos do emprego direto de valores precedentemente convencioneados. Já os adeptos da ética da responsabilidade se conduzem pela avaliação aprofundada da gravidade dos perigos que procedem da consecução das pretensões colimadas ou, também, dos resultados vaticinados. Nessa direção, a ética da responsabilidade se preocupa com os efeitos das ações e requisita uma resposta pelas mazelas ocasionadas pelo agir.

Compete atrair para este diálogo o legado de Hans Jonas, o qual elaborou, em 1979, uma publicação que expressava uma abordagem de ordem filosófica e jurídica, intitulada de **O Princípio da Responsabilidade**. Tal título propõe uma candente reflexão afeita à indolência ecológica perpetrada pelos sujeitos do presente, cujos consectários potencializam as ameaças da sobrevivência humana no futuro. Com fulcro nisso, tal autor argumentou, incisivamente, que os viventes atuais não possuem o direito de extinguir as possibilidades de vida dos futuros habitantes da Terra.

Nesse sentido, o teórico respaldou seu raciocínio num pensamento de ordem filosófica e ontológica. Para tanto, encetou uma elucidação acerca do ser (simbolizando a humanidade) em antagonismo ao nada (em referência à aniquilação da existência humana). Após ter estruturado as bases da concepção em comento, Jonas (2006) erigiu um labor analítico

direcionado para o alcance de respostas para a seguinte indagação: os sujeitos do período contemporâneo detêm o direito de colocar a existência da humanidade futura em perigo?

Com enfoque nisso, o autor elaborou duas proposições, a seguir aduzidas: caso a conclusão seja afirmativa, o destino dos humanos estará fadado ao desvanecimento, pois o periclitante das práticas ambientalmente lesivas contribui para a eliminação de todas as formas de vida. Ao centralizar sua explanação na abordagem pontificada, Jonas encetou uma aguda ponderação concernente à atuação gregária, sugerindo que os comportamentos sociais derivam de uma arriscada sistemática de aprendizagem que institui uma forma de vivência orientada para a autodestruição.

Esse prisma da teoria jonasiana foi denominado de heurística do medo, por recepcionar a compreensão de que o homem convive com o receio de que as suas atitudes potencializem o extermínio da humanidade, reduzindo-a a nada. Tal preceito implica numa pedagogia da consciência ética inspirada no temor, consistente no controle da autonomia de ação dos indivíduos, de modo que incida sobre estes um imperativo regulador proficiente para refrear qualquer atitude contrária à saúde ecológica.

Diante do exposto, frisamos que a filosofia propagada por Jonas (2006) se atenta para os percalços de ordem ambiental, sob o esteio de uma problematização que fomenta a adoção de uma nova postura ética que privilegie a manutenção da existência futura da humanidade.

O postulado ético pregado por Hans Jonas manifesta-se como uma superação do imperativo kantiano, o qual não se importava com a configuração futurística ocasionada pelo exercício da ação. Assim, tal perspectiva não se atentava para as consequências que dela poderiam advir.

Consoante explorado em linhas anteriores, é cediço que quando a humanidade se alija da esfera da responsabilidade que norteia seu relacionamento na natureza e com o outro, a mesma incorre no risco de dizimar sua própria espécie. Essa caótica probabilidade reivindica a adesão de uma nova ética, que seja pautada em valores aptos a digladiarem contra quaisquer alternativas de subversão da vida futura.

Com espeque nesse cenário em que se assentam os profusos conflitos ecológicos, Jonas gizou um novo modelo ético que deveria funcionar como parâmetro de observância das práticas humanas, o qual designou de ética do futuro, cuja proposta implica na revolução do comprometimento humano para com o desconhecido.

Tendo em vista o explicitado, acreditamos que uma proposta plausível para sanar a problemática socioambiental seria o refletir sobre os propícios ensinamentos que se podem extrair do conceito de responsabilidade. Ancorando-se essa proposta na filosofia jonasiana,

aprendemos que o homem deve ser vislumbrado como um ser investido de responsabilidade e que assume um compromisso pelo devir, sendo igualmente incumbido pela manutenção do futuro.

No seu labor racional, esse autor não desprezou os predicados da solidariedade, da deferência, da dignidade, da prudência e da justiça, pois todos estes atributos manifestam o seu préstimo nos eventos que se processam no cotidiano e na dinâmica relacional entre os humanos e entre esses e os inumanos.

O juízo ora externado abre espaço para dialogarmos acerca da ascendente atuação coletiva, isto é, do montante das atividades executadas por cada sujeito, que faz com que os efeitos de suas ações sejam intensificados pela força da tecnologia de que se dispõe atualmente. Isso implica dizermos que o quadro que acaba de ser esboçado reclama a adesão de uma nova formatação de responsabilidade, pois segundo o teórico em questão:

[...] as antigas prescrições da ética “do próximo” – as prescrições da justiça, da misericórdia, da honradez, etc. – ainda são válidas, em sua imediaticidade íntima, para a esfera mais próxima, quotidiana, da interação humana. Mas essa esfera torna-se ensombrecida pelo crescente domínio do fazer coletivo, no qual ator, ação e efeito não são mais os mesmos da esfera próxima. Isso impõe à ética, pela enormidade de suas forças, uma nova dimensão, nunca antes sonhada, de responsabilidade. (JONAS, 2006, p. 39).

Nesse quesito, a teoria jonasiana encontra sintonia com as lições ventiladas por Paul Ricoeur (2000), as quais transmitem o entendimento de que a noção de responsabilidade habitualmente veiculada traduz um sentido mais tendente para o campo jurídico do que para a vertente moral, o que significa que há uma preocupação incidente exclusivamente sobre a tipologia de responsabilidade a ser assacada a algum indivíduo cuja prática acarretou alguma espécie de prejuízo. Portanto, essa lógica comunica o juízo de que a reparação será uma alternativa de penalidade imposta ao causador do detrimento.

Ricoeur (2000) advertiu-nos sobre os contingenciamentos manifestados pela responsabilidade que carrega esse aspecto conceitual e recomenda um modelo de responsabilidade com personalidade coletiva. Com fincas nisso, o mesmo alvitrou uma transmutação da semântica tradicional, anteriormente aludida como imputabilidade, para outra que abarque os atributos do zelo e da cautela, os quais apresentam relação com o prognóstico e ponderação dos impactos resultantes da ação. A imprescindibilidade dessa última proposição se atenta para a ascensão dos riscos, que, na sua maioria, são incomensuráveis e derivados do profuso potencial tecnológico disposto hodiernamente.

Arrimando-nos no pensamento prelecionado pelo filósofo em questão, inferimos que os desdobramentos negativos das atividades humanas desencadeadas na aludida contextura tecnológica podem ser amplificados numa extensão futura, sem que haja medidas de contenção e reversão. Ainda que tais práticas sejam fomentadas por bons desígnios, mesmo assim podem render resultados desastrosos a se revelarem no porvir.

Acreditamos, portanto, que o desempenho de uma responsabilidade com esse perfil solicita não somente a interferência de uma ponderação moral, mas, também, dos saberes científicos relativos ao escrutínio das danosas repercussões futuras originadas pelas atuais ações antrópicas perpetradas contra a natureza.

Para endossar essa tessitura discursiva, mencionamos que o conceito de *phronésis* (prudência), que exprime a ideia semântica de sabedoria na deliberação (ABBAGNANO, 1998), foi pespegado inicialmente na filosofia aristotélica e, posteriormente, se tornou alvo da apropriação ricoeuriana. Tal concepção deveria ser visualizada como a viga mestra sob a qual se assentariam as possibilidades de constituição das responsabilidades individuais e coletivas.

A teoria desenvolvida por Jonas (2006) também incluiu no seu conteúdo analítico a questão da prudência, articulando-a com um diálogo afeito à imprevisibilidade, ao receio pelo ignoto, que são variáveis que compõem a atmosfera científica na qual a modernidade se encontra inserida. É nesse panorama de instabilidades que a prudência age como um potencial indicativo de previsibilidade, atributo crucial no debate acerca dos resultados da ciência e da tecnologia. Ademais, diante de um quadro que requisita a tomada de decisões oportunas, a prudência vai atuar como auxiliadora deste contexto, por possuir o condão de definir as ações passíveis de adesão e de privação.

Ocorre que, na modernidade, o termo prudência assimilou uma conotação que transmite o sentido de precaução. Assim, tal atributo mantém uma associação com a sabedoria, com a competência de se identificar os fatores favoráveis e prejudiciais ao homem, devendo ser acolhida para se tornar um instrumento gerenciador da salutar racionalidade humana reproduzida em forma de ações.

É cabível realçarmos que, na ótica jonasiana, a responsabilidade alberga uma acepção ontológica, projetando olhares para o destino da humanidade numa dimensão futura distante, alcançando-se, num horizonte infindo, as pósteras gerações. Tendo esse entendimento por arrimo, conclamamos a admissão de uma tipologia de responsabilidade a ser exercida em favor de uma humanidade que sequer existe ainda, ou seja, recomendamos o desenvolvimento de ações responsáveis em prol de pessoas que nascerão e que, por se tratar de uma situação que subsiste apenas no campo da expectativa, não existem possibilidades concretas desses

sujeitos do futuro reclamarem, retrospectivamente, a conservação da natureza para que possam, em seu tempo, desfrutarem de um ambiente salutar.

O compromisso assumido no presente em benefício da posteridade é deveras significativo e a compreensão plena de sua importância somente é obtida quando se coteja o seu diferencial com a proposta das éticas convencionais, pois, diferentemente dessas, ela atua motivada pela disposição de renúncia e não pela reciprocidade. Logo, trata-se de uma responsabilidade que é “o arquétipo de toda a ação responsável, arquétipo que, felizmente, não precisa de nenhuma dedução a partir de um princípio, senão que se encontra poderosamente implantado pela natureza em nós” (JONAS, 2006, p. 90).

Assim, frente às variáveis espaço e tempo, que funcionam como propriedades caracterizadoras da atuação humana no ciclo contemporâneo da civilização tecnológica, a literatura de Jonas (2006) preconizou um juízo passível de observância, qual seja: “aja de modo a que os efeitos da tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma autêntica vida humana sobre a Terra [...] Aja de modo a que os efeitos da tua ação não sejam destrutivos para a possibilidade futura de uma tal vida” ou, simplesmente, “não ponha em perigo as condições necessárias para a conservação indefinida da humanidade sobre a Terra” (JONAS, 2006, p. 47-48).

Jonas evidenciou as decorrências da ação antrópica que se estende por uma vasta amplitude temporal. Com amparo na lógica em apreço é que acreditamos que o agir humano deve ser precedido por uma avaliação preocupada com a manutenção da vida, pois não mais comporta o desempenho de uma atividade destituída de responsabilidade diante do clamor emergente do carcomido cenário socioambiental vigente.

Uma ética que aponta para a preservação do futuro e que se encarrega de cuidar da natureza no presente, para salvaguardar a possibilidade de existência das pósteras gerações, deve cancelar políticas ecológicas que legitimem esse propósito e mitiguem todos os infortúnios que ameaçam a higidez ambiental.

Assim, a teoria jonasiana pregou uma responsabilidade para com o futuro geracional, através das discussões socioambientalistas, o que importa dizermos que esse assunto deve assumir uma posição cimeira na pauta de diligências humanitárias, a fim de que os viventes do futuro possuam o direito ao gozo de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, mesmo que esses seres do futuro sejam, para o período atual, somente uma expectativa.

Congraçado com essa lógica, o diálogo em tela condescende com as mesmas inquietações dispostas na perquirição ricoueriana, qual seja: “Até onde se estende no espaço e no tempo a responsabilidade por nossos atos? [...] Até onde se estende a cadeia dos efeitos

danosos de nossos atos que ainda podem ser vistos como implicados no princípio, no começo, no *initium* do qual um sujeito é considerado autor?” (RICOEUR, 2008b, p. 55).

Tais interrogações nos conduzem à intelecção de que a responsabilidade humana se dilata na mesma proporção em que se avulta também o poder de interferência no mundo. Em correspondência às indagações levantadas, Ricoeur compartilhou alguns dos impasses que impossibilitam a fiel execução da suscitada responsabilidade no âmbito geracional, falando-se, portanto, numa responsabilidade injustamente socializada.

Primariamente, há que se falar sobre a dificuldade de identificação do sujeito imputável. Aflora, nesse momento, o questionamento sobre a pertinência de se assacar culpabilidade a uma coletividade oriunda de um período e localidade distintos dos que compõem o tempo presente e que por isso não podem arcar com o ônus das sequelas da depauperação ambiental resultantes do recalcitrar de suas ações.

Se ponderarmos esse evento pela perspectiva ricoeuriana em diálogo, entenderemos que o alijar da abrangência autoral da ação implica no infortúnio de dispersão da exata cobrança dos impactos lesivos, a ponto de frustrar qualquer tentativa de reconhecimento pontual dos responsáveis pelo feito.

Outra dificuldade que obsta o dirimir da problemática hipostasiada é motivada pela interpelação ‘até onde?’ concatenada com a variação espaço-temporal da responsabilidade. Nesse caso, ‘até onde’ é plausível se prolongar ou mesmo retroagir no espaço e no tempo com a finalidade de irrogar responsabilidade aos sujeitos passíveis de identificação pelo desmatamento, pela inquinação dos rios, pela poluição atmosférica, pela aniquilação dos povos tradicionais (juntamente com suas memórias e seus direitos) e demais ações congêneres ocorridas no passado?

Há, por derradeiro, o dilema da reparação do malefício provocado, que faz surgir a indagação atinente a qual seria o parâmetro ideal a ser usado como medida de remediação do prejuízo socioambiental perante o inconveniente de lidar com a falta de reciprocidade existente entre os contemporâneos integrantes de uma realidade socioambiental e os inexistentes autores da deletéria ação pretérita.

Conclusas as considerações versadas nesse tópico, imergiremos, a partir de agora, numa projeção discursiva que pontificará a necessidade de desenvolver uma espécie de responsabilidade excepcional, isto é, que extrapola o relacionamento entre humanos (de gerações contemporâneas ou porvindouras) para propor a incorporação de tais preceitos na interação do homem na natureza, utilizando-se, para tanto, da ótica da abstração para compreendê-la como um outro passível de deferência e que reivindica do “eu” um

comportamento eximido de interesses subjugadores e um ajustamento com os valores que prezam pelo respeito dos seus elementos ecológicos.

5.1.1 A alteridade e o respeito pela outridade da natureza: afirmando a responsabilidade em detrimento da dominação

Ao lidarmos com os problemas pertencentes ao socioambientalismo torna-se indispensável atentarmos para os princípios éticos, que abrangem questões a serem sobrepujadas e alteradas no âmbito relacional entre o homem e a natureza, devendo ser cogitados em face da complexidade que comporta e serem repensados visando o estabelecimento de uma postura responsável e respeitosa para com o meio ambiente.

Tendo em vista a eticidade implicada na temática ambiental, Grun (2000) defende que as abordagens desse gênero reclamam o laborar com os valores e uma das pretensões da hermenêutica ambiental reside justamente no perscrutar dos preceitos que governam as ações humanas em sua interação com o meio ambiente.

De resto, tal teórico reputa como capital a investigação do regime de consolidação de tais valores, porque são esses os responsáveis pela educação do olhar humano no tocante à natureza, formatando a sua percepção e convertendo o elemento ecológico em algo objetificado, ao conceder-lhe uma validação instrumental e utilitarista.

Com fincas nisso, a humanidade extrai da natureza as alternativas de sua manutenção vital, por esta lhe fornecer os insumos que serão convertidos em produtos de vestuário, fármacos, combustíveis, além de metalíferos a serem empregados na construção civil. Apesar dessas benesses, há um grande dilema a ser enfrentado, pois notamos que, além dessa potencialidade supridora da dimensão orgânica do homem, aflora, ainda, uma desenfreada voracidade pela opulência e pela conquista de poder.

Nesse diapasão, observamos que, com o advento da modernidade, se intensificou a visão de uma natureza que propositava unicamente aprovisionar as necessidades humanas, e, conseqüentemente, fornecer todo o suporte necessário ao infrene progresso das sociedades capitalistas. Todavia, o ecossistema apresenta limitações e acabou por se fragilizar às expensas de toda exploração abusiva a que esteve submetido nos séculos recentes.

À vista disso, a ética cumpre um papel de suma importância na viabilidade de um relacionamento ecológico salutar, no qual tanto o homem quanto o meio ambiente possam ser devidamente valorizados nas suas especificidades, por meio de um modelo atitudinal que dignifique o outro, tolere as suas dissemelhanças e desenvolva a alteridade, que é o alicerce

onde se assenta o eixo nuclear da proposição de reconhecimento da outridade da natureza. Anuente com tal prerrogativa, Pelizzoli (2002) diz que esta seria uma potente condicionante de complacência em relação à natureza.

Nas décadas recentes, o atributo ético tem alcançado substantiva expressividade em objeção à praxe predatória do trato humano da natureza, propugnando que a mesma conserva um valor geralmente relegado, que é autônomo do viés meramente utilitarista e funcional. Cabe, aqui, sublinharmos que a dimensão ética nos conduz à reflexão sobre uma adequada orientação da procedência humana, frente a um mundo predominantemente antropocêntrico.

Grun (2007b) inaugurou a teoria do valor intrínseco da natureza, com o fito de digladiar contra as tendências exaurientes que a destroem progressivamente, por tributarem um valor puramente consumista aos elementos naturais não humanos incorporados à biodiversidade.

O conceito de outridade da natureza, abordado por Mauro Grun (2007a), a qualifica como sendo “um outro a que deveríamos respeitar em sua diferença, mas também em nossa interação e reciprocidade” (GRUN, 2007a, p. 14). Para a formulação dessa concepção conceitual este autor se valeu da filosofia de Gadamer para o desenvolvimento de um modelo relacional articulado com o prisma ecológico, capaz de nos conduzir ao estabelecimento de uma **Ética de Parceria com a Natureza**, a qual reivindica uma sinergia consentânea entre a dimensão ecossistêmica e a intervenção humana. Notamos que o mesmo propôs uma sistemática, onde, mutuamente, o humano e a natureza participam da constituição um do outro.

Grun (2000) sugestionou que o processo de objetificação da natureza foi influenciado pelas teorias propagadas pelos filósofos clássicos, a exemplo de Bacon, Galileu e Descartes. Esses intelectuais emblemáticos engendraram um labor ideológico estribado numa perspectiva instrumental do formato ‘Eu-isso’. Tais pensadores reificaram a natureza em suas obras, tratando-a como um objeto, como um ‘isso’.

Acentuamos, nesse contexto, que a tendência antropocêntrica e a desintegração entre o constituinte humano e o ecossistema (provedor da sua subsistência) são ressonâncias do sistema cartesiano e de outros fenômenos históricos que foram tratados no tópico 4.1 e 4.2 da IV seção, que foram reservados para esta finalidade discursiva.

Para suplantar esta construção ideológica, o mesmo escrutinou as alternativas propiciadas pela filosofia hermenêutica de Gadamer, cujos preceitos colaboram para a reversão do quadro supra referido. Suas lúcidas ponderações preconizaram sobre a possibilidade de uma recolocação da natureza nos campos do saber, que se dará somente pelo

reconhecimento e o respeito de sua outridade. Isso se efetua, apenas, quando não há uma predisposição humana em compreender a natureza com o intuito de dominá-la.

Importante destacarmos que, conforme Gadamer (2011), “nós iremos aprender sempre e novamente através da experiência com os nossos próprios preconceitos a outridade do outro em seu ser outro. Participar com o outro e ser uma parte do outro é a melhor coisa que nós podemos almejar” (GADAMER, 2011, p. 235).

Nas palavras de Gadamer (2011), a inteligência da natureza é efetivada quando surge uma operação linguística especulativa, que conceda a oportunidade para que ela se manifeste por meio da linguagem. Quanto a isso, importa frisarmos que, para Grun (2002), a plena assimilação da natureza conserva algumas similaridades com a decifração de um trabalho artístico. Ilustrativamente, corresponde a um elemento confrontador que incide sobre nós, convidando-nos e inquietando-nos pelo simples motivo de que ela é um outro para nós mesmos. Entretanto, a natureza não será escutada se não houver engajamento com ela. Assim, tal compreensão só se consuma por intermédio da alteridade, agindo-se com deferência para com a dignidade alheia.

Em prossecução, Grun (2003) evidenciou que a familiaridade com algo não impulsiona o interesse por compreendê-lo e que a sua devida compreensão só é exequível a partir da busca pela outridade do outro que se intenta conhecer. Posto isto, este autor declarou que a linguagem se torna crucial para subsidiar a compreensão do relacionamento entre o homem e a natureza, pois promove o entendimento de que estes não se encontram dissociados, em contraste ao predicado por Descartes. Além disso, aquele autor comunga da ideia de que os homens não estão completamente entranhados na natureza, consoante estipula a **Ecologia Profunda**⁹.

É o exercício hermenêutico que auxilia na formação da consciência do que seria a dinâmica ecossistêmica que vincula os seres humanos à natureza, qualificando um tipo de relacionamento no qual “nós participamos na natureza e a natureza participa em nós, como dois círculos concêntricos” (GRUN, 2003, p. 6). Tal discernimento enseja a formalização de **Tecnologias de Aliança** com a natureza, as quais possuem a finalidade de conciliar o homem a esta dimensão e, conjuntamente, salvaguardar o zelo para com a outridade desta, de modo que tal processo culmine na transformação de ambos os lados.

⁹ Essa terminologia foi usada por Arne Naess, filósofo norueguês, em relação a um tipo de consciência superficial que se interessava pela preservação ambiental, exclusivamente pela sua capacidade de atendimento das necessidades do homem, que assume uma posição de superioridade ao se colocar como o elemento mais importante da Terra. Por esta lógica, ao mirar para a natureza, o homem visualiza tão somente as suas ambições. Assim, as fontes hídricas, os recursos faunísticos e florísticos são apenas condicionantes do seu deleite.

Grun (2003) foi categórico em tratar a natureza como sendo um outro que se reporta a nós. É justamente a dialética desse outro o alvo do labor hermenêutico. Assim, a compreensão do outro só é alcançada pela interlocução. Em toda a prática interpretativa sempre haverá uma disposição para ser outro [*Andersseins*], que faz parte de uma lógica assentada não somente na consensualidade, mas se baseia, também, no exercício da tolerância para com o distinto de si.

As ponderações de Grun (2003) consistiram na mais requintada modalidade de experiência interpretativa, ao ressaltar a imprescindibilidade de se referir ao “tu como realmente um tu” (GRUN, 2003, p. 7), e de consentir que este ser (o tu) tenha plena autonomia para dialogar conosco, ou, até mesmo, para nos ensinar algo, pois sem essa aquiescência não haverá a fixação de vínculos entre os pares.

Essa atitude de interagir com o outro implica na resignação de seus próprios juízos, para acatar uma versão que pode até mesmo ser divergente da sua. Ademais, esta ação está estreitamente congraçada com a noção que o “eu” possui a respeito do “tu”, e, também, com o reconhecimento de que “deixar falar, seja um indivíduo, a natureza ou a tradição, em sua forma mais ampla, constitui, portanto, uma das mais importantes lições da hermenêutica. Em outras palavras, tal processo é parecido com a escuta Socrática: deixar falar, deixar ser” (GRUN, 2003, p. 7).

No que concerne ao respeito pela outridade da natureza, Buber (2006) esclareceu sua posição ao afirmar a possibilidade de um relacionamento na natureza (aqui, fala-se especificamente em elemento inumano) fincado na reciprocidade. Os dizeres desse autor carregam a seguinte reflexão: “a árvore não é uma impressão, nenhum jogo de minha imaginação, nenhum aspecto emocional, ela me confronta corporalmente e tem que lidar comigo ou “eu” preciso lidar com ela - apenas diferentemente. Não deveríamos tentar diluir que o significado da relação é a reciprocidade” (BUBBER, 2006, p. 58).

Em concordância com Grun (2003), acreditamos que é propriamente esse tipo de postura que a humanidade deve professar, caso se tencione uma melhoria do comportamento humano na natureza, pois não há coerência em se perseguir uma convivência ecologicamente equilibrada se não gozarmos da intencionalidade de compreendê-la enquanto “outro”, de admitirmos a sua outridade. Se, inversamente, houver uma gana por dominá-la, impondo-lhe um significado, incorremos não num diálogo, mas num triunfalismo no qual a natureza restará subjugada.

A adesão deste tipo de atitude, orienta-nos para a realização de uma hermenêutica da escuta, propiciando “a projeção de nossa inteligibilidade no outro. Esta projeção é, então, não mais que uma preconcepção da completude” (GRUN, 2003, p. 9). A empatia ora invocada

compraz em oportunizar ao outro a chance de apresentar-se para nós distintamente do que tínhamos idealizado.

Gadamer (2011) adverte-nos a não recearmos o sentido da outridade, posto que a sua aquiescência é uma senda necessária ao reconhecimento e à aceitação dos nossos próprios “eus”. Este enfoque reproduz a crença de que:

Talvez nós venhamos a sobreviver como humanidade se nós formos capazes de aprender que nós não podemos simplesmente explorar nossos meios de poder e possibilidades efetivas, mas precisamos **aprender a parar e respeitar o outro como um outro, seja esse outro a Natureza** ou as crescentes culturas dos povos e nações; e se nós pudéssemos ser capazes de aprender a experienciar o outro e os outros, como outro de nós mesmos, para participar um com o outro”. (GADAMER, 2011, p. 235-236, grifos nossos).

Leff (2003) também lidou com a outridade, buscando incentivar uma reconfiguração das identidades no âmbito da complexidade ambiental. Este autor advogou não somente o exercício da tolerância, como alternativa harmoniosa de interação humana na natureza, mas prescreveu a “introjeção da outridade” (LEFF, 2003, p. 49), isto é, da alteridade, da dissimilitude e da diversidade na vinculação entre natureza e cultura, por intermédio do diálogo de saberes.

Esse teórico afiançou que o ato de compreender o ser solicita a intermediação da eticidade, que deve nortear a educação na procura “pela internalização do outro no uno, em um jogo de mesmidades que introjetam outridades, sem renunciar a seu ser individual e coletivo” (LEFF, 2003, p. 55).

Em adição, o comentado autor sugeriu a edificação de uma nova racionalidade capaz de condicionar a manifestação de maneiras inovadoras de relacionamento socioambiental. Tal proposta deve ensejar a confluência com a outridade e abranger as diferenças e as complexidades dos seres e de suas respectivas identidades. Destarte, a natureza pode ser estimada como outro ante ao “espírito totalitário da racionalidade dominante” (LEFF, 2006, p. 293).

Nessa esteira de pensamento, o ambiente:

[...] é o outro complexo na ordem do real e do simbólico, que transcende a realidade unidimensional e sua globalidade homogeneizante, para dar curso ao porvir de um futuro sustentável, aberto ao infinitivo pelo poder da criatividade, da diversidade e da diferença. (LEFF, 2006, p. 293).

Um modelo de pensamento interessante que nos ajudará a refletir sobre o outro e o compromisso responsável a ser exercido em favor dele é o germinado por Bakhtin (2010), autor adepto das vertentes filosóficas que apresentavam uma orientação antirracionalista, as quais elegiam a vida vivida como ponto central de suas convicções.

Não obstante, o raciocínio deste teórico manifestava dissonâncias com relação aos extremismos da referida tendência de pensamento, sobretudo no que tange ao irracionalismo de caráter biologista, hedonista ou, ainda, ao individualismo demasiado. O que importa para o autor em pauta é a vida vivida sob o prisma de uma consciência que se comporta como mediadora de uma ação responsável e participativa.

A partir dessa ótica, ergue-se um panorama situacional composto pelo centro do ato, devidamente ocupado por um indivíduo que discerne a sua singular posição existencial no mundo e que entende que não pode alijar-se do exercício da ação, cujo desempenho é cometido de modo responsável. Através desses ensinamentos, aprendemos que “viver a partir de si não significa viver para si, mas significa ser, a partir de si, responsabilmente participante, afirmar o seu não-álibi real e compulsório no existir” (BAKHTIN, 2010, p. 108).

O juízo ora disposto transmite o sentido de um campo relacional no qual o responsabilmente participante desenvolve a sua singularidade. Essa dinâmica interacionista funciona como estruturadora do mundo real do ato. Nesse compasso, temos uma realidade integrada pelo outro que, apesar de ser inflexível na sua diferença, expressa convergências com o eu, as quais funcionam como propriedades balizadoras do agir.

Essas questões nos direcionam para a reflexão de que o princípio arquitetônico supremo do mundo real do ato equivale:

[...] a contraposição concreta, arquitetonicamente válida, entre eu e outro. A vida conhece dois centros de valores, diferentes por princípio, mas correlatos entre si: o eu e o outro, e em torno destes centros se distribuem e se dispõem todos os momentos concretos do existir. (BAKHTIN, 2010, p. 142).

Essas ponderações instruem a cognição de que o viver implica em agir responsabilmente a partir de si e em associação com o outro. Importa, também, em assumir um posicionamento axiológico e envolver-se com a esfera dialógica da vida humana, isto é, do simpósio universal. De igual forma, essa conjectura nos habilita a entendermos que a tessitura do viver é presidida pela colaboração de três verbos ativos: agir, valorar, interagir.

A teoria em tela defende que apenas a existência, em sua eventicidade (fenômeno que traduz o significado de um acontecer no processo do existir), pode ser utilizada como fundamento para a postulação participativa, razão pela qual somos convidados a pensar que:

[...] somente do interior de minha participação posso compreender o existir como evento, mas este momento de participação singular não existe no interior do conteúdo visível, na abstração do ato enquanto ato responsável. (BAKHTIN, 2010, p. 66).

Esse sucinto conjunto argumentativo amparado na teoria bakhtiniana demonstrou-nos que o agir responsável se processa tomando o outro como parâmetro de sua ação. Á vista disso, somos convencidos de que “a centralidade da minha participação única no existir dentro da arquitetônica do mundo da experiência vivida não é em absoluto um valor positivo para o qual todo o resto no mundo não é mais que um fator auxiliar” (BAKHTIN, 2010, p. 122).

O conceito de responsabilidade, abordado por esse viés, tem no ato ético a sua viga mestra, por ser o responsável pela articulação de diversos domínios, tais como o mundo da vida, o da cultura, das representações que tributamos aos sujeitos, as coisas e aos relacionamentos.

A responsabilidade assume, portanto, uma personalidade bifocal, fazendo com que o ato lide com duas temporalidades e traga consequências distintas oriundas desse envolvimento, ou seja, o passado é interpretado pelo ato enquanto o futuro será uma responsiva do ato.

Notemos, então, que o enfoque ora discorrido, com lastro na filosofia bakhtiniana, tem por substrato uma modalidade de responsabilidade que deve ser exercitada por cada um em favor de todos, e não está reduzida ao presente, mas retroage para alcançar os antepassados e se dilata para o porvir, afetando as pósteras gerações.

A enfática recomendação estimuladora da adoção de um pragmático comportamento ético nos moldes alvitados é ratificada pelas seguintes palavras:

A vida pode ser compreendida pela consciência somente na responsabilidade concreta. Uma filosofia da vida só pode ser uma filosofia moral. Só se pode compreender a vida como evento, e não como ser-dado. Separada da responsabilidade, a vida não pode ter uma filosofia; ela seria, por princípio, fortuita e privada de fundamentos. (BAKHTIN, 2010, p. 117).

É importante reconhecermos que o “outro”, remetente da responsabilidade que creditamos, é o motivador de uma realidade embasada num paradigma ético que contemple tanto o ser quanto os entes considerados inumanos. Dentro desse aspecto, podemos invocar a intervenção ética para desenvolvermos uma alteridade pelo universo ambiental, alavancada pelo princípio da sustentabilidade e pela disposição de manter as diversas formações

biológicas da Terra, pois concordamos com Leff (2006, p. 348, grifos do autor) quando disse que:

[...] a construção de um futuro sustentável implica pensar a abertura da história, o desprendimento da ordem coisificadora e hipereconomicizadora do mundo. Aponta para a criatividade humana, a mudança social e a construção de alternativas. É isso o que leva a racionalidade ambiental a pensar na abertura do *mesmo* até o *outro*.

Nesse ponto, faz-se necessário assinalarmos que a transição de uma perspectiva de mundo que é fruto da racionalidade instrumental para uma outra lógica de assimilação, pautada no dialogismo e, conseqüentemente, na valorização dos atos responsáveis e da alteridade pelo outro (humano e não humano), requisita um trabalho de ressensibilização que mobilize as subjetividades humanas, pois acreditamos que isso ensejará a emergência de ressignificações socioambientais e de novas configurações hermenêuticas que oportunizem ao homem um reencontro com a natureza da qual é parte componente.

Semelhante aos teóricos usados como aporte para a tessitura argumentativa desse tópico, Lévinas (1993) idealizou uma analogia entre eu e o outro (o rosto), com uma conotação de responsabilização, ao pontificar a carência de um comprometimento velado para com este outro. Nas suas ponderações, o autor registrou que “a epifania do rosto é viva” (LEVINAS, 1993, p. 59), creditando a ela a aptidão da fala.

Ao refletir sobre a natureza, enquanto sendo esse rosto que dialoga com a humanidade, devemos analisar toda a propensão ética de um outro que, a despeito de nossa distância (aqui entendida como uma condição demarcada por múltiplos fatores e que recebeu uma potencialização do capitalismo), está personificado em nós. Afinada com a ótica em explanação, Andréia Aparecida Marin (2005) externou que a natureza alberga um amálgama de biografias tanto nossas quanto dos nossos predecessores. Ela faz parte do conteúdo das memórias geracionais, fazendo-se presente nas artes plásticas que retratam as suas fisionomias. Nossa experiência com ela é crivada de poesia, nostalgia, contemplação, espiritualidade, quimeras etc.

Contudo, a autora sustentou que, habitualmente, os homens não reconheceram, ao longo da história, as conseqüências de seu comportamento dominador que foi desferido contra a natureza, em favor do atendimento de suas demandas materiais. Assim, ao incluir nesta abordagem a alegoria da natureza, considerada como um rosto do outro, podemos hipostasiar compósitos significados de cariz espiritual, místico, cultural, além de instigar no homem um anelo pela compaixão.

Notadamente, Marin (2005) aludiu a uma tipologia de natureza que recepciona em si mesma uma multiplicidade de rostos encontrados nas mais diversificadas realidades. Em termos ambientalistas, refere-se a um meio ambiente que é fruto de uma construção sociocultural e que requisita a positividade de providências asseguradas pela justiça, em plena sintonia com uma mentalidade ecológica crítica.

Essa efígie do rosto da natureza provoca nossas emoções. Não obstante, este poder reativo de despertar sensível não está arraigado, unicamente, na presença humana em seu âmago, mas, também, se esteia na legitimação das prerrogativas de cada ser vivente (quer seja humano ou não). Nisso consiste o cerne doutrinário da ética biocêntrica¹⁰.

Destacamos, outrossim, que não cabe arguirmos, aqui, sobre a canalização da ética nalgum ponto central, de forma a esquivar-se de uma polarização que exalte o biocentrismo ou, ainda, o antropocentrismo (vertente que, por vezes, é impregnada de uma moralidade que prescreve um conjunto de recomendações mirando para o uso da natureza pelas pósteras gerações). Trata-se, sobretudo, de emprestar tônica ao apelo do outro, de trazer respostas ao caos ecológico que se instalou, de se problematizar e refletir sobre a incitação da eticidade de um homem incessantemente submetido aos abalos gerados pela assunção do individualismo capitalista.

A ética derivada da percepção desta natureza, travestida de uma compreensão que a trata como equivalendo a um outro, é superior a um regramento que disciplina a ação dos indivíduos que os impelem a internalizarem códigos de conduta hábeis para introduzi-los na atmosfera social, consoante definido por Boff (2003). É, sobretudo, uma ética que se desenvolve na reaquisição de todas as maneiras possíveis de nossa interpretação de mundo calcada na receptividade à perspectiva do outro.

É, igualmente, aquela que reclama dos indivíduos a renúncia ao egocentrismo com a aspiração de erigir novas maneiras de viver que suplantem esse paradigma que desumaniza o homem e desnaturaliza a natureza. Em suma, todas as alegações apresentadas por Marin (2005), com assento no pensamento de Lévinas e de Schopenhauer, delinearão o prisma do suplício no rosto do outro como um direcionamento para uma ética alicerçada no princípio da responsabilidade e do altruísmo desempenhados em favor da natureza.

¹⁰ Esse conceito foi arquitetado por Paul Taylor (1989), sendo veiculado na sua literatura científica intitulada de *Respect for Nature*, a qual exprime que o dever obrigacional e a responsabilidade que são imputados aos homens no trato dos componentes ecossistêmicos é corolário das prescrições morais que regulam essa relação. Apegoou, ainda, que o acervo ecológico não deve ser alvo de esgotamento pela extenuante exploração de suas fontes. Antes, patrocinou uma preocupação moral direcionada para essa esfera, cuidando para que se reconheça o valor que o meio ambiente encerra, por conta do conjunto vital que ali se congrega. Destacou, outrossim, que este valor não é resultante de sua capacidade de atendimento aos anseios humanos.

Essa figuração do rosto utilizada por Lévinas (1993) denota um questionamento que, quando discernido pelo sujeito, o convida a respondê-lo. Afinal, “ser eu (*Moi*) significa, a partir daí, não se poder furtar à responsabilidade, como se todo o edifício da criação repousasse sobre meus ombros” (LEVINAS, 1993, p. 61).

A natureza, na condição de um outro que se revela como rosto, vindica prudência e comprometimento. Assim, o seu contato com o humano exige uma reforma no modo de enxergá-la e, ainda, demanda uma ressignificação à nível relacional, capaz de sublimar a importância de cada um dos seres e dos componentes que a integram.

É oportuno enxertarmos nesse tópico as contribuições de Buber (2006), o qual relatou sobre o requisito inescusável para que uma boa relação se suceda, qual seja: o envolvimento do tipo ‘Eu-Tu’. O oposto, isto é, o ‘Eu-Isso’, não se configura como um autêntico relacionamento. Este teórico contextualizou tais premissas em articulação com a natureza, como podemos perceber da transcrição a seguir ventilada:

Eu considero uma árvore. Posso apreendê-la como uma imagem. Coluna rígida sob o impacto da luz, ou verdor resplandecente repleto de suavidade pelo azul prateado que lhe serve de fundo.

Posso senti-la como movimento: filamento fluente de vasos unidos a um núcleo palpitante, sucção de raízes, respiração das folhas, permuta incessante de terra e ar, e mesmo o próprio desenvolvimento obscuro. Eu posso classificá-la numa espécie e observá-la como exemplar de um tipo de estrutura e de vida. Eu posso dominar tão radicalmente sua presença e sua forma que não reconheço mais nela senão a expressão de uma lei – de leis segundo as quais um contínuo conflito de forças é sempre solucionado ou de leis que regem a composição e a decomposição das substâncias.

Eu posso volatilizá-la e eternizá-la, tornando-a um número, uma mera relação numérica.

[...] Entretanto pode acontecer que, simultaneamente, por vontade própria e por graça, ao observar a árvore, eu seja levado a entrar em relação com ela; ela já não é mais um Isso. A força de sua exclusividade apoderou-se de mim.

[...] **A árvore não é uma impressão, um jogo de minha representação ou um valor emotivo. Ela se apresenta “em pessoa” diante de mim e tem algo a ver comigo** e, eu, se bem que de modo diferente, tenho algo a ver com ela. Que ninguém tente debilitar o sentido da relação: **relação é reciprocidade.** (BUBER, 2006, p. 56, grifos nossos).

A natureza não é acatada como “Tu” pela racionalidade instrumental que a objetifica, que se reporta a ela como “Isso”. Na opinião de Buber (2006), uma profícua e verdadeira relação se realizará quando a deferência pela outriedade for validada. É congruente dizer que a aderência à ideia de uma natureza encarada enquanto “Tu” importa numa aguda mutação na maneira objetual de apreciá-la, reduzindo-a ao status de “Isso”.

Semelhantemente, quando pelo fitar no rosto alheio somos impulsionados a arrogar uma responsabilidade, a admissão da natureza como “Tu” tolhe qualquer indiferença a sua presença e ao seu apelo. Dentre outras questões, o entendimento da outridade repercute no repensar dos valores que influenciam nossa visão de mundo, radicada numa preponderante racionalidade que subalterniza a natureza.

Para tanto, este clamor por mudança na relação homem-natureza não pode ser inibido, mas deve ser mais veementemente incentivado, em face da urgência que a problemática encerra. A proposta ora apontada, que consiste em tratar a natureza como um outro, representa uma das alternativas sobre a qual repousa a confiança da construção de um futuro melhor, firmando-nos na expectativa de que tanto os humanos quanto inumanos sejam igualmente valorizados, pois são organismos interligados que simbolizam o que há de mais precioso na Terra: a vida.

In verbis, o “outro” não é um equivalente daquilo que o “eu” pronuncia ao seu respeito, ou do sentido que ele o atribui, ele é o que é, *de per si*, não se ajustando à reificação, porque não é uma construção proveniente do juízo alheio e nem de uma concepção exteriorizada. Cabe, portanto, ao “eu” acatar esse sentido externado pelo “outro”, não lhe competindo ser doador dessa significação.

Cumprido dizer, então, que o “outro” não se comporta como um simples objeto. Com efeito, o “eu” não pode imputar ao “outro” uma categorização. À vista disso, a metáfora facial preconizada por Lévinas prescinde da objetividade para evitar incorrer na redutibilidade do rosto do “outro”, o qual não representa um mero *alter ego*, mas um absolutamente “outro”, com as características que lhe são inerentes e não as que foram tributadas a si.

Na redução, o “outro” se subordina ao alvitre do “eu”, o qual ocupa uma posição de senhorio em detrimento daquele. Antagonicamente, tal esquema não se concretiza na dinâmica do rosto, pois seu desiderato é justamente promover uma coalescência, estabelecendo um liame horizontal, integralmente mediado pela alteridade em contraposição a uma relação de soberania. Nessa confluência, o “outro” tem a oportunidade de expressar o que possui de autêntico.

Estimamos ser consentâneo esclarecermos que a tendência ética ora elencada, a da outridade na ótica proximal de Grun e de Leff, e a responsabilidade socioambiental, de acordo com o entendimento de Hans Jonas e Ricoeur, possuem como núcleo comum a alteridade.

O primeiro termo viabiliza o reconhecimento de um valor intrínseco ao ser (humano e não humano), distinto do eu, e que se opõe a qualquer postura de subjugação baseada na prepotência de um especismo superior e segregador.

Já o segundo conceito reproduz uma súplica da vida pela sua perpetuidade, devendo esta ser um propósito motivador das ações humanas, uma forma de dever mediada pela alteridade, em proveito do direito do outro a vir a existir no futuro. Essa lógica prega o desempenho de um cuidado, sensibilidade e solidariedade por algo que expressa um estado de fragilidade. Em razão disso, o relacionamento socioambiental é regulado pela ideia de proteção ao vulnerável, sendo equiparada a uma responsabilidade paternal, na teoria jonasiana.

A versão ricoueriana sobre essa temática carrega uma compreensão de responsabilidade direcionada para um cuidado mobilizado pelo reconhecimento, pela ação e pela alteridade, de maneira que o apontado atributo seja validado como uma capacidade e não apenas como obrigação moral.

Decidimos pela conciliação com essa perspectiva pelo motivo dela incitar uma reflexão epistemológica que prima pelo reaver de valores que foram retraídos por efeito do racionalismo cartesiano, impregnado, inclusive, na tradição científica moderna (tecnicista). Portanto, partimos do princípio de que a historicidade da atividade humana deve ser analisada como condicionante do entendimento da instalação de uma crise ecológica que contribuiu para o afastamento do homem da natureza (que passou a ser vista como externalidade) e o investiu de poderes para controlá-la e dominá-la, de forma que essa situação sancionou o estabelecimento e a normalização de uma mentalidade de sobrevivência humana aética, individualista e utilitarista.

A alteridade assessora o homem na edificação de uma ontologia socioambiental que critica e refuta a concepção de uma natureza historicamente determinada como elemento a ser possuído, que é agrilhoadada ao reducionismo, para estimularmos uma interpretação que prima pelo respeito e pela dignidade do outro (a diversidade de seres vivos que compõem a biosfera). Afinal, apesar da natureza não ser um agente moral (que precisa exercer obrigações desse caráter), ela não é uma realidade indiferente à influência ética, pois é paciente do desempenho de tal preceito, nesta complexa interação do homem com os outros.

Em síntese, a alteridade insufla uma ideia de cumplicidade que se consuma no encontro entre o “eu” e o “outro”. Tal atributo formaliza uma relação intersubjetiva, receptora e não possadora, que denega toda subjetivação com caráter supremo.

Importa pensarmos a paisagem como condição de pertencimento ao mundo, por intermédio do engajamento do homem na natureza, em contrariedade à ideia de externalidade que reproduz um mundo retratado como objeto de um sujeito que enxerga tal lugar como algo exterior a ele.

Tal necessidade nos impele a construirmos uma concepção de paisagem que transmite a noção de engajamento do ser no mundo, em sustentação do entendimento de que ela é uma realidade onde se processa uma série de ações propiciadoras do envolvimento entre o homem e o elemento inumano, numa relação de reciprocidade que é validada tanto pela incorporação dos traços humanos no ambiente quanto pela influência deste na experimentação do mundo, que é sintetizada pelo ser que o habita.

Ousamos, nesse ponto, fazer uma aproximação com a literatura de Merleau-Ponty (1984), a qual germinou o conceito de carne ou de corpo no mundo, pois acreditamos que esta é uma sugestiva teoria que nos ajudará a pensar a paisagem como condição de estar no mundo, ao ensejar concatenações entre a natureza, o sujeito e a cultura através da expressão de sua corporeidade.

Esse aspecto racional suplanta a conceituação minimalista que qualifica a paisagem como mera fisionomia geográfica, como retrato das intervenções humanas, para apresentá-la pela via da complexidade, como uma realidade composta por uma conjectura de confluências entre as espécies (humanas e não humanas) e o ambiente que as contorna.

O conceito acenado em linhas precedentes apareceu no título bibliográfico **O visível e o invisível**, no qual foi enfatizada a continuidade entre o corpo/carne do mundo e do humano, designando a interseção presente entre o indivíduo sensiente e o mundo sensível, haja vista que:

[...] o nosso corpo, como uma folha de papel, é um ser de duas faces, de um lado, coisa entre coisas e, de outro, aquilo que as vê e as toca; dizemos, porque é evidente, que nele reúne estas duas propriedades, e sua dupla pertença à ordem do “objeto” e à ordem do ‘sujeito’ nos revela entre as duas ordens relações muito inesperadas. (MERLEAU-PONTY, 1984, p. 133).

A epistemologia merleau-pontyana nos ensina que a experimentação do mundo faz parte da constituição do próprio sujeito-corpo que nele reside, não sendo adequado tratar esse plano como uma referência extrínseca e objetiva. O conceito filosófico de carne sugere uma revisão da lógica cartesiana que difundiu a ideia de um indivíduo cujo pensamento é premissa para sua existência, porém o ato de pensar o mundo é um exercício realizado por uma mente que está apartada dele.

Porém, a fundamentação fenomenológica da teoria em estudo nos traz uma compreensão de simetria, de conciliação, de um hiato entre o sujeito e o ambiente-mundo, os quais manifestam suas distinções (expressadas por meio da reflexividade) e continuidades. Vendo por esse ângulo, notamos que o sujeito é um componente orgânico da carne do mundo

e não um elemento que, por animosidades prepotentes, está posicionado externamente desse lugar e gozando de status de superioridade em comparação com a natureza.

Assimilar a paisagem como lócus da integração do sujeito com o mundo coopera para a implosão das estruturas dualistas percebidas entre a natureza e a cultura, o interno e o externo, a mente e o corpo, o sujeito e o objeto.

Essa filosofia nos convence de que “a carne do mundo não sente a si mesma como minha carne. Ela é sensível, mas não sensiente. Eu chamo isto de carne, no entanto, para dizer que isto não é absolutamente apenas um objeto” (MERLEAU-PONTY, 1984, p. 250). Tal prisma intelectual consolidou um elo de alteridade entre ambos os polos, devidamente materializada na experimentação ecológica desenvolvida na interação sujeito-natureza.

Não bastasse isso, ele colabora substancialmente para debelarmos a arrogância antropocêntrica que reifica toda forma de vida não humana, despontando como uma proposta mais contundente e radical do que a preconizada pela ecologia profunda que, a despeito de ser antagônica do viés antropocêntrico em virtude de sua fiel defesa em favor do biocentrismo, não interveio na modificação da reinante situação de subjugação dos inumanos pelos seres humanos.

Na abordagem merleau-pontyana essa circunstância subalternizante de um polo em detrimento de outro é superada, pois segundo ela há um entrecruzamento massivo e extensivo entre esses elementos que resulta na configuração de uma mesma carne.

Abram (1996) encontrou na teoria em diálogo um esteio para as suas análises socioambientais e julgou ser ela uma alternativa competente para demolirmos as barreiras construídas pela biologia mecanicista no que toca a desagregação humana da natureza. As apreensões franqueadas por ele nos dizem que:

[...] nossa civilizada desconfiança dos sentidos e do corpo engendra um descolamento metafísico do mundo sensível – isso alimenta a ilusão de que nós mesmos não fazemos parte do mundo que estudamos, do qual podemos nos manter à parte, como espectadores, e assim determinar seu funcionamento desde fora. Uma renovada atenção para a experiência corporal, no entanto, permite-nos reconhecer e afirmar nosso envolvimento inevitável naquilo que observamos, nossa imersão corporal nas profundezas de um corpo que respira e que é muito maior do que o nosso próprio corpo. (ABRAM, 1996, p. 85).

A estrutura argumentativa até então explicitada ratifica que a aproximação da percepção socioambiental com a fenomenologia de Merleau-Ponty (1984) nos direciona para a concepção da paisagem como uma realidade que abrange, simultaneamente, impressões

visíveis e invisíveis, pois representa o cenário captado pelas potencialidades sensoriais dos seres que, bilateralmente, participam da sua formação e por ela são construídos no seu processo ontológico.

Para arrematarmos o assunto discorrido nesse tópico, decidimos imergir no conhecimento geográfico sistematizado por Dardel (2015), cujos trabalhos prestigiaram a intervenção do prisma sensível e acentuou os pontos pré-reflexivos dos fenômenos, concedendo maior vulto à “ligação direta do homem com o mundo” (DARDEL, 2015, p. 39).

De acordo com suas convicções, “a paisagem é um conjunto, uma convergência, um momento vivido” (DARDEL, 2015, p. 30). Tal posicionamento exprimiu seu proeminente esforço em salvaguardar o mundo das impressões, ameaçado pelas filosofias reificantes vigentes a sua época e que impactaram, inclusive, a forma de se perceber a paisagem.

Vendo por este ângulo, notamos que, de fato, há uma simetria entre a tese de ambos os autores. Um dos pontos comuns é exatamente a incisiva refutação quanto à objetificação, posto ser essa uma vertente incompatível com a orientação fenomênica da qual eram adeptos.

A obra nominada por **O Homem e a Terra** endossou, de maneira mais notória, tal assertiva. Podemos utilizar como referência exemplificativa a menção feita à teórica bachelardiana atinente aos quatro elementos. Quando se apropriou dessa perspectiva, Dardel (2015) visou salvaguardar o prisma sensível, unindo a plausibilidade das experiências concretas com a dimensão material:

[...] que é essencialmente um interesse, senão uma paixão, pelos materiais e a estrutura da Terra, antes de se tornar uma ciência objetiva. Imagens que chegam primeiro como sensações táteis ou como manifestações visuais de uma intimidade substancial, antes de se decantar em ideias ou noções. (DARDEL, 2015, p. 15).

O empenho dardeliano em tutelar a realidade sensitiva desembocou na tratativa da paisagem, haja vista ser esta compreendida como o “rosto da Terra”, onde o homem se depara com “uma feição, um certo acolhimento” (DARDEL, 2015, p. 44). Assim, prevaleceu o entendimento de que tal face não deve ser vislumbrada como algo passivo, que somente se permite ser apreciado pela contemplação de outrem, mas que, inversamente, se apresenta à humanidade, existindo *de per si*, não tendo seu sentido formatado pela ótica humana incidente sobre ela.

Besse (2015), ao elucidar este entendimento exprimido por Dardel, teceu uma observação contundente acerca da assimilação da alegoria proposta, de modo que estabeleceu uma compreensão que não se restringiu à visualização do rosto enquanto produto de uma

percepção do indivíduo em presença da exterioridade da superfície terrena, isto é, como algo capturado e condicionado pela objetividade do olhar alheio, pois, para Dardel, “a paisagem não é, em sua essência, feita para olhar” (BESSE, 2015, p. 32).

Logicamente, a face é detentora do potencial de auto expressividade. Afinal,

[...] é o que institui o rosto como rosto, é o que ele assinala: o contemplado, de onde acessamos a manifestação de uma interioridade, de uma intenção expressiva contrariamente impenetrável. Remeter-se à Terra sob a forma de um rosto é, portanto, reconhecer os traços da presença de um “espírito”, é acolher o testemunho, em atitude mais de escuta e de diálogo do que de abstração esquematizadora. (BESSE, 2015, p. 127).

Este raciocínio se coaduna com os postulados de Lévinas (2008), previamente externados, em que fica patente que a face evidencia uma interioridade. Sob o ângulo teórico de Dardel tem-se que as fisionomias terrestres manifestam seu lado interno, pois as “montanhas e falésias fazem aparecer a ossatura da Terra” (DARDEL, 2015, p. 16). Esta feição não se permite ser assenhoreada, contrapondo-se a qualquer caracterização alheia que lhe for assacada nos moldes de uma intencionalidade objetificante.

Esse discernimento a respeito da paisagem aventa um processo que se efetiva no percurso dialógico bilateral, que admita o exercício da audição e não da reificação e que prima por uma receptividade espontânea. Daí emana a justificativa consentânea da pretensão de Dardel em entrepor a Geografia no campo das ciências hermenêuticas e não das naturais. Isso se justifica pelo fato de se considerar a paisagem enquanto um texto, haja vista que “[...] o desenho das costas, os recortes da montanha, as sinuosidades dos rios, formam os signos desse texto” (DARDEL, 2015, p. 2).

Essa abordagem referente à textualidade da paisagem encontra divergência se confrontada com o ponto de vista simbólico de Denis Cosgrove, o qual comunga do pensamento de que as semânticas da dimensão paisagística não transparecem nela própria, mas se revelam por intermédio dos substratos culturais, sendo, assim, um signo submetido à ação de agentes significantes.

Esse ponto de vista nos remete ao aspecto conceitual proposto por Ducrot (1984), que verificou a existência de uma orientação referencial presente em toda atividade falante, a qual é aplicada no processo de formação do universo discursivo. Nesse ponto, devemos levar em conta a corrente noção de que a palavra assume o papel de presumir algo sobre um mundo externo, representado por uma realidade própria, que é autônoma da dimensão discursiva, ao qual ela necessita defrontar, constantemente, para estabelecer significações.

Aprendemos com Ducrot (1984) que a palavra não é detentora do potencial significador, mas que tal poder pertence ao discurso. Com amparo nessa alegação, distinguimos que a palavra não é nem o objeto nem o mundo referido, mas ela atua como uma retratadora desses elementos. A mesma negatória pode ser aplicada para o referente, que não deve ser vislumbrado como uma realidade objetiva, mas como um contraente dos predicados investidos pela referência para formatar o campo discursivo.

Explicamos que a definição de referente apresentada por este linguista traduz a noção de toda a estruturação semântica construída a respeito de um fato ou de um objeto. Equivale, então, aos atributos doados pelo referenciador, como produto do pensamento deste acerca daquele.

É importante elucidarmos que a condição ocupada pelo referente, de ser portador de um significado que lhe foi empregado, enseja a ênfase de certos aspectos e a ocultação de outras propriedades. Assim, existirão detalhes do referente que serão sutilmente desprezados, com o fito de conferir destaque as especificidades que se almeja mobilizar. Essa situação nos leva a inferir que o enunciador goza da competência de eleger os conteúdos que serão aproveitados como recurso referenciador, sendo uma seleção comandada pelos efeitos de sentido que se intenta provocar.

De acordo com este contexto, compreendemos que, para se alcançar um entendimento pleno das paisagens e dos significados que estas abarcam, é necessária a realização de uma arqueologia, de uma busca assídua por desvelar as suas incógnitas, uma vez que são produtos da cultura que imprimem neste cenário as suas representações ideológicas (PEDROSA, 2016).

Essa operação arqueológica tenciona transcender o aspecto fisiográfico da paisagem, pois se interessa pelos detalhes ocultados por esta. No entanto, pontuamos, com base nos pressupostos de Besse (2015) e Pedrosa (2016), que tal procedência relega alguns fatores que são cruciais no entendimento mais extensivo da temática, tais como a sua personalidade ontológica e o seu caráter existencial.

Observamos, nesse ponto do diálogo, uma fértil oportunidade para realizarmos uma triangulação entre o pensamento de Cosgrove, o de Besse, o de Ricoeur e, também, externar a nossa opinião acerca do tema em questão. Para tanto, queremos nos deter mais um pouco na reflexão da linha intelectual de Cosgrove (1998), que sedimenta a convicção de que a paisagem é composta por significados germinados pela simbologia social, devidamente moldada pela conciliação multifatorial de valores, mitos, tradições e afins.

A paisagem seria, então, um cenário resultante da modificação da natureza, ação que é ocasionada pela apropriação humana. Tal fato nos direciona para o entendimento de que a

cognição dos sentidos culturais da paisagem é propiciada pela instrumentalização simbólica que estabelece pontes entre o mundo interno e externo do homem.

Deste modo, a paisagem acolhe duas dimensões: um horizonte aparente e outro invisível. Para alcançarmos uma perspectiva analítica da sua totalidade não é suficiente nos determos no exame de sua fisionomia, mas devemos suplementar a investigação com a apreensão das informações retidas no último aspecto citado. Esse é um trabalho que reclama a desnaturalização visual, para que resgatemos as subjetividades ali incorporadas pelos dispositivos simbólicos, pois concordamos que:

[...] o visível conta algo, uma história, ele é a manifestação de uma realidade da qual ele é, por assim dizer, a superfície. A paisagem é um signo, um conjunto de signos, que se trata então de aprender a decifrar, a deciptar, num esforço de interpretação que é um esforço de conhecimento, e que vai, portanto, além da fruição e da emoção. A ideia é então que há de se ler a paisagem [...] o conceito de paisagem não é unicamente uma vista, é antes um território ou um sítio. Mesmo que este sítio ou este território sejam visíveis, seu ser não se reduz a sua visibilidade. O problema que se coloca neste último caso é o de conseguir apreender a relação entre a dimensão visível da paisagem e aquela que não é. Ler a paisagem é extrair formas de organização do espaço, extrair estruturas, formas, fluxos, tensões, direções e limites, centralidades e periferias. (BESSE, 2014, p. 63-64).

Releva atentarmos, também, para o papel do poder social na estruturação do simbólico incrustado na paisagem, pois esta esfera reproduz o desenho cultural de um grupo social e, obviamente, os arranjos de poder que imperam nesse recorte. Isso reforça a explicação de que a retórica da paisagem reflete os artifícios através dos quais as semânticas da paisagem são convencionalmente validadas num território. O conteúdo que ela expressa é tão legível quanto um texto, por isso é que o material simbólico ali depositado opera como um retratador das representações existenciais dos seus componentes humanos.

Convém não olvidarmos que “o texto de uma interpretação geográfica da paisagem é o meio através do qual transmitimos seu significado simbólico, através dos quais representamos esses significados” (COSGROVE, 1998, p. 110). É oportuno consignarmos que este autor conferiu foco à articulação entre a cultura e o simbolismo existente nas paisagens humanizadas dizendo que a geografia estava presente em toda a parte.

Sua participação foi decisiva para que nos anos 70 do século passado a seara científica da qual era obreiro passasse por uma reforma, a fim de debelar a tendência positivista antecedente, que realizava uma análise geográfica que relegava:

[...] as paixões inconvenientemente, as vezes assustadoramente poderosas, motivadoras da ação humana, entre elas as morais, patrióticas, religiosas, sexuais e políticas. Todos sabemos quão fundamentalmente estas motivações influenciam nosso comportamento diário; [...] Contudo na geografia humana parecemos intencionalmente ignorá-las ou negá-las. [...] nossa geografia deixa escapar muito do significado contido na paisagem humana tendendo a reduzi-la a uma impressão impessoal de formas demográficas e econômicas. (COSGROVE, 1998, p. 97).

O teórico que estamos falando prescreveu que o empenho interpretativo ministrado sobre as paisagens humanas deve ser efetivado com as mesmas motivações que mediam as nossas leituras direcionadas para uma literatura romântica, um texto poético, um material fílmico ou uma obra artística, como forma de incentivar a aplicação dos filtros e das potencialidades próprios das humanidades nas abordagens de perfil geográfico.

Nas suas críticas, a questão do poder é elementar na compreensão da textualidade da paisagem, pois acreditava que:

Um grupo dominante procura impor sua própria experiência de mundo, suas próprias suposições tomadas como verdadeiras, como a objetiva e válida cultura para todas as pessoas. O poder expresso e mantido na reprodução da cultura. Isto é melhor concretizado quando menos visível, quando as suposições culturais do grupo dominante aparecem simplesmente como senso comum. Isto é as vezes chamado de hegemonia cultural. Há, portanto, culturas dominantes e subdominantes ou alternativas, não apenas no sentido político, mas também em termos de sexo, idade e etnicidade. (COSGROVE, 1998, p. 104-05).

Reiteradamente, o autor em questão sublinha que a paisagem materializa a supremacia da sistemática cultural de um grupo, nos estimulando a meditarmos sobre a auto representação da identidade gregária e das coordenadas ontológicas que regeram a sua expressão existenciária. Atentos para essa premissa, consentimos com a consciência teórica acerca do potencial que a reconstituição dos sentidos tributados a paisagem possui para desvelar as especificidades do ethos das comunidades que se apropriaram do ambiente.

Segundo este teórico, uma análise desse porte traz substanciais benefícios para a construção de um trabalho geográfico crítico e de notável valor na formação de uma educação humanista, pois oferta um “melhor conhecimento e compreensão de nós mesmos, dos outros e do mundo que compartilhamos” (COSGROVE, 1998, p. 121).

Ousamos, a partir de agora, apresentar uma aproximação entre esta perspectiva simbólica que subsidia a leitura da textualidade da paisagem, convenientemente explanada sob o prisma de Cosgrove, com a concepção ricoueriana sobre esse assunto.

Quando Ricoeur (2012) lidou com a temática da interpretação simbólica, o mesmo discerniu que a hermenêutica está atrelada a um processo de autocompreensão, de auto interpretação. Desse plano de fundo emerge a concepção de que as ações humanas eram textos que acomodavam um conteúdo de sentidos cuja leitura permite a decifração e a interpretação de nós mesmos e do mundo no qual vivemos.

Essa conclusão conceitual nos permite identificar que:

[...] ao destacar-se do seu agente, a ação adquire uma autonomia semelhante à autonomia semântica de um texto; ela deixa um rastro, uma marca; inscreve-se no curso das coisas e torna-se arquivo e documento. À maneira de um texto, cuja significação se liberta das condições iniciais da sua produção, a ação humana tem um peso que não se reduz a sua importância na situação inicial da sua aparição, mas permite a reinscrição do seu sentido em novos contextos. Finalmente, a ação, como um texto, é uma obra aberta, dirigida a uma sucessão indefinida de leitores possíveis. (RICOEUR, 1989, p. 177)

O desempenho de uma atividade hermenêutica com essas características não se ocupa de desvendar as pretensões psicológicas ocultadas no texto, mas proposita evidenciar, através do próprio texto, a expressão do ser no mundo, pois o exercício de compreensão não pode se limitar à exploração de atributos puramente psicológicos, mas deve adentrar nas aberturas oferecidas pelo mundo do texto, no qual o horizonte da vida se encontra delineado.

Com apoio nessa proposição teórica, distinguimos que a compreensão de si não é uma operação instantânea, mas consistente numa compreensão ensejada processualmente por meio da interação com o texto, o qual dispõe dos predicados necessários para a promoção dessa experiência, formando-se um complexo de subjetividades como efeito da mediatização textual (em outras palavras, como resultado do envolvimento com o mundo da obra). Afinal, “compreender é compreender-se diante do texto” (RICOEUR, 1995, p. 73).

Essa conjectura serviu de critério para a inferência de que “interpretar é explicitar o modo de ser-no-mundo exposto diante do texto” (RICOEUR, 1989, p. 121). Com isso, este filósofo sustentou a tese de que a interpretação corresponderia a explicitação de um projeto, de um paradigma retratador de uma nova forma de estar-no-mundo evidenciado no texto.

Importa considerarmos, então, que “o que se deve, de fato, interpretar num texto é uma proposta de mundo, de um mundo tal que eu possa habitar e nele projetar um dos meus possíveis mais próprios” (RICOEUR, 1989, p. 122). A busca da compreensão de si solicita do leitor a realização de uma “grande digressão dos signos de humanidade depositados nas obras de cultura” (RICOEUR, 1995, p. 73).

Notemos que, de acordo com a filosofia ricoeuriana, o autoconhecimento do sujeito se concretiza pela intervenção dos signos, que funcionam como patrimônio cultural. Além disso, essa ótica teórica não apoia o solipsismo como uma via de acesso eficaz para o percurso de conhecimento desenvolvido pelo si, uma vez que na dinâmica de interpretação de um texto se observa a manifestação da alteridade e do existencialismo, que são atributos capazes de provocarem a redescoberta de novos aspectos de si, como consequência da relação com o texto.

Desse modo, interpretar um texto equivaleria à apreensão de um sentido possível de uma referência disposta na composição textual. Esta atividade é devidamente efetivada pela atuação de duas propriedades específicas: pela pertença ontológica (compreensão) e pela distância metodológica (explicação). Dentro dessa análise, encontramos que “o texto fala de um mundo possível e de um modo possível de alguém nele se orientar” (RICOEUR, 1995, p. 99).

Completamos essa triangulação com o registro de nossa opinião a respeito do que foi discutido sobre a articulação entre os símbolos, a textualidade e a interpretação relativas à paisagem. Assim, sinalizamos concordância com o discorrido tanto sob a ótica de Ricoeur quanto de Cosgrove no que toca ao entendimento de que a captação dos sentidos formatados pela percepção humana é alcançada pela decifração polissêmica dos elementos simbólicos-culturais que formam a realidade existencial do sujeito.

Julgamos que essa abordagem se adequa a tratativa analógica aqui sugerida, isto é, de tratar a paisagem como um repertório legível, que é composto por uma textualidade que narra a trama ontológica de grupos que se apropriaram da natureza e cristalizaram sua experiência no mundo ao insculpir seus vestígios antrópicos no ambiente, convertendo-o num panorama que veicula uma semiótica específica.

Tomando esse pressuposto como suporte de análise, nos posicionamos através da crença de que a atividade hermenêutica socioambiental tributa ao homem a possibilidade de configurar sua própria identidade, de maneira que o produto interpretativo seja um equivalente de uma autorrepresentação do sujeito frente ao mundo. Confiamos, igualmente, que a leitura dessa textualidade historicamente cumulada deve se valer de uma participação combinada de fatores multifacetados para que consigamos abstrair as subjetividades e as epistemologias implicadas nessa construção semântica derivada da ação do homem na natureza.

A visão de Dardel (2015) oferta um contraponto ao enfoque susa escandido, demonstrando que a paisagem não é adornada pelo olhar alheio, pois ela possui na sua

essência os atributos identitários autossuficientes, que são autônomos do sentido e da caracterização oferecida a ela pela racionalidade de outrem.

Aderindo a esse escopo epistemológico, Dardel introduziu a paisagem na busca pela revalorização das aparências que foram desvirtuadas no decorrer da história ocidental, em razão da influência da filosofia de Platão, sendo, ainda, originária das doutrinas ascéticas que supervalorizavam o viés intelectual em desfavor do aparente, do sensorial, taxado como quimérico, suscetível de dúvida e fadado à denegação (MAFFESOLI, 2010; AGAMBEN, 2017).

É conveniente dizermos, ainda, que uma outra aproximação de perspectivas existente entre Dardel e Lévinas diz respeito à recusa ao método eidético. Para este último autor, tal recurso era improcedente por elidir a alteridade e por privilegiar, desmesuradamente, a estruturação de um conhecimento que se dá através de um indivíduo cognoscente, comportando-se, pois, de maneira insular. O primeiro teórico, por seu turno, realizou um trabalho de junção entre a fenomenologia e a hermenêutica, primando pela fisionomia dos fenômenos. Porém, ao invés de realizar uma operação descritiva para se encontrar a essência da questão, conforme recomendou Husserl, o geógrafo francês preferiu aplicar o percurso hermenêutico.

Hipoteticamente, ao intentar elucidar a atitude dardeliana, Seamon (2000) supôs que Dardel estivesse apalpando seu objeto de pesquisa e, ao mesmo tempo, permitindo que este se descortinasse ante a sua visão e audição, com o propósito de que, por si só, revelasse as suas características, e, conseqüentemente, atingisse a assimilação abstraída pelo geógrafo.

É por meio dessa interação tateada que é proporcionado ao homem “o acesso a uma certa intimidade com a matéria geográfica” (DARDEL, 2015, p. 39), possibilitando a descoberta de significados contidos dentro da própria paisagem e não externamente a ela, e renunciando o “eu” enquanto definidor da noção de paisagem.

Delineamos, outrossim, que a hermenêutica idealizada por Dardel não consente com a supremacia do “eu” com relação à face da paisagem, reprovando, assim, qualquer tipo de soberania do sujeito que pudesse incidir sobre o objeto. Agradou-se, porém, em aderir a uma postura desprovida de hierarquização, sugerindo a supressão da dualidade existente entre o sujeito e o objeto, ao afirmar que a paisagem se desnuda ao homem e mutuamente.

Posto isto, não compete ao “eu”, pela sua intervenção discursiva, definir a existência da paisagem, pois não é o seu exame pessoal que lhe confere vida. Deste modo, seu ofício equivaleria à compreensão e não ao escrutínio mediado por processos de objetivação científica ou cultural. Compreender importa em envolvimento, e, nesse relacionamento com a

paisagem, o “eu” se defronta com alguém possuinte de uma face, cuja aparência expressa algo. É importante destacar, ainda, que a natureza apresenta uma linguagem própria, que já foi, inclusive, interesse de estudo fenomenológico, numa modalidade específica denominada de profenomenologia, que antecedeu, há mais de cem anos, a escola husserliana.

Nesta senda, entra em cena Goethe (1749-1832), largamente afamado pelo seu ofício poético e de dramaturgia, cujo labor científico alcançou menos notoriedade. Este último trabalho, direcionado para a investigação da natureza, rendeu-lhe uma estratégia analítica que apenas no século XX passou a ser legitimada como estatuto fenomenológico.

Visando delinear, pormenorizar e fundamentar tal procedimento, Goethe elaborou uma locução peculiar que não compatibilizava com os padrões científicos vigentes no seu período de atuação, os quais apresentavam predisposição positivista, pois admitiam como parâmetro de verdade da realidade os juízos emitidos pelos dispositivos geométricos e matemáticos. Assim, a fenomenologia difundida por Goethe se configurava como um percurso do conhecimento humano que promovia uma integração dialógica entre os sujeitos, aqui considerados como sendo o integrante humano (pesquisador) e a natureza (pesquisado).

Na concepção de Goethe, os fenômenos da natureza eram tidos como expressividades de um sujeito titular de uma linguagem particular. Diante do exposto, a incumbência do cientista, dentro da esfera fenomenológica da natureza, seria a de estabelecer uma interlocução com o outro sujeito da relação, isto é, a natureza, objetivando entendê-la na sua própria linguagem, não havendo uma violação, uma censura ou um emudecimento imposto por parte do investigador com relação ao pesquisado. Portanto, esta via dialógica não subjuga a natureza para compreendê-la, pois se agisse assim estaria silenciando-a.

Salientamos que a tipologia fenomenológica, em comento, é validada pela dinâmica da ausculta, que corresponde à iniciativa do sujeito pesquisador em forjar as circunstâncias satisfatórias para captar as manifestações provenientes da natureza.

O itinerário trilhado para o alcance da fenomenologia da natureza de Goethe, que possuía forte ligação com a mediação da linguagem simbólica, não se tratava de uma ação invasiva, a qual apresentava uma conotação lógica e linear, mas de uma aproximação que externava um caráter simbólico. Na opinião dele,

[...] jamais se reflete o bastante sobre o fato de que a linguagem é propriamente apenas simbólica, figurada, e de que jamais exprime diretamente os objetos, mas somente por reflexos. Tal é especialmente o caso quando se trata de seres que apenas se aproximam da experiência e que podem ser chamados antes atividades que objetos, estando no reino da doutrina da natureza em contínuo movimento. Não podem ser fixados,

embora devam ser descritos; é por isso que se tentam todos os tipos de fórmulas, para se aproximar deles ao menos alegoricamente. (GOETHE, 2011, p. 134).

Sentimos a necessidade de nos enveredarmos para a intelecção de estratégias arrojadas que foram empreendidas por outras realidades nacionais para resguardar a incolumidade da natureza, aproveitando-se da riqueza cultural presente no imaginário social pátrio (relativo à dimensão ecológica) para incorporar tais propósitos na positivação legal, o que fez com que se tornassem exemplos seminais a serem ponderados nessa pesquisa, como um possível modelo de superação da crise socioambiental que nos afronta, nos interpela e nos impulsiona à perseguirmos soluções eficazes nesse sentido.

5.1.1.1 O ecocentrismo na legislação equatoriana: a natureza enquanto sujeito de direitos

Há uma multiplicidade de tendências balizadoras do raciocínio ético-ambiental que impactam na conformação legiferante de um Estado. Nessa toada, encontra-se a escola antropocêntrica que concebe o meio ambiente como fonte satisfativa das carências humanas, tendo uma positivação legal que acena, exclusivamente, para a salvaguarda das condicionantes de uma biota possibilitadora da manutenção da vida do homem. Há, também, a vertente ecocêntrica, a qual aponta para o enaltecimento da vida (humana ou não – em valorização do acervo biológico fundamental para a harmonia da natureza), enquanto um incomparável bem terrestre da mais elevada importância.

Tendo em conta que os termos dignidade e direito expressam aspectos inerentes aos homens, torna-se uma questão intrincada o dialogar sobre a insólita ideia de meio ambiente na qualidade de titular de iguais prerrogativas, haja vista que, consoante as disposições intelectivas do precitado antropocentrismo (que é uma linha de pensamento preponderante), o meio ambiente é contemplado como um campo passível de ser manipulado de forma utilitarista, por mais que já se tenha alcançado um entendimento mais avançado acerca da magnitude de sua salutar existência para as diversas formas de vida do planeta.

A evolutiva conjectura protecionista da natureza oportunizou a afluência de novas perspectivas conceituais que modularam a concepção a respeito dela, tratando-a, tanto no âmbito jurídico quanto cultural, como um sujeito de direitos. Nessa conjectura, podemos pontificar a Teoria de Gaia, que apesar de noutros tempos não ter logrado aceitabilidade, contemporaneamente obteve adesão no debate de cunho ambiental, auxiliando, por intermédio

de suas prescrições, na transição da mentalidade global, de maneira que, a partir de uma postura socioambientalista reformada, a natureza fosse respeitada como um organismo a ser zelado, afirmando o propósito de assegurar a continuidade existencial da vida terrena.

Assim, a metamorfose processada na ótica social, que reverberou em inovadas acepções afeitas à natureza, influenciou, outrossim, na recepção jurídica desta temática por algumas nações, a exemplo do Equador, que a tratou em seus dispositivos regrantes como um sujeito de direitos. Tal acontecimento representa um ganho extraordinário para o contexto de militância socioambientalista, uma vez que:

[...] os seres não naturais não são capazes de assumirem deveres e reivindicarem direitos de maneira direta, explícita e formal, embora sejam constituintes do ecossistema planetário, tanto quanto o é a espécie humana. A Ciência não tem força impositiva ou de coação; por isso exige que o Direito tutele o ecossistema planetário. (MILARÉ, 2013, p. 117).

Essa ocorrência histórica equatoriana se deu em 2008, oportunidade em que, por iniciativa popular estimulada pela expressiva mobilização dos povos indígenas, se promulgou no seu código normativo pátrio o reconhecimento da natureza (*Pachamama*) como sujeita de direitos, insculpindo nesse instrumento a ministração de medidas de acautelamento análogas às tipicamente direcionadas para os indivíduos e as populações humanas, consoante gizado no 10º artigo desse documento, a saber:

Art. 10. As pessoas, comunidades, povos, nacionalidades e coletivos são titulares e gozarão dos direitos garantidos na Constituição e nos instrumentos internacionais. A natureza será sujeito daqueles direitos que reconheçam a Constituição. (EQUADOR, 2008, tradução nossa).

Outrossim, o sétimo capítulo da citada constituição é dedicado estritamente para elencar sistematicamente os direitos da natureza, consoante podemos verificar na literalidade do seu texto:

Art. 71. A Natureza ou *Pachamama*, onde a vida se reproduz e se realiza, **tem direito ao pleno respeito de sua existência e a manutenção e regeneração de seus ciclos vitais, estrutura, funções e processos evolutivos.**

Qualquer pessoa, comunidade, povo ou nacionalidade pode exigir que o poder público cumpra **os direitos da natureza**. Para a aplicação e interpretação desses direitos serão observados os princípios estabelecidos na Constituição, conforme o caso.

O Estado incentivará as pessoas físicas e jurídicas e os grupos a protegerem a natureza e promoverá o respeito a todos os elementos que constituem um ecossistema.

Art. 72. **A natureza tem direito à restauração.** Esta restauração será independente da obrigação que o Estado e as pessoas físicas ou jurídicas têm de indenizarem os indivíduos e grupos que dependem dos sistemas naturais afetados.

Nos casos de impactos ambientais graves ou permanentes, inclusive os decorrentes da exploração de recursos naturais não renováveis, o Estado estabelecerá os mecanismos mais eficazes para a sua restauração e adotará as medidas cabíveis para eliminar ou mitigar consequências ambientais nocivas.

Art. 73. O Estado aplicará medidas cautelares e restritivas às atividades que possam levar à extinção de espécies, à destruição de ecossistemas ou à alteração permanente dos ciclos naturais.

É proibida a introdução de organismos e materiais orgânicos e inorgânicos que possam alterar permanentemente o patrimônio genético nacional.

Art. 74. As pessoas, comunidades, povos e nacionalidades têm direito a se beneficiarem do meio ambiente e dos recursos naturais que lhes permitem viver bem. Os serviços ambientais não serão objeto de apropriação; sua produção, fornecimento, uso e exploração serão regulados pelo Estado. (EQUADOR, 2008, tradução nossa).

Conferir o status de detentora de direitos à natureza alija a lei máxima equatoriana do viés antropocêntrico, pois distintamente da proposta legal de outras nacionalidades (que pleiteia no seu instituto o assecuramento de um meio ambiente salutar como contrapartida da satisfação do usufruto de seus recursos pelos humanos), a constituição do Equador investiu a própria natureza do direito de ter a sua integridade preservada, em rechaço à desídia e à leviandade do homem para com o ente ecológico.

Tal reconhecimento foi inspirado pelo evento ocorrido no rio Vilcabamba, o qual figurou pioneiramente na seara jurídica como o primeiro impetrante não humano a ingressar com uma ação desse cariz, que propositava a invocação da legitimação dos direitos conexos à sua higidez, conforme prescrições plasmadas em lei (VIEIRA; MATA, 2019).

A circunstância retromencionada foi desencadeada por um conflito ecológico provocado pela nefasta execução do projeto de ampliação da rodovia que ligava Vilcabamba à Quinara, localizada numa província designada de Loja. Aconteceu que a empresa executora desse serviço efetivou suas atividades sem a segurança técnica necessária, que seria propiciada pela precedência de um estudo avaliativo prognosticador de possíveis impactos ambientais. Ao agir deste modo, causou desgastes erosivos e converteu os arredores do referido rio num armazenador de densos detritos, os quais foram responsáveis pelo desequilíbrio ecossistêmico local, acarretando inúmeros transtornos como as catastróficas inundações.

Assim, na tentativa de remediar esse quadro, protocolou-se um processo de representação jurídica, no qual a natureza assumiu, em juízo, o polo ativo da ação. O

favorável sentenciamento prolatado tornou-se um marco, em face da égide constitucionalista incidente sobre uma demanda de procedência inumana.

O que distingue a tratativa legal concedida ao assunto nos contextos brasílico e equatorial é que nesse último convencionou-se outorgar à natureza qualificações jurídicas homólogas às da cidadania humana, ao instituir oficialmente o reconhecimento da personalidade da natureza, dotando-a de garantias que, até então, eram reservadas às pessoas portadoras de direitos civis. Noutra giro, a legislação brasileira incorporou o entendimento de que os direitos relativos à saúde ambiental são privativos dos homens.

Entretanto, apesar desta crítica à configuração objetiva da natureza na lei ecológica, ficamos deveras surpreendidos e contentes quando descobrimos que providências espelhadas na norma equatoriana específica foram recentemente ajuizadas no judiciário brasileiro, e que, algumas delas, conquistaram o reconhecimento da procedência do pedido por sentença favorável, a qual consentiu na conversão do pleito em conteúdo de lei orgânica.

Tal evento nos anima, pois percebemos que esta não é uma realidade totalmente distante da vivida pelo Brasil, pois existem tentativas nesse contexto, ainda que parcas e em processo de maturação paulatina, de rompimento com o paradigma antropocêntrico insculpido nas letras de lei que conformam o direito ambiental brasílico.

Possivelmente, os princípios éticos pregados pelas correntes filosóficas (que são taxadas pelos leigos como meras abstrações) têm alcançado efeitos positivos que permitiram uma evolução do relacionamento da natureza com o homem, ao despí-lo de toda pseudo presunção histórica de superioridade e ao tratar aquela como um organismo vivo tal qual a espécie humana, devido a materialização dessa perspectiva revolucionária no seu dispositivo regente.

Apresentamos, então, o texto seminal da Lei Orgânica nº 01/2017 do Município de Bonito (PE), cujo artigo 236 sofreu uma emenda responsável pela redação que concedeu direitos à natureza tal qual os creditados aos humanos:

Art. 236 – O município reconhece o direito da natureza de existir, prosperar e evoluir, e deverá atuar no sentido de assegurar a todos os membros da comunidade natural, humanos e não humanos, do município de Bonito, o direito de meio ambiente ecologicamente saudável e equilibrado e à manutenção dos processos ecossistêmicos necessários à qualidade de vida, cabendo ao Poder Público e à coletividade, defende-lo e preservá-lo para as gerações presentes e futuras dos membros da comunidade da terra. (BONITO, 2017).

Essas disposições foram integralmente replicadas pela reforma ocorrida na Lei Orgânica 03/2018 da cidade de Paudalho (PE) no seu artigo 182, substituindo-se somente a nomenclatura dos referidos lugares. Contudo, esse último instrumento se preocupou em delinear com maior especificidade os planos de gestão para atingir o propósito legislativo, enfocando na promoção de políticas públicas, no trabalho sinérgico com a sociedade civil e suas representações, da educação ambiental, da proteção da biodiversidade, do reflorestamento, e da contenção de possíveis atitudes provocadoras de lesividades ambientais, dentre outras atividades.

Tomamos ciência de outra demanda judicializada no Estado de Minas Gerais, impetrada pela Associação Pachamama, sob a representação do advogado Lafayette Novaes, que teve como desiderato a inédita obtenção do reconhecimento da condição de sujeito de direitos para a bacia hidrográfica do Rio Doce, nos mesmos moldes da decisão tramitada e julgada pela corte dos tribunais equatoriano, boliviano e colombiano (que admitiu que o Rio Atrato fosse tratado como sujeito, ao dotá-lo de direito biocultural).

Cuidamos ser imprescindível transpormos para esta tese alguns componentes discriminados na petição inicial que reivindicou esta causa, para que seja realizada uma consulta literal capaz de ilustrar a rica inovação e a criatividade de sua abordagem, ao tratar um elemento da natureza enquanto um sujeito (outro) digno de tutela de suas prerrogativas legais.

No tópico reservado para a qualificação do ente representado, separamos os seguintes blocos textuais:

Quem sou eu? Sou uma bacia hidrográfica federal (86% em MG e 14% no ES), onde está o maior complexo siderúrgico da América Latina e várias mineradoras, e forneço água para 3,5 milhões de pessoas em 230 municípios (PIRH Doce Volume I).

Sou interações mutuamente benéficas entre luz solar, ar, água, terra, animais e vegetais (PIRH Doce Volume I – pág. 46), ou seja, sou relações de vida, sou um ecossistema.

Minha existência depende de processos ecológicos essenciais, como o ciclo da água. O Sol aquece as águas dos oceanos; a água evaporada forma nuvens; as nuvens formam chuvas; a água das chuvas infiltra-se na terra; a água infiltrada brota como nascentes; as nascentes formam os riachos, que formam os rios; e os rios desaguam nos oceanos, que continuam sendo evaporados pela luz solar. Um ciclo sem fim que gera a vida no planeta. Os oceanos são nuvens, que são chuva, que são rios, que são oceanos. Todas as águas são UMA só água em eterno MOVIMENTO e TRANSFORMAÇÃO. Sou RIO e sou MAR.

Sou, também, a biodiversidade de animais e vegetais que vivem nas minhas águas e nas minhas margens. Sem as matas ciliares, que fixa o solo com suas raízes e faz sombra com suas copas, eu seria poluído, quente e assoreado, ou

seja, sem animais em minhas águas. Sem as algas, que se alimentam de poluentes, minhas águas não seriam boas para beber, ou seja, não seriam fonte de saúde para animais e humanos. Assim como não posso ser separado do mar de onde venho, não posso ser separado da biodiversidade que me mantém limpo e gerador de vida.

Sou inspiração artística de muitas pessoas. Entre tantas, cito o poeta Roberto Drummond (O cheiro de Deus), o poeta Carlos Drummond de Andrade (Lira itabirana), o poeta Frei Santa Rita Durão (Caramuru), o cronista Rubem Braga (Barra do Rio Doce e O lavrador), o escritor Ziraldo (O menino do Rio Doce) e o cantor Bete Guedes (Rio Doce).

Sou interações de vida entre ar, terra, água, vegetais e animais; sou o ciclo da água que a evapora do mar, cai na terra, brota de nascentes e escoar de volta para o mar; sou o processo ecológico que sustenta a diversidade de vidas humanas e não humanas, sou poesias, sou crônicas, sou romances, sou canções, sou origem de povos, sou vida (bio) e sou modos de vida (cultura). **Sendo tudo isto, como não ser um sujeito de direitos? Sou menos importante que a herança de alguém (espólio), que é um sujeito de direito? Eu, que dou vida a todas as plantas e animais, sou menos importante que as dívidas de uma empresa (massa falida) que sequer possui vida? Eu, que sacio a sede de todas as cidades e comunidades ribeirinhas por onde passo, valho menos que uma empresa de mineração, que gerou sede e fome com o maior desastre ambiental da história do Brasil?** (SOBRINHO, 2018, p. 220-21; 237, grifos nossos).

A fundamentação da plausibilidade da lide foi tecida com louvável versatilidade, pois recorreu aos preceitos históricos, sociológicos e sagrados, além das jurisprudências e normas aplicáveis ao caso. No ensejo, rememorou-se um sentenciamento incomum prolatado com base no convencimento gerado a partir da legislação de tutela do animal e que, de acordo com os argumentos advogados no documento, poderia ser utilizado como um exemplo atemporal a ser apreciado pelo Estado-juiz para o acolhimento de tal solicitação.

A invocação de direitos dos animais para proteção de não animais nos lembra um importante fato da história jurídico-política do Brasil, ocorrido com o advogado mineiro Heráclito Fontoura Sobral Pinto. Tido como o mais ferrenho Defensor dos Direitos Humanos da história da advocacia brasileira, Sobral Pinto, nascido em Barbacena (1893) na data de hoje (05/11), invocou a lei de proteção aos animais para pedir, ao Tribunal de Segurança Nacional, o fim da tortura do seu cliente, o alemão Harry Berger, pela polícia da Ditadura Vargas [...] Ora, se o direito dos animais pôde justificar o pedido de reconhecimento de um preso político como sujeito de direitos humanos, em tempos sombrios de ditadura militar, também pode justificar o meu reconhecimento como sujeito de direito biocultural. **Afinal de contas, sou muito mais do que um animal. Sou um ecossistema de água, terra, ar, animais, vegetais e humanos. Tamanha coletividade de seres, que leva vida por onde passa, deve merecer o reconhecimento que foi dado a um cavalo morto em Curitiba em janeiro de 1937.** (SOBRINHO, 2018, p. 234-36, grifos nossos).

A súmula fática foi intitulada de **O que fizeram comigo?** e trouxe um relato de gênero conotativo, pois afigura-se como uma manifestação de autoria do próprio rio, conforme podemos contemplar nesse trecho:

Em 5 de novembro de 2015, ou seja, há exatos dois anos, sofri o maior desastre socioambiental do Brasil: o rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco no município de Mariana/MG. O desastre da Samarco despejou em mim 62 milhões de metros cúbicos de lama de minério de ferro; matou 19 pessoas; desabrigou 1.265 pessoas; impactou 2 distritos de Mariana (Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo) e 1 distrito de Barra Longa (Gesteira); inundou de lama o distrito de Bento Rodrigues, onde viviam 236 famílias; atingiu 38 municípios (35 em MG e 3 no ES); prejudicou a vida de 6 milhões de pessoas; matou 98 espécies de peixes que existiam em mim (29 mil carcaças de peixes foram recolhidas); causou fome a 1 espécie de ave (andorinha-do-mar), que ficou sem alimento; destruiu 1.176 hectares ao longo de minhas margens (46% de pastagens e 43% de vegetação nativa). (SOBRINHO, 2018, p. 238).

Nessa esteira de raciocínio, observamos que tanto o colapso socioambiental sucedido em 2015, que vitimou o município de Mariana (MG), quanto o desastre que, em 2019, afetou a cidade de Brumadinho (MG), trouxeram repercussões gravíssimas tanto para o ambiente físico quanto para os homens. Apesar disso, somente as pessoas lesadas reivindicaram, no polo ativo da ação judicial, a indenização pelos ônus dos direitos recalcitrados.

Notamos, então, que o entendimento ecológico disposto no arcabouço da lei brasileira prestigia os interesses humanos em detrimento daqueles que lhe são alheios, circunscrevendo sua abrangência de salvaguarda somente às circunstâncias que debilitam as condições de sobrevivência humanamente favoráveis, criando, por conta disso, um estado de dependência de uma motivação conflituosa que atinja o direito dos homens para que o da natureza seja indiretamente validado.

A instauração dessa inovadora consciência ecológica, expressada pela carta magna equatoriana e que está inspirando a prática legiferante de outras nações (a exemplo da Bolívia, Nova Zelândia, Bangladesh, Colômbia, México e Panamá), ratificou a possibilidade de a humanidade desenvolver alternativas mais deferentes de suas ações na natureza, que sejam capazes de refutar a dominante maneira de encará-la como um mero objeto constantemente vulnerado em prol do cumprimento dos gananciosos anseios humanos.

Em fecho, problematizamos, através da tecida retórica sobre a natureza na visão jurídica equatoriana, uma alternativa de edificação de novas formas de interação humana na natureza a serem fomentadas pela política sociológica, de modo a promover uma justiça socioambiental que não endossa a ideia de uma natureza intocada, mas que compreende que a

interação humana com essa instância deve se processar sob o manto do protecionismo de todas as espécies de vida, frustrando-se, assim, todo tipo de exploração supérflua, descomedida e descabida.

5.1.1.1.1 A construção metafórica da natureza: de recurso antrópico a sujeito

Tendo em conta a ingerência das estruturantes sociais hegemônicas na atribuição de significado e de valor à realidade assimilada pelos sujeitos, é primordial ponderarmos sobre as contribuições da linguagem nesse diálogo, por se tratar de um dispositivo coletivamente forjado, cujos fenômenos semânticos são previamente prefigurados pela cultura, o que implica em dizermos que há uma predisposição dos indivíduos em raciocinarem, apreenderem e até experimentarem a sua existência com base no imaginário auferido como herança de pertencimento a determinadas comunidades linguísticas.

Através dessa lógica, pretendemos encetar uma reflexão acerca da capacidade mediadora exercida pela linguagem na relação entre os homens e o mundo, pois ela é o mecanismo por intermédio do qual se delineiam e se arquetam as realidades da vida. Assim, ela efetua uma interlocução entre o corpo e o meio ambiente, impactando no modo pedagógico como este elemento é percebido a partir da dimensão ontológica. Por isso, faz-se mister estudarmos a sua influência na modulação do imaginário social, o qual será problematizado como recurso consolidador da metáfora.

Nesse sentido, podemos tomar de empréstimo a filosofia de Ricoeur, como substrato para a exposição em tela, pois, na concepção deste autor, existem situações em que a linguagem pode exprimir algo distinto do conteúdo que é proferido, podendo, inclusive, apresentar sentido ambíguo. Ela é igualmente capaz de revelar e de sublimar, além de sinalizar, concomitantemente, o que é e o que não é. Equivale, portanto, a uma perspectiva simbólica, mediante a qual se manifestam significados complexos.

A questão metafórica da linguagem, coadunada com a retórica e a poética, está ínsita na sua teoria. A metáfora, enquanto instrumento retórico, se vale da persuasão para conduzir a construção do conhecimento pela via da sensibilidade e da afetividade (RICOEUR, 2000). Já a dinâmica poética auxilia na comunicação da realidade, uma vez que esse domínio, por não ser isento de subjetividades, é impossibilitado de ser evidenciado como de fato é, necessitando, pois, desse artifício para demonstrar esse aspecto, ao invés de explicitá-lo de modo *ipsis litteris* (RICOEUR, 1995).

Salientamos, contudo, que na metáfora tal finalidade não se atinge pela sistemática analógica, como se fosse baseada numa premissa do tipo ‘isto é assim’. Para ilustrar essa afirmação, consideremos duas proposições atribuídas à natureza, quais sejam: na condição de ‘mãe’ e de ‘insumo’. É a partir desses pressupostos que o indivíduo receptor projetará as impressões do mundo, mediante a ação imaginativa, ensejada pelo potencial persuasivo e poético da figura.

A metáfora não era compreendida por Ricoeur (2000) como uma espécie de tropo que confere uma nomenclatura própria de um objeto para outro, conforme acontece em situações metonímicas ou sinedóticas. Não corresponde, ainda, a uma mera habilidade estilística, posto que a sua conformação poética transporta os componentes linguísticos responsáveis pela configuração da forma como os indivíduos interpretam o mundo, visão essa que é ocultada ou, até mesmo, suplantada pelos eventos cotidianos.

Tal conjectura equipara-se com os efeitos da linguagem artística, nesse caso representada pelo labor pitoresco, no qual o artista giza numa certa obra uma realidade reelaborada, que é traduzida pelo tracejar do pincel, culminando num produto que recebe significados fecundos. Por intermédio dos mecanismos da arte, o pintor promove uma expansão semântica do mundo, declarando algo de maneira excedente, fato que não ocorreria caso empregasse uma linguagem habitual (RICOEUR, 1995). De modo similar às obras artísticas, as locuções metafóricas apresentam o condão de formar imagens, de configurar a ótica, e, conseqüentemente, de significar o mundo.

Destarte, na intersubjetividade discursiva, os sujeitos funcionam como receptores de uma mensagem concessora de sentido da metáfora (RICOEUR, 1980). Entretanto, não se pode olvidar que quando essa é corriqueiramente enunciada, como ocorre com a expressão da natureza com a conotação de recurso, acaba por adquirir uma significação habitual. Quando esse fenômeno é estabelecido, a hermenêutica do conteúdo metafórico não se processa mais de modo racional, mas torna-se, inconscientemente, uma máxima coletiva, pela sua incessante reiteração no contexto em que circula, prescindindo de qualquer atividade interpretativa. Desse modo nasce a ideologia, isto é, quando uma metáfora se adere às convenções de uma sociedade linguística.

No discurso ideológico, a elocução metafórica ostenta uma verdade como presunção de validade e logra este propósito quando se converte num sentido comum. Ao ser culturalmente incorporado se arraiga na mentalidade dos povos, definindo as modalidades de ação, pensamento e perceptividade. No campo poético, esse intento se efetiva em consórcio com a imaginação, fusionando o aspecto verbal com o não verbal, erigindo uma integração

entre a ação de dizer e a disposição de fazer enxergar algo da forma pretendida, conservando, unificadamente, as imagens e as palavras a apenas uma expressão (RICOEUR, 2000).

Ademais, o emprego de asserções metafóricas na esfera da discursividade ideológica porta como desiderato a formação de convicções perceptivas, concorrendo para que algo seja assimilado de um jeito específico. Assim, podemos conjecturar que as ideologias objetivam a reprodução do poder, predispondo uma sociedade a aderir a uma certa crença (RICOEUR, 2008), sendo que as metáforas são o terreno apropriado para o seu desenvolvimento e instituição, pois veiculam todo um discurso sintetizado numa reduzida frase.

Por conta disso, a metáfora é uma estratégia retórica que cumpre satisfatoriamente esse requisito, não apenas por sua capacidade imagética evocativa, mas, sobretudo, pelas saturadas significações que seu conteúdo faz emergir. Este, quando costumeiramente reprisado, transforma-se num princípio axiomático.

Para enrijecer a consistência dessa reflexão, confiamos ser propício nos ancorarmos também no escólio teórico de Lakoff (1987) e Lakoff e Johnson (2002). O primeiro autor concluiu que a locução metafórica exerce uma influência determinante na validação dos conceitos, especialmente no tocante as abstrações. A apreensão da metáfora se efetua pelo emprego de um mecanismo mental (processado pelo domínio fonte) em função de outro (designado de domínio alvo).

Existe, ainda, a metáfora imagética, cuja operação assimilativa ocorre pela formação de um mapeamento conceitual que se utiliza de uma ilustração convencional como parâmetro para se reportar a uma outra imagem. Via de regra, os elocutores constroem mapeamentos dispostos entre a dinâmica dos aludidos domínios, de maneira que a consolidação de tal abordagem requisita que as estruturas referências, utilizadas para o estabelecimento dessa paridade, sejam elementos familiares (LAKOFF e JOHNSON, 2002).

A metáfora, que antes era qualificada como uma figura de linguagem que tinha a finalidade de outorgar sentido conotativo à comunicação, hoje é conceituada como uma potente ferramenta de instauração do pensamento, um receptáculo que contém elucidações para os fenômenos linguísticos e um instrumento discursivo de grande valia para a cognição.

As observações de Lakoff e Johnson (2002) nos ensinam que nosso esquema conceitual é essencialmente metafórico. Nossa linguagem é fecunda no que diz respeito a capacidade de gerar palavras e sentenças com personalidade metafórica, a exemplo de bordões como sangue de barata, amigo da onça, encher linguiça e afins, as quais foram acolhidas pelo vernáculo brasileiro como elementos retratadores da identidade cultural da nação.

Os citados teóricos explicam que a compreensão humana é erigida com fundamento nos conceitos, nas ações e no envolvimento com outros sujeitos. Além disso, eles advertem que raramente conseguimos dispor de uma percepção discernidora da atuação de tal configuração conceitual, pois desenvolvemos ações e pensamentos que, em sua maioria, são inconscientes.

À vista disso, os autores em análise atinaram para o fato de que, cotidianamente, as metáforas circulam na comunicação dos indivíduos sem que estes estejam cômnicos de que estão aplicando-as para reproduzir certas concepções e para transmitir os pensamentos e os saberes emanados delas.

Notemos, então, que a metáfora não encerra apenas questões relativas à linguagem, mas retrata conteúdos de pendor ideológico. As próprias representações em que se ancoram a racionalidade das pessoas são, em geral, componentes metafóricos.

Sublinhamos que, na visão de Lakoff e Johnson (2002), a metáfora pode incorporar traços culturais. Num panorama exemplificativo, tem-se, em um dos polos, o idealizador da metáfora que está imerso num universo cultural, manifestando as suas formas específicas de se relacionar com o contexto do qual faz parte, apresentando pleno arbítrio criativo para formar uma metáfora.

Noutro ângulo, está posicionado o receptor, o qual também está envolto por uma teia cultural, mas, distintamente do primeiro agente, ele dispõe de uma reduzida liberdade para compreender o efeito metafórico que o inventor da metáfora proposita instituir. Há a possibilidade do sujeito destinatário da mensagem sugerir interpretações que destoam das pretensões do originador da metáfora.

Em arremate as tratativas firmadas sob o perfil conceitual traçado por estes autores, completamos esse diálogo com uma conceitualização com a qual concordamos, pois apresenta a metáfora como:

[...] um dos mais importantes instrumentos para tentar compreender parcialmente o que não pode ser compreendido em sua totalidade: nossos sentimentos, nossas experiências estéticas, nossas práticas morais e nossa consciência espiritual [...]. (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 303).

Com espeque nesse prisma, é pertinente esboçarmos como a sentença “recurso natural” retrata a mesma dialética hegemônica hodierna, cooperando para que os desenvolvedores da metáfora se utilizem de alternativas profícuas para garantir a manutenção do sistema de verdades que confere pujança à ideologia forjada, para que a tal permaneça como dispositivo de poder.

O assunto abordado acomodou a questão da linguagem simbólica respaldada no viés metafórico, por este assessorar os indivíduos na assimilação da realidade e na atribuição de sentidos ao mundo. Isso subsidia o entendimento acerca da constituição social da versão semântica da natureza. Para tanto, devemos atentar para os discursos coletivos que estruturam as convicções que gravitam sobre a atmosfera relacional entre os elementos socioculturais e ecossistêmicos.

Para adentrar na discussão proposta, é cabível imitirmos uma sucinta explanação histórica propedêutica, a fim de pontificarmos que o esteio epistêmico da modernidade está firmado num juízo que apreende o mundo sob um enfoque objetual, ao passo que o ser humano que o integra assume a condição de sujeito. Essa explicação é primordial para a edificação da reflexão aventada, uma vez que o período moderno é rotulado como “a era da imagem do mundo”, em que o homem de estirpe caucasiana se compreendia enquanto pilar e centralidade de toda dinâmica existencial (HEIDEGGER, 2005).

Tal noção torna tempestivo o sopesar sobre as nuances antropocêntricas, essencialmente legitimadoras do discurso socioambiental contemporâneo, que consente com a dominação de qualquer elemento inumano, o qual é vislumbrado pelos sujeitos como algo passível de consumo em proveito de suas próprias aspirações. Essa ideologia solidificou-se como um discurso verossímil a respeito da natureza, colaborando para que o sentimento coletivo de sua subalternização inspirasse práticas culturalmente predatórias que, desde sempre, foram investidas como tentativa de se assenhorear do planeta.

Foi o pretexto justificador da emancipação do homem com relação à natureza que amoldou o seu deturpado entendimento reificador afeito a ela, autorizando-o a manejá-la ao talante de suas irrepugnáveis pretensões gananciosas. Verificamos que essa evidência ideológica se observa com a metáfora do ‘recurso natural’, a qual reproduz a concepção de que a natureza deve ser encarada como uma mera fonte de potencialidades minerais satisfativas dos projetos capitalistas (HEIDEGGER, 1994).

A repercussão desse fenômeno descambou na comutação de sentido do elemento natural para uma acepção distorcida, que incutiu valoração econômica para os componentes naturais (hídricos, florestais, telúricos e congêneres). Isso endossa a consciência de que, no discurso ideológico, a metáfora possui o poder de amoldar as impressões do destinatário da mensagem acerca da natureza, pela intervenção da aptidão retórica, resultando num modo de vê-la diferenciado, isto é, sob um ângulo exploratório e instrumentalizado que visa exclusivamente ao atendimento das demandas humanas. À vista disso, a terminologia

“recurso natural” gera um impacto utilitarista e suscita uma compreensão prepotente de que a natureza deve estar integralmente subserviente aos interesses do homem.

Muito mais do que construir imagens, no discurso ideológico a metáfora apresenta como fito a outorga de uma explicação simplificada para algum fenômeno e atua como diretriz da ação. Para dissecar essa colocação, façamos uso da seguinte premissa: a natureza é uma matriz fornecedora do sustento humano. Logo, a partir da assimilação dessa ponderação, a orientação do comportamento do homem será regida por uma lógica estritamente extrativista.

Em razão disso é que até mesmo os insistentes esforços científicos ligados ao enfrentamento da crise socioambiental moderna têm sido insipientes, pois procuram aplicar metodologias arrogantes voltadas para a aquisição de um tipo de conhecimento que visa simplesmente o controle e a manipulação da natureza, não se pautando, predominantemente, sobre a necessidade de buscar alternativas eficazes que primem pelo desenvolvimento de um relacionamento deferente para com o meio ambiente.

Resta óbvio, diante da exposição tecida, que todo discurso retratado por um pronunciamento comprimido retém os prolíficos sentidos da metáfora, os quais são agentes de construção do olhar humano sobre a realidade em que está inserido. Com fulcro nessa acepção, pontuamos que a maneira utilitária de se visualizar e de se referir à natureza, derivada da percepção e da influência de grupos ideológicos hegemônicos, favorece a emergência de uma realidade de mundo predisposta à dominação, ao manejo irresponsável e, conseqüentemente, ao uso depredatório dos componentes ecológicos.

Não podemos olvidar que a metáfora do ‘recurso natural’ é propulsora do discurso atual, que movimenta os debates acerca do transtorno ambiental, tal como ocorre com a vertente do desenvolvimento sustentável. Os constituintes desse discurso delineiam fidedignamente os desígnios ideológicos da exaltação do ser humano enquanto agente de dominação com relação aos outros componentes da vida, pois insufla um pensamento travestido de conscientização ecológica (isto é, com uma nova roupagem comunicativa desse fenômeno), mas com um cerne propositivo que continua reproduzindo uma tendência antropocêntrica. Assim, o aludido conceito ainda propaga um entendimento dissimulado (utilitarista) acerca da natureza, ao apregoar que a geração presente deve utilizar as fontes biológicas com parcimônia, para que a posteridade também possa usá-las.

Notamos, portanto, que o discurso utilitarista da natureza persiste através de novos contornos retóricos, até mesmo adornados de aparentes pretensões sensibilizadoras, tornando-se validado por meio de uma exploração mais racional. Prova disso são as prescrições

exaradas pelo Relatório Brundtland, emitido pela ONU (1987), onde está exarado que “o desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades”.

Em acréscimo, frisamos que a elocução metafórica espelha uma tipologia de racionalidade de uma civilização em colapso, em virtude desse estilo utilitarista de interação com o mundo. Frente a esse fenômeno, surge o seguinte questionamento: é tempestivo ponderar sobre a viabilidade de reversão da calamidade ambiental com as mesmas estratégias que nos encaminharam para ela? Evidentemente que não. Se, em substituição a essa visão, admitirmos que a relação intersubjetiva com outras espécies de sujeitos (tais como a fauna, a flora, a água, o ar, os minerais, o petróleo, enfim, a natureza em todas as suas infindas representações) é condição substancial de nossa ontologia, provavelmente lograremos planos mais eficazes de enfrentamento desse intrincado conflito socioambiental.

Toda a senda analítica percorrida, até então, nos permitiu observarmos como a propriedade metafórica da linguagem materializa sentidos e valores ao mundo, e, no caso da natureza, tem possibilitado que a mesma seja assimilada por um ângulo meramente exploratório.

Com supedâneo nesse raciocínio, acreditamos que uma solução plausível para sobrepujar esse prisma de subjugação ecológica pelo homem seria fomentar a modificação semântica dessa conotação eversiva, de modo a instituir outras metáforas que favoreçam a redefinição das subjetividades desse olhar e, conseqüentemente, recriar a realidade. Nessa direção, interessa-nos a teoria de Ricoeur (2000) que acena para a necessidade de desconstruir a metáfora que se tenciona desbaratar e, no caso em tela, cambiar para outra com aptidão para debelar a crise socioambiental instalada.

Um exemplo exitoso com esse cariz é o caso da cultura equatoriana, que simbolicamente trata a natureza como “mãe” (*Pachamama*). Posto isto, essa metáfora personifica a cognição de um organismo vivo, de uma genetriz provedora, sustentadora e protetora vital de sua prole, a qual está umbilicalmente vinculada ao seu útero gerador de toda criação.

Essa parêmia estabelece o pensamento de que a aniquilação das partes que integram a sua composição estrutural, a exemplo de sua vegetação, corresponde à perpetração de um parricídio¹¹. Assim, qualquer tipo de exploração direcionada a ela é rechaçada por força da magnitude da própria tradição de crenças em torno da figura materna, a qual encerra a

¹¹ Cometimento de homicídio contra o sujeito paterno ou materno.

compreensão de que se deve render-lhe deferência e afeto, pelo motivo de termos nascido de seu corpo. O impacto positivo derivado dessa expressão figurativa suscita o repúdio por qualquer intenção espoliativa de suas fontes (petróleo, carvão), em privilégio de alguns de seus filhos.

A dimensão poética da figura de linguagem, além de evocar um ‘mundo’ caracterizado na conformação semântica preestabelecida, rege a ação das pessoas, pois preconiza, nesse caso, que a natureza possui uma personalidade materna, sendo, portanto, um ser almático que possui vida. Desse modo, calcamos na ideia de que a ideologia, pela interlocução do discurso utópico, pode atuar como balizadora do zelo que devemos empreender para com esse ente, de maneira que tal dispositivo possa empecer a execução de qualquer comportamento avesso a esse intuito antidepredatório.

Ademais, a metáfora possui a perícia de apontar direções capazes de dirimir problemas, pois nos incentiva a considerarmos a subjetividade da natureza e a refutarmos o processo de objetivação da mesma que é impelida pela modernidade. Então, há nesses ensinamentos uma orientação para a atenção que deve ser projetada para a linguagem comunicada por essa ‘mãe natureza’, em suas pródigas manifestações, a fim de que o dom da vida, que é um apanágio de todos, permaneça subsistindo.

Igualmente, devemos discernir que a metáfora, anteriormente recomendada como providência pertinente para uma relação socioambiental salutar, impulsiona a objeção ao discurso atualmente vigente, que ratifica a perniciosa mentalidade consumerista e exauriente das fontes do meio ambiente, e, também, desvirtua a qualidade de sujeito da natureza (que é o ponto fulcral dessa problematização), prerrogativa essa que a igualaria aos humanos (descendentes dessa ‘mãe terra’), em condições de gozo de direito de ter a sua integridade respeitada. Logo, a metáfora dos “recursos naturais”, que por dilatados períodos foi incisivamente disseminada pela retórica antropocêntrica, sob múltiplas e reincidentes conformações discursivas, poderia ser alterada pela metáfora da natureza como sujeito.

Perante a inusitada proposta ora externada, presumimos que a adoção desse paradigma intelectual, que reivindica o desenvolvimento de novas formas de subjetividade no olhar para a realidade, pode ser um meio proficiente de provocar a emergência e o estabelecimento de uma semântica para a natureza.

Para contextualizar esse pensamento, refletimos sobre a suposição sequencialmente exposta: caso nos devotássemos em subverter o conteúdo enunciativo quando nos remetermos aos elementos da natureza (tais como os metais preciosos, os hidrocarbonetos, por exemplo),

pronunciando-os não mais como ‘recursos naturais’, mas como ‘sujeitos naturais’, talvez conseguíssemos edificar uma nova representação de sentido para a mesma.

Em suma, a expectativa aventada com esse constructo é a decomposição do significado reificante que ainda vigora sobre a natureza, valendo-nos da competência poética da figura de linguagem como ferramenta polidora da ótica social, aproveitando a força do campo dialético em favor da construção de uma nova racionalidade ecológica que oportunize a consolidação de um consentâneo panorama socioambiental.

Por fim, ao lançar olhares para outras ontologias culturais, como a equatoriana, por exemplo, que se reporta à natureza enquanto sujeito (*Pachamama*/mãe natureza), podemos desbravar possibilidades de mudanças do caótico quadro ambiental cotidianamente alarmado pelas mídias, ao abstrair proveitosos ensinamentos chanceladores de uma congruente dinâmica interativa entre as esferas ecológicas e sociais, pela mediação da epistemologia dos sentidos.

Acentuamos que a frutífera instauração da atitude propositada é desafiadora, pois conceder à natureza o status de sujeito se defronta com toda pujança do discurso antropocêntrico hegemônico historicamente estruturado. Portanto, a exclusão paulatina dos conseqüências advindos das metáforas legadas por esse sistema demanda a adequação social a outras metáforas capazes de assessorar no desempenho de um modo de ser e estar no mundo divergente daquele que nos enveredou para esse perigoso quadro de ameaça de extermínio da própria raça humana.

5.2 Alteridade e memória: mediadores de uma relação socioambiental salutar

É incontestável o vultoso impacto originado pela alteridade levinasiana, pois aprendemos em tratativas anteriores que ela é profícua para subsidiar o estudo das dinâmicas socioambientais, sendo cabível de ser empregada não somente nas dimensões relacionais que envolvem os humanos, mas, também, podemos incorporá-la nas ponderações relativas à espacialidade paisagística, levando-se em conta tanto os elementos humanos quanto inumanos.

Nessa linha de intelecção, acreditamos que a alteridade deve ser ajuizada como uma tentativa primária de efetivação de uma conscientização protecionista da natureza, favorecendo um vínculo oposto ao egocêntrico. Por este motivo, o pensamento levinasiano deve ser estendido para outros domínios de atuação, de modo a englobar novas realidades.

O meio ambiente, na condição de um universo dotado de complexidade, em decorrência da sua múltipla constituição de elementos, deve ser alvo de estudos que se importem com as modificações histórico-sociais e paradigmáticas, ensejando, assim, uma enérgica preservação de sua integridade.

Nesse sentido, aprender a complexidade ambiental, implica um processo de “desconstrução” do pensado para se pensar o ainda não pensado, para se desentranhar o mais estranhável de nossos saberes e para dar curso ao inédito, arriscando-se a desmanchar nossas últimas certezas e a questionar o edifício da ciência. (LEFF, 2010, p. 196).

Nesse trabalho, a natureza é concebida como um território de alteridade, onde as diferenças e as antinomias são consentidas. Logo, ela é o espaço que compactua com a manifestação da outridade.

O estudo combinado da tríade meio ambiente, memória espacial e alteridade constrói meios para o estabelecimento de uma “política da diferença e para uma ética das relações sociais aberta para o dissenso, para a diferença e para a outridade, que nem sempre remetem às contradições ontológicas e políticas” (LEFF, 2012, p. 121).

Ricoeur, ao escutar a filosofia levinasiana, se apropriou da noção de alteridade, porém com outra conotação, isto é, da ipseidade. Nesse sentido, o domínio da conjuntura histórica e semântica é fundamental para a instituição das distinções entre tais terminologias, pois:

[...] a alteridade de outrem, como toda outra alteridade, se constitui em (*in*) mim e a partir (*aus*) de mim; mas é precisamente como o outro que o estranho é constituído como *ego* para si mesmo, isto é, como um sujeito de experiência a mesmo título que eu, sujeito capaz de perceber a mim mesmo como pertencendo ao mundo de sua experiência. (RICOEUR, 2006, p. 169).

Com as devidas adaptações conceituais necessárias para o escrutínio socioambiental proposto, fundamentado no pensamento de Ricoeur, e considerando as limitações de abordagem possíveis de se realizar num estudo dessa personalidade, a partir dessa ótica teórica, visto ser um campo novo de estudo, podemos dizer que a ipseidade ou a outridade deve ser vislumbrada como a via de assimilação da natureza, para que se desenvolva uma atitude protecionista, prudente e zelosa análoga à que medeia as relações entre os humanos, sob a ação de uma ética inspirada na alteridade.

Valendo-nos da teorização aventada, como subsídio para se fazer uma leitura percuciente a respeito da salvaguarda ecossistêmica, percebemos que as dissemelhanças de ordem histórica, ontológica e axiológica devem estar insertas no plano ético, para que essa

pluralidade assessoria na edificação de uma semântica adequada e, também, numa ação protetiva do meio ambiente. Além disso, é interessante notarmos que a intrincada relação de alteridade porta diferentes escalas, as quais encerram diferenciadas proporções de afastamento do passado em relação ao presente. Posto isto, cabe dizermos que:

[...] a alteridade é vizinha do grau zero no sentimento de familiaridade: nós nos encontramos nela, nos sentimos à vontade, em casa (*heimlich*) na fruição do passado ressuscitado. Por outro lado, a alteridade está em seu auge no sentimento de estranheza (a famosa *Unheimlichkeit* do ensaio de Freud, “inquietante estranheza”). Ela é mantida em seu grau médio, quando o acontecimento rememorado é, como diz Casey, trazido de volta. (RICOEUR, 2007, p. 56).

Reiteramos ser admissível recorrermos a este enfoque para evocar o cuidado para com o ambiente. Para tanto, a recuperação das memórias deve conceder possibilidades para a concretização dessa ação, prezando pela singularidade de cada bioma disposto no mundo e enaltecendo a sua elementaridade para os humanos.

Pautando-nos nessa lógica é que acreditamos que a memória deve se comportar como um instrumento viabilizador do protecionismo e da deferência à natureza, não se olvidando, ainda, do sentimento de pertença que há com o lugar, no qual é possível, com a mediação da alteridade, habitar em plena harmonia, e, assim, olhar para este cenário identificando a relação de outridade do “eu” com o ambiente, a fim de que essa perspectiva perdure, infindavelmente, num caráter intergeracional, capaz de alcançar as gerações porvindouras, em adequação a cada ocasião histórico-social da humanidade. Defendemos, portanto, que a noção de outridade deve servir de parâmetro para facultarmos o entendimento das memórias que retratam as relações socioespaciais e para reclamarmos o estabelecimento de uma postura responsável.

Ressaltamos, outrossim, que a alteridade pode ser tomada como uma atitude eficaz para se despertar a conscientização das pessoas no que tange à conservação ecossistêmica. É sabido que a natureza apresenta particularidades de cunho geomorfológico, cuja existência e heterogeneidade é de suma importância para a consolidação ética da outridade, que reivindica um comprometimento responsável frente a essa diversidade.

A responsabilidade, ora assinalada, não se restringe ao sentido albergado pelo âmbito forense, que expressa um dever de reparo, de imputar a obrigação de fazer algo ante um caso concreto ou uma determinação sentencial, mas o extrapola ao hospedar a acepção de “uma doutrina moral e jurídica, na qual a responsabilidade é enquadrada por códigos elaborados que colocam delitos e penas nos pratos da balança da justiça” (RICOEUR, 2006, p. 119).

Decerto, uma responsabilidade desvincilhada do preceito ético que anteceda o conhecimento e a observância do direito positivado não apresenta eficácia plena, pois apenas a repressão legislativa não assegura a adesão social ao instrumento jurídico, ou seja, não afiança o devido cumprimento de suas disposições, de forma que seus sujeitos se assumam como responsáveis por algo ou alguém. Além disso, não estimula a formação de uma mentalidade crítica sobre a salutariedade da aplicação das prescrições codificadas (conforme reflexão proposta sobre a nova configuração da Lei de Proteção da Vegetação Nativa – 12.651/2012).

Não obstante, se antes da vigência da lei esse princípio axiológico for implementado, haverá, conseqüentemente, o acatamento da sua finalidade regulamentadora, pois emanará da voluntariedade do estofamento social. Devido a isso, Ricoeur prescindiu de uma noção limitada que comunica uma responsabilidade circunscrita à alçada jurídica, o que nos conduz à apreensão de que:

[...] a ideia de responsabilidade subtrai a de imputabilidade a sua redução puramente jurídica. Sua principal virtude é salientar a alteridade implicada no dano ou no prejuízo. Não que o conceito de imputabilidade seja estranho a essa preocupação, mas a ideia de infração tende a dar como contrapartida ao contraventor apenas a lei que foi violada. A teoria da pena que pode ser lida na doutrina do direito, de Kant, sob o título “Direito de Punir e de Perdoar”, conhece apenas a violação da lei e define a pena pela retribuição, sendo o culpado merecedor da pena em razão apenas de seu crime enquanto violação da lei. Daí, resulta a eliminação como parasitária de toda prestação de conta seja da correção do condenado, seja da proteção dos cidadãos. A reparação sob a forma de indenização ou outra faz parte da pena, na qual um dos critérios é fazer o culpado *sofrer* em *razão* de sua falta. Esse fazer sofrer como réplica à infração tende a ocultar o primeiro sofrimento que é o da vítima. É na direção da vítima que a ideia de responsabilidade reorienta a de imputabilidade. A imputabilidade encontra assim seu outro do lado das vítimas reais ou potenciais de um agir violento. (RICOEUR, 2006, p. 121-22).

Propositamos utilizar a ideia de responsabilidade, na condição de um fenômeno decorrente da experiência dos sujeitos com o ambiente, endossando a convicção da indispensabilidade da existência do outro, para o convívio harmônico e para a arquitetura de uma noção correta da natureza, que se forma pelos profusos componentes híbridos inseridos nos espaços, desenvolvendo, assim, um sentimento de afeto, por parte do elemento humano que interage com esse cenário.

Reiteramos, portanto, que a responsabilidade recai sobre a égide do outro, quer seja esse uma pessoa ou o ecossistema, com o intuito de que tanto as atuais quanto as pósteras gerações se arroguem deste compromisso.

Em função disso, é que tributamos a outridade um status de elevada importância no engajamento com a responsabilidade, pois o encontro com o outro converte o sujeito em alguém comprometido com a construção de um futuro melhor, tanto para si próprio quanto para a população local, ou, ainda, numa escala mais dilatada, para a global. Assim, na construção do espaço urbano e no manejo da natureza, o indivíduo não poderá se isentar do cumprimento dessa expectativa (ALMEIDA; FLICKINGER; ROHDEN, 2014). Resta óbvio que, na falta do coeficiente ético, não há meios de se instaurar a responsabilização dos sujeitos.

Para eliminar qualquer distorção de entendimento, é pertinente frisarmos que há uma distinção entre o que seja responsabilidade e o que seja ipseidade, pois apesar de ambas pertencerem ao percurso ético, cada uma apresenta a sua própria logicidade. Diante desse quadro analítico, mencionam-se as conclusões extraídas por Ricoeur, ao se debruçar sobre o conteúdo levinasiano (que recorreu à doutrina bíblica judaizante para gerar as suas convicções teóricas) para embasar seu estudo referente à alteridade. Similarmente, Ricoeur seguiu esse mesmo critério explorando trechos das sagradas escrituras, para diferenciar a responsabilidade de ipseidade. Com efeito,

[...] responsabilidade não é, pois, afirmação de ipseidade, mas resposta que segue o modelo do “eis-me” de Abraão. É a possibilidade do assassinio – tema por meio do qual Hobbes inaugura a política dos modernos –, possibilidade evocada já nas primeiras páginas sobre a guerra, que abre a questão da relação mútua. Se é verdade que “Outrem é o único ser que posso querer matar”, que recurso e que socorro pode invocar a “resistência ética”? Totalidade e infinito não se confrontam ao aspecto institucional dessa resistência. O livro é interrompido na obrigação de entrar no discurso e de deixar-se ensinar pela bondade, pela não-violência da paz. A figura subjacente do outro é a do professor de direito que ensina. A justiça, que coloca em cena um terceiro, não me atinge senão por meio do rosto de outrem: “O terceiro olha para mim nos olhos de outrem – a linguagem é justiça. Nesse sentido, a ética do rosto isenta, em totalidade e infinito, de uma elaboração distinta da problemática do terceiro. (RICOEUR, 2006, p. 172).

Notabilizamos que a linguagem é, por excelência, um terreno fértil para que tanto a alteridade quanto a responsabilidade sejam apreendidas e disseminadas. A dedicação empreendida por ambos os filósofos, canalizada para a exegese do conteúdo religioso citado, tornou-se o pilar para o esteio do exercício moral, que não se daria pelo imperativo religioso, mas sim por impulso da consciência ética.

A tética ricoueriana anunciava, portanto, a existência de “um parentesco semântico estreito entre a atestação e o reconhecimento de si, na linha do reconhecimento da

responsabilidade” (RICOEUR, 2006, p. 107). Tal competência é o baluarte para o desempenho de uma ética direcionada para a natureza, pois ela fomenta nas pessoas o anseio por uma transição atitudinal perante o mundo a que pertencem, e, especialmente, em face do território onde habitam.

Segundo Ricoeur (1996), no plano ético, o princípio da responsabilidade representa uma espécie de coação, legitimada pela instituição de encargos civis. Em súpula, a adequação dessa ponderação como uma ética eficaz no enfrentamento dos dilemas da pós-modernidade, que requisitam um novo proceder humano diante da vida e das inovações tecnológicas, pode ser um instrumento assegurador da subsistência das gerações vindouras.

Consonante com o diálogo em curso, Hans Jonas discriminou, detidamente, o contexto da responsabilidade por meio dos seguintes dizeres:

Somente o Ser vivo, em sua natureza carente e sujeita a riscos — e por isso, em princípio, todos os seres vivos —, pode ser objeto da responsabilidade. Mas essa é apenas a condição necessária, não a condição suficiente para tal. A marca distintiva do Ser humano, de ser o único capaz de ter responsabilidade, significa igualmente que ele deve tê-la pelos seus semelhantes — eles próprios, potenciais sujeitos de responsabilidade —, e que realmente ele sempre a tem, de um jeito ou de outro: a faculdade para tal é a condição suficiente para a sua efetividade. (JONAS, 2006, p. 175).

Em adjeção, servimo-nos da intelecção pronunciada por Hilda Helena Bentes (2013), para asseverarmos que a ética da responsabilidade tenciona uma renovação ideológica, com o fito de reprimir a gana pela dominação humana. Assim, advogamos a existência de uma vida aprazível e digna não somente para os homens, mas, também, para a natureza.

Quando examinamos o teor documental da Convenção Europeia de Paisagem (CEP), constatamos o desvelo em investir a sociedade dessa responsabilidade referente à salvaguarda desse patrimônio, com a colaboração tanto do indivíduo quanto da coletividade, conforme prefaciado nas seguintes palavras:

Os membros do Conselho da Europa, signatários da presente convenção: [...] Persuadidos de que a paisagem constitui um elemento chave do bem-estar individual e social e que a sua proteção, gestão e ordenamento implicam direitos e responsabilidades para cada cidadão [...] acordam no seguinte. (PORTUGAL, 2005, p. 1).

Acreditamos, então, que a instauração de um pacto, unicamente, não é suficiente para produzir resultados propícios, sendo preciso, porém, que haja uma intervenção sensibilizadora

no corpo social que provoque uma reflexão profunda acerca da outridade do cenário ecológico com o qual se lida.

Está estampado no comentado instrumento que não existem alternativas viáveis para se validar esse anteparo que não seja pela cooperação dos sujeitos e das coletividades. Posto isto, quaisquer dispositivos jurídicos tornam-se exíguos frente a esta demanda, pois os indivíduos são promotores do delineamento da paisagem, não havendo coerência em se falar em conscientização sem incluir nisso a alteridade, uma vez que:

[...] ser responsável efetivamente por alguém ou por qualquer coisa em certas circunstâncias (mesmo que não assuma nem reconheça tal responsabilidade) é tão inseparável da existência do homem quanto o fato de que ele seja genericamente capaz de responsabilidade — da mesma maneira que lhe é inalienável a sua natureza falante, característica fundamental para a sua definição, caso alguém deseje empreender essa duvidosa tarefa [...]. (JONAS, 2006, p. 175).

Sinalizamos, outrossim, que a prática da responsabilidade, inspirada no acatamento das prescrições éticas que visam estabelecer uma equilibrada atuação humana na natureza, necessita ser encarada como algo imanente ao homem, de maneira que possa receber as contribuições da ação mnemônica em decorrência da afetividade com o lugar e que apresente como repercussão a formação de um interesse social em escudar o meio ambiente por vislumbrá-lo como um bem assaz importante.

Confiamos, sobretudo, que a reminiscência diligencia a manutenção desse senso de responsabilidade, o que repercute num estímulo pela sua execução, de modo ininterrupto, ao longo dos tempos, isto é, uma ação que vigore no presente e se perpetue no futuro.

Esta ambição encontra compatibilidade com o pensamento expendido por Maraluce Maria Custódio (2014), o qual apregoa que a definição de natureza sobrepuja a noção de espacialidade, sendo, além disso, um reflexo histórico da cultura popular e, por essa razão, deve ser conservada para a posteridade, por se tratar de um patrimônio da humanidade. À vista disso, apresenta uma personalidade intergeracional, transpassando uma única geração e se estendendo pelo passado, presente e futuro.

Vislumbrar o meio ambiente pelo ângulo da responsabilidade reforça a expressiva monta que o lugar representa para os povos que o constituem. Através dele, podemos acessar as memórias de um povo, reconstituindo suas experiências espaciais e recuperando sua outridade.

Com apoio nos estudos de Helenira Alencar e Freire (2007), afirmamos que os paradigmas culturais redundam na forma como os sujeitos, por intermédio da sua

experimentação, interpretam a realidade. Assim, o ambiente que se modifica (física e abstratamente) à medida que a sociedade também sofre mudanças, pode ser um parâmetro para se compreender o passado no tempo presente pela análise dos seus vestígios, bem como pode servir de referência para prospectar hipóteses de alterações passíveis de ocorrerem futuramente.

A responsabilidade entrelaça-se ao dever de resguardar a natureza e está investida do poder de reger as relações entre os sujeitos. Conforme explanado alhures, no envolvimento do “eu” com o alheio, alvorece o compromisso de zelar e de prestar deferência àquele que se apresenta como diferente.

A fala de Custódio (2014) agrega mais fundamentação a este diálogo quando, ao desenvolver um estudo sobre natureza com enfoque jurídico, esclareceu que o direito ao meio ambiente é prerrogativa para se resguardar a identidade social de um território e de ter acesso as suas memórias coletivas.

Em acréscimo ao discorrido, cumpre dizermos que a ética jonasiana objeta o conceito de responsabilidade que traz a conotação de uma imputação causal de práticas cometidas, existindo, nesse viés, a categoria *ex post facto* que dimana dos impactos do ato cabalmente concretizado e que é altamente trivial na esfera jurídica e moral. Jonas (2006) advertiu-nos que esse tipo de juízo não origina uma incitação para que o agente pratique uma ação, posto ter um caráter regressivo. Nessa situação, sopesou o autor: “quanto menos se age, menor é a nossa responsabilidade” (JONAS, 2006, p. 174).

Na contramão do emprego usual do sentido concedido à responsabilidade, Jonas (2006) propôs um outro modelo de responsabilidade, que se orienta pelo que se tem ou se deve fazer. Senão, vejamos:

Em suma, entendida assim, a “responsabilidade” não fixa fins, mas é a imposição inteiramente formal de todo agir causal entre seres humanos, dos quais se pode exigir uma prestação de contas. Assim, ela é condição da moral, mas não a própria moral. O sentimento que caracteriza a responsabilidade – não importa se pressentimento ou reação posterior – é de fato moral (disposição de assumir seus atos), mas em sua formalidade pura não é capaz de fornecer o princípio efetivo para a teoria ética, que em primeira e última instância tem a ver com a apresentação, reconhecimento e motivação de finalidades positivas para o *bonum humanum*. (JONAS, 2006, p. 174).

Em adição, sublinhamos que incumbe ao poder governamental ser referência de atuação e de incentivo ao estabelecimento de um agir gregário responsável. Haveria, portanto,

um sistema de interesse coletivo que acionaria a intervenção do Estado, por meio de seus apelos, para que o mesmo seja provocado a mobilizar ações de proteção da natureza.

Ao se posicionar sobre a questão responsabilizante em pauta, Arendt (2016) esclareceu que, por esta via, os praticantes da ação passam a se enxergar na qualidade de cidadão do mundo e não somente enquanto sujeitos, igualmente como sucedeu com Sócrates, que se autodeclarava como um cidadão da *polis*. Este filósofo acreditava que o mundo era a comunidade onde domiciliava e que a vivência noutra lugar era considerada como um suplício, a ponto de optar pela morte, em caso de ter de migrar e viver como peregrino. Ao versar sobre o explanado, Arendt disse que:

[...] duas condições têm de estar presentes para a responsabilidade coletiva: devo ser considerado responsável por algo que não fiz, e a razão para a minha responsabilidade deve ser o fato de eu pertencer a um grupo (um coletivo), o que nenhum ato voluntário meu pode dissolver, isto é, o meu pertencer ao grupo é completamente diferente de uma parceria de negócios que posso dissolver quando quiser. [...] Esse tipo de responsabilidade, na minha opinião, é sempre política, quer apareça na forma mais antiga em que toda uma comunidade assume a responsabilidade por qualquer ato de qualquer de seus membros, quer no caso de uma comunidade ser considerada responsável pelo que foi feito em seu nome. O último caso tem, é claro, mais interesse para nós, porque se aplica, para o bem e para o mal, a todas as comunidades políticas, e não apenas ao governo representativo. (ARENDR, 2006, p. 217).

Nesta conjectura sociopolítica, a intercessão do direito só será exitosa sempre que houver um envolvimento atuante e contundente da sociedade, como fundamento para acautelar o meio ambiente. Nessas circunstâncias, a estrutura jurídica operará como um dispositivo mnésico que funciona como um antídoto contra o esquecimento dos preceitos legais conservacionistas da natureza, e continuará trabalhando para as futuras gerações não se olvidarem da magnitude deste propósito, pois faz parte da construção do sentimento de reconhecimento e pertencimento de um grupo, isto é, da sua identidade.

Tanto o reconhecimento quanto o pertencimento são aspectos abstratos que articulam a conciliação entre os sujeitos. Deste modo, estes que, antes, viviam atados ao individualismo, ao serem afetados pela empatia, por efeito da recepção da outridade alheia, acabam por se assumirem como partes de um grupo, o qual apresenta seus próprios modelos de representação e de significação da realidade, cujas manifestações suscitam as afeições que revelam as peculiaridades socioculturais de um território, mediante a reconstituição das memórias.

Persequimos, aqui, corroborar as consequências positivas de um relacionamento proximal entre o homem, a natureza e o trabalho fenomenológico, orientado para a prospecção das experiências do sujeito com a espacialidade, como dispositivo profícuo para retratarmos as semânticas e a importância que a natureza, enquanto signo, representa para os indivíduos (separadamente) e para a coletividade, haja vista ser resultado de um “processo histórico de integração pelo homem, nos níveis culturais e individuais, de tudo o que foi desenvolvido por seus antepassados” (ALENCAR; FREIRE, 2007, p. 309).

Toda a carga afetiva e subjetiva emanada desse encontro entre os sujeitos e o espaço deve ser transmitida intergeracionalmente, de forma a ser assimilada, também, por outras sucessões de povos. Tal inteligência encontra consonância com a filosofia jonasiana, para a qual a afetividade reverbera no acolhimento do dever, pois julga ser inexequível um indivíduo se apropriar de uma responsabilidade por alguma coisa pela qual não dedique amor, de maneira que é mais promissor investir numa relação altruísta com o meio ambiente, visando a aquisição voluntária desta responsabilidade, do que a assumi-la por força da coação legal. Portanto,

[...] da mesma maneira como no caso familiar do qual ele extrai seu simbolismo, esse fato engendra algo mais do que uma simples obrigação: uma identificação emocional com o coletivo, o sentimento de “solidariedade”, que é análogo ao amor pelos indivíduos. E mesmo a solidariedade de destino pode assumir o papel da origem comum em termos afetivos. (JONAS, 2006, p. 183).

Suplementamos, então, que o meio ambiente é um espaço preñado de sentimentos recíprocos, tais como a receptividade e a identificação, os quais oportunizam uma aproximação entre os indivíduos e a natureza, tida como a extensão do próprio homem.

Essa dinâmica de permuta afetiva pode ser abordada pela ótica da memória, dado que é no exercício perceptivo que se origina o reconhecimento e a percepção (RICOEUR, 2007), podendo, caso as vivências passadas não sejam recordadas instantaneamente, serem recalçadas a depender da circunstância. O irromper dessas emoções se explica pela faculdade de apreensão do conteúdo espalhado pelo espaço. Logo,

[...] a memória espacial tem direito a uma menção distinta. Ficamos surpresos, ao mesmo tempo, com a amplitude e com a precisão da informação, e com certa estreiteza inerente ao caráter abstrato das condições de experiência relativamente às situações concretas da vida, em relação, além disso, às outras funções mentais e, enfim, em relação ao envolvimento de todo o organismo. (RICOEUR, 2007, p. 433).

Uma das propriedades da memória é justamente o registro dos componentes material e subjetivo que emolduram o ambiente, cuja revelação plena de suas características poderá ser franqueada por uma assimilação que dê lugar a sua outridade.

Com espeque na concepção fenomenológica da memória, verificamos o seu notável potencial promotor da égide ambiental tanto pela alçada jurídica quanto social, pois é nela que se sedimentam os estilos linguísticos, as heranças culturais e a biografia dos sujeitos, ou seja, ela armazena, sob um panorama multifocal, todos os detalhes que são proficientes no escrutínio do conteúdo ambiental.

Fica claro, portanto, que o reconhecimento se estriba, também, “num suporte material, numa apresentação figurada, retrato, foto, pois a apresentação induz à identificação com a coisa retratada em sua ausência” (RICOEUR, 2007, p. 438).

Por fim, verificamos que toda a discussão teórica expendida demonstrou o quanto a importância da natureza está concatenada à valoração social tributada a ela. Numa perspectiva fenomenológica, a reconhecimento da relevância social acerca de ambiente apresenta conexão com as impressões individuais e coletivas dos sujeitos tributadas a ele. Assim, é a interseção entre as múltiplas visões sobre a espacialidade e as vivências humanas que erigirá a semântica socioambiental e subsidiará a construção das afetividades que serão desenvolvidas nessa relação, consoante especificado pela topofilia que é um conceito que será detidamente apresentado no tópico ulterior.

5.2.1 Topofilia: um amálgama entre a cultura, a memória e a afetividade ambiental

A Política Nacional de Meio Ambiente, positivada sob a lei nº 6.938 de 1981, trouxe em seu bojo a aceção do que seja meio ambiente, definindo-o como sendo “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (BRASIL, 1981).

Em harmonia com a consistência prescritiva deste dispositivo, a Carta Magna corroborou tal postulado, ao prever, no seu artigo 225, que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo às presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

Segundo apontou Bethânia de Oliveira e Silva (2016), apesar da magnificência discursada no repertório jurídico nacional ora evocado, infelizmente não há uma compatibilidade com as circunstâncias reais vivenciadas por uma parcela superlativa da

sociedade, pois a convivência socioambiental se esteia num pendor predatório, decursivo da inexistência de consciência lesiva das práticas antrópicas que assolam o ecossistema.

Por esse motivo, revela-se fulcral o conhecimento da visão ecológica das populações. Santos e Teixeira (2017) abonaram esse desígnio, arrazoando que, em virtude da ascendente preocupação com o declínio ambiental, torna-se crucial a formulação de artifícios científicos que possibilitem a captação perceptiva dos sujeitos quanto ao local do qual fazem parte, de modo a gerar um diagnóstico viabilizador de respostas mais congruentes acerca do relacionamento socioambiental.

Tal enfoque dá ensejo à discussão sobre topofilia, uma terminologia neológica cunhada por Yi Fu Tuan (1980), cuja descrição recepciona o sentido de uma vinculação afetiva desenvolvida entre um indivíduo, uma comunidade e o ambiente físico. Essa conexão afetiva não renuncia a ocorrência de uma profusão de significados outorgados ao ambiente que ocupa. Sinalizamos, contudo, que essa disposição fraternal não é causada pela apreensão sensorial advinda da contemplação panorâmica (apesar das imagens participarem como modeladoras desse sentimento), mas é resultante da significação que o sujeito e a coletividade investem sobre a paisagem.

Destacamos, portanto, que a apreciação estética do cenário natural difere do conceito de topofilia, haja vista que a primeira expressa uma modalidade de interação humana com o ambiente físico que é isenta de elo emotivo. No tocante ao último vocábulo, Tuan comunicou que:

[...] as mais intensas experiências estéticas da natureza possivelmente nos apanham de surpresa. A beleza é sentida, como o contato repentino com o aspecto da realidade até então desconhecido; é a antítese do gosto desenvolvido por certas paisagens ou, o sentimento afetivo por lugares que se conhece bem. (TUAN, 1980, p. 5).

O autor em pauta alegou que tais nexos afetivos apresentam diferentes amplitudes e maneiras de reprodução. Além disso, justificou o quão complicada é a manifestação dos sentimentos afeitos ao lugar, “por ser o lar, o lócus de reminiscências e o meio de se ganhar a vida” (TUAN, 1980, p. 5).

Distinto da perfunctória admiração estética, a topofilia se estabelece, apenas, quando evoca os sentimentos vivazes, desencadeados em meio às ocorrências de vida, que concorrem para que o meio ambiente seja divisado como um símbolo afetivo.

Na sua obra, homônima ao conceito supra arrolado, Tuan (1980) esquadrinhou as variadas narrativas exaradas nos diários dos navegantes, com o desiderato de ressaltar o

contraste entre a interação tênue com a natureza (restrita à observação aparente) e a ligação por afinidade com o lugar (tipificadora da topofilia).

Quando se analisa a literatura pátria, especialmente a que é referente às excursões marítimas, podemos notar, por parte dos escritores que historiografaram este período, uma atuação puramente espectadora do exótico acervo ecológico que os deslumbrava. Assim, os minudentes inventários da flora e da fauna nacionais transpareciam uma admirável carga estética, a exemplo do que traduz a célebre epístola de Pero Vaz de Caminha, designada de **Achamento**, por meio da qual rendeu admiráveis elogios à terra.

Advertimos, entretanto, que o contexto ora comentado não deve ser confundido com a noção topofílica, posto que àquele escrito retratava tão somente um modo de arranjo espacial afiliado à culturalidade. A topofilia está correlacionada com a concessão de uma significação cultural que entronca variados fatores como símbolos, memórias, experiências e lugares. Com lastro nisso, concluímos que o comportamento de um sujeito ou de uma sociedade no meio ambiente são dissemelhantes, devido às condicionantes culturais e afetivas que incidem, peculiarmente, sobre cada um.

Tuan (1980) ensina-nos que as percepções topofílicas são provenientes das vivências que se processam na realidade fática, a qual as ratificam, sendo, ainda, onde “as pessoas atentam para aqueles aspectos do meio ambiente que lhes inspiram assombro ou lhes prometem sustento e satisfação no contexto das finalidades de suas vidas” (TUAN, 1980, p. 130).

No ideário deste teórico consta que os componentes objetivos e subjetivos do mundo vivido conferem semântica às imagens. Ademais, tanto o aspecto real quanto imaginário constroem o cenário por intermédio da legitimação de um conjunto simbólico com nuances de afetividade e de racionalidade. Esses traços se encarregarão de distinguir a identidade dos ambientes nos quais se desenvolverão a topofilia.

É curial frisarmos que a atuação topofílica atesta que o lugar é palco de marcantes ocorrências, sendo reputado como um símbolo. Em vista disso, confiamos que o remontar ao passado seja um coeficiente inestimável na construção da amabilidade com o ambiente.

Aspirando ilustrar essa enunciação, Tuan (1980) discorreu sobre os povos arandas, uma estirpe dos autóctones australianos, os quais consideravam que as cordilheiras, os arroios, as nascentes hídricas não eram simplesmente conteúdos de beleza cênica, mas que eram frutos do labor de seus ancestrais. Os representantes da linhagem em questão viam “gravada na paisagem circundante a história antiga das vidas e as realizações dos seres imortais que eles veneram; seres que por um curto tempo podem, uma vez mais, assumirem forma humana”

(TUAN, 1980, p. 151). Em smula, subsumimos que a topofilia exprime uma confluência entre a memória, a cultura e o ambiente.

O teórico em comento não tratava a topofilia enquanto um fenômeno cíclico, mas como resultncia do processo cultural, sendo edificada pelas subjetivações dos grupos. Além disso, a topofilia ocasiona nos indivíduos uma exteriorização atitudinal que chancelar os valores do encadeamento afetivo da comunidade com o ambiente.

Fica translúcido que uma gama de variantes se entrosam para formar a topofilia, sendo que os mais centrais são o valor, a perspectiva de mundo e o comportamento. No tocante ao primeiro aspecto, que é profundamente influenciado pelos atributos culturais, tem-se a reação dos sentidos em resposta às interferências externas, capturando alguns eventos e descartando outros, e, deste modo, acaba por pespegar ou não valor ao lugar.

Lucrécia D'Alessio Ferrara (1996), afinada com este diálogo, participou que "o ambiente percebido assume diferentes formas, construídas a partir do que usualmente chamamos de pontos de vista, ou, ainda, de repertório cultural de grupos sociais" (FERRARA, 1996, p. 130).

No que concerne ao ato comportamental, Tuan (1980) disse que este é gerado mediante uma cadeia de experimentações, as quais são saturadas de valor, sendo "primariamente uma postura cultural, uma posição que se toma frente ao mundo" (TUAN, 1980, p. 4). Para este geógrafo, a experiência recebe interferência do convencionalismo social e emoldura a visão de mundo dos sujeitos, alvitando ser essa perspectiva "uma atitude ou um sistema de crenças" (TUAN, 1980, p. 4). Resta manifesto, então, que o exercício atitudinal corresponde às condutas relativas ao lugar, que, farto de significado, foi apreendido e acondicionado na memória.

A fim de realçar o vulto da vivência e da experimentação na estruturação topofilica, Tuan (1980) explorou os pontos de vista tanto do visitante quanto do aborígine, no sentido de demonstrar, comparativamente, a diferenciação entre um contato ambiental eximido de afetividade e a topofilia.

O resultado desse cotejamento revelou que, enquanto o visitante avaliava o ambiente calcando-se em parâmetros de atratividade estética, o nativo externava uma conduta complexa, originária da sua inserção na integralidade ambiental, o que colaborou para que sua tica fosse moldada pela carga experincial ligada ao lugar. Assim, seu prisma conceitual se refletia na sua praxe, nos juízos que orientavam os grupos do qual participavam e de toda bagagem simbólica reinante.

Em síntese, o constructo argumentativo, ora expandido, tratou da topofilia enquanto uma disposição sentimental positiva, capaz de firmar uma ligação de desvelo entre uma comunidade e o ambiente, de modo que a carga emotiva que circula nessa relação conceda sentido à identidade grupal. Destarte, torna-se importante perscrutar a comoção que impulsiona a percepção humana quanto ao lugar, afinal:

[...] numa visão mais ampla sabemos que as atitudes e crenças não podem ser excluídas nem mesmo da abordagem prática, pois é prático reconhecer as paixões humanas em qualquer cálculo ambiental; elas não podem ser excluídas da abordagem teórica porque o homem é, de fato, o dominante ecológico e o seu comportamento deve ser compreendido em profundidade, e não simplesmente mapeado [...] e de algum modo todos eles se referem à maneira pela qual os seres humanos respondem ao seu ambiente físico – a percepção que dele têm e o valor que nele colocam. (TUAN, 1980, p. 1-2).

Essa sensibilidade socioambiental é diferente para cada pessoa ou grupo, de forma que a sua construção se dá em face de uma variação do olhar humano, posto que:

[...] a superfície da terra é extremamente variada. Mesmo um conhecimento casual com sua geografia física e a abundância de formas de vida, muito nos dizem. Mas são mais variadas as maneiras como as pessoas percebem e avaliam essa superfície. Duas pessoas não veem a mesma realidade. Nem dois grupos sociais fazem exatamente a mesma avaliação do meio ambiente. A própria visão científica está ligada à cultura – uma possível perspectiva entre muitas. (TUAN, 1980, p. 6).

Visando finalizarmos as incursões reflexivas propostas por essa seção propomos o resgate sintético das explanações desenvolvidas, que compreenderam uma análise sobre a responsabilidade socioambiental, em suas múltiplas nuances, enquanto princípio eficaz na inspiração de ações humanas preservacionistas, que tem como foco tanto a manutenção das condições ecossistêmicas ideais para a sobrevivência das gerações presentes e das futuras quanto a eliminação dos efeitos colaterais das ações antrópicas que se estendem temporalmente.

Vale lembrarmos, ainda, que o estudo dessa interação socioambiental salutar nos conduziu a ponderarmos acerca do desenvolvimento da alteridade, ao introduzirmos um diálogo atinente à outridade da natureza como uma alternativa profícua para suplantarmos a perspectiva de dominação que a afeta e que é validada pelo prisma utilitarista.

Para arrematarmos a concepção dita anteriormente, dialogamos sobre a aplicabilidade dessa subjetividade no campo real, isto é, na legislação equatoriana. Este fato pavimentou caminho para encetarmos uma problematização alusiva à metáfora, que foi apresentada sob a

ótica ricoueriana e trabalhada como uma possível alternativa de metamorfose da mentalidade reificante da natureza, ao tratá-la como um sujeito (um outro).

Esse intrincado percurso foi concluído pela discussão acerca da topofilia, conceito que tem como viga mestra a afetividade humana e o lugar, trazendo uma análise convergente entre a memória e a cultura como grandezas definidoras desse universo relacional.

Importa-nos, a partir de agora, visualizarmos a presença de todas as tratativas até aqui explanadas dentro do contexto socioambiental itapetinguense, consoante o denso conteúdo das seções subsequentes. Explicamos, de antemão, que a teoria ricoeuriana conduziu a seleção e a análise dos dados angariados para a composição desta tese, em estrita observância aos critérios da metodologia da fenomenologia hermenêutica da memória. Contudo, para conservarmos a coerência com a temática ecológica, que nunca foi matéria de análise desse autor (segundo afirmado alhures), as discussões interdisciplinares que aparecerão nas próximas seções serão incursionadas com as fundamentações próprias de cada campo específico de abordagem.

6 HISTORICIDADE DA PAISAGEM: TRESPASSANDO O SIMBÓLICO, O POLÍTICO E O ECONÔMICO

O historiador gálico, Roger Chartier ([1945] 1990), alvitrou o estudo da história cultural do mundo social, através do qual propalou a necessidade de conceder um novo contorno analítico para o raciocínio direcionado para os fenômenos históricos. Para tanto, o mesmo prescreveu que tal exame deveria ser concretizado com fulcro nos conceitos de representações e de práticas sociais, os quais eram percebidos por ele como dispositivos instrumentalizadores da cultura e do mundo social. Em complementação, informamos que este teórico advogava que a praxe cultural deveria ser encarada como fruto da conflituosa disputa de forças por poder e pela instituição de suas representações.

Apesar de não ter delineado uma definição afeita à cultura, na produção autoral designada por **A história cultural: entre práticas e representações**, o autor em questão acolheu (e nós também adotamos para esse trabalho) a ótica conceitual germinada por Geertz a respeito desse mote, conforme se pode ler na citação abaixo registrada:

O conceito de cultura ao qual adiro [...] denota um padrão, transmitido historicamente, de significados corporizados em símbolos, um sistema de concepções herdadas, expressas em formas simbólicas, por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem o seu conhecimento e as atitudes perante a vida. (GEERTZ apud CHARTIER, [1945] 1990, p. 66-67).

Constatamos que, no pensamento deste autor, a cultura é concebida como uma alçada de controle e de condicionamento das representações ideológicas, sendo, portanto, um espaço que irradia o poder, as rivalidades pela conquista da hegemonia, os interesses econômicos, de modo a espelhar as estruturações sociais.

Outra obra seminal em que este teórico elegeu a cultura como foco ponderativo foi **O mundo como representação**, na qual o mesmo discorreu acerca das estratégias simbólicas que atuam como definidoras das posições e das relações que estipulam para cada coletividade um modo de percepção congruente com sua identidade (CHARTIER, 1991).

Está encartada nessa perspectiva conceitual que é no âmbito da história cultural, prenhe de arrojadas tensões por prevalência de suas representações, que as semânticas e os símbolos que integram a cultura emergem, arraigam e se espraiam.

Dentro desse universo crítico de interesse pelo estudo da história cultural, a partir da intervenção das estratégias simbólicas, o autor apontou para a imprescindibilidade de se sopesar:

[...] como todas as relações, incluindo as que designamos por relações econômicas ou sociais, se organizam de acordo com lógicas que põem em jogo, em acto, os esquemas de percepção e de apreciação dos diferentes sujeitos sociais. Logo, as representações constitutivas daquilo que poderá ser denominado uma ‘cultura’, é comum ao conjunto de uma sociedade ou própria de um determinado grupo. (CHARTIER, 1990, p. 61).

As considerações externadas por esse autor nos permitem dizer que o escrutínio de tais representações tem por fito o conhecimento dos processos de constituição dos significantes discursivos e das manifestações performáticas evidenciadas numa dada realidade. Devemos ter em conta, também, que essas variáveis estão coadunadas com a percepção social e que trazem como corolário a modulação da mentalidade coletiva.

Esse prisma teórico envereda-nos para o reconhecimento de que as conformações semânticas são historicamente configuradas por uma gama de variáveis, tais como os mecanismos discursivos, a ambiência escolar, a doutrinação política, as quais concorrem para a formação dos significados da realidade que são convencionados pelos sujeitos. Afinal,

[...] a noção de representação pode ser construída a partir das acepções antigas [...] quando pretendem compreender o funcionamento da sua sociedade ou definir as operações intelectuais que lhes permitem apreender o mundo. Há aí uma primeira e boa razão para fazer dessa noção a pedra angular de uma abordagem a nível da história cultural. Mas a razão não é outra. Mais do que o conceito da mentalidade, ela permite articular três modalidades da relação com o mundo social: em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exhibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns representantes (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade. (CHARTIER, 1990, p. 23).

As enunciações ora aduzidas testemunham o quanto as disputas por representação apresentam tamanha relevância, pois é uma rota eficaz para se captarem os esquemas táticos empregados por um grupo dominante, com vistas à instituição da sua visão de mundo, dos seus valores e do seu controle.

Motivados pelo desvelo desses aspectos, recorreremos à pecuária enquanto dispositivo mnésico referenciador da identidade do povo itapetinguense, a partir de uma imersão na sua complexa rede simbólica, na tentativa de perseguirmos o entendimento de como foram

construídas as representações da realidade socioambiental, como reitoras da degradação da natureza que foi legada como corolário desse processo, de maneira a explorar “como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler”(CHARTIER, 1990, p. 16-17).

Destarte, o objetivo desta seção reside em perscrutar as memórias que evidenciam os fenômenos ideológicos, sociológicos, culturais e econômicos que regeram a sociedade itapetinguense, no interstício de 1912 até 2010 (período dos registros documentais sistematizados), correspondente ao seu desbravamento, fundação e desenvolvimento dos projetos agropecuários de seus fundadores.

O levantamento desses fatores, em sua totalidade, serviu como suporte para a problematização das intrincadas questões socioambientais desencadeadas nesse território, as quais foram responsáveis por amoldarem a natureza no perfil hodiernamente configurado, isto é, com um status de degradação alarmante.

Para operacionalizar a organização analítica do dossiê angariado, constituído por 2.543 noticiários do acervo digital do jornal dimensão, utilizamos a metodologia da análise textual discursiva, concebida por Moraes e Galiazzi (2011), com base na qual se estruturaram os quadros analíticos colacionados em apenso.

O primeiro tópico dessa seção retomou as memórias relacionadas ao desbravamento territorial, bem como a sua estruturação urbana inaugural, com vistas ao estabelecimento do projeto econômico pecuarista de seus pioneiros. Assim, apresentamos alguns dos principais protagonistas responsáveis tanto pela apropriação das terras itapetinguenses e pela modificação da paisagem ecológica preliminar, convertida em pastos, quanto pelas viabilizações oficiais do mencionado grupo, com o fito de obter o reconhecimento cidadão no cenário nacional, tendo a emblemática bovinocultura por amparo de sua almejada projeção.

Salientamos, outrossim, o interesse de institucionalização municipal por engendrar uma política pública ambiental encampada pelo seu primeiro gestor executivo, que foi capaz de converter um fragmento de mata atlântica em mostruário turístico da biodiversidade desta terra.

Embora esta tenha sido uma iniciativa louvável, que transformou esse espaço num Jardim Zoobotânico (símbolo de orgulho territorial de seu povo e um apreciável lugar que ancora uma gama de recordações afetivas), esta ação se consubstanciou como uma das triviais estratégias de lucratividade com o comovente apelo das reservas florestais. Esta diligência escancara os efeitos da seleção intencional de determinados lugares e não de outros, enquanto

passíveis ou não de proteção, que repercutem, inclusive, na atribuição de valor social privilegiado conferido a alguns ambientes em detrimento de outros.

Estão estresidos, nesta seção, alguns dos relatos afeitos à poluição do rio catolé, associados com as sequelas ambientais advindas da prática bovina, que requeria a ministrarção de agrotóxicos e acabava por comprometer a higidez dos recursos hídricos. Articulamos esse diálogo com as lúcidas ponderações de Rachel Carson, para refletirmos a respeito das implicações negativas derivadas da aderência a esses agentes tóxicos, como estratégia de controle humano dos fenômenos da natureza.

Ofertamos, em sequência, uma discussão sociopolítica afeita aos consecutórios do ciclo de acentuação da decadência econômica e ambiental experimentada pelo município na década de 1980, enfocando-se, sobretudo, a questão da modificação climática, ocasionada pelo lançamento de dióxido de carbono atmosférico, advindo dos excrementos dos gados e das constantes queimadas. Por isso mesmo, de acordo com as constatações oficiais, que aferiram a amplitude de extermínio da camada de ozônio nessa região, Itapetinga já estava numa situação alarmante, pois ocupava posição cimeira com relação ao quadro de degradação de todo nordeste brasileiro.

Ademais, a monocultura foi retomada como conteúdo ancilar da problematização referente à mutação circunstancial da saudosa ostentação de riquezas, possibilitada por um período de glória e de bem-aventurança econômica, para o fracasso do desmoronamento do império pecuarista, que culminou na estagnação do desenvolvimento urbano e nas sequelas ambientais irreversíveis (consoante evidências científicas explanadas entre as páginas 47 até a 50).

Por ser esta pesquisa uma garimpagem reminiscente, que traz a linguagem e a sociedade como pilares de sua constituição, consideramos tempestivo concatenar a realidade examinada com as memórias nacionais trazidas pela literatura de Monteiro Lobato, que minudenciou, na obra **Cidades Mortas**, as repercussões socioambientais do Vale do Paraíba e do abalo econômico sofrido pela aristocracia rural da época no paroxismo do ciclo de pompa.

Tais fatos confirmaram o quanto este dilema é recorrente nos anais da história pátria e como ele se reproduz nos mais recônditos lugares que assimilam as influências de um tempo passado e as presentificam nas ações sociais e na materialidade de sua paisagem.

6.1 Escorço histórico da fundação de Itapetinga

Data-se de 1912 o limiar da cidade de Itapetinga, cujo território e suas adjacências foram, neste período, destinados exclusivamente aos anseios da pecuária. Nessa época, a sua apropriação rudimentar foi entremeada por objeções relacionadas tanto à vastidão da mata frondosa que compunha o seu ambiente natural quanto à oposição enfrentada com relação aos povos indígenas.

A ocupação deste espaço foi efetivada pelos seguintes protagonistas: caçadores, cangaceiros, peregrinos e estancieiros. Um dos pioneiros, Bernardino Francisco de Souza, foi o primeiro detentor de propriedades desta região, empregando essas posses na satisfação dos seus anseios agropastoris.

Com o perpassar do tempo, outros grupos sociais foram se concentrando neste local, empreendendo envidados esforços na derrubada da vegetação para a abertura de estradas e para a produção de roçados, estabelecendo clareiras ao executar a abertura do dossel da floresta.

Outra personalidade histórica que contribuiu para a constituição desta cidade foi Augusto de Carvalho. Este, em 1923, demarcou um bosque com uma extensão equivalente à 10 hectares, com a finalidade de principiar as edificações das primeiras residências, o que conferiu suporte para o desenvolvimento de um dos municípios economicamente mais promissores do sudoeste da Bahia.

A concepção de Itapetinga está atrelada, ainda, à demanda coletiva por transações mercantis, pois uma fração do território recém desbravado foi reservado para o desempenho deste propósito, como, por exemplo, o terreno adquirido por Augusto de Carvalho. Ao referir-se sobre o núcleo urbano primevo, Nelma Oliveira (2003) argumentou que, em setembro de 1924, as cinco primeiras habitações feitas com material de taipa, possuíam a função de acondicionarem o abastecimento de víveres para a comunidade que começava a se aglomerar e esquadrihar a região. Este pequeno conjunto habitacional foi popularmente denominado de “Comercinho de Augusto”.

Havia neste espaço uma profusão de pedras de tonalidade branca, característica que influenciou na atribuição do nome **Itatinga** para o recém-constituído povoado. Etimologicamente, este nome era composto por dois prefixos do dialeto tupi guarani, quais sejam: *Ita*, que abriga o significado de pedra, e *tinga*, que comporta o sentido de branca.

Por volta de 1930, o universo populacional já computava quase mil habitantes e sua área construída já contabilizava, aproximadamente, 40 moradias. Até então, era tênue a

interação entre esse distrito e os centros urbanos mais evoluídos. Em termos de referência e de proximidade geográfica, Itambé e Vitória da Conquista eram as cidades mais adjacentes, sendo que esta última já apresentava, naquele período, um considerável progresso citadino.

O vilarejo atraiu cada vez mais agregados, o que condicionou que, em junho do ano de 1933, por efeito do Decreto Estadual nº 8.499, este núcleo se transformasse em sede distrital de Itatinga, tendo por referência jurisdicional o município de Vitória da Conquista.

Com o transcurso do tempo, Itatinga se converteu num ponto de entroncamento para as pessoas que rumavam para a zona litorânea. As pessoas que se dirigiam para este povoado, incitados pela aspiração de recomeçarem suas vidas nesta terra, cognominada como região da mata¹², investiram na derrubada da floresta, visando à implantação da lavoura de subsistência e o desempenho de práticas pastoris.

De início, os indivíduos que eram mais aprovencionados financeiramente realizaram a aquisição de amplas propriedades rurais, as quais eram destinadas à fundação de fazendas para fins de introdução da bovinocultura. Assim, os fazendeiros de médio e de grande porte foram os que alavancaram a construção da cidade em questão. Estes protagonistas foram, sobremaneira, determinantes para a consolidação da identidade regional deste território, que conquistou o título de capital da pecuária, sendo, pois, inviável abordarmos as memórias sociais desta cidade sem se registrarem as contribuições dos pecuaristas na estruturação e no delineamento da sua arquitetura espacial e social.

Cabe mencionarmos, ainda, que, em 1930, Juvino Oliveira instalou-se nesta região e se consagrou como uma das figuras mais emblemáticas para o povo itapetinguense, pois durante trinta anos foi o principal responsável por projetar os atrativos regionais (atinentes à agropecuária) à nível nacional, uma vez que encabeçou e executou projetos audaciosos que tiveram como corolário tornar esta cidade reconhecida como um centro de referência no que tange à supremacia da cultura, da tecnologia e do desenvolvimento da pecuária extensiva e semi-intensiva da Bahia, estendendo seu alcance de influência pela região nordeste e para os demais estados pátrios.

A história relata que Juvino Oliveira mercadejou um terreno, cuja dimensão estava calculada em 25 alqueires de terra. A partir de então, consolidou-se como uma autoridade de renome, representando a categoria pecuarista tanto na localidade quanto nas cercanias.

¹² Essa locução era largamente empregada pelo grupo de sertanejos, ao se reportarem às áreas que, contemporaneamente, são correlatas ao fragmento territorial das regiões Sudoeste e Extremo Sul da Bahia, em face do desmesurado indicador pluviométrico característico desse lugar.

A sintetização da história de desbravamento e da formação urbana inicial de Itapetinga, ora ventilada, visou discutir como a pecuária, trazida pelos seus pioneiros como proposta de crescimento econômico, concorreu para a modificação da natureza local, sujeitando-a e amoldando-a às pretensões desse grupo. Esse repertório contextual serviu, portanto, para problematizarmos como as ações desse período impactaram no relacionamento entre o componente humano desse território e o meio ambiente com o qual interagiu.

Assim, a paisagem, que é um produto historicamente condicionado pelas ações antropocêntricas, se converte num campo preñado de subjetividades, por comportar os vestígios do passado, aptos a serem lidos e interpretados através do levantamento das memórias socioambientais.

6.1.1 O panorama da natureza primitiva na visão dos desbravadores

Repertoriaremos, doravante, algumas memórias sociais capazes de retratarem o panorama ambiental primitivo da cidade de Itapetinga, que servirá de parâmetro para subsidiar o entendimento do processo de metamorfose da paisagem, que culminou no status atualmente observado e que se deu enquanto derivação da configuração territorial, fomentada pela satisfação dos anseios dos elementos humanos que se apropriaram, pioneiramente, de suas terras.

Para a estruturação desse propósito, utilizamos os conteúdos bibliográficos contidos no título **Histórias e Causos de Itapetinga no seu cinquentenário**, volumes 1 e 2, de autoria de Judith Jabur Di Moura (1998; 2000). Tais obras revelaram com minúcias as características ambientais que atraíram o interesse dos desbravadores, os quais encontraram, neste lugar, todos os recursos naturais adequados para o desenvolvimento de seus projetos.

Preliminarmente, os aludidos livros evidenciaram a admiração de Augusto de Carvalho, um dos protagonistas deste contexto, o qual enalteceu a exuberância das caudalosas fontes d'água do rio catolé, cujos contornos serviram de suporte para a ocupação primária de inúmeras fazendas, e que, futuramente, seria o ponto inicial a partir do qual se formataria a cidade em questão, entranhada pelos seus percursos hídricos e onde se desenvolvem, atualmente, empreendimentos de cunho lucrativo, como as olarias, a extração de areia para a construção civil, as carvoarias, as produtoras de blocos e telhas, entre outras.

Na narrativa a seguir aduzida, notamos uma descrição remota da fisionomia geográfica da região, composta por declives e matas fechadas, que ensejou a dificuldade humana em explorar a viabilidade de seu próprio estabelecimento ali. Conta-se que Augusto de Carvalho,

guiado pela audição das torrentes, foi surpreendido pela aprazível descoberta de riqueza hídrica e de áreas com grande potencial agrícola, que confirmariam a sua fixação e garantiriam o sucesso das atividades rurais pretendidas, representadas, predominantemente, pela pecuária, segmento que se tornaria o principal propulsor econômico da futura cidade.

[...] No dia seguinte, a pé e de calças arregaçadas, desceram rio abaixo. Ao chegar na baixa, local onde hoje é a olaria, notaram que o curso do rio procurava a direção do poente. Resolveram abandonar o rio e seguiram a serra, a fim de explorar na chapada a situação do terreno. Ao subirem, foram encontrando grande quantidade de pedras leitosas, que lhes despertou a curiosidade. Na chapada encontraram terreno pantanoso, com lagoas rasas, e ao marcharem à frente alguns metros notaram que se tratava de uma descida perigosa. Procurando agarrar-se nas árvores, conseguiram descer, e ao chegar na baixa ouviram um grande ruído, como de uma cachoeira (esse local do rio fica abaixo do prédio da antiga cadeia pública, mais à frente). Seguiram na direção do ruído e depararam com um rio que corria em direção diferente do que tinha deixado do outro lado da serra. Ficaram confusos, sem saber ao certo se se tratava do mesmo rio ou de um outro, também grande. Augusto de Carvalho comentou: “Esta terra é uma maravilha, ainda mais banhada por dois rios como estes”. Prosseguiram a marcha rio abaixo e adiante pernoitaram. (MOURA, 1998, p. 32-34).

Impressionado com os afortunados bens naturais do local recém descoberto, encetaram-se as operações antropocêntricas que, historicamente, concorreram para a manipulação ecossistêmica e para o desgaste das potencialidades arroladas, em prol do desenvolvimento da atividade pecuarista. A mata ripária foi a primeira a ser afetada pelo projeto de adequação ambiental aos objetivos econômicos, por ação dos comandos de execução de pilhagem da vegetação original que visava a formação de pastos.

O compartilhamento social das vantajosas capacidades ecológicas desse cenário continuamente inspirava o interesse de outras pessoas para ambicionarem, também, a posse dessas terras, de modo a convertê-las em oportunidade de progresso e de aquisição de riqueza pessoal. Assim,

Augusto Andrade de Carvalho contratou alguns trabalhadores de seu compadre e amigo Bernardino, mandou derrubar um pedaço de mata, fez uma roça à margem do rio e, dias após volta à casa de Bernardino, e depois para Cachimbo, bastante satisfeito por ter aceito a sugestão de Bernardino [...] Deixando animais e bagagens na propriedade de Bernardino, desceram rio abaixo, chegando à posse de Augusto de Carvalho. E lá, no local onde hoje fica a propriedade de Isai Amorim, Alfredo Dutra tirou a posse, deixando trabalhadores derrubando a mata, medindo duas tarefas, e demarcando uma área maior [...] Nesses quatro anos, Bernardino tinha continuado a derrubada das matas e foi aumentando as pastagens de sua posse. (MOURA, 1998, p. 35-36).

A consistente circulação da afamada vocação do lugar para o desempenho das práticas agropecuárias e a demolição das florestas, que já estava em andamento por aqueles que se assenhorearam da terra, precedentemente, fez com que essa ação persistisse de forma mais acentuada, eliminando avultadas extensões da cobertura vegetal.

Até então, a área conquistada não era lugar de moradia, mas era vislumbrada, meramente, como uma zona detentora de benéficos predicados ambientais, promissores na consumação dos planos aristocráticos. Em vista disso, a densa malha vegetal foi sendo substituída por pastos, adequando, desde já, toda a formatação de suas bases territoriais em atendimento das expectativas da classe dominante.

No relato, a seguir posto, se perceberão as condições climáticas primárias que, em razão da abundância de matas, apresentavam índices pluviométricos elevados, situação esta que se alterou, conforme será verificado no defluxo deste trabalho, por conta da modificação da natureza, derivada, sobretudo, pela ganância dos fazendeiros.

Augusto Andrade de Carvalho [...] mesmo residindo em Cachimbo, vinha sempre empreitar serviços, olhar a propriedade e **continuou derrubando as matas e aumentando as pastagens das suas posses, denominando-as do lado direito do rio Catolé, de Astrolina, e do lado esquerdo do rio, de Arrebol**. Proprietário de vastas terras na região, separou da chapada, dentro da mata bruta, uma área de 10 hectares, onde ficava a lagoa rasa (onde hoje é a praça Dairy Valley), e resolveu fundar um arraial naquele local, que se chamaria Itatinga, devido à grande quantidade de pedras leitosas existentes na região (*Ita* – pedra *Tinga* = Branca) [...] mandou derrubar a mata nessa área escolhida para ser o arraial de Itatinga em setembro de 1924, quando ele já residia na sede da Astrolina com a família, e empreitou para o trabalho o seu companheiro Manoel dos Santos Sá que junto aos companheiros derrubou a mata. Essa roça demorou de ser queimada devido às fortes chuvas que caíam na época. (MOURA, 1998, p. 37, grifos nossos).

Destacamos, ainda, a existência de uma profusa fauna exótica que compunha a biodiversidade local, a qual diminuiu, significativamente, frente ao vertiginoso desmatamento, que converteu o habitat ecológico em zonas de criação bovina, enquanto outras espécies faunísticas foram dizimadas como vítimas da caça desordenada e do capricho gastronômico de apreciadores excêntricos, haja vista que:

[...] nessa época, 1924, nas matas ainda fechadas existiam onças (ouviam-se seus urros), antas, capivaras, jacarés, veados, pacas, tatus, cotias. Ouvia-se muito o canto dos pássaros pretos, anus, bem-te-vis, peixe frito (alguns diziam: seco frito). **E Manoel da Onça caçava onças pintadas, suçuaranas**. A carne da onça tinha um sabor adocicado, mas era bastante apreciada. Ele vivia da venda de caças. (MOURA, 1998, p. 39-40, grifos nossos).

Os atributos deste chão, onde se ergueram os impérios de homens que o escolheram para nele fixarem os pilares para a construção de seus sonhos, foram imortalizados na memória social, a qual revela as impressões mais nítidas dos seus descobridores a respeito do aspecto biológico diferenciado, a partir do qual depositaram nesse local suas esperanças de êxitos. Nessa conjectura, é conferida aos seus pioneiros uma iniciativa heroica, por terem reconhecido a superlativa riqueza natural que foi utilizada como subsídio para a edificação de seus legados. Contudo, restaram daquele período apenas as saudosas lembranças, romantizadas pelas narrativas afetivas dos seus titãs.

Dez meses depois, em Salvador, em 5 de fevereiro de 1956, aos 63 anos de idade, Augusto Andrade de Carvalho veio a falecer, vítima de um derrame [...] Sua memória permanece viva na lembrança de cada habitante de Itapetinga, que ouve ao longe o canto dos pássaros, o murmúrio das águas do rio Catolé Grande correndo veloz, ou olhando para onde fica a sede da Fazenda Astrolina lembrando de um homem que em 1914 acreditou no potencial desta terra de matas virgens, águas cristalinas, e soube dar espaço em suas terras em 1924 e fundar o arraial de Itatinga, para anos depois tornar-se cidade, a capital da pecuária. (MOURA, 1998, p. 55).

Outrossim, aparece nos registros livrescos a influência da pecuária na modificação da natureza pela inserção de espécies vegetais estranhas à flora original, com a finalidade de obtenção de alimento para o rebanho, bem como pela abertura de campos para a plantação de espécies de culturas de subsistência para a nutrição de suínos. Além disso, relata-se, desde logo, o emprego das queimadas, como estratégia tradicional de preparo da terra para a rebrotagem dos pastos.

[...] chegaram à fazenda Liberdade, de Alfredo Antônio Dutra, que aqui já havia medido suas terras. Aí ele já havia plantado anteriormente capim colômbio, roças de mandioca, tinha criatório de porcos e certa quantidade de gado [...] Ao chegar com a boiada no Catolé Grande, haviam colocado fogo em suas mangas, e ele teve de procurar pastagens para os 700 bois. (MOURA, 1998, p. 100-02).

No emaranhado de mata atlântica itapetinguense, inventariou-se uma composição florestal com vastidão de madeiras nobres, que são aquelas cuja estrutura lenhosa é qualificada como de alta durabilidade, as quais foram largamente aniquiladas com vistas à abertura de espaço para a instalação de fazendas e para o desenvolvimento da bovinocultura, como podemos subsumir dos excertos abaixo disposto:

As matas eram ainda virgens, corria o rio pardo de águas puras e límpidas, com muitos peixes, e Norival comenta da abundância até hoje, pelas pescadas que ainda se faz [...] Depois de titulada a terra em 1935, Juvino

Oliveira começou as benfeitorias: derrubada de mata, plantar capim, fazer cercas, curral, havia muita madeira de lei, e construiu uma sede que existe até hoje. (MOURA, 1998, p. 128).

Nos tempos de floresta virgem, as madeiras de maior importância eram: ipê, cedro, pau d'arco, jequitibá, vinhático, jacarandá, putumiju, peroba, jatobá, aroeira, angico, maçaranduba, Itapicuru e baraúna. Era enorme a quantidade dessas madeiras, constituindo uma floresta de grande beleza. Existiam lugares, como perto do rio Pardo, que a floresta era composta, em cerca de 40% de ipês e perobas. (CAMPOS, 2006, p. 404).

Acrescentamos a esse levantamento mnemônico propedêutico as fartas adjetivações reincidentemente conferidas pelos seus fundadores e que enaltecera a paisagem original de Itapetinga. Tais predicados foram orgulhosamente rememorados na solenidade de posse do seu primeiro prefeito, Juvino Oliveira, que descreveu o sentimento de fascínio que lhe despertou quando avistou, pela primeira vez, a deslumbrante natureza local, traduzida como uma sedutora oportunidade de crescimento, ofertada pela fecundidade de suas terras e suas ímpares condições geográficas.

Quem disse estas palavras como o primeiro prefeito de Itapetinga, no ano de 1955, foi o mesmo jovem mascate que havia descarregado seu animal para vender sua mercadoria no arraial de Itatinga no início da década de 30, e empolgado pela exuberância das matas da região, jurou a si próprio que um dia voltaria para ficar. Cheio de planos e entusiasmo aquele jovem retornou em pouco tempo e, **extasiado pela fertilidade das terras, tornou-se proprietário às margens do Rio Catolé.** (MOURA, 1998, p. 143, grifos nossos).

A natureza era vista prioritariamente como combustível para a engrenagem do metabolismo capitalizante dos grandes latifundiários. Essa narrativa mnésica nos permite vislumbrar indícios do desejo de utilizar as potencialidades de que esta dispõe como alternativa viável para o desenvolvimento regional.

Embora estivesse em plena pujança a ascensão do capital aristocrático rural (aqui considerado como o princípio reitor do progresso pecuarista e como um dos principais vetores de avassalamento de grande fração da cobertura vegetal primária), ainda, existiam alguns sujeitos comuns, não donatários de grandes extensões de posses, que prezavam por um relacionamento socioambiental que era desprovido de qualquer intenção antrópica (baseada na obtenção de riquezas pela alteração da natureza e pela exauriente extração de seus recursos), pois viam a natureza que, naquele período, possuía alguns pontos onde era intocada, como um lugar de interação social, de lazer, onde se podiam visualizar, nitidamente,

uma biota aquática com profusas espécies de peixes e com uma exuberante paisagem que bordejava o rio, ornamentada por árvores frutíferas que saciavam os ribeirinhos.

Notamos, ainda, que, antigamente, o demasiado volume hídrico do Rio Catolé dificultava a sua travessia braçal. Tal fenômeno não mais se constata, devido às intempéries humanas que destruíram o equilíbrio ecológico da região, principalmente das matas ripárias, responsáveis pela manutenção da integridade biológica dos cursos d'água, fazendo-os minguaem.

[...] quando aqui chegou, ele, José Abraim, ia para o trecho do rio abaixo da Praça da Bandeira, onde a turma jovem ia brincar, tomar banho, e as matas virgens circundavam o rio, os cardumes de curimatás nadavam em águas puras e cristalinas, e em toda a beira do rio havia ingazeiros [...] José Abraim lembra que em 1937, em Itatinga, seu futuro sogro tendo vindo da Fazenda Negra até o Rio Catolé, perto de onde hoje existe a ponte, e nessa época era um rio caudaloso, que só se atravessava de canoa. (MOURA, 1998, p. 177).

Victória lembra que ela e seu irmão, José, adoravam viver na fazenda, estar em contato com a natureza, brincar [...] Ruth também fazia queijo e requeijão. Victória e José sempre estavam a nadar no rio, ou a fazer piqueniques, e, de vez em quando, os pais os acompanhavam até a fazenda Arrebol, de Alípio Espinheira, que até então somente tinha a casa do vaqueiro, e lá faziam o piquenique à beira do rio. (MOURA, 1998, p. 186).

Por fim, nos anais das memórias socioambientais itapetinguenses consta que um de seus primeiros prefeitos, José Vaz Espinheira, decidiu, em sua gestão, transformar uma parcela de suas florestas num empreendimento turístico municipal, como medida tuitiva ministrada sobre um fragmento de natureza virgem, que serviria, inclusive, como vitrine expositiva para as presentes e futuras gerações da superlativa biodiversidade de que esta terra dispunha.

Diferente das áreas florestais degradadas em favor da bovinocultura, este espaço se tornou um ambiente socialmente privilegiado e preche de muitas memórias afetivas, o que contribuiu para que a própria comunidade local reivindicasse a sua manutenção conservacionista, tornando-se um bem coletivo, uma referência do ecossistema local que suscitava o orgulho de seus munícipes e atraía o interesse regional por conhecer tal empreendimento, fato esse que movimentava a economia local por intermédio do turismo.

Amando a natureza, **resolveu preservar uma parte muito bonita de Itapetinga:** idealizou e construiu o Parque Florestal da Matinha, convidando o artista plástico São Felix para fazer todas as 17 esculturas, inclusive a do índio que havia na entrada, e que também em afronta à cultura, foi destruída. É um dos pontos turísticos mais bonitos e visitados de Itapetinga, inclusive por caravanas vindas de outras cidades para apreciar, estudar e ver as matas,

os animais, como a anta. **São 15 viveiros de pássaros, alguns espécimes raros ou em extinção, porque a beleza natural ali existente é realmente maravilhosa.** (MOURA, 1998, p. 192, grifos nossos).

Findas estas considerações, encaminhamo-nos, a partir de então, para uma tratativa que se dedicou em abordar a importância da pecuária para a formação social e territorial itapetinguense. Assim, encetamos uma discussão alusiva aos valores culturais que gravitaram sobre essa sociedade e inspiraram o seu comportamento diante do meio ambiente, de forma a sedimentar paulatinamente a problematização proposta, que consistiu em dialogar a respeito de uma interpretação ambiental que é historicamente condicionada por complexos fatores.

6.1.1.1 O boi como definidor da arquitetura socioambiental: o legado de um ícone do poder econômico territorial

A cultura possui o condão de conferir valor às materialidades e às imaterialidades de uma determinada ambiência. Os seus elementos portam as semânticas socialmente convencionadas e consignam as prioridades, as ideologias, a cosmovisão e os demais aspectos congêneres que concorrem para erigir a identidade de um povo, ou, numa perspectiva mais dilatada, de um território.

É apropriado servir-nos dessas reflexões como supedâneo para respaldar a predominância atinente ao boi na conjectura itapetinguense, pois este é consagrado como um venerado signo, em torno do qual se instituiu o baluarte de toda envergadura cultural do município, sendo, portanto, vislumbrado como um elemento compósito, pelos motivos a seguir aduzidos: funcionou como um definidor da tradição territorial; consolidou-se como um vultoso determinante econômico de categorias hegemônicas; atuou fortemente como um agenciador político desses grupos; e se firmou como um pretexto cabível para perpetração da destruição ecológica, desempenhada em favor da opulência da elite produtora.

Para ilustrarmos essa enunciação, apresentamos um registro mnésico de um dos gestores pioneiros da cidade em tela, o qual hospeda a narrativa política que se arrimava na pecuária como estratégia de projeção identitária e da consolidação do reconhecimento da importância local:

Lá pelos idos de 1955, quando fui, pela primeira vez, a uma Secretaria de Estado e pedi à moça do gabinete para anunciar ao titular a presença do prefeito de Itapetinga, ela perguntou: - Onde fica isso?
- É um dos novos municípios da Bahia –respondi-lhe.

Ela me mandou que eu esperasse. Apesar de a poltrona ter sido daquelas bem macias, foi uma agonia esperar tanto, para depois receber a informação de que deveria voltar no dia seguinte.

“Matuto como sou, fiquei matutando que jeito dar para que o meu município se tornasse conhecido e conceituado. Achei que só através de uma boa propaganda de nossa principal fonte de produção, a pecuária.

[...] Hoje, tudo é bem diferente, pois, **morando em Salvador, faço constantemente um teste com as pessoas e observo que muitas conhecem a cidade, outras dizem que têm parentes ou amigos por aqui, e falam sempre: “Ah! Itapetinga é a terra do gado, é uma cidade rica, com exposições de pecuária, indústria de calçados de leite em pó, um frigorífico...”** Nas repartições públicas, lembram de ex-prefeitos e sabem da existência da nossa “Matinha”, do “Parque da Lagoa” e da “Capela do Menino Jesus”. Mas, de uma forma geral, todos dizem que a cidade tem “um boi na praça [...]” Em resumo, a cidade já é bastante conhecida e respeitada e não precisa mais o prefeito ‘tomar chá de cadeira’! (CAMPOS, 2006, p. 219-24, grifos nossos).

Em março de 1982 essas minúcias endossaram a crítica formulada pelo escritor José Carlos Capinan, que fez alvorecer o panorama holístico sociológico da realidade em exame. O autor desenvolveu uma reflexão centrada na devoção do boi que, em virtude do prestígio social que lhe era devido, se transformou num monumento, tendo a sua efígie esculpida e entronizada na praça principal, estando, pois, circundada pelos estabelecimentos comerciais, pela rede hoteleira, pelos bancos. Enfim, estava fixada num local privilegiado, isto é, onde se diligenciava a circulação monetária intermediada pela pecuária. Assim, todos esses setores, numa atitude de subserviência, rendiam graças à nobreza ali representada.

Além disso, é passível de destaque o fato de sua estátua estar posicionada defronte à prefeitura municipal. Situação que nos conduz a pressuposição de que, talvez, esta fosse uma forma de prescrição dos seus fundadores para que os gestores porvindouros gerissem a cidade sem relegar a viga mestra do engrandecimento desta pequena localidade. Era, pois, um modo de projetar o olhar presente sobre a magnificência do passado. Era a evocação da memória pelo efeito da materialidade.

Até mesmo os nomes que identificavam algumas destas esculturas eram suntuosos: Boi Soberano e Vaca Rainha. Percebemos, portanto, que pairava sobre este ícone toda uma atmosfera de apoteose. A postura erguida do animal revelava a sua imponência. A sua aparência corpulenta demonstrava o desmesurado investimento dos seus produtores, para ostentar o seu robusto império econômico. O seu olhar, mirando para o horizonte, parecia expressar uma vastidão de campos ainda a serem desbravados e que sustentariam o progresso em vigência. A vaca, por sua vez, aparece inclinando para se alimentar dos pastos tão elogiados que substituíram as densas vegetações ripárias, as quais foram bruscamente

derrubadas para adequar a terra para a bovinocultura. Assim, as riquezas financeiras de um grupo foram erguidas pela derrubada da riqueza ecológica de uma localidade.

Diante da sedimentação semântica que recai sobre a efígie do boi, é cabível associarmos tal elemento ao conceito de semióforo, pois as subjetividades e as características relacionadas a ele estão em harmonia com as prescrições conceituais expendidas por Marilena Chauí (2000, p. 7-8), quais sejam:

Trata-se de um signo [...] para indicar algo que significa alguma outra coisa e cujo valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica. [...] Um semióforo é fecundo porque dele não cessa de brotar efeitos de significação. [...] é, pois, um acontecimento, um animal, um objeto, uma pessoa ou uma instituição [...] são coisas providas de valor simbólico, capazes de relacionar o visível e o invisível, seja no espaço, seja no tempo, pois o invisível pode ser o sagrado (um espaço além de todos os espaços) ou o passado ou o futuro distantes (um tempo sem tempo ou eternidade) e expostos à visibilidade, pois é nessa exposição que realizam sua significação e sua existência...[...] é um objeto de celebração [...] monumentos; e seu lugar deve ser público: lugares santos (montanhas, rios, lagos, cidades), templos, museus, bibliotecas, praças, jardins, enfim, locais onde toda a sociedade possa comunicar-se celebrando algo comum a todos e que conserva e assegura o sentimento de comunhão e unidade.

Assim, fica translúcido que os semióforos carecem de evidenciação espacial e que acomodam em si uma vinculação entre os aspectos ostensíveis e abstratos. Portanto, para se captar as semânticas incrustadas neste signo, aqui considerado como um patrimônio cultural, tornou-se necessário apreendermos o que este ícone representa na sua plenitude. Nisto, Silva (2008) recomendou a análise minudenciada de tal obra, de sua afixação espacial, de sua história e das motivações sociopolíticas e ideológicas que concorreram para a sua edificação.

Nos dizeres de Le Goff (1992), a capacidade de perpetuação, premeditada ou espontânea, por parte das comunidades históricas, é uma das propriedades que os monumentos possuem, configurando-os como uma herança da memória coletiva. Com base nessa ótica, podemos mencionar que a criação dos monumentos é uma ação carregada de pretensões de grupos predominantes (CHOAY, 2011).

Voltando a Capinan, ele construiu, em seu texto, uma analogia entre a deificação do boi pelos indianos e a sacralização do mesmo pelos produtores de gado itapetinguenses. É sabido que a esfera do sagrado é habitada, dentre outras nuances, pelo sentimento de gratidão, em face das bênçãos recebidas pelos adoradores. Assim, acreditamos que uma das motivações pelas quais se estabeleceu a alegoria com o prisma religioso se deu em razão dos muitos

proventos alcançados pelos fazendeiros, por força do mercado bovino sobre o qual se estabeleceu uma relação dadivosa.

Esta realidade nos reporta ao estudo das convicções disseminadas por Benjamin (2013), quando recomendou que o capitalismo deve ser visualizado como uma praxe religiosa. Para este teórico, que se inspirou, fundamentalmente, nos postulados weberianos alusivos à ética protestante, a referida vertente apresentava características análogas ao exercício dogmático.

Com base nesse direcionamento, este autor observou que a prática capitalista era validada por expressões de culto (apesar de nunca as ter especificado), tributadas por um adorador. Assim, estabeleceu um paralelo entre as moedas dos Estados e as representações divinas eleitas pelas religiões, dizendo que o dinheiro e a riqueza eram objetos de adoração do capitalismo, similarmente ao que ocorria na esfera sacrossanta.

Na obra onde problematizou este tema, Benjamin (2013) sugeriu a leitura do título **Convocação ao Socialismo** (*Aufruf zum Sozialismus*), publicado por Gustav Landauer, cujo conteúdo é sucintamente transcrito a seguir, para ilustrar o pensamento embasador da tecida discussão, qual seja:

Fritz Mauthner (Wörterbuch der Philosophie) mostrou que a palavra “deus”[Gott] é originariamente idêntica à “ídolo”[Götze], e que as duas querem dizer “o fundido”[Gegossene]. Deus é um artefato feito pelos humanos, que ganha uma vida, atrai para si as vidas dos humanos e, finalmente, torna-se mais poderoso que a humanidade. O único fundido, o único ídolo, o único Deus a que os humanos deram vida é o dinheiro [Geld]. O dinheiro é artificial e é vivo, o dinheiro produz dinheiro e mais dinheiro, o dinheiro tem todo o poder do mundo. (LANDAUER, 1919, p. 144, tradução nossa).

Em continuidade a análise documental, percebemos que havia nessa reminiscência um teor de indignação, manifestada em formato de uma denúncia poética que relatou a paradoxal convivência entre a riqueza, concentrada nas mãos de uma minoria abastada, e o pauperismo, vivenciado por uma ampla malha social. Metaforicamente, o autor se utilizou da inópia que vitimava o faquir (personagem hindu que, artisticamente, se submetia às provas de resistência à dor, com a finalidade de arrecadar donativos dos seus expectadores para sua subsistência), para contextualizar a situação de opróbio em que viviam os servidores da seara bovina.

Ventilava-se, portanto, a patologia da inversão dos valores sociais, exprimida pela desproporcionalidade que existia entre a dignidade vivida pelo animal divinizado e a

animalização da pessoa humana, mas que subsistia de forma asselvajada, refém das sevícias e das condições inóspitas ofertadas pela exploração da cúpula dominante.

Tal discrepância pode ser ratificada pelas anotações referentes à nutrição do rebanho, que era baseada numa dieta balanceada para deixar o novilho cevado. Contrariamente, o porte físico franzino dos vaqueiros deixava transparecer o descaso social, evidenciado pela penúria que os mesmos enfrentavam no período em que, coincidentemente, a cidade era apelidada de Itafome.

Quando se afirmou no texto em bojo que, **ser faquir é quase uma arte** (JORNAL DIMENSÃO, 1982, p. 4), enfatizou-se essa habilidade como algo que despertava admiração, e era deveras surpreendente contemplar a resistência de uma sociedade raquítica que, paradoxalmente, dava suporte para a manutenção do gado cevado.

Numa linguagem carregada de especificidades agrárias, facilmente decodificada por quem possui familiaridade com a área, Capinan prosseguiu tratando da nítida relação de conveniências reinantes, e, numa ótica satirizada, dissecou, precisamente, os ângulos de disparidade social refletidos nesse cenário, isto é, *o lado dos chifres dourados da consagrada concentração latifundiária e o lado podre do berne* (JORNAL DIMENSÃO, 1982, p. 4).

A paisagem, na sua versão mais remota e soturna, foi retomada com pormenores para ilustrar a ocupação dos reféns da precariedade, que viviam segregados na outra margem do rio catolé. Esse ponto era, à época, uma referência geográfica negativa, por conta da indigência social ali amontoada. Era, pois, um ambiente fadado a receber, **no mínimo, umas quinze mil criaturas marginalizadas e candidatas à difícil arte do faquirismo** (JORNAL DIMENSÃO, 1982, p. 4).

Esse quadro infenso está congado com a perspectiva da vulnerabilidade socioambiental descrita por Alves (2006) como sendo a convivência espacial de coletividades humanas excessivamente miseráveis e com um grau de privação alarmante (susceptibilidade social) em áreas insalubres, resultantes de um colapso ambiental.

Esse fenômeno pode ser relacionado, também, com os pressupostos de Secchi (2015), que tratou em sua obra denominada de **La ciudad de los ricos e la ciudad de los pobres** sobre a dinâmica de diferenciação e exclusão percebidos em Paris, Antuérpia e Bruxelas. As análises desse autor se concentraram na realidade da segregação urbana, ocorrida no território europeu, embora tenha elegido como plano de fundo de suas investigações o modelo urbano Norte-Americano e a decadente circunstância do modelo civilizatório da América Latina. Para ele, “a cidade, sede de inovação e progresso, foi também máquina potente de diferenciação e separação, de margem e exclusão de grupo étnicos e religiosos, de atividades e profissões, de

indivíduos e de grupos de identidade e regras diferentes, de ricos e pobres” (SECCHI, 2015, p. 19).

O disparate anteriormente arrolado induziu Capinan a exprimir a apatia e a desumanidade incidente sobre a classe social vulnerável, através da equiparação desta com um verme (cuja sobrevivência dependia da sucção da vitalidade do boi). Tal parasita fixava-se na camada superficial do seu revestimento anatômico (o couro), circunstância símile a que aquele povo vivia, ao se situarem às margens do sistema (externamente), estando alheios a todo metabolismo capitalizante que gerava tamanha riqueza para uma reduzida parcela social.

O quadro de miserabilidade em questão é reforçado e ganha novos contornos hermenêuticos ao ser mesclado com a liturgia da crença hinduísta. Para tanto, resgatou-se o processo cultural de purgação da alma pela imersão do corpo nas águas poluídas do rio Ganges, pretendendo ratificar a similaridade existente entre este ato e a contaminação humana derivada do mergulho na conspurcada fonte capitalista. Quiçá, o cronista quis traduzir a imundície experimentada pelo rio catolé como sinônimo da ganância dos fazendeiros que, para aumentarem suas fortunas adquiridas pela produção de gados, envilecia o ser humano e a natureza, subjugando-os.

O rito purificador descrito consistia, na concepção dos indianos, na extração da mácula impregnada no corpo, que, numa perspectiva tropológica traçada para o entendimento da realidade itapetinguense, subentendemos ter correspondido às aparentes marcas das mazelas sociais entranhadas naquele território, que foram resultantes dos diuturnos infortúnios que afligiram esta vulnerada população e que precisavam ser sublimadas para redimir a ostentada imagem de riqueza da terra do gado forte.

Capinan focalizou seu discurso na fome do homem que assistia a engorda da arroba do boi, ao tempo em que sofria na esteira do definhamento pela ausência de víveres, e, além disso, perdia seu vigor e sua saúde pela dedicação de sua força de trabalho para o ganancioso desenvolvimento da pecuária.

A privação alimentar registrada pode ser refletida pela ótica analítica de Silva (2007), para quem a fome mundial não é resultante, exclusivamente, da ausência de comida, mas deriva, especialmente, de uma gritante injustiça social que segrega e marginaliza a população hipossuficiente. Seus argumentos se conciliam com o pensamento de Amartya Sen (2010), quando disse que “a fome pode ocorrer mesmo sem nenhum declínio na produção ou disponibilidade de alimentos” (SEN, 2010, p. 194).

Tais colocações nos encaminham para as reflexões de Quirino (2014), as quais anunciam que a atenção direcionada para os Indicadores de Desenvolvimento Humano (IDH)

não foi inaugurada no século XX, pois, décadas antes de sua concepção, expertos desse campo já sinalizavam suas preocupações, empregando a renda per capita como parâmetro para mensurar o progresso econômico.

O desenvolvimento econômico do Brasil quando medido através dos índices da renda média per capita, não pode ser contestado. Mas, se procurarmos auferi-lo através da distribuição real das rendas pelos diferentes grupos sociais, mostra-se ele então bem menos efetivo. E a verdade é que o progresso social não se exprime apenas pelo volume da renda global ou pela renda média per capita, que é uma abstração estatística, e sim por sua distribuição real. E esta distribuição em lugar de melhorar, de mostrar sua tendência a uma benéfica dispersão, cada vez mais se concentra em certas áreas e nas mãos de certos grupos. Faltou ao governo a coragem de tocar nas estruturas de base, causadoras deste desequilíbrio e de promover, com o processo de desenvolvimento, este nivelamento reequilibrante do conjunto econômico do país. Mesmo industrializando-se, a nossa economia seguiu os ditames de uma economia de tipo colonial, politicamente desinteressada pela sorte da maioria, apenas ocupada em desenvolver mais o já desenvolvido e em enriquecer mais os já enriquecidos pelo sistema vigente. E é neste aspecto desequilibrante que o nosso desenvolvimento econômico não corresponde a um autêntico desenvolvimento social, que representa a autêntica aspiração das massas brasileiras. (CASTRO, 1961, p. 379-80).

A posteriori, Capinan concentrou sua abordagem no recurso natural (a água), tratando-a, ainda, com uma conotação alegórica, como um portal de acesso ao transcendental, dando vazão à fluência do sobrenatural, ao envolvê-lo no manto da mística hindu. Foi dito que lá no Ganges, que é um rio marcado pela poluição, é onde se origina a pureza. Assim, o rio se configura como o depósito das escórias do homem que, para evoluir no plano espiritual, precisava receber a remissão de suas transgressões no mundo humano. Paralelamente, evidenciou-se que “o catolé também tem suas propriedades ‘purificadoras’. Despejo da opulência, alimenta com suas piabinhas e ‘schistosomas’ os bernes do boi sagrado” (JORNAL DIMENSÃO, 1982, p. 4).

Fica patente, neste excerto, uma das primitivas percepções concernentes ao impacto na qualidade das águas deste rio, que eram maculadas pelo principal combustível do êxito econômico municipal, isto é, as manadas de raça nobre que ali diluíam os resíduos do pseudo progresso. Para vaidade dos seus produtores, o couro do boi – comercializado a preços portentosos - ficava orgulhosamente lustroso (purificado) ao imergir nas águas do catolé, enquanto o recurso vital, desde já, sofria as suas primeiras agressões diretas.

Granziera (2006) e Derisio (2007) pontificaram que a atividade pecuária, que se utiliza dos rios para dessedentação dos seus animais, concorre para que os cursos d’água se tornem

inquinados em razão do despejo de excrementos, comprometendo, assim, a qualidade hídrica pela contaminação por patógenos que oferecem riscos para saúde ambiental e para a humana.

Essas consequências se avolumam quando se acrescentam as considerações de Souza (2010), o qual informou que a bovinocultura aniquila as matas ciliares espaiadas pelas bordas dos rios e interfere negativamente na renovação do ciclo de água doce, por conta da compactação sofrida pelo solo em face do pisoteio do gado, fato que prejudica a eficiência da absorção do elemento vital pelos lençóis freáticos e escasseia os seus depósitos.

No âmago da problemática em exame, ecoava na fala de Capinan outra discrepância relacionada à saúde pública, pois, obviamente, estes dejetos infestados por protozoários flagelados seriam depositados no organismo dos ribeirinhos pela ingestão da água e dos peixes, que eram uma das poucas opções de provisão alimentar.

Na opinião de Petermman e Cruz (2017), a ruína ambiental e a exaustão dos recursos naturais atingem, genericamente, a qualidade biológica das populações, sobretudo das que vivem em situação de pobreza, porquanto são propensas aos perigos dos desastres ecológicos, pois necessitam dos recursos da natureza, tais como pesca ou agricultura, para sua subsistência.

Atualmente, além desses aspectos microbiológicos, fala-se em consumo indireto de agrotóxicos pelos seres humanos, devido aos impactos que estes provocam no bioma aquático, uma vez que os pastos que se localizam próximos das fontes d'água receberam elementos químicos que se irradiam para os recursos hídricos. Esta circunstância está tão atual quanto há mais de 80 anos atrás, no período em que mereceu a abordagem de Rachel Carson, na obra **Primavera Silenciosa**, que a fez se pronunciar sobre o tema dizendo que:

[...] entre tais substâncias, figuram muitas que são utilizadas na guerra do Homem contra a Natureza. A partir de meados de 1940, mais de 200 substâncias químicas, de ordem básica, foram criadas, para uso na matança de insetos, de ervas daninhas, de roedores e de outros organismos que, no linguajar moderno, se descrevem como sendo 'pestes', ou 'pragas'; e elas são vendidas sob vários milhares de denominações diferentes de marcas. (CARSON, 1962. p. 30).

Com arrimo em Souza e Ghilardi (2017), destacamos que, como uma consequência atrai outras, estes efeitos advindos da poluição das águas (por agentes químicos excessivamente carcinogênicos e mutagênicos) repercutem não somente na integridade física do ambiente, mas na saúde do homem que acaba desenvolvendo uma variedade de tumores

malignos nunca antes diagnosticados, em face da ingestão desses compostos químicos ministrados sobre o meio ambiente.

Fiorillo (2013) admitiu que o desempenho da pecuária é uma ação econômica com acentuada capacidade degradante em prejuízo das fontes da natureza, em especial, das águas que é um recurso indispensável à manutenção da vida na Terra. Nesta senda discursiva, de interesse da justiça ambiental, estão abrangidos tanto a higidez da natureza quanto do ser humano, enquanto foco dos impactos sociais da destruição ecológica, haja vista que:

[...] todos os anos, morrem mais pessoas das consequências de água contaminada do que de todas as formas de violência, incluindo a guerra [...] A contaminação da água enfraquece ou destrói os ecossistemas naturais que sustentam a saúde humana, a produção alimentar e a biodiversidade. [...] A maioria da água doce poluída acaba nos oceanos, prejudicando áreas costeiras e a pesca. [...] Há uma necessidade urgente para a comunidade global – setores público e privado – de unir-se para assumir o desafio de proteger e melhorar a qualidade da água nos nossos rios, lagos, aquíferos e torneiras. (ONU, 2010).

Em continuidade ao raciocínio em exame, fica nítido que o animal inspirava cuidados bem mais satisfatórios do que o próprio ser racional sobre quem recaiam duas premissas suscetíveis de meditação: uma delas se referia à condição de homem, convivente numa comunidade onde, contrassensualmente, os únicos que desfrutavam de uma vida afável eram tanto o seletor animal quanto o coletivo privilegiado que investiu neste um valor simbólico sobrecomum. A outra, versava sobre o predicado da pobreza, intrínseca ao indivíduo estigmatizado, considerado como um desabonado sujeito que assumiu uma conotação de ser desviante do paradigma da riqueza da renomada Terra do Gado Forte.

Escancaramos, assim, a impiedade e o fanatismo de uma coletividade considerada excelsa em dinheiro, mas que, pela sua omissão no que tange à alteridade, era, na verdade, desafortunada de humanidade e sensibilidade tanto para com o elemento humano quanto para o inumano (que não fosse o bovino), estando completamente alicerçada em alvos egoístas de engrandecimento patrimonial pessoal e do abastecimento do acirrado industrialismo, haja vista que “nas terras do boi sagrado se lamenta mais a morte da bezerra do que a mortalidade infantil. Nas terras do boi sagrado a glória pertence mais ao Leite Glória¹³ que às nutrizas humanas” (JORNAL DIMENSÃO, 1982, p.4).

¹³ A primeira indústria de laticínios do município, inaugurada dia 20 de abril de 1969, para a qual os pecuaristas da região forneciam insumos *in natura* para o fabrico de leite em pó, atividade até então pioneira no Norte-Nordeste do Brasil.

Uma moléstia socioambiental como a que acabou de ser assinalada deveria provocar consternação. No entanto, a única coisa que traria comoção para os fazendeiros seria o prejuízo com o vitelo. A comunicação, mediada por vários trocadilhos com termos rurais contundentes, deixava claro que o bem-estar de sôfregos infantes estava aquém daquilo que afetava a piedade tirânica dos pecuaristas.

Em prossecução, Capinan dissertou sobre a submissão do solo agrícola, em atendimento exclusivo ao deleite do prodigioso ruminante fornido de muitos regalos. A pecuária açambarcava o uso da terra, erguendo o monopólio da cultura forrageira em detrimento de outras lavouras que poderiam se consubstanciar como fontes de subsistência para as famintas famílias distribuídas pelo seu território, consoante observação sequencialmente verificável: “E a quem pertence este rebanho? Ninguém reclama esta propriedade. Dispensados pela monocultura do capim, já não lavram sua mandioca, já não cultivam seus metros quadrados de laranjas, goiabas e bananas, nem outras lavourinhas que não engordam o boi sagrado” (JORNAL DIMENSÃO, 1982, p. 4).

Reconhecemos, a partir do raciocínio de Acselrad, Mello e Bezerra (2009), que a desigualdade ambiental ora assinalada, que é alicerçada na injusta acessibilidade aos bens naturais, compreende inúmeras situações que vão desde a produção até o consumo e se revelam no incessante processo de supressão de alternativas não capitalistas de apropriação da natureza, como acontece, por exemplo, com a produção agrícola sistemática de pequeno porte. Ocorre que os atores sociais desse contexto são afetados pelas implicações da degradação ambiental advindas da instituição de superlativos empreendimentos de crescimento econômico. Assim,

[...] a inserção em tais territórios de monocultura e pastagens acarreta em desestruturação das atividades tradicionalmente executadas nessas terras. Trata-se, portanto, dos casos em que, em certas combinações de atividades, o meio ambiente transmite impactos indesejáveis (as ditas “externalidades”) que podem fazer com que o desenvolvimento de uma atividade comprometa a possibilidade de outras atividades manterem-se. (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 74).

As ponderações de Ferraz (2017) sobre esse assunto demonstraram que os detentores do capital exercem monopólio sobre a apropriação da natureza, originando mecanismos excludentes e egoísticos que não oportunizam a manifestação de outros modos de produção e de sobrevivência, tais quais os adotados pelos sujeitos mais lesados pela degradação ecológica proporcionada pelo capitalismo. Em contraposição a essas ações de subsistência, as práticas de monocultura e de pastagem constituem um avultado ganho econômico centralizado nas

mãos de um reduzido coletivo, fato que aponta para o quão a desigualdade ambiental está umbicalmente ligada com a social.

Nas palavras de Pereira e Bandeira (2021), a monocultura, que é classificada como uma operação deletéria para a natureza, traz como resultados a esterilidade edafológica, a desertificação, além de ser responsável pela majoração dos nefastos impactos colaterais incidentes sobre outros componentes ecossistêmicos que representam perigo, também, para a sobrevivência humana.

Em harmonia com estas colocações, Rambaldi e Oliveira (2005) registraram, outrossim, que esta prática obstrui o fluxo dos animais que agem como vetores de polinização e de dispersão de sementes. Em decorrência disso, as populações faunísticas e florísticas ficam insuladas, o que culmina no empobrecimento da variabilidade genética da biodiversidade e, numa escala temporal paulatina, repercute na extirpação de espécies.

A comentada circunstância é biologicamente conhecida como fragmentação, que, em convergência com outros transtornos antrópicos, conduz à geração das florestas vazias, as quais são qualificadas como áreas de vegetação onde a biodiversidade foi dizimada, tendo como conseqüência a subversão da potencialidade ecológica.

Em prossecução ao exame mnésico fundamentado nos documentos selecionados, encontramos que Capinan, sob o efeito de uma profunda introspecção, ponderou que, decerto, os pacientes das barbaridades ora externadas assentavam sua esperança numa escapatória celestial, confiando numa vida na eternidade. Em contraposição a essa expectativa, os argumentos do autor propenderam para o ceticismo, ao realizar especulações eivadas de incertezas, respeitantes a esse idealizado plano espiritual, que, talvez, fosse uma réplica das injustiças sociais assimiladas na dimensão terrena, pois os sujeitos da comentada realidade “deserdados do mundo, esperam as recompensas da vida eterna. Mas talvez nem as terras da promessa lhes reservem um canto de lavoura. Quem sabe já não estarão demarcadas quando lá chegarem?” (JORNAL DIMENSÃO, 1982, p. 4).

Na visão do escritor, eram ilógicas as evasivas proferidas, de forma algoz, pelos pecuaristas que, para se escusarem de sua indolência para com os vassalos do sistema, forjavam teorias elucidativas para a pobreza, ao atribuir a esses a culpabilidade exclusiva de sua desventura. Com espeque nesse pensamento tirânico, os aristocratas rurais eram categóricos em postular que “pobre é pobre porque quer. Ou melhor, pobre é pobre porque não trabalha” (JORNAL DIMENSÃO, 1982, p. 4). Assim, deixavam expresso que a causa da pobreza não seria a concentração de riqueza nas mãos de alguns, mas consistia na inércia de uma população adepta do ócio e do desinteresse em se submeter ao labor.

Essa postura inclemente está nivelada com o que Morin (2005), ao tratar sobre a autoética (explanada em tópico específico), designou de moralina, que é um instrumento de condenação do outro, a partir de rasos critérios de moralidade. Corresponde, ainda, a qualificação do erro alheio como falha moral. Esse tipo de representação incita a uma mentalidade intolerante que valida o sacrifício do outro, nos moldes da lei de talião.

Há nessa propositura da autoética um mecanismo chamado de recursão ética, que engloba a execução das práticas de autoanálise, autocrítica e da cultura psíquica, as quais nos assessoram a “avaliar nossas avaliações, julgar os nossos julgamentos, criticar as nossas críticas (MORIN, 2005, p. 97). O desempenho desses princípios fomenta uma compreensão mais dignificante do outro e refreia a nossa predisposição em culpar o alheio, uma vez que se observa que:

A incompreensão impera nas relações entre os seres humanos. Faz estragos nas famílias, no trabalho, na vida profissional, nas relações entre os indivíduos, povos, religiões. Cotidiana, onipresente, planetária, gera os mal-entendidos, provoca o desprezo e o ódio, suscita a violência e sempre anda ao lado das guerras. Com frequência, na origem dos fanatismos, dos dogmatismos, das imprecações, dos ataques de fúria, há incompreensão de si e dos outros. (MORIN, 2005, p. 109).

Segundo Carvalho (2018), essa perspectiva moralista de se vislumbrar a paupérie não é algo recente, pois, no século XIX, já era habitual atribuírem aos pobres os predicados de indigência meritória ou não. Admitiu-se, contudo, no desfecho do século XX, o acréscimo de especificações estigmatizantes para os componentes daquela primeira categoria, fazendo com que esta fosse representada, também, pelos negros, pelas pessoas de zonas rurais, para quem são destinados alguns cognomes depreciativos, tais como: dependentes, passivos, preguiçosos, vadios, irresponsáveis, adjetivos que maculam a honra do sujeito, responsabilizando-o pelo malogro pessoal, pela exclusão, pela inadaptabilidade ao sistema, afastando-o da condição de vítima da macroestrutura capitalista complexa, conforme ensinounos Ivo (2008).

Este quadro se harmoniza com as análises de Tocqueville (2003) sobre os rudimentares impactos da industrialização europeia, as quais discerniram que os Estados que aparentavam ter um maior grau de miserabilidade eram os que, paradoxalmente, possuíam uma população com baixa indigência, ao passo que as sociedades que ostentavam opulência tinham uma parcela substancial de seus integrantes sobrevivendo de donativos.

Com referência em Polanyi (1957), notamos que há uma consonância entre a pobreza social e a economia capitalista, deixando subtendido que a inópia de alguns implica na

profusão de outros. Em simetria com esse pensamento, encontramos Porto Gonçalves (2004), que criticou a lógica do sistema capitalista, ao denunciar que para uns estão reservados “os proveitos e para outros os rejeitos” (PORTO GONÇALVES, 2004, p. 129).

O autor do registro mnésico em comento teceu, ainda, uma análise percuciente sobre a universalização da doutrina capitalista que, malgrado o seu apogeu e ubiquidade, não consegue, no seu entendimento, ludibriar “nem aos civilizados nem humanistas, mesmo sendo municipais. E civilizados e humanistas não faltam neste município, mesmo na parte gorda da felicidade itapetinguense” (JORNAL DIMENSÃO, 1982, p. 4).

Anotamos, contudo, que, na ótica de Capinan, a sensatez não estava integralmente extinta, pois remanesciam, ainda, os que não tiveram suas mentalidades alienadas por este raciocínio exploratório da força e da dignidade humana e expressavam discordância quanto à arbitrariedade que regia a relação de trabalho entre os arregimentados da fatigante empreitada de boiadeiro, que eram descompensados por uma remuneração incapaz de suprir as demandas básicas de uma família, endossando uma vida de privações extremas.

Apesar do privilégio da abastança ser restrito aos burgueses pecuaristas, “muita gente sabe nesta cidade que não é justo ser feliz sozinho. Muita gente sabe que dez mil e pouco de salário mínimo ¹⁴ não dá camisa a ninguém, nem enriquece a quem trabalha todas as horas do dia consagrado ao boi. Não enriquece nem sobra pra escola. Não enriquece nem sobra pro remédio” (JORNAL DIMENSÃO, 1982, p. 4).

Tal circunstância pode ser equiparada com a conjectura indigitada por Silva e Gennari (2020), a qual retratou que, numa escala global, a disparidade social tem avançado vertiginosamente, pois levantamentos revelam que 50% da riqueza mundial está retida como patrimônio de apenas 1% da população, enquanto que 3% de toda colossal riqueza produzida é disponibilizada para 70% do *quantum* humano, corroborando os dados relatoriais emitidos pelas Nações Unidas, em 2020, nos quais consta que, crescentemente, a renda e a riqueza se centralizam nos cofres dos povos mais ricos.

Nesta direção, os autores deixaram assente que esta estrutura social, estimuladora da perpetuação e do recrudescimento da miséria mundial, é igualmente causadora da deterioração ecológica, mostrando que ambas as perspectivas são constituintes do assolador processo capitalista.

¹⁴ De acordo com a tabela de valores de salário mínimo, que compreende o lapso temporal de 1940 até 2022, no período de 1982, o seu valor perfazia um total de Cr\$ 16.608,00 cruzeiros, que era a moeda vigente no país, naquela época.

Em complementariedade ao investigado nos documentos, reafirmamos que a péssima qualidade de vida da população e a insalubridade do trabalho rural constituíam o diagnóstico dos flagelos sociais que acometiam esta utópica cidade, onde lamentar-se era uma ação passível de censura.

Desvelamos, até então, uma realidade dotada de contrastes, na qual a primazia pelo tratamento humanizado do privilegiado animal continuava ameaçando a higidez do homem e dos outros componentes do meio ambiente. Acontecimentos estes que estão sintetizados na locução adiante exibida: “Pelos chifres do Zebu, juro que a magrém do povo vem do capim gordura. Ou seja, a magreza do Zé vem da engorda do Zebu” (JORNAL DIMENSÃO, 1982, p. 4).

É pertinente associarmos essa atestação às enunciações de Barca (2012), para quem a classe trabalhadora, que faz parte do movimento contra hegemônico, é a que mais anela por um outro formato desenvolvimentista que prima pela sociabilidade equitativa, pois:

[...] as pessoas da classe trabalhadora são as mais ameaçadas pela destruição do meio ambiente, porque trabalham em ambientes perigosos, vivem nos bairros mais poluídos e têm menos possibilidades de se mudar para uma área não contaminada ou comprar alimentos saudáveis. Portanto, eles têm o maior interesse em desenvolver políticas de sustentabilidade. É do interesse da ordem social dominante ocultar esse fato e impedir a formação de alianças entre os movimentos sociais. (BARCA, 2012, p. 76).

O insigne produtor textual, José Carlos Capinan, ultimou seu arcabouço discursivo pautando-se em motes de substantiva relevância (tão contemporâneos em muitas conjecturas, até mesmo ignotas), denunciando que Itapetinga era um pequeno recorte da dissensão e do massacre social que o país vivenciava em toda sua circunscrição pelo despotismo e pela fraudulência política, por parte de comungantes do mesmo sentimento de negligência para com o padecimento dos socialmente desfavorecidos.

Posto isto, este crítico legou-nos uma instigante indagação antropocêntrica, merecedora de crédito, a saber:

E não seja Itapetinga a única razão deste mugido. Os municípios no Brasil inteiro devem estar mugindo que nem este. Alguns, vítimas da centralização do poder, outros, vítimas de administrações calamitosas e corrompidas, mas todos em comum, agentes da insensibilidade ao brasileiro pobre. Todos impermeáveis à ideia de um Brasil novo, inteligente, democrático e popular. Mas o Belzebu não será o dono deste futuro. Quem sabe um dia a vaca não vai pro brejo, e, no meio desta grande praça do mundo, um ser simples e imenso como todos nós? (JORNAL DIMENSÃO, 1982, p. 4).

Tendo traçado, detidamente, o contexto de importância da pecuária, no que tange à assimilação de suas influências no campo cultural e geográfico do município em investigação e visando sedimentar a interdisciplinaridade que comporta a questão socioambiental, acrescentaremos nessa processualidade discursiva uma problematização sociológica a respeito de como os grupos hegemônicos introduziram suas características, valores e ideologias na formação territorial.

6.1.1.1.1 Os ciclos da formação territorial: o apogeu econômico, a estagnação e a monocultura bovina

No primórdio de sua conformação urbana, Itapetinga era socialmente estratificada por duas camadas principais: a elitizada, integrada por fazendeiros da aristocracia rural, titulares de um alto pecúlio, estando estes posicionados no topo da pirâmide social; e a subalternizada, composta pelos vaqueiros, que ofertavam sua força de trabalho, de maneira quase sobre-humana, para sustentar a luxúria daquela primeira categoria, obedecendo aos seus imperativos os quais incluíam a modificação da natureza virgem.

A caracterização minudente do perfil sociológico dos primeiros elementos humanos a se apropriarem do território é idônea para evidenciarmos o solo epistemológico sobre o qual estavam embasados os fatores ideológicos que regiam as relações entre os indivíduos e adequavam o território as suas pretensões capitalistas, bem como problematizarmos sobre como isso repercutiu na degradação ambiental.

Oliveira (1994) endossa essa constatação quando diz que “as sociedades produzem o espaço, conforme seus interesses em determinados momentos históricos” (OLIVEIRA, 1994, p. 142). Para este autor, a composição e o arranjo espacial não sucedem casualmente, pois existem fatores múltiplos (ideológicos, políticos, culturais) que atuam como definidores de sua conformação, os quais não podem ser relegados num estudo que se calca na hermenêutica dialética da realidade.

Logo, com arrimo em Camacho (2010), conjecturamos que o trabalho humano submetido aos ditames do capital responde pela formação do espaço, em suas versões sociais e geográfica. Portanto, não podemos ignorar a atuação dos poderes econômico e político na regência dessa relação. É importante salientarmos, ainda, que a:

[...] organização espacial é o resultado do trabalho humano acumulado ao longo do tempo. No capitalismo, este trabalho realiza-se sob o comando do capital, quer dizer, dos diferentes proprietários dos diversos tipos de capital. Também é realizado através da ação do Estado capitalista. Isto quer dizer

que o capital e seu Estado são os agentes da organização do espaço. Daí falar-se em espaço do capital. (CORRÊA, 1986, p. 61).

Com respaldo nessa teoria, entendemos que o espaço sociogeográfico espelha a estratificação dos grupos humanos, os seus modos de produção e reprodução de vida, conforme depreendemos da teorização abaixo explicitada:

[...] a organização espacial é, como já vimos, expressão da produção material do homem, resultado de seu trabalho social. Como tal, refletirá as características do grupo que a criou. Em uma sociedade de classes, a organização espacial refletirá tanto a natureza classista da produção e do consumo de bens materiais, como o controle exercido sobre as relações entre as classes sociais que emergiram das relações sociais ligadas à produção. (CORRÊA, 1986, p. 56).

Salientamos que esta abordagem valoriza a intervenção do elemento humano na constituição do território, estando alinhada com o legado de Haesbaert (2006), o qual afirmou que não há como existir uma sociedade sem território, pois é nele que o sujeito está ínsito e é onde se desenvolvem as suas ações, estando ambas as coisas conjugadas entre si, numa dinâmica de reciprocidade, isto é, funcionando enquanto condicionantes da construção uns dos outros e, também, como fruto dessa atividade constituidora.

A começar pelo simples fato de que o próprio conceito de sociedade implica, de qualquer modo, sua espacialização ou, num sentido mais restrito, sua territorialização. Sociedade e espaço social são dimensões gêmeas. Não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade, sem ao mesmo tempo inseri-los num determinado contexto geográfico, “territorial”. (HAESBAERT, 2006, p. 20).

Assim, justificamos que o dissecar dos processos sociais do passado incidentes sobre um território e sobre seus recursos naturais possibilita a compreensão dos impactos socioambientais atualmente percebidos, na medida em que descortina as condições históricas que coadjuvaram para a exploração ecológica, a qual é, num viés marxista, entremeada pelo trabalho humano, haja vista que é do meio ambiente que o homem aufere o sustento material para satisfazer as suas necessidades e, também, abastecer a insaciável engrenagem capitalista.

Na ótica de Camacho (2010), o território deve ser compreendido como uma derivação da espacialização arquitetada pelo corpo social e apresenta como característica elementar a processualidade dialética de sua formação, que deve ser analisada com atenção no modelo de subordinação ao sistema produtivo vigente, haja vista que a sua construção absorve as interferências da conjunção do poder econômico e do político. Portanto, a estruturação

territorial é efetivada pelos sujeitos pelo exercício da reprodução simbólica e material que se consolida historicamente.

Nisto, adentramos na discussão promovida por Santos (1997), que prescreveu o estudo da concepção do espaço pelo prisma da totalidade, de maneira a considerá-lo enquanto um elemento heterogêneo, composto por uma estrutura de objetos (naturais e sociais) e ações.

Em adendo ao discorrido, Oliveira (2004) revigorou a questão da totalidade, preconizando que o espaço geográfico relaciona a sociedade e a natureza. É nesta seara que intervêm as ciências geográficas, com a aspiração de explicar a geração espacial pelo viés capitalista, sem desprezar as suas disparidades, contrastes e luta de classes. Fora isto, torna-se indispensável, também, sopesarmos sobre como se processou a operação de apoderamento social da natureza por intermédio do trabalho, com fulcro na tendência de produção capitalista.

O versado, até então, está sintonizado com os pronunciamentos de Moreira (1985), para quem o fenômeno apontado é deslindado pelo seguinte juízo: o existir do homem é assegurado pela relação de trabalho, o que implica dizer que é por esta via que os sujeitos convertem a natureza em objetos que atendem suas demandas e facultam a sua manutenção.

Por causa disso, este autor acredita que o relacionamento entre os humanos e a natureza é validado pelo trabalho. Portanto,

[...] a existência humana é garantida pelo trabalho dos homens. Pelo seu trabalho os homens transformam a natureza em objetos para consumo e para lhes aumentar a sua capacidade de trabalho. A natureza fornece o material que o trabalho do homem transformará nos objetos com os quais satisfará a suas necessidades variadas. (MOREIRA, 1985, p. 68).

Essas circunstâncias aquiescem com o argumento sentenciado por Marx e Engels (1977) quando exprimiram que o trabalho causou a criação do ser humano, sendo, ainda, o fator que ofertou valor às coisas e, mediante a exploração da natureza, gerou mercadorias cujo mercadejo rendeu toda riqueza existente, conforme discriminado no texto a seguir:

[...] o trabalho é a fonte de toda riqueza, afirmam os economistas. Assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem. (MARX E ENGELS, 1977, p. 63).

A reconstituição mnemônica, facultada pelas constatações documentais analisadas, demonstrou uma estirpe de pecuarista que, em sua maioria, apesar de deter a posse do

latifúndio em Itapetinga não habitava na cidade, mas fixava moradia na capital baiana, por questões de comodidade e devido às melhores oportunidades de formação acadêmica para seus filhos.

Notamos, assim, que o liame com a terra era desprovido de qualquer afetividade (que, sentenciamos ser um dos fatores imprescindíveis para a promoção de atitudes conservacionistas), pois se arrimava numa relação estritamente exploratória, uma vez que era desse longínquo território (que, reiteramos, recebeu o epíteto de Capital da Pecuária) de onde provinha a riqueza que sustentava a luxuosa vida desses abastados sujeitos em Salvador (BA). Esporadicamente, Itapetinga fazia parte da programação das férias, da hospedagem nas fazendas para participação nas famosas exposições agropecuárias, sendo, portanto, um lugar de descanso para os fazendeiros, sua prole e seus íntimos, enquanto, paradoxalmente, este era o espaço do fatigante labor do peão.

Segundo Pereira e Gurgel (2019), remonta-se da década de 60 do século XX as tratativas científicas mais rudimentares acerca da afetividade atrelada aos lugares. Nesse período foi publicado o livro *Grieving For a Lost Home*, escrito por Marc Fried, o qual se dedicou ao estudo das implicações psicológicas motivadas pela remoção compulsória dos residentes periféricos da cidade de Boston. Este pesquisador notou que a egressão do lugar de origem provocava reações análogas à melancolia do luto por um ente querido. Tal impressão se dava em razão da cessação de um senso de perpetuidade, por conta da desocupação de um lugar sobre o qual incidia o apego humano.

Gerda Speller (2005) comentou que esta seminal investigação desenvolvida por Fried foi afortunada em escrutinar a correlação da identidade social com o ambiente geográfico, esboçando a sua relevância para os relacionamentos interpessoais, uma vez que estes são prenhes de memórias afeitas a um determinado ambiente.

Low e Altman (1992) assinalaram que a condição afetiva relacionada com o lugar abarca a articulação de algumas perspectivas e grandezas, tais como: as vinculações (estima); os lugares (que oscila em gradação, particularidades e perceptibilidade); distintos protagonistas sociais (com destaque para os fatores culturais e grupais); e os ciclos temporais.

Maria Vittoria Giuliani (2004), por sua vez, acreditava que essa disposição emotiva poderia ser explicada por três tipologias processuais distintas. A primeira, de personalidade mais tendente para o cognitivo do que para o emotivo, procede de um exame positivo do local, com vistas ao suprimento das carências do indivíduo, sendo acentuada a gradação do apego na proporção em que suas necessidades são atendidas. A segunda está concatenada ao significado que o lugar atribui à identidade do sujeito, podendo essa representação estar

afiliada aos locais que transmitem somente valor simbólico para uma pessoa ou, também, para a coletividade. Por fim, o terceiro processo, de caráter mais sentimental do que funcional, pode ser proveniente de um extenso período de moradia e afinidade, suscitando nas pessoas uma sensação de proteção, aconchego e bem-estar.

No raciocínio pespegado por Scannell e Gifford (2017), vincamos que o estabelecimento de um vínculo com o lugar fomenta o sentimento de pertença por parte do elemento humano, interligando-o, simbolicamente, aos seus predecessores e à própria dimensão cultural, tonificando, ainda, os elos sociais entre os integrantes de uma certa população, o que pode reverberar em vantagens para os envolvidos, em geral.

Em prosseguimento à análise, pontificamos que a opção dos fazendeiros pelo habitar distante de Itapetinga parecia uma forma intencional de evitar a interação com a deprimente realidade social deste contexto, isentando-se, também, de assistirem as sequelas socioambientais que os seus empreendimentos imprimiam naquele território, não havendo qualquer indício de incursão do patronato em pleitear melhorias frente às vulnerabilidades sobreditas, pois o interesse deles centrava-se, puramente, nos resultados pessoais que poderiam extrair do meio social e natural.

Ademais, reiteramos que o bom faturamento era apanágio quase que exclusivo do grande bovinocultor. Este, mesmo quando o setor enfrentava as adversidades do mercado de carnes bovinas, não deixava de ser bonificado por outras possibilidades de aproveitamento dos recursos naturais.

Alternativas secundárias como a produção de leite, por exemplo, que era preterida pelos grandes pecuaristas daquele período, por não reverberarem em lautos ganhos financeiros, era uma atividade em que se selecionava apenas uma quota mínima do rebanho reservada para alimentar a prole dos tratadores de gados, consoante o explicitado no noticiário datado de 18 de junho de 1977:

Pensamos que tal opção somente poderá ser escolhida pelo grande fazendeiro, financeira e economicamente abastado e que, geralmente, não reside na fazenda nem no interior: mora na capital com a família, e, de quando em vez, vem à fazenda, onde demora menos de uma semana; este não pensa em leite, a não ser em uma ou duas vacas para dar leite aos filhos do vaqueiro; geralmente compra o boi de dois anos e o vende gordo de 3 a 3,5 anos e mesmo com a pecuária de corte defasada, é praticamente o único que ganha dinheiro satisfatoriamente. (JORNAL DIMENSÃO, 1977, p. 12).

O fragmento escandido é convergente com o raciocínio de Marilda Iamamoto (1999), qual seja:

[...] a questão social pode ser definida como: o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 1999, p. 27).

Quanto ao fenômeno de ausência do pecuarista na fazenda, Helen Scorsatto Ortiz (2011) o qualifica como um quadro de absenteísmo, historicamente recorrente na nação brasileira, quando, a partir de 1850, na vigência da Lei das Terras, o Estado ordenou o fracionamento territorial em latifúndios, com personalidade monopolista, os quais passaram a ser de titularidade dos poderosos posseiros. A prática absenteísta era amparada pelas prescrições dos artigos quarto e quinto do sobredito dispositivo legal.

Para exemplificar esta situação, a autora mencionou o caso ocorrido no município de Soledade (RS), que abarcava uma vasta contabilidade de quinhões jamais habitados pelos seus possuintes, mas o eram pelos capatazes e agregados que se encarregavam de gerarem rendimentos econômicos através da exploração da terra alheia. Além disso, ela descreveu o labor cotidiano desses agentes que viviam “limpando, cuidando, semeando, colhendo, tratando animais, etc., em benefício de outrem. Essa gama de trabalhadores teoricamente livres estava, na verdade, submetida ao jugo, aos mandos e desmandos dos grandes proprietários absenteístas” (ORTIZ, 2011, p. 145).

O absenteísmo foi igualmente aludido por Therezinha de Castro (1982), a qual se referiu ao enfraquecimento da zona agrícola, ocorrido no fim do período imperial, como causa da ausência dos fazendeiros nas fazendas, devido às recorrentes excursões europeias.

Ademais, a constatação de uma elite rural cujo interesse exclusivo residia nos lucros auferidos pela terra é reproduzida, também, na obra de Lobato (1964), a qual retratou a prosperidade proporcionada pela agricultura das lavouras de café que foram cultivadas em Ribeirão Preto. Entusiasmado com o *boom* que a cidade vivenciava, agradou-lhe a ideia de se aproveitar dessa fase econômica favorável para se enriquecer, sem a obrigatoriedade de fixar moradia no local. Afinal, dizia ele, “lá ninguém mora; apenas estaciona para ganhar dinheiro. Esse meu longo passeio de 3.453 quilômetros de via férrea buliu muito com as minhas ideias. Tenho que estacionar lá também, Rangel” (LOBATO, 1964, p. 154).

Em fundamentação da constatada disparidade de evolução econômica existente entre o vaqueiro e o fazendeiro, valemo-nos das palavras de Antunes (2009), o qual comunicou que a categoria trabalhadora rende uma produtividade crescente para proveito portentoso dos

detentores dos meios de produção, os quais se apoderam praticamente de toda riqueza adquirida nesse processo. Assim, o autor admitiu que o desenvolvimento da pobreza é coincidente com o da riqueza, pois a distensão de ambas ocorre juntamente, porém em direções antagônicas.

Congraçado com a realidade susa dita, inserimos as lúcidas colocações de Osório (2014), que ajuizou a respeito da existência conflitante entre os interesses das categorias burguesa e proletária e concluiu que, na instância capitalista, o relacionamento social é permeado pela contradição, o que repercute numa divergência do rumo social para onde se encaminham cada uma destas castas. Este autor esclareceu, ainda, que a acumulação capitalista possui como corolário a abstenção dos meios de produção para o proletariado, de modo que a retenção da riqueza fique à disposição da burguesia, o que acarreta à ascendência da inópia das massas populares.

Em março de 1989, Bruno Barata retomou essa questão numa matéria jornalística, intitulada de **Cidades Paradas**, na qual revelou o esfacelamento experimentado pelo município de Itapetinga, dentro de um amálgama de situações novéis. Nisto, o autor se apropriou do mecanismo da correlação contextual para deslindar a circunstância sociopolítica vigente naquele período, valendo-se, para tanto, da ilustração de uma árvore desfalecente, a qual estava despojada de qualquer solução hábil para reverter o quadro depauperante instalado naquele período.

Assim, o entendimento ofertado pela analogia proposta transmitia a decadência do império pecuarista, que simbolizava a profusa riqueza entesourada por alguns, além de retratar a sua exuberante imagem (em figuração à fama da Terra do Gado Forte) que estava definhando, fato perceptível pela abscisão foliar, que despiu o seu ornamento botânico (isto é, a beleza gloriosa da pecuária que conquistou o fascínio nacional começava a declinar). Era, também, uma reflexão das sequelas econômicas e do flagelo ecológico que protestava contra o raleamento da densidade arbórea, vestígio da danificação das largas extensões da cobertura vegetal itapetinguense e cujos efeitos já se apercebiam sensorialmente devido ao calor excessivo acusado pelos termômetros.

Estudiosos desse mote, tais como Silva *et al.* (2007), informaram que a pecuária foi um dos propulsores econômicos do agrossistema de Itapetinga, cujo desempenho provocou pródigas perturbações ecossistêmicas, ao ocasionar danos à superfície do solo e ao subterrâneo; ao devastar a cobertura vegetal em prolongadas proporções; ao conspurcar os recursos hídricos; e ao dizimar o acervo faunístico. Ademais, estes pesquisadores elegeram o

desmatamento como o efeito mais notável dessa atividade, por trazer uma alteração substancial na estética da paisagem natural.

Investigações observacionais homólogas, realizadas na região amazônica, sob a condução de Fernandes (2011), demonstraram que as alterações climáticas causadas por ações antrópicas mantêm conexão com o desmatamento dos complexos florestais que são reduzidos à pastos, o que redundava na propagação do dióxido de carbono pela biosfera para se acumular na atmosfera, cooperando, assim, para o aumento do aquecimento global.

As anotações de Nunes e Pereira (2011) reforçam essas atestações quando relatam que as mudanças verificadas na biosfera emanaram das práticas econômicas. Na concepção deles, uma parcela dessa responsabilidade é imputada à agropecuária, pois é causadora do desenfreado desmatamento, que é uma das principais matrizes do aquecimento global, haja vista que a sua consolidação demanda a conversão de extensas florestas em colossais campos agrários. Outrossim, a pecuária insustentável concorre para a elevação do clima pela geração de inúmeros resíduos ambientalmente tóxicos, como o óxido nitroso existente nos excrementos e nos expelidos pela eructação.

Cenci e Lorenzo (2020) publicaram uma investigação que discutiu as estratégias e as políticas viáveis para aniquilar os agentes promotores do despejo atmosférico dos gases do efeito estufa. Seu resultado acusou as atividades bovinocultora e agrícola de serem culpadas pela fragilização da camada de ozônio, devido ao vertiginoso desmatamento e pelas incinerações florestais.

Estes autores alertaram que essas ações têm atravancado o cumprimento do Brasil quanto aos planejamentos de repressão do lançamento desses gases, com pretensão de serem executados no interstício de 2020 até 2030. Além disso, consideraram que esta circunstância configura uma violação quanto aos pactos internacionais dos quais o país é signatário, como, por exemplo, o Acordo de Paris, e acrescentaram que essa situação confere abertura para a execução de práticas obsoletas perdulárias que resultaram na erradicação da biodiversidade.

Em prossecução à análise mnemônica possibilitada pelas narrativas documentais, achamos um pronunciamento construído por Bruno Barata, em resposta ao questionamento relativo à responsabilização da monocultura da pecuária como possível causadora do impacto ecossistêmico e da indigência social reinante.

Com espeque nessa situação, o citado autor do documento analisado propugnava contra tal prognóstico, ao declarar que os que advogavam essa teoria incorriam numa convicção estapafúrdia, sob a justificativa de que, em outras localidades, onde também se adotava este método de produção, não se presenciavam os mesmos inconvenientes ali

encontrados. Antes, oportunizavam excelentes meios de sobrevivência para os seus moradores, que isentos de preocupações desse calibre poderiam priorizar a ação de florestamento urbano.

Transferiu-se, portanto, a culpabilidade que recaía sobre os grupos que se locupletavam com os lucros advindos da bovinocultura (os quais ficavam retidos, unicamente, no seu patrimônio) para a incompetência da administração municipal que, na sua opinião, transformava a cidade num espaço defasado, inatrativo e inapropriado para moradia, por causa da privação de uma série de serviços essenciais para o homem.

Com espeque na sua perspectiva empírica, o redator gerou a ilação de que existiam lugares que, a exemplo de Itapetinga, fundamentavam sua economia na monocultura e, mesmo sendo possuintes de caracteres populacionais semelhantes, não eram reputadas como estagnadas como o era o citado município, mas, opostamente, eram conceituados como estabilizados. Nestes, o progresso estava afinado com os vantajosos desdobramentos para a coletividade, independente do estrato social, tais como: progressão da longevidade vital, entretenimento, cultura, variabilidade comercial, comodidade e acesso à educação.

A conjectura socioambiental urbana apresentada é compatível com a contextura histórica do Vale do Paraíba, registrada na obra literária intitulada de *Cidades Mortas*, de autoria do célebre Monteiro Lobato (1995), sobre a qual discorreremos sucintamente para ilustrar o desfecho das ações da aristocracia rural monopolista sobre um território.

Em meados do Século XIX, aquela cidade se notabilizou pela eminência na monocultura, a qual centralizava a produção e a exportação cafeeira que se deu sob o regime de exploração do trabalho escravocrata. Depois do apogeu econômico vivenciado por este período, a região experimentou a austera perda da supremacia deste segmento, que foi alcançada pelo oeste paulista por intermédio do investimento na força de trabalho assalariada da mão de obra imigrante.

A crítica desse literato trouxe à lume um dilema nacional ao apregoar que “nosso progresso é nômade e sujeito às paralisias súbitas” (LOBATO, 1995, p. 24). A atribuição do nomadismo ao modelo de produção agrícola pátrio se deu em função da abundante quantidade de terras reservadas para este fim e pela desenvoltura capitalista.

Além disso, o literato adjetivou o desenvolvimento brasileiro com o termo “progresso cigano”, porque, naquela época, era consumado através do uso da terra com o emprego da monocultura do café, que julgava ser o motivo da recessão regional. O escritor se atentou para a disputa entre o retrocesso e o progresso, o transato e o hodierno. Sua exposição estabeleceu um contraste entre os tempos lautos do pretérito e os frangalhos sofridos na

contemporaneidade. No seu entendimento, o progresso brasileiro era débil e estanque, exaurindo-se numa localidade e deslocando-se para outra.

No citado livro, a perita percepção do autor traduziu, narrativamente, o esfacelamento da cultura cafeeira instalada no Vale do Paraíba e denunciou a processualidade do perecimento deste local que evoluiu até resultar na sua morte. Prova disso é a declaração de que “umas tantas cidades moribundas arrastam um viver decrépito” (LOBATO, 1995, p. 21), transmitindo o sentido de uma expectativa decadentista, a respeito do destino regional, senão vejamos:

A quem em nossa terra percorre tais e tais zonas, vivas outrora, hoje mortas, ou em via disso, tolhidas de insanável caquexia, uma verdade, que é um desconsolo, ressurgem de tantas ruínas: nosso progresso é nômade e sujeito a paralisias súbitas. Radica-se mal. Conjugado a um grupo de fatores sempre os mesmos, refluí com eles duma região para outra. Não emite peão. Progresso de cigano vive acampado. Emigra, deixando atrás de si um rastilho de taperas. (LOBATO, 1995, p. 22).

Lobato (1995) denunciou a irreversibilidade do fenecimento daquela cidade, dizendo não existirem meios de remediação, pois quem vagueava por aquelas terras percebia o quanto estavam “tolhidas de insanável caquexia” (LOBATO, 1995, p. 24). Não sinalizava nenhuma esperança de recuperação diante do que restou para contemplação, isto é, um espantoso panorama ermo que demonstrava a visualização de um “deserto – o tremendo deserto que o Átila café criou” (LOBATO, 1995, p. 24).

As narrativas de Lobato (1995) tinham efeito retroativo e se remetiam à época em que tais urbes eram vivas. Nitidamente, a contraposição entre tempos distintos se observa quando o literato se reportava ao presente vivido por ele, cotejando-o com relação ao passado que, na sua avaliação, era a representação de um ciclo glorioso. Graças a isso, a sua visão concernente ao tempo atual era fatidicamente refratada, conforme podemos subsumir do texto a seguir exposto: “Em São Paulo, temos perfeito exemplo disso na depressão profunda que entorpece boa parte do chamado Norte. Ali tudo foi, nada é. Não se conjugam verbos no presente. Tudo é pretérito” (LOBATO, 1995, p. 21). A citação em destaque esboçou, categoricamente, o ocaso e a estagnação desse território agrícola, em virtude da monocultura do café.

Lobato (1995) lastimou o infortúnio que acometeu os fazendeiros cafeicultores do Vale do Paraíba, protagonistas da prosperidade de outros tempos. Sobre tal situação, comentou que a vivência nesse cenário implicava “em chorar na mesquinhez de hoje as saudosas grandezas de dantes” (LOBATO, 1995, p. 21). Enquanto membro desta categoria, o

mesmo se expressou com propriedade de causa acerca do frustrado sentimento daquela elite que já não tinha mais expectativa de se manter como uma classe hegemônica.

Em vista disso, movido pelo desalento, compartilhou a situação arruinada em que se encontravam as propriedades rurais que materializavam a ostentação de um tempo de bonança:

[...] as fazendas são Escórias de soberbo aspecto vistas de longe, entristecedoras quando se lhes chega ao pé. Ladeando a casa grande, senzalas vazias e terreiros de pedra com viçosas guanxumas nos interstícios [...] cafezais extintos, agregados dispersos. (LOBATO, 1995, p. 24).

Lobato (1995) arrematou que a ausência dos cuidados devidos no uso da terra, ação que a exauriu e a deixou estéril, concorreu para a debilitação da economia agrária desta região. Afinal de contas,

[...] mal a uberdade se esvai, pela reiterada sucção de uma seiva não recomposta, como no velho mundo, pelo adubo, o desenvolvimento da zona esmorece, foge dela o capital – e com ele os homens fortes aptos para o trabalho. E lentamente cai a tapera nas almas e nas coisas. (LOBATO, 1995, p. 21).

O desfecho dessa lúgubre memória territorial foi a instauração de um quadro de ruína, pela falta de iniciativa dos fazendeiros em restabelecerem os nutrientes do solo, por intermédio das prescrições técnicas largamente empregadas pelos países do continente, considerados, à época, como Estados mais evoluídos tecnologicamente. Assim, o autor acreditava numa provável restituição econômica e ecológica caso se investisse na restauração da fertilidade, uma vez que “toda a seiva foi bebida e, sob forma de grão, ensacada e mandada para fora. Mas do ouro que veio em troca nem uma onça permaneceu ali, empregada em restaurar o torrão” (LOBATO, 1995, p. 23).

Retornando para a apreciação documental itapetinguense, registramos uma explicação ofertada por Bruno Barata para justificar a evasão dos portadores de grandes montantes que rumavam para a região metropolitana. Assim, seus argumentos se ampararam na deficiência de uma estrutura cidadina satisfatória e moderna, pois, lamentavelmente, uma porção substancial da riqueza, conquistada por intermédio do esgotamento dos potenciais da natureza local era investida noutra conjectura, como podemos concluir do excerto doravante estresido: “E os ricos da região? Aqueles que movimentam de verdade o comércio, os clubes, as escolas, os eventos culturais, etc? Estes utilizam o poder que o dinheiro lhes deu e vão morar em outra freguesia, é lógico! Onde seus filhos possam estudar em boas escolas, onde exista lazer e

cultura, e onde as pessoas tenham condições de pensar em plantar árvores” (JORNAL DIMENSÃO, 1989, p. 4).

Depreendemos da última parte do texto que a satisfação da subsistência humana era prioritária em detrimento de um comprometimento com a demanda ecológica, que seria uma ação relegada ao segundo plano, passível de ser executada somente quando as necessidades de sobrevivência dos sujeitos estivessem plenamente atendidas, pois as ecológicas ressurtiam como menos urgentes.

O fato socioambiental esboçado coincide com a realidade dissertada por Santos (2001), a qual explicitou que, naquele período, a prole da burguesia pecuária migrava para as metrópoles carioca e paulistana para adquirirem formação acadêmica, e, depois, regressavam, esporadicamente, para comandarem os negócios da família, perpetuando o ciclo do poder. Na visão da autora, o autocontentamento, provocado pelo sentimento do êxito egoísta, os impediam de se solidarizarem com a indignação dos seus conterrâneos e com o ambiente onde era gerada a riqueza que subsidiou a sua própria formação.

Cabe sublinharmos, ainda, que essa situação tornava inconcebível o desenvolvimento do sentimento de afecção destes indivíduos com o espaço, porque a única herança que as gerações pósteras a si receberiam seria a de um simbolismo fundacional de ordem material, predatória, extrativista, em detrimento da afabilidade com o ambiente. Inferimos, portanto, que, para os sujeitos em tela, Itapetinga era prioritariamente o espaço dos negócios, tendo suas memórias afetivas adstritas ao sucesso econômico propiciado pelas riquezas naturais.

Em contraponto, Bruno Barata descreveu o comportamento de uma pessoa financeiramente abastada, pertencente às cidades ditas estabilizadas: “Se é lá que ele trabalha e se torna rico, é mais confortável viver ali mesmo, e seus filhos, como ele próprio herdou, herdarão 300 anos de raízes e o amor pela região, já que ali construíram suas vidas” (JORNAL DIMENSÃO, 1989, p. 4).

O sobredito autor revelou, ainda, que até os dilemas suportados pelos pobres destas áreas eram menos molestos do que os manifestados nas regiões estacionárias, devido à inexistência de *boom* demográfico, empregabilidade num nível ideal para a quase totalidade de contingente de trabalhadores, habitação a contento e reduzida taxa de natalidade por família, não havendo, pois, pretextos para lamentações.

O lado reverso destas regiões estacionárias foi qualificado pela presença de incomensuráveis conjuntos parentais, carentes do mínimo de condições de vida digna, isto é, de um domicílio para acomodar a quantidade exorbitante de nascituros. Essas localidades possuíam, portanto, uma série de indispensáveis lacunas a serem preenchidas:

Tem que dar moradia às centenas de famílias que se formam de algumas dezenas de famílias parideiras. E tem que criar sempre mais e mais empregos para dar trabalho às centenas de braços, que se candidatam, ano a ano, e olhar as outras centenas de crianças, que pipocam como células e mitocôndrias pelas ruas. Nessa administração caótica da multiplicação humana, não há tempo para olhar pela educação, cultura e lazer. (JORNAL DIMENSÃO, 1989, p. 4).

Na ótica deste editor, Itapetinga poderia ter experienciado uma formatação econômica distinta da que se estabeleceu, pois continha todos os atributos precípuos para galgar os mesmos contornos do molde urbanístico estabilizado, caso afixasse uma convivência sinérgica entre as camadas mais e menos abonadas financeiramente, através da qual ambas pudessem gozar, comedidamente, das benesses proporcionadas pela abundância dos recursos ecológicos regionais, que geravam a riqueza econômica fartamente apontada em linhas anteriores.

Entretanto, o que prevalecia era uma espantosa dissonância entre o excedente capital (angariado através da extração das potencialidades desta terra, e sob a qual foram erigidas as fortunas de algumas dinastias) e a falta de compensação para a cidade que subsidiava tamanha prosperidade. Assim, a riqueza oriunda deste local, migrada para outros espaços, deixou muitos setores, inclusive os mercantis (que já sobreviviam timidamente), ainda mais lesados.

Reclamou-se, sobretudo, uma dívida social para com os desvalidos, que ficaram com o que sobejou de todo esse processo: a miséria. Frisou-se, outrossim, que a cobrança para quitação desse débito deveria ser imputada aos ricos permanentes na cidade, absolvendo deste encargo os indivíduos que não possuíam mais nenhuma vinculação com o município, como se pode deduzir do texto a seguir esquadrinhado: “as famílias cujas fortunas foram construídas com solo Itapetinguense, metade já foi e metade já vai. O comércio, cultura, boas escolas e lazer que precisam destas pessoas ananica-se, definha, tonteia e passa mal. Os pobres multiplicam-se, e cobram por justiça social. E só cobram dos que aqui ficaram, pois os que foram e vão, não devem mais nada, nem querem ver o circo pegar fogo” (JORNAL DIMENSÃO, 1989, p. 4).

A demasiada exploração supra reportada não exauriu totalmente a fonte regional geradora de riquezas. Restava, ainda, uma escapatória para o fomento econômico, que se daria através da implantação do frigorífico, incumbido pelo processamento industrial da carne bovina. Confiava-se que, por esta via, se consolidaria o crescimento local, repercutido em oportunidades de postos de trabalho e na recolha de emolumentos a serem empregados na reversão de tal calamidade.

Todavia, assomava-se uma inquietação atinente ao futuro, pois ter este empreendimento como a única matriz alavancadora do desenvolvimento poderia provocar limitação e engessamento na instituição de outras atividades e ocupações profissionais. Esse receio foi notabilizado pelas palavras que se seguem: “Ainda há potencial de crescimento na região, com a industrialização do boi que aqui se produz. Com isso, criaríamos mais empregos e mais recursos municipais, para se tentar pôr ordem nessa bagunça. Mas, com o polo industrial do boi pronto e esses empregos criados, não vejo jeito de se criar outros. E, é preciso pensar que, daqui a 20 anos, estaríamos na mesma situação de mão de obra abundante” (JORNAL DIMENSÃO, 1989, p.4).

Barata, mesmo desapontado com o proclamado disparate, que o fez desejar ausentar-se do município, por não aturar os dissabores da extrema pobreza vigorante num ambiente de afluente abastança financeira, fez um apelo para que essa mazela fosse erradicada, de modo que Itapetinga adquirisse uma proporção condizente com a sua faculdade de gerar riquezas.

Urgia-se, pois, por um progresso cujas vantagens fossem compartilhadas por todos e não recolhidas para a fruição de poucos. Acreditava-se que um dos objetivos a ser empreendido para o alcance desse propósito seria a moradia perene dos titulares de altos rendimentos na própria cidade.

Finalmente, restou registrada a sua manifestação volitiva de se predispor para que através da sua contribuição, em parceria com os demais que se voluntariassem para tal, a árvore desfolhada (Itapetinga e a natureza) se revigorasse, reafirmando o que foi dito, precedentemente, que assacar culpabilidade ao monopólio bovinocultor seria um ato de malevolência política para engodar os munícipes, conforme compreendido no trecho subsequente:

Precisamos adequar o tamanho da cidade a sua capacidade de produzir riquezas. É preciso instituir um planejamento familiar além do econômico. Se não é possível dar conta da população que aí está, pelo menos que se planeje o seu desenvolvimento. Precisamos criar condições para que as famílias ricas permaneçam na terra, investindo aqui o lucro produzido pelo solo itapetinguense. Eu mesmo já pensei em cair fora e deixar o pepino na mão de vocês, e daí? Daí, que a esperança e a vontade de acertar ainda me prende, e eu estou aqui, de regador na mão, suando em bicas, embaixo de uma árvore sem folhas, e pensando que botar culpa de tudo na monocultura do boi é masturbação politicóide. Esse discurso é raso demais, vamos mergulhar mais fundo. (JORNAL DIMENSÃO, 1989, p. 4).

Ultimadas as exposições desse tópico, continuaremos a discorrer sobre a influência da pecuária na formação sociológica de Itapetinga, o que confluuiu para que a ótica desse povo

fosse adestrada, desde sempre, por intervenção de diversas instâncias, para vislumbrar, interpretar e interagir com o meio ambiente através de motivações predatória e reducionista.

7 PECUÁRIA E ECOHERMENÊUTICA: ENTRE O CAPITALISMO E A CULTURA

O mote do utilitarismo da natureza está congado com a temática da vocação do lugar, que recepciona o conceito da existência de ambientes que evidenciam predisposições características afinadas com o satisfatório desenvolvimento de determinados segmentos produtivos, circunstância esta que depende intimamente da visão do grupo que se apodera, produz e usufrui do território, culminando na implantação de um modelo cultural hegemônico e nos efeitos colaterais da supressão ecossistêmica.

Notamos, então, que o discernimento acerca da apropriação da natureza apresenta uma conotação condizente com o poder de manipulação de suas potencialidades, em subordinação aos desígnios da histórica dominação humana. Assim, uma análise percuciente direcionada para as tensões socioambientais não se circunscreve ao enfoque físico, mas se importa, também, com o conhecimento das influências antrópicas pretéritas que confluíram para que o estabelecimento do presente colapso da natureza, uma vez que esta é tanto propiciadora dos processos econômicos quanto receptora dos abalos ecossistêmicos derivados do desempenho da engrenagem capitalista.

A partir dessa concepção recorreremos ao auxílio da complexidade ambiental para sopesarmos como determinada racionalidade da natureza se arraigou em forma de identidade cultural que, na condição de parâmetro de arranjo social, estabeleceu o modelo de interação socioecológica, validada através dos seus modos de produção, que encontram compatibilidade com a apropriação, modificação e danificação ecossistêmica. O esboço dessa realidade reivindicou, portanto, a problematização articulada da instância econômica com a ambiental, aspectos estes que estão encerrados no âmbito do poder e da cultura.

É substantivo pontificarmos que os recursos naturais não conseguiram acompanhar o frenético avanço populacional com suas demandas por sobrevivência, que solicita o consumo exauriente das fontes ecológicas com capacidade de regeneração desproporcional desse vertiginoso quadro de exploração, o que tem sido uma candente questão que assumiu um lugar de destacada preocupação na hodierna agenda dos governos do mundo.

Côncios de que tanto o relacionamento entre o homem e a natureza quanto os significados atribuídos a essa última dimensão são culturalmente regulados, acreditamos que somente pelo estudo da instituição de seus condicionantes é que podemos elaborar um diagnóstico acurado acerca do problema socioambiental, uma vez que as semânticas afeitas ao ambiente são consideradas nesse trabalho como uma construção social, fato este que suscitou

uma discussão fenomenológica que orientou o trespassar pelas veredas do real, do simbólico, do imaginário.

Ocorre que as distintas realidades sociais erigem significações peculiares sobre a natureza, as quais apresentam conexão com a característica da funcionalidade, em simetria com seus modelos produtivos, e que conduzirá os seus modos de apropriação. Esta interface entre a perspectiva de mundo e o intervencionismo humano sobre a esfera ecológica não retrata apenas o metabolismo socioambiental, mas vinca os sentidos existenciais e os modos de vida que regem a experimentação do ser, forjando as identidades coletivas e o *ethos* dos protagonistas sociais que constroem a história.

É oportuno dizermos que a paisagem, considerada como uma natureza humanizada que retrata o legado do existencialismo humano que imprimiu no espaço os seus projetos de vida, não pode ser compreendida por uma leitura simplificada e reducionista da materialidade e do panorama fisionômico, que caracteriza o status de conservação ou de depauperação de um lugar, mas deve atentar para a processual historicidade comandada pelos agentes humanos, pois as bases epistêmicas do *ethos* de uma determinada coletividade hospedam os recursos simbólicos utilizados como moduladores da ótica humana receptora das influências hegemônicas.

Esse diálogo evocou a participação da ideologia, pois a mesma incorpora na realidade material o seu intrincado sistema simbólico, criado para legitimar a sua identidade, os modos e interpretação da realidade, enfim a reprodução e prevalência de sua política existencial. Com supedâneo nesse enunciado é que se diz que a paisagem funciona como uma retratadora das forças sociais predominantes, pois, por intermédio da ideologia, os sujeitos que integram um certo recorte ambiental decodificam-na, reificam-na, para fazer com o que é evidentemente cultural apareça como se fosse natural (DUNCAN, 2004).

À vista disso, por representar um produto da convergência das grandezas política, social e econômica, podemos pronunciar que a paisagem não é um horizonte neutro, mas reflete a própria sociedade que a configurou a partir da apropriação ambiental. Harmonizado com essa intelecção, Gandy (2004, p. 80) declarou que:

[...] as paisagens têm o poder de rematerializar um modelo dominante de relações sociais e culturais. [...] a paisagem não é apenas um tipo particular de expressão cultural da realidade, mas um meio de reforçar uma ideologia dominante em uma determinada sociedade.

Acrescentamos ao conjunto argumentativo disposto que os valores e os sentidos investidos pelos agentes dominantes à ótica de assimilação da natureza são tendenciosamente

difundidos entre os demais integrantes populacionais de um território que o internalizam e passam a regular o seu comportamento no ambiente, pautando-se nesses dispositivos.

Por conta disso, inferimos que a paisagem manifesta a injunção da força econômica na configuração dos espaços que ocupa por meio da subjugação dos dominados e da subordinação da natureza aos anseios do capital, transformando tais territórios na própria imagem dos seus empreendimentos e criando subjetividades que corroboram os seus imperativos, através de marketings territoriais emblemáticos que glorificam a conquista dos gananciosos propósitos humanos na conversão das potencialidades ecológicas em recursos de lauta obtenção financeira.

Superado o introito contextual dessa seção, informamos que, em sucessão ao percurso investigativo, de perspectiva globalizante, isto é, que leva em conta os ângulos multifocais da atuação da pecuária enquanto atividade regente das modificações socioambientais em Itapetinga, perseguimos, *a posteriori*, uma problematização referente aos esforços da categoria hegemônica em embutir as suas demandas no processo de formação humana, fazendo com que a visão do corpo social fosse, desde as suas mais tenras bases, amoldada em conformidade com a vocação do lugar, de modo à capacitar os recursos humanos para atuarem como obreiros da seara pecuarista.

Frisamos que a somatória de mais esta parcela específica do conhecimento da realidade em apreço foi profícua na geração do entendimento acerca das subjetividades e da interpretação dos munícipes, enquadrados no recorte temporal delimitado para esta pesquisa, no que concerne as suas ações na natureza, que se dava sob a regência de uma assimilação predatória, mediada pelas relações de cultura e poder circulantes sobre a comunidade daquela época.

Em continuidade, encetamos uma interlocução com as narrativas comunicadoras das potencialidades ecológicas do território em apreço. Tais narrativas apareceram no material documental coletado com uma reincidente perspectiva meramente utilitarista, em satisfação das expectativas do segmento bovinocultor, que utilizavam os atributos ambientais como acessório para o estabelecimento industrial e para a consolidação do progresso citadino.

Nessa conjectura, dialogamos sobre o efeito deturpador que o prisma capitalista provocou na concepção que o homem construía a respeito da natureza, promovendo, assim, um estranhamento, uma autoexclusão desse no conjunto ecológico, fator que tinha ressonância na forma ínfera e subalternizada como este a trata.

Nesta direção, conferenciamos, ulteriormente, sobre o estresse biológico propiciado pela pecuária e pelos setores industriais ligados a ela, que acarretou no opróbrio ecossistêmico

devido à perpetração de práticas ecologicamente perniciosas, executadas sob o pretexto da menor onerosidade financeira, da preferência nutricional do gado e da inofensividade dos resíduos sólidos e congêneres, os quais comprometeram, vertiginosamente, o equilíbrio natural hídrico, atmosférico e telúrico de Itapetinga.

Nesta senda, visualizamos a negligência dos pecuaristas em ignorarem as experiências inexitosas do passado, que comunicavam o enfrentamento da manifestação insurgente dos fenômenos da natureza em circunstâncias análogas às vigentes no período em que se assentam àquelas narrativas. Havia, ainda, o relegar das recomendações científicas, institucionais e legais, através da consumação de um tipo de manejo ambiental recalcitrante e eximido da aderência a esses postulados.

No decurso das inferências aventadas, reconhecemos as evasivas utilizadas como estratégias de ajustamento da agenda agropecuária itapetinguense a algumas prescrições ecológicas científicas, trazendo à lume a discussão contemporânea de uma sustentabilidade ilusória, que sublima as possibilidades de geração de sequelas ambientais por determinados empreendimentos e que encontra respaldos na formalidade para silenciarem os questionamentos sociais que porventura surgirem. Destarte, identificamos, neste ponto do itinerário analítico percorrido, as persuasões empregadas pela indústria leiteira para conferir legalidade e salutaridade às execuções ecologicamente perniciosas.

Por fim, a exposição em exame se concentrou nas mobilizações políticas encabeçadas pelos pecuaristas, para pleitearem do Estado providências de superação da depressão financeira que se instalou devido ao acentuado impacto sofrido pela pecuária (frisa-se: única atividade econômica desenvolvida no município naquele período), em face dos transtornos ambientais resultantes de um relacionamento desidioso e inconsequente.

7.1 As demandas da hegemonia local incrustadas na formação humana: amoldando a visão social pela vocação do lugar

Como é cediço, no dealbar da formação urbana de Itapetinga, a principal atividade econômica local estava baseada, predominantemente, na bovinocultura, através da qual ergueu-se o império financeiro da elite pecuarista. Os interesses dessa burguesia rural suscitaram a constituição de um setor educativo, capaz de capacitar os conterrâneos para atenderem as demandas deste segmento. Assim, por muito tempo, todas as modalidades de instrução acadêmica deste município retrataram o seu liame com o campo zootécnico, desde o nível técnico até o superior.

Nesse ponto, cabe realizarmos uma interlocução com os achados da pesquisa de Castilho (2009), o qual reconheceu que o concurso humano pelo domínio de fragmentos espaciais é regido por relações de poder, validadas pela ambição de determinados grupos sociais em estabelecerem a sua supremacia local. A partir deste quadro, Costa (1992) prelecionou que toda sociedade que demarca um espaço, com o intuito de ali fincar suas raízes e desenvolver a sua produtividade, acaba por constituir uma politização geográfica, isto é, um esquema que reflete uma projeção territorializada de suas tendências econômicas e socioculturais. Obviamente que, na proporção em que recrudescer a complexidade do arranjo sociopolítico, haverá uma predisposição das distintas coletividades em se auto organizarem em conformidade com os sistemas formais de poder social mais avançados.

Estas considerações conferem base para dizermos que os planejamentos específicos do grupo pecuarista influíram, decisivamente, na configuração social, territorial e ambiental que se tencionava para o município, isto é, uma cidade totalmente formatada nos moldes estabelecidos pelas exigências do empório bovívdeo.

A realidade discriminada se coaduna com o postulado de Yves Lacoste (1986), o qual idealizou o conceito de geopolítica interna, em referência a um complexo de disputas substancialmente políticas, as quais apresentavam associação causal com a constituição dos territórios, onde tais forças rivalizantes perseguiram a elevação ou manutenção de poder a ser exercido sobre as coletividades ínsitas nesse lugar.

Essa discussão acomoda, também, a observação teórica foucaultiana acerca da análise dos poderes, a qual alvitra uma compreensão do poder como algo “que só funciona em cadeia. [...] O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transição” (FOUCAULT, 1990, p. 182).

Terminadas essas fundamentações teóricas postas em diálogo com os dados mnésicos indigitados, retornamos a atenção para a continuidade do conhecimento do conteúdo mnemônico garimpado, no qual constou que os fazendeiros apelaram para o prestígio político diante dos estadistas para providenciarem investimentos públicos para serem empregados na concretização do mencionado espaço acadêmico. Em face disso, o governo chancelou a solicitação e agraciou a região com uma Escola Média de Agropecuária Regional da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (EMARC -IT).

Além do mais, a supremacia desse grupo subsidiou inúmeros conchavos políticos que redundaram na transferência de propostas que, antes, eram reservadas para outras cidades, como a Escola Técnica de Laticínios. Assim, após exaustivas negociações com o poder

executivo estadual, enfim, a dedicação desmedida dos seus interlocutores surtiu efeito, ao obter, em definitivo, a anuência para a edificação deste educandário. Situação esta que foi documentada por um informativo datado 18 de dezembro de 1976: “Retornando de Salvador, o Prefeito Evandro Andrade anunciou que, após ouvir as ponderações e os argumentos por ele apresentados, o Senhor Secretário da Agricultura concordou em destinar a Itapetinga a instalação da Escola Técnica de Laticínios, que inicialmente estava prevista para ser instalada em Itambé” (JORNAL DIMENSÃO, 1976, p. 1).

Nas lições de Bailly, Béguin e Scariati (1982) aprendemos que a estruturação territorial é alvo dos mecanismos de expressão de poder, possibilitando aos grupos mais proeminentes a capacidade de ordenar o espaço em seu benefício e em desfavor dos seus oponentes. Frente a isso, o território urbano se torna um constructo desse poder híbrido que articula as relações sociais numa arena de desempenho de ações e de exercício de forças, num certo ciclo histórico, pelo engenho e pelo traquejo dos sujeitos que dele se apropriaram para conquistarem seus desígnios.

Adota-se, ainda, para o termo em comento a definição estipulada por Becker (1983), o qual colocou que “o território é um produto ‘produzido’ pela prática social, e também um produto ‘consumido’, vivido e utilizado como meio, sustentando, portanto, a prática social” (BECKER, 1983, p. 8).

Em acréscimo, podemos meditar nos dizeres de Souza (1995), nos quais notamos que, apesar de ser importante conhecer as propriedades geoecológicas, as potencialidades ambientais e as ligações afetivas na construção do espaço, o fator determinante dessa configuração se concentra na dominação humana e nas suas influências incidentes sobre o espaço, tendo em vista que o território é a derivação do próprio poder.

Retornando para as narrativas mnésicas, referentes ao tempo em exame, notamos que Itapetinga já estava adaptando seu espaço citadino para a chegada de uma estrutura pedagógica que, posteriormente, seria suporte para a instauração de graus mais elevados do ensino, como, por exemplo, a graduação em Zootecnia, que inaugurou, em 1981, o *campus* da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) no município.

Inferimos da análise do acervo documental que, para a sociedade daquela época, a matrícula no curso de técnico em agropecuária transformou-se numa alternativa altamente ambicionada, pois era considerada como uma oportunidade de ascensão social pela via dos estudos. Contudo, frisamos que a real intenção por detrás da proposta formativa ofertada era reproduzir as pretensões de uma classe dominante, que precisava de um contingente de mão de obra habilitada a ofertar sua força de trabalho para os fins acima discriminados.

Os fatos aqui apresentados podem ser confirmados no conteúdo jornalístico, seguidamente disposto: “Ponto alto na visita do governador Roberto Santos será a assinatura do convênio para implantação em Itapetinga de uma escola média de veterinária, para preparar técnicos capacitados a cuidar do rebanho bovino da região e orientar os fazendeiros na adoção das melhores práticas para o desenvolvimento dos seus plantéis. A Escola será construída na parte da área de terras que a prefeitura desapropriou da fazenda Volta Grande, que será cedida ao estado pelo município” (JORNAL DIMENSÃO, 1976, p. 2).

Cada nova informação sobre o bom andamento das mobilizações em prol do cumprimento dessa aspiração coletiva sedimentava um grau maior de expectativa ao montante de pressuposições benévolas que se esperava da concretização deste desígnio, tal qual evidenciado no seguinte apontamento datado de 20 de novembro de 1976: “Com base nos contatos em andamento posso adiantar que implantaremos duas escolas de nível técnico, uma para formação de técnico em pecuária e uma para formar técnico em nutricionismo. O corpo docente dessas unidades será formado por professores possuidores de curso de pós-graduação em Master e PhD e que serão igualmente professores da unidade de Experimentação de Pecuária a ser instalada pela Embrapa” (JORNAL DIMENSÃO, 1976, p. 1).

Tendo inventariado, até aqui, as reminiscências que ilustravam o projeto de perfil social formativo almejado pela classe dominante itapetinguense, o qual cooperava para a manutenção da hermenêutica ambiental, formatada de acordo com as condicionantes históricas fartamente arroladas precedentemente, nos dedicaremos, doravante, a gizarmos uma discussão de cunho geográfico e biológico, versando sobre as metamorfoses da paisagem advindas das projeções do ambicionado progresso pecuarista regional que repousavam sobre as potencialidades naturais do território.

7.1.1 A concepção utilitarista da natureza como esteio das expectativas de desenvolvimento econômico rural e urbano

A paisagem natural de Itapetinga começou a ser severamente perturbada em face da viabilidade das alternativas de geração de insumos para a nutrição dos rebanhos, ação que requeria uma intervenção antrópica consumada pelo plantio de gramíneas forrageiras exógenas, que apresentavam um efeito devastador ao meio em que foram introduzidas, visto não serem endêmicas dessa região, como podemos reparar no relato posto a seguir, datado de 12 de junho de 1976: “Assim, uma produção leiteira altamente especializada não pode ocorrer sem haver uma intensificação de práticas agrícolas correlatas, que proporcionem alimentos de

alto valor nutritivo para os gados [...] Por isso, a produção leiteira em Itapetinga é conduzida: 1. Utilizando animais em que a rusticidade é atributo indispensável (inclusive para sobrevivência em épocas mais críticas); 2. Alimentando estes animais com as forrageiras mais adaptadas localmente, (destacando-se dentre aquelas o capim colômbio). Por isso, na maioria das vezes, é a exploração leiteira na região de Itapetinga uma atividade paralela, subsidiária da produção de gado de corte” (JORNAL DIMENSÃO, 1976, p. 4).

Os dados mnésicos estresidos podem se coadunar com os estudos conduzidos por Torres (1954), os quais demonstraram que determinadas condições consideradas como propícias para o desenvolvimento de algumas espécies, apresentam efeito inverso para outras. Assim, o autor alentou em seus estudos a observância dessa constatação para o adequado manejo das pastagens e para a contenção de pragas. Salientou, ainda, que forrageiras tidas como benéficas podem se transformar num flagelo ambiental, a ponto de aniquilarem todos os proveitos de sua plantação, em razão do ônus desprendido com o seu refreamento. Em virtude disso, este pesquisador enfatizou a importância do estudo comportamental dessas espécies com atenção aos fatores edafoclimáticos, devendo estes terem um caráter prioritário em relação às exigências de cultivo dos fazendeiros.

Mantoani *et al.* (2012) associaram os estragos sofridos pela biodiversidade ecológica, em larga escala, à atuação de espécies exóticas, as quais possuem o poder para fulminar espécies silvestres, por conta da competição biológica e da mutação das propriedades naturais do ambiente onde foram ínsitas. No caso específico da cobertura de capim colômbio (*Panicum maximum Jacq*), os autores comprovaram um impacto nocivo dessa com relação à riqueza da quantidade de vegetação arbórea local. Consoante os dizeres de Mack *et al.* (2000), tudo isso provoca alterações, também, no processo biogeoquímico, na ciclagem dos nutrientes e no microclima.

Nas anotações de Silva (1968; 1969), encontramos que o capim colômbio foi trazido do continente africano para o sul americano, no período colonizador, para subsidiar a criação bovina. O autor qualificou essa espécie como invasora e agressiva ao ambiente, tendo em vista seu alto poder dispersivo pela anemocoria e devido, também, a sua resistência, com tendência para a formação de touceiras que obstaculizam o desenvolvimento de outras plantas (KISSMANN, 1997).

Em procedência à análise do acervo memorialístico selecionado, encontramos que, numa das viagens oficiais do ex-prefeito Michel Hagge para a região Sul do país, na gestão de 1976, o mesmo se dispôs a apreciar os fatores ambientais, tecnológicos e gerenciais que concorriam para o sucesso da indústria da carne bovina produzida naquela localidade,

objetivando estudar a exequibilidade da instituição desse mesmo empreendimento em Itapetinga.

Ao cotejar ambas as realidades, esse gestor municipal ponderou que o território itapetinguense detinha, prodigiosamente, todos os requisitos cruciais para a majoração do peso dos bovinos, mesmo em períodos de estiagem severa, proclamando, taxativamente, num tom hiperbólico, que considerava essas terras as mais afortunadas em aspectos ecológicos, proveitosos para a logística dos bovinos de corte.

A fim de comprovar as colocações explicitadas, cabe rememorarmos o pronunciamento desta exímia personalidade pública, consoante registros de 19 de junho de 1976:

[...] posso afirmar que dispomos de todas as condições para transformar nosso Frigorífico em, até mesmo, o maior do Brasil [...] sempre afirmei ter nossa região as melhores condições para a criação de gado zebu de todo o país. Longe de ser bairrista, esta afirmação é fundamentada no conhecimento que possuo das demais áreas de criação no Rio Grande, por exemplo, sempre tido como a fina flor da pecuária nacional, as pastagens fracas ainda sofrem com rigoroso inverno de seis meses, o que faz atrofiar todo o gado. Aqui, até mesmo a seca calamitosa, apenas, ocasionalmente, não impede a engorda do gado. (JORNAL DIMENSÃO, 1976, p. 2).

Amiúde, esta convicção foi sendo externada, também, por outros atores sociais da localidade em estudo até se firmar como uma máxima coletiva consensual. Assim, as narrativas comunicavam as incalculáveis e otimistas adjetivações ambientais desta região, assinalando, dentre elas, as pradarias e a temperatura (com condições propícias para a criação bovina). Fora isto, esta área já era provida por abundantes recursos de infraestrutura que favoreciam a consecução plena da ascendência econômica, tais como: o complexo rodoviário; o sistema digital de radiodifusão de áudio; e as estações de redes de eletricidade.

O rol de atributos ecológicos disponibilizados pela região em análise parecia ser inesgotável, sendo dirigida, em 24 de junho de 1989, uma menção honrosa as suas propriedades edafoclimáticas e à inigualável uberdade de suas terras, que foi, inclusive, uma das excepcionais causas que lhe rendeu o título de Capital Baiana da Pecuária.

Esta simbiose estabelecida entre o capitalismo e a natureza é traduzida por Sweezy (2004) através dos seguintes dizeres: “no que respeita ao meio ambiente, o capitalismo considera-o não como algo para ser fruído, mas como um meio para a produção de lucro e para uma cada vez maior acumulação de capital” (SWEETZY, 2004, p. 92). Assim, o teórico focalizou, nesta senda discursiva, a condição subalternizada da natureza frente ao modelo

produtivo do capitalismo. É relevante enlearmos estas colocações com as observações de Burkett (1999), para quem:

[...] o ambiente natural tal como todas as condições necessárias de produção é dotado de um certo carácter social, na medida em que serve como condição do trabalho combinado da comunidade. Este carácter social é capitalista já que a natureza é apropriada, redesenhada e espoliada pelo capital em linha com os imperativos da acumulação monetária. (BURKETT, 1999, p. 178).

Impende lembrarmos, ainda, que a ampliação do agronegócio, principal provedor pecuniário das arrecadações deste município, foi oportunizada pelos seus reconhecidos componentes morfológicos ambientais, alvitando para Itapetinga a alcunha de Cidade do Futuro. Citamos, também, que a fecundidade dos seus solos era a fonte do vigor e da profusão das culturas de cacau e café, que não apresentavam tanto destaque quanto a pecuária.

Esse contexto antropocêntrico, de reconhecimento e de submissão das potencialidades naturais, encontra guarida nos postulados de Arruda (2000), ao tratar sobre o desbravamento dos sertões, quando seus agentes prospectaram alternativas de ocupação e fruição de suas riquezas por intermédio da exploração da natureza, conforme ilustrado no texto a seguir transcrito:

As selvas eram riquíssimas, os rios, apesar de caudalosos, navegáveis, condição fundamental para transportar mercadorias numa região praticamente sem estradas de ferro, suas potentes cachoeiras poderiam produzir muita energia, suas cataratas eram imensas, os campos, extensos e variados, a permitir uma ampla possibilidade de uso agrícola, além das ricas e valiosas reservas minerais. (ARRUDA, 2000, p. 83).

É conveniente registrarmos que as memórias mais remotas da caracterização territorial itapetinguense referenciaram, minuciosamente, o seu panorama ecológico, adornado pelo peculiar relevo, revestido por um matiz de tonalidade verde exuberante e pelos caudalosos cursos d'água que modelavam o horizonte. Salientamos, também, que a oferta desses recursos naturais, em associação com a engenharia genética no melhoramento animal, eram os propulsores da pecuária, principal responsável pela movimentação econômica do município.

Toda a argumentativa extraída da análise documental faz coro com as conclusões erigidas por Ângela dos Santos Machado (2020), a qual discursou sobre a mutação pela qual passou a concepção da natureza no curso temporal, a ponto de firmar-se como um mero recurso disponível para servir às demandas humanas, sendo, pois, o alicerce para a reprodução do capital. Vista por esse ângulo, a natureza é reificada e se transforma num alvo predatório do sistema capitalista.

Esta autora pontificou que a bifurcação entre a sociedade e a natureza (objetificada numa representação social utilitarista) foi observada a partir de Descartes, consolidando-se na filosofia contemporânea. Neste viés, o controle da natureza estaria correlacionado com o conhecimento dos seus fenômenos, pois:

[...] conhecendo a força e a ação do fogo, da água, do ar, dos astros, dos céus e de todos os outros corpos que nos cercam [...] poderíamos empregá-los da mesma maneira em todos os usos para os quais são próprios e assim nos tornar como que **senhores** e **possuidores** da natureza. (DESCARTES, 1996, p. 69, grifos nossos).

Nesse fragmento fica explícita a tendência antropocêntrica que apresenta a natureza enquanto recurso para atendimento das necessidades humanas. Nessa direção, Porto-Gonçalves (1989) cooptou a teoria cartesiana ao mercantilismo e ao colonialismo, tendo em vista a aspiração comum pela conquista e pela dominação.

Em sintonia com o exposto, Smith (1988) frisou que, para a sistemática da produção capitalista, a natureza é simplesmente um acessório para o seu desenvolvimento, sendo que “nenhuma parte da superfície terrestre, da atmosfera, dos oceanos, dos substratos geológicos ou dos super estratos biológicos estão imunes à transformação pelo capital” (SMITH, 1988, p. 95).

Maria Célia Fernandes (2011) explicou que mesmo as regiões terrenas que ainda conservam seus recursos ecológicos inviolados, isto é, em estado natural, já foram mapeadas pelas projeções capitalistas, denotando uma reserva para usufruto num futuro não muito longe. Notamos, nisso, um devir histórico, no qual a natureza torna-se cobiçada como um bem investido de potencial valorativo.

Ajustada com essa exposição, Machado (2020) ratificou que a ótica capitalista deturpa a visão que o homem possui da natureza, provocando uma atitude de estranhamento, de modo a tratá-la como algo externo a si e que ocupa uma posição ínfima, o que justifica o haurir dos recursos florestais, hídricos, minerais, animais e congêneres em prol do progresso capitalista.

Esgotadas as considerações suso arroladas, que dissertaram sobre as decorrências do capitalismo na distorção da visão humana sobre a natureza, pois a vislumbra, meramente, sob a perspectiva extrativista, encaminharemos, a seguir, para uma discussão que abrange os conseqüências do cometimento de ações infensas ao meio ambiente, sob justificativas, à época consentidas, e executadas como alternativa menos custosa, que legaram um crônico colapso ambiental para o território.

7.1.1.1 As sequelas ecológicas como conseqüência do manejo ambiental pela pecuária

As gramíneas exóticas, inseridas no ambiente modificado pela cultura forrageira implantada para o sustento do gado, se alastraram numa proporção preocupante, a ponto de culminar num acentuado estresse ambiental local. Assim, os efeitos perniciosos dessa manobra realizada sob o estímulo da ignorância das práticas ecologicamente viáveis requisitavam uma solução eficiente, para que não perseverassem no comprometimento da homogeneidade do pasto, pela ação dispersiva de espécies vegetais não nativas.

Ao abordar sobre o extermínio do bioma mata atlântica, Ramalho e Franco Neto (2018) colocaram a criação de gado como o seu principal impulsionador, devido à plantação de gramíneas exógenas no ambiente, visando a nutrição do rebanho. Os autores ponderaram que, apesar de a pecuária ter se consubstanciado como uma das engrenagens econômicas da nação, desde o século XX, com o sucesso das *commodities*, a mesma concorreu, rigorosamente, para a instalação da crise que afetou todos os biomas pátrios. Além disso, estes autores comunicaram sobre os devastadores abalos telúricos percebidos com a substituição da cobertura vegetal por pastos, pois a capacidade de absorção pluvial pelo solo restou prejudicada.

Este último dado endossa os resultados do trabalho de Jenifer Souza (2010), onde consta que a compressão do solo, acarretada pela bovinocultura, reduz a capacidade de infiltração da água que se concentraria nos lençóis freáticos e escasseia o volume desse recurso nos rios.

A proposta de remediação itapetinguense para o enfrentamento do transtorno retro dito foi pautada noutra ação incongruente, à época tolerada, que era a de incendiar o capinzal para conseguir uma pastagem renovada. Deprendemos que, para além da imprudência quanto à preservação da natureza e da insipiência respeitante aos preceitos preservacionistas, a adoção dessa técnica se deu por ter sido economicamente menos dispendiosa.

Apesar das catastróficas observações advindas de experiências passadas, em 1973 e 1974, período lembrado pelo perecimento das forraginosas nos pontos mais áridos, por efeito da combustão que se disseminou vertiginosamente e se transformou num vetor de extermínio do bioma florestal e da depauperação dos solos, mesmo assim os fazendeiros incorreram neste equívoco, ante o pretexto de que os campos em que se ateou fogo eram sequiosamente apetecidos pelos gados. Contudo, havia uma precaução desses sujeitos em retardar o pastejo das áreas recém-submetidas a esse procedimento, visando a restauração absoluta das primitivas condições ecológicas florestais.

Nessa senda discursiva, cabe reportarmos aos resultados obtidos pela investigação desenvolvida por Jacques (2003), o qual informou que, desde os tempos remotos, o fogo tem participado como elemento modulador do ambiente e que o seu emprego é admitido em algumas partes do mundo, como na Europa, por exemplo, com a finalidade de refrear a proliferação de agentes biológicos danosos (pragas), mas, noutras regiões, é censurado pela adesão das outras modalidades de controle, ou, então, é autorizado somente em casos excepcionais, como ocorre na Inglaterra.

Tal pesquisa trouxe um esclarecimento acerca da improcedência da afirmação dos produtores rurais de que a queima promove a renovação plena da pastagem e que oferta uma dieta com um valor nutritivo mais elevado. Trata-se, portanto, de um argumento refutável, por ser isento de confirmação científica.

É válido salientarmos que, no caso itapetinguense em análise, os agentes humanos responsáveis pela incineração dos pastos pressupunham ser esse um ato adequado e sugeriam que o cometimento deste feito deveria anteceder a fase de precipitações pluviais, para que o rebroto fosse facilitado pela adubação da biomassa que ficava espalhada pelo subsolo.

Ainda que tenuamente, despontaram nos documentos examinados as memórias afeitas à preocupação com a integridade do meio ambiente, pois os especialistas do campo agrônomo já aconselhavam, em 1976, o emprego comedido desta tática de manejo, no sentido de impedir a saturação do terreno pela perpetração sucessiva da aludida prática. Havia, portanto, o indicativo de que esse tipo de ingerência deveria se processar em velada observância das diretrizes ambientais, mas, de acordo com as constatações, essas prescrições eram relegadas.

Numa abordagem histórica, cumpre lembrarmos que o primeiro dispositivo legal a regular sobre essa matéria foi o Código Florestal de 1934, o qual vetava o emprego do fogo, em qualquer vegetação, e qualificava como infração ambiental o cometimento dessa ação.

Art. 83. Constituem crimes florestais:

- a) fogo posto em florestas do domínio público ou da propriedade privada; pena: prisão até três anos, e multa;
- b) fogo posto em produtos ou subprodutos florestais, ainda não retirados das florestas onde foram obtidos ou elaborados; pena: prisão até dois anos e multa. (BRASIL, 1934).

Com o avançar do tempo, houve a edição de uma nova versão deste instrumento legal, em 1965, pela vigência da Lei nº 4.771, que seguiu alentando a questão da utilização do fogo na malha vegetativa, porém prescrevendo ressalva para a permissividade desta prática com

vistas ao desenvolvimento de atividades rurais, o que dependeria da aquiescência governamental, a saber:

Art. 27. É proibido o uso de fogo nas florestas e demais formas de vegetação.

Parágrafo único. Se peculiaridades locais ou regionais justificarem o emprego do fogo em práticas agropastoris ou florestais, a permissão será estabelecida em ato do Poder Público, circunscrevendo as áreas e estabelecendo normas de precaução. (BRASIL, 1965).

Por efeito do Decreto nº 2.661 de 1998, regulamentou-se a última parte da sobredita disposição legal, que se irradiou em 28 artigos, os quais disciplinavam sobre o controle de queimadas, os cuidados preventivos e discorria, também, sobre as múltiplas providências educativas para o uso comedido do fogo.

No ensejo, o legislador se preocupou em traçar um conceito para o que se considerava como incêndio florestal e queima controlada. O primeiro termo compreendia a utilização do fogo como alternativa para o manejo agropastoril ou florestal, sendo aplicado, também, para propósitos investigativos da ciência e da tecnologia. Por sua vez, a última terminologia versava sobre o uso desordenado do fogo sobre áreas de densas coberturas vegetais.

Fora isto, este instrumento normativo legislou a respeito das circunstâncias em que a queima controlada era passível de ser empregada, conforme acenado na redação desse dispositivo, a saber:

Art 2º É permitido o emprego do fogo em práticas agropastoris e florestais, mediante Queima Controlada.

Art 3º O emprego do fogo mediante Queima Controlada depende de prévia autorização, a ser obtida pelo interessado junto ao órgão do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, com atuação na área onde se realizará a operação. (BRASIL, 1998).

O Código Florestal contemporâneo, Lei nº 12.651/2012, reteve a proibição quanto à ministração de fogo nas matas, contudo positivou algumas restrições para esse caso, quais sejam:

Art. 38. É proibido o uso de fogo na vegetação, exceto nas seguintes situações:

I - em locais ou regiões que justifiquem o emprego do fogo em práticas agropastoris ou florestais, mediante prévia aprovação do órgão estadual ambiental;

II - emprego da queima controlada em Unidades de Conservação, em conformidade com o plano de manejo, visando ao manejo conservacionista da vegetação nativa, cujas características ecológicas estejam associadas evolutivamente à ocorrência do fogo;

III - atividades de pesquisa científica vinculada a projeto de pesquisa devidamente aprovado pelos órgãos competentes. (BRASIL, 2012).

No artigo 40 do regulamento novel encontramos que é de incumbência do governo federal a sistematização de uma política de cobertura nacional voltada para o manejo, o monitoramento das queimadas e para as medidas preventivas de refreamento aos incêndios das florestas.

Após esse hiato problematizador, reservado para a discussão teórica dos achados mnésicos anteriormente expostos, retornamos para o conhecimento de mais uma parcela do estudo documental mnemônico, no qual notamos que existia uma resistência por parte dos fazendeiros em se inteirarem sobre as intervenções ecologicamente consentâneas e em aderir-las no labor campestre, haja vista que era economicamente mais cômodo perpetuar as costumeiras ações do que ajustarem-se a uma postura alinhada com os princípios sustentáveis, e que, para serem validados, careciam de um aprimoramento humano acompanhado de uma reforma à nível ideológico, cultural e político, princípios esses que demandariam, conseqüentemente, em investimentos em tecnologias menos invasivas a serem adotadas na lida pecuarista.

Nepstad, Alencar e Moreira (2005), estudiosos do contexto agrícola na Amazônia, assinalaram que dificilmente as pastagens serão concebidas sem recorrerem à utilização do fogo para extração do material lenhoso. Uma das justificativas para a aderência a essa feitura é o acúmulo do material orgânico derivado das queimadas, o qual serve como fertilizante para o solo. Além disso, é menos custoso incinerar as matas do que fazer a limpeza da terra pela utilização de máquinas, haja vista que nem todos os fazendeiros da região dispõem de tratores para aplicarem na roçada automatizada.

Somam-se a esse diálogo as balizadas opiniões de Pardo (2012), o qual concluiu que a aplicação de fogo direcionada para os procedimentos agrícolas e para o pastejo é ilógica, dado os seus nefastos efeitos que redundam na pauperização do solo, pelo exaurimento de seus minerais, minguando a sua fecundidade; e na sua contaminação. Ademais, a ignição florestal concorre para o cometimento de inúmeros desequilíbrios socioambientais, tais como: o adoecimento pulmonar das pessoas; a diminuição da nitidez visual; o extermínio da biodiversidade regional dos animais e das plantas; o impossibilitar do sequestro de carbono e a tonificação do lançamento atmosférico desse poluidor.

Fora os desequilíbrios ecológicos relacionados com a pecuária, identificamos, nas reminiscências do dossiê compilado para esta investigação, outro feito lesivo ao meio

ambiente, consumado sob o consentimento da prefeitura, que foi a concessão para que uma indústria do segmento leiteiro, a SPAM, descartasse os seus resíduos no Rio Catolé, conspurcando as suas águas.

Quando os diretores da fábrica foram interpelados acerca das complicações socioambientais que este despejo poderia ocasionar, os mesmos se eximiram de qualquer responsabilidade, arrazoando, num enfoque atenuador, que os seus efluentes eram inofensivos, por isso não acarretariam nenhum agravo ao flúmen e nem representariam ônus para a saúde humana, pela impossibilidade de torná-lo uma fonte hídrica imprópria para o consumo, fulminando, assim, qualquer alarde social que pudesse culpabilizar a indústria por quaisquer danos eventuais.

Inferimos que, para aquele azo, era mais oportuno o desfrute das vantagens econômicas adquiridas pontualmente com a expectativa do progresso industrial do que incomodar-se, premonitoriamente, pelos colapsos ambientais irreversíveis a eclodirem no futuro. Mediante o exposto, resta perceptível que, sob o prisma do governmento municipal vigente na data destas ocorrências, a persuasiva imediatez dos retornos financeiros era uma justificativa mais plausível do que qualquer indício póstero de um flagelo ambiental.

Todos esses eventos estão nitidamente aduzidos no fragmento de um noticiário, editado em 12 de novembro de 1977:

A respeito das notícias de que a fábrica será instalada acima da cidade, vindo seus esgotos a poluírem o rio Catolé, com a grande quantidade de soro despejada, explicou que a fabricação de leite em pó não produz soro. A produção de manteiga é que produz um pouco de leiteiro, que, juntamente com as águas de lavagem e soluções detergentes, irão para o rio, não produzindo, porém, poluição prejudicial à população. O nosso esgoto cairá no rio, bem abaixo da captação de água pelo SAAE, onde, também, captaremos água para o uso de nossa fábrica. (JORNAL DIMENSÃO, 1977, p. 14)

Coincidentemente, em 1972, enquanto havia uma uníssona preocupação dos Estados com a crise ecológica planetária, devido as discussões estimuladas pela Conferência de Estocolmo¹⁵, o Brasil se mostrava relutante em se adequar a agenda mundial em prol do meio

¹⁵ Sua data de realização foi nos dias 5 a 16 de junho de 1972. Na oportunidade, a cidade de Estocolmo, localizada na Suécia, recepcionou presidentes de 113 nações e inúmeras instituições governamentais, militantes e repórteres. Este evento promoveu a discussão da poluição do ar, do esgotamento das fontes biológicas devido ao consumo exacerbado, dentre outros temas ecológicos. O produto desse acontecimento, simbolizado por uma declaração composta por 8 metas e 26 princípios (um manifesto ambiental), reverberou em importantes estratégias de tutela e de conservação da natureza e serviu como substrato para os planos de ação da agenda ambiental das Organizações das Nações Unidas (ONU). Mesmo depois de transcorrido 50 anos de sua ocorrência, suas recomendações ainda continuam vigentes.

ambiente. O que não faltam na história desse país são exemplos levianos de administrações públicas que fomentaram o acolhimento de desgraças (a época vislumbrada como oportunidade de incentivo industrial e prosperidade econômica) a despontarem no futuro.

Um caso emblemático de precipitação desse tipo foi a campanha midiática difundida pelo governo goiano, retratada pelo *slogan* “Traga sua poluição para Goiás”, que induziu os segmentos industriais a se instalarem em seu território, sob a persuasiva política de ausência de repressão na tratativa dos potenciais poluentes da natureza. Essa dispensabilidade de rigor quanto aos licenciamentos ambientais atraiu o olhar global para a nação brasileira, para que a mesma se comprometesse com a pauta ecossistêmica como condição para concessão de empréstimos internacionais (BRASIL, 1998).

Cabe, aqui, invocarmos as alegações de Caldereiro *et al.* (2015), que denunciaram que os efluentes descartados nos fluxos d’água sem terem recebido um tratamento adequado redundam em desastres ambientais severos, conspurcando as fontes hídricas superficiais e subterrâneas, de forma a convertê-las em inadequadas ao consumo, por representarem risco à saúde humana.

Os resultados da pesquisa desenvolvida por Juliana Henares (2015) confirmaram que toda indústria de laticínios produz conteúdo poluente, tanto sólidos quanto efluentes e atmosféricos, com potencial danoso para a natureza. Por esse motivo, a autora evocou os preceitos da legislação ambiental vigente, onde consta a recomendação de um coerente tratamento para os resíduos industriais, como uma crítica ao recalcitrar desse segmento produtivo, no que tange à adoção de tecnologias limpas, enquanto uma alternativa eficaz de arrefecimento dos desequilíbrios ecológicos provocados pela sua produção.

Mayara Fornari *et al.* (2018) justificaram que, em virtude do célere crescimento industrial em consórcio com a expansão demográfica, os efluentes oriundos desses processos se consubstanciaram como um dos principais transtornos ecológicos atinentes à inquinação das águas.

Todo o montante de efeitos negativos implicados nessa conjectura foi registrado por outras pesquisas afins, tais como as realizadas por Messrouk *et al.* (2014) e Tanner *et al.* (2012), as quais alertaram que diversas regiões brasileiras lidam com problemas econômicos, ambientais e sanitários, por conta da má qualidade hídrica dos seus flumens, os quais se transformaram em meros depósitos para o descarrego dos poluentes residuais, sem nenhum tratamento prévio.

Nessa linha de intelecção, Silva (2011) ensinou-nos que uma solução para essa questão seria o reuso dos seus rejeitos, de forma a minorar as despesas investidas no

tratamento final. Este investigador discriminou que esses resíduos são compostos, sobretudo, por: leite dissolvido; elementos sólidos que pairam sobre a superfície hídrica (especialmente materiais cerosos); detergentes químicos; fluidos lubrificantes; e esgotos domésticos.

Interessa acrescentarmos a esse ponto discursivo, as colocações de Baptista e Cardoso (2013), os quais realizaram um esforço histórico acerca da relação entre os rios e as cidades e informaram que, nas Idades Antiga e Média, períodos considerados como a aurora das ocupações citadinas, mesmo sendo parcas as comunidades ribeirinhas, os rios já sofriam com as avarias dimanadas da urbanização, pois neles eram despejados altíssimos detritos sanitários derivados do ramo comercial e fabril.

Reynoso *et al.* (2010) compartilharam que o estado de saneamento dos rios urbanos se torna ainda mais calamitoso com a inauguração da revolução industrial, no término do século XVIII. A partir desse evento, os rios de ampla extensão se transformaram em fontes primazes da movimentação da engrenagem industrial e, concomitantemente, em depósitos de águas residuais demasiadamente poluídas.

No encadeamento mnemônico itapetinguense estão exarados, também, os pareceres científicos exortativos inerentes ao exacerbado desflorestamento nacional que vulnerabilizou densas coberturas arbóreas e arbustivas, com o fito de reduzi-las à pascigos. Os juízos comunicados pelos especialistas no assunto advertiam, enfaticamente, sobre as implicações negativas provocadas ao solo, pela rarefação das matas primárias, tornando-o infrutuoso por conta da erosão desordenada.

Para realçar a gravidade da referida situação, o diálogo aventado ancorou-se num levantamento estatístico que esboçou o percentual da devastação que afetou grande parcela da área florestal nacional, o que equivaleu à desertificação de 50% dos 105 milhões de hectares ocupados pela agricultura, na época. Além disso, pairou sobre o Brasil o alerta de que gigantescas extensões de pradarias aptas para a bovinocultura, também já estavam se encaminhando rumo à depreciação ecossistêmica.

Julgamos procedente, numa pesquisa concentrada no campo da memória, que leva em conta a perspectiva social de sua construção, suscitarmos, para além de uma fundamentação técnica, o contexto de desolação ambiental, relatado na literatura de Euclides da Cunha e de José Bonifácio de Andrade e Silva, os quais evidenciaram, com grande sensibilidade e riqueza de detalhes, as reminiscências nacionais que comportam as narrativas de como esse dilema afetou a integridade da natureza noutros tempos, sob o pretexto de obtenção de progresso, cujas sequelas se arrastam até o período hodierno através da perpetuação de atitudes humanas homólogas as que delineamos em linhas anteriores e da execução de outras ações, com novas

nuances degradatórias responsáveis por impactar, negativamente, desde os mais rincões (como é o caso de Itapetinga) até os grandes centros urbanos deste país.

Na fase imperial, especificamente no ano de 1825, o último autor citado redigiu uma queixa dirigida à assembleia geral constituinte e legislativa, na qual denunciou os inconvenientes sofridos pelo meio ambiente, conforme exposto na retórica a seguir ventilada: “com effeito, Senhores, Nação nenhuma talvez peccou mais contra a humanidade do que a portugueza, de que fazíamos outr’ora parte. Andou sempre devastando não só as terras d’África e d’Ásia, como dice Camões, mas igualmente as do nosso país” (SILVA, 1825, p. 8).

No ensejo, Silva (1825) se posicionou a respeito dos obsoletos mecanismos empregados no plantio de canaviais, recomendando a adoção de outras modalidades exitosas de desempenho dessa prática, com promissora capacidade de erradicação da força de trabalho escravocrata, conforme o evoluído modelo de produção europeia, que para ser próspero não necessitava exaurir as potencialidades naturais e nem subjugar o homem. Antes, procuraram alternativas menos agressivas ao meio ambiente, respeitando as suas fontes e visando a conservação dos seus recursos.

Assim, a preleção de José Bonifácio traduzia uma preocupação patriota com a depleção da terra que resultava na sua improdutividade, conforme podemos subsumir do texto a seguir transcrito:

Demais, uma vez que acabe o pessimo methodo da lavoura de destruir matas e esterilizar terrenos em rapida progressão, e se forem introduzindo os melhoramentos da cultura Européa, de certo com poucos braços, a favor dos arados e outros instrumentos rusticos, a agricultura ganhará pés diariamente, as *Fazendas* serão estaveis, e o terreno, quanto mais trabalhado, mais fertil ficará. A Natureza próvida, e sabia em toda e qualquer parte do Globo, dá os meios precisos aos fins da sociedade civil, e nenhum paiz necessita de braços estranho e forçados para ser rico e cultivado. (SILVA, 1825, p. 15).

Silva (1825) perseverou delatando politicamente a destruição das matas nacionais, que era consumada como concretização do inclemente projeto econômico de uma categoria social dominante, a qual acreditava que a utilização da força de trabalho escrava era menos dispendiosa financeiramente do que o investimento na importação de tecnologias consentâneas que não agrediam tanto o ecossistema, de acordo com a visão do citado literato. Tais acontecimentos são circunstanciados na exposição textual abaixo:

Se os senhores de terra não tivessem uma multidão demasiada de escravos, elles mesmos aproveitarião terras já abertas e livres de matos, que hoje jazem abandonadas como maninhas. Nossas matas preciosas em madeiras de construcção civil e náutica não seriam destruídas pelo machado assassino do

negro, e pelas chamas devastadoras da ignorância. Os cumes de nossas serras; fonte perenne de humidade e fertilidade para as terras baixas, e de circulação electria, não estarião escalvados e tostados pelos ardentes estios do nosso clima. E'pois evidente, que se a agricultura se fizer com os braços livres dos pequenos proprietários, ou por jornaleiros, por necessidade e interesse serão aproveitadas essas terras, mórmente nas visinhanças das grandes povoações, onde se acha sempre um mercado certo, prompto e proveitoso, e deste modo se conservarão como herança sagrada para nossa posteridade, as antigas matas virgens, que pela sua vastidão e frondosidade, caracterizam o nosso bello Paiz. (SILVA, 1825, p. 9-10).

Seus questionamentos ecológicos demonstram o quanto foi precursor na abordagem desta vultosa temática, bem antes dela se tornar aclamada no contexto acadêmico, a partir de 1960, em face das mobilizações ambientalistas que surgiram pelo mundo. Sua fala registrou, portanto, uma mensagem de apelo conservacionista tão contemporâneo que não podemos nos furtar de mencionarmos, na íntegra, um fragmento desse louvável discurso, qual seja:

[...] nossas preciosas matas vão desaparecendo, victimas do fogo e do machado destruidor da ignorância e do egoismo; nossos montes e encostas vão-se escalvando diariamente, e com o andar do tempo faltarão as chuvas fecundantes, que favorêção a vegetação, e alimentem nossas fontes e rios, sem o que o nosso bello Brasil em menos de dous seculos ficará reduzido aos páramos e desertos áridos da Libya. Virá então esse dia (dia terrivel e fatal), em que a ultrajada natureza se ache vingada de tantos erros e crimes commettidos. (SILVA, 1825, p. 38).

Trazemos à lume, doravante, as contribuições de Euclides da Cunha que, inquietado por essa problemática, publicou, em 1907, um texto denominado de **Fazedores de desertos**, fragmento que integra o título **Contrastes e Confrontos**, o qual problematizou o processo de atipicidade climatológica ocorrida em São Paulo, que na vigência da primavera vivenciou um verão assolador para as lavouras. Na ótica desse autor, esse distúrbio se exasperava pela intervenção humana, tanto por parte do homem coevo quanto do histórico, falando-se do colonizador. Afinal, “temos sido um agente geológico nefasto, e um elemento de antagonismo terrivelmente bárbaro da própria natureza que nos rodeia. É o que nos revela a história” (CUNHA, 1975, p. 187).

No livro **Os sertões**, esse autor discorreu, detidamente, sobre a desertificação do solo, apontando os fatores antrópicos concorrentes para a sua consolidação. Na oportunidade, narrou a maneira como o colonizador imitou o comportamento pífilo e exauriente dos silvícolas no dealbar do século XXVII. Desde então,

[...] renovavam o mesmo processo na estação seguinte, até que, de todo exaurida, aquela mancha da terra fosse, imprestável, abandonada em caapuera - mato extinto - como o denuncia a etimologia tupi, jazendo dali por diante irremediavelmente estéril porque, por uma circunstância digna de nota, as famílias vegetais que surgiam subsecutivamente no terreno calcinado eram sempre de tipos arbustivos enfezados, de todo distintos dos da selva primitiva. O aborígine prosseguia abrindo novas roças, novas derrubadas, novas queimas, alargando o círculo dos estragos em novas caapueras, que ainda uma vez deixava para formar outras noutros pontos, aparecendo maninhas, num evolver enfezado, inaptas para reagir com os elementos exteriores, agravando, à medida que se ampliavam, os rigores do próprio clima que as flagelava, e entretecidas de carrascais, afogadas em macegas, espelhando aqui o aspecto adoentado da catanduva sinistra, além a braveza convulsiva da caatinga brancacenta. **Ora, estas selvatiquezas atravessaram toda a nossa história.** (CUNHA, 1984, p. 30-31, grifos nossos).

Detectamos nas memórias documentadas por Euclides da Cunha uma providência jurídica, que visava reprimir as ações ambientalmente depredatórias iniciadas pelos povos indígenas, pois nas cartas régias, datadas de 17 de março de 1796, encontra-se a designação de um juiz que impetrava medidas com cunho conservacionista, o qual, em 11 de junho de 1799, sentenciou que "se coíba a indiscreta e desordenada ambição dos habitantes (da Bahia e Pernambuco) que têm assolado a ferro e fogo preciosas matas [...] que tanto abundavam e já hoje ficam a distâncias consideráveis etc." (CUNHA, 1984, p. 27).

Salientamos, ainda, que todas essas preocupações ambientalistas, legadas de tempos remotos da nação, coincidem com as vindicações políticas expressadas por Corrêa (1915), o qual vislumbrou, na publicação de um artigo para o periódico denominado de **Revista Brazil Ferro-Carril**, uma oportunidade indispensável para pleitear deliberações efetivas, por parte do Congresso Nacional, no que tange à apreciação da proposta de lei florestal, frente à urgência da ventilada questão.

Estamos no primeiro mês das "queimadas" e por isso este apelo ao Congresso parece ser oportuno [...] Assim se continuam, sob o olhar indiferente dos Governos contemporâneos, as derrubadas que os primitivos aborígenes iniciaram em nossas opulentas matas – tesouro de que se há de reconhecer o verdadeiro valor quando dele pouco ou nada existir [...]. (CORRÊA, 1915, p. 301).

Em continuação ao abordado no dossiê documental embasador da problematização tética, encontramos relatos da propagação das conclusões de uma pesquisa desenvolvida em 2001 pelo cientista José Lemos, vinculado à Universidade Federal do Ceará (UFC). Constava nesse material o status do declínio ambiental que a Bahia estava sujeita em vista da alarmante condição a qual enfrentava, que transcendia todos os demais estados do Nordeste. Em termos

numéricos, isto perfazia cerca de 84,4% da decadência ecológica. Quando o estudo dessas variáveis foi afunilado para retratar o quadro degenerativo de Itapetinga, contabilizou-se um índice de 94,56% de espaços erodidos, o que a escalonou no catálogo dos 100 municípios nordestinos mais atingidos por esta mazela.

Interveio na mediação desse conturbado enredo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), propondo dirimir o distúrbio em tela a partir da recomendação de um sistema silvipastoril capaz de congrega, numa mesma localização, tanto árvores e pastagens quanto animais, formando, assim, uma tríade biológica, em harmoniosa articulação. As exposições narrativas denotavam a relevância de uma proposta que cativou o apreço de pesquisadores estrangeiros, os quais, em concurso com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), promoveram, em setembro de 2000, um simpósio internacional fundamentado neste mote.

Nesse período, emergiram, também, as admoestações institucionalizadas pela EMBRAPA, que estavam coadunadas com o raciocínio de que a interferência no meio ambiente deveria ocorrer de modo regulado, sem maleficar, prioritariamente, os rendimentos do ramo pecuarista, e assegurando a incolumidade ambiental. Além disso, esse órgão salientou que os fazendeiros deveriam se policiar quanto à criteriosa seleção das espécies lenhosas a serem introduzidas em seus campos. Assim, deveriam escolher as que melhor se ajustassem à paisagem local, devendo essas possuírem características botânicas que conservassem sintonia com as particularidades etológicas dos bovinos.

Interessa para o estudo em tela os resultados científicos expressados por Silva *et al.* (2014), os quais relataram que o expressivo crescimento bovinocultor na Amazônia converteu vultosas parcelas florestais em pastagens que, com a marcha temporal, se transformaram em áreas improdutivas e inadequadas, inclusive, para fins agropecuários. Apurou-se, ainda, que o errado gerenciamento dessas pastagens e o uso de germoplasma forrageiro (que era incompatível com as características edafoclimáticas da região), foram algumas das causas da depreciação biológica e agrária (DIAS FILHO, 2005).

Vale mencionarmos, ainda, o panorama investigado por Silva *et al.* (2014), que permitiu a constatação dos detrimientos ocasionados pela ação antrópica. Daí surgiu a importância de se aplicarem os princípios da preservação ambiental, os quais reclamavam o reconhecimento, a eleição e a incorporação de possibilidades sustentáveis para o desenvolvimento da pecuária, levando-se em conta a integridade das potencialidades naturais usufruídas por esta atividade. Nessa direção, os autores defendiam que o desfrute sustentável da terra se daria através de um trabalho ecológico articulador entre três elementos: árvores,

pastos e ruminantes. Assim, a arborização se encarregaria pela proteção e regeneração da uberdade do solo.

Garcia e Andrade (2001) também advogaram sobre a implantação de árvores nos pastos, tendo em vista os benefícios desta prática, em especial para a formação de uma atmosfera climática vantajosa para os animais. Segundo Pupo (1995), o propósito fundamental da arborização de pastagens é o apropriado aproveitamento dos recursos naturais que podem ser potencializados por via desta tecnologia.

É pertinente dizermos que uma parcela do extrato herbáceo ínsito no território itapetinguense não era endêmica, mas era constituída por espécies estranhas àquele ambiente, o que em poucas décadas do porvir poderia transtornar o equilíbrio do bioma. Tais pressupostos podem ser visualizados no trecho retirado do periódico local, o qual foi difundido em 15 de março de 2003, e que será sequencialmente exibido:

A opção em usar o sistema de agroflorestas pode evitar a erosão, impedir o empobrecimento precoce do solo e melhorar a fertilidade das terras. Fatores básicos para que se tenham pastos produtivos; como consequência direta, rebanhos bem alimentados e maior lucratividade [...] O gado também gosta de sombra e água fresca. Mas é preciso saber escolher as árvores certas para as agroflorestas: árvores adaptadas à região e que tem um porte favorável ao sombreamento, que deve ser moderado. O tronco deve ser mais alto e a copa não muito densa; também as forrageiras devem ter tolerância ao sombreamento.

Talvez, pela premência em propalar esta temática e, também, por tonificá-la como estratégia viável para a mudança do processo predatório arraigado, uma semana após a veiculação dessa abordagem, a mesma gazeta redigiu um editorial intitulado de **Sombras para Bovino à Pasto**, discorrendo sobre os proveitos da arborização na cria do gado, como alternativa para a mitigação da sensação térmica percebida pelos animais nos horários mais quentes do dia e para a segurança contra os vendavais.

Elencou-se, outrossim, o reestabelecimento da higidez do ecossistema como fator preponderante desta transição, por refrear o assoreamento dos cursos d'água e por auxiliar na recomposição das populações faunísticas que dizimam os vilões das pastagens, como a cigarrinha.

Todavia, conforme discernimento apresentado alhures, apesar de sobressair a ideia de um compromisso econômico produtivo enviesado pela sustentabilidade, havia uma

dissimulação dos reais anseios por detrás do plano de reversão desse enternecedor ecocídio¹⁶, que consistia, na verdade, em evitar a debilidade das taxas de produção da carne, do leite e da desvalorização dos latifúndios. Assim, tratava-se de um sutil jogo econômico disfarçado de ecologismo.

Existem vertentes do pensamento ecológico, como a idealizada por Maurice Strong, denominada de Ecodesenvolvimento, a qual foi largamente difundida por Ignacy Sachs (1993), que criticou a dissimulação do discurso contemporâneo acerca do desenvolvimento sustentável. Tais teóricos justificaram que o padrão de desenvolvimento vigente, apesar de aparentar comprometimento com a integridade da natureza, é um paradigma falseado, pois subsiste para satisfazer às aspirações lucrativas dos grupos sociais hegemônicos.

Em face disso, Boff (2004) lastimou que a sustentabilidade seja apenas um enganoso pretexto, resumindo-se numa retórica ilusória. Afinal, “fazer as leis da economia se conformarem às leis biofísicas, não importando quão trivialmente verdadeiras sejam as últimas, não é tarefa trivial!” (HERMAN DALY, 2007, p. 3).

Pode-se aplicar a “sustentabilidade” para o tipo de desenvolvimento/crescimento moderno cuja lógica se sustenta na pilhagem da Terra e na exploração da força de trabalho? Aqui se configura uma contradição *in adiecto*, nos próprios termos de sua formulação. Isso vale especialmente para o capitalismo que se baseia na apropriação privada da natureza e de seus “recursos”; ele é particularmente antinatural. Portanto, a expressão “desenvolvimento sustentável” mascara o paradigma moderno que se realiza tanto no capitalismo quanto no socialismo, mesmo de feição verde, mas sempre com sua lógica voraz. Bem dizia uma severa analista brasileira: “a expressão “desenvolvimento sustentável” confunde e não simboliza uma nova forma de se pensar o mundo”. (BOFF, 2004, p. 97).

Na publicação de Boff (1994), encontra-se uma crítica à desmesurada ambição capitalista que está camuflada sob o manto da sustentabilidade e desengajada dos propagandeados objetivos romantizados pelos diversos segmentos, sobretudo, os industriais.

Baseado nisso, diz o autor:

Hoje em dia é de bom tom falar de sustentabilidade. Só que a sustentabilidade que se tem em mente vem sem compromisso claro quanto ao que representa na essência. Pior: é associada a um modelo de economia que tem como finalidade única se alcançar propósitos de progresso material ilimitado, supondo – muitas vezes, por uma enorme simplificação do raciocínio – que eles não comprometem a base de recursos da natureza [...]. Daí, a adesão universal ao discurso ou retórica do desenvolvimento

¹⁶ Transporta o sentido de destruição e de malefícios agudos provocados num ecossistema. Geralmente, essa depreciação possui uma proporção tão superlativa e absoluta que vulnerabiliza toda espécie de vida do ambiente, sem possibilidade de reversão.

sustentável (ninguém defende, é óbvio, um desenvolvimento insustentável). (BOFF, 1994, p. 4).

Avultamos esse diálogo com outro juízo que revela consonância com o posicionamento sustentado pelo sobredito autor, que é o que foi explanado por Deleuze e Guattari ([1972], 2010), na obra denominada de **O anti-édipo: esquizofrenia e capitalismo**. Essa publicação descortinou a capciosa performance empregada pelo capital para envolver as distintas esferas da vida social na satisfação das ambições do seu modelo operacional e no alcance dos alvos de seu irreverente projeto econômico.

Estes teóricos trouxeram o convencimento de que a atuação do capital é governada por mecanismos axiomáticos, que corresponde aos meios pelos quais ele se utiliza para comprometer os indivíduos, as coletividades sociais, os eventos e outros focos com as aspirações preconizadas pelo sistema, que privilegia a lucratividade extraída de nichos comerciais que já foram ou não explorados.

Para explicar como se desenvolve essa dinâmica, estes autores argumentaram que “a verdadeira axiomática é a da própria máquina social, que substitui as antigas codificações, e que organiza todos os fluxos descodificados, inclusive os fluxos de código científico e técnico, em proveito do sistema capitalista e a serviço dos seus fins” (DELEUZE e GUATTARI, [1972] 2010, p. 310).

Acatamos essa visão teórica para distinguirmos que, geralmente, a proposta de sustentabilidade percebida atualmente é axiomatizada, isto é, ostenta um perfil de uma frutífera chance de rentabilidade. Para um regime que possui o escopo de invalidar qualquer iniciativa que ameace provocar rupturas com o seu domínio, é possível que esse sistema identifique espaços que ainda não receberam da sua intervenção, para estender seu alcance e incorporar seus propósitos.

Essa perspicaz capacidade é notabilizada na seguinte declaração: “quanta flexibilidade na axiomática do capitalismo, sempre pronto a ampliar seus próprios limites para acrescentar mais um axioma a um sistema já saturado” (DELEUZE e GUATTARI, [1972] 2010, p. 332). Portanto, esse poder axiomático transforma a sustentabilidade num sedutor segmento econômico do qual se pode obter proveitos, pois:

[...] no plano econômico, o capital transforma as poluições industriais, bem como a rarefação e/ou a degradação de recursos, como a água e até o ar, em “mercados”, isto é, em novos campos de acumulação. [...] o capital entende fazer um mercado da “reparação” das degradações ecológicas. Longe de afetar sua reprodução como capital, essas se tornarão uma imensa fonte de

lucros e de sustentação dos preços das ações. (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 43-44).

Em regresso para a análise das memórias socioambientais, pontificamos, ainda, que as florestas em chamas se tornaram um assunto recorrente, mantendo-se, persistentemente, numa posição cimeira na pauta da agenda das crises ambientalistas pontuais a serem sanadas por Itapetinga. Em 2007, as notícias jornalísticas informaram que os fazendeiros permaneciam empregando o fogo tanto para a remoção de patógenos dispersos pelas suas posses quanto com o tradicional desiderato de preparar o solo para a lavra e para a constituição de pastos. As explanações recordaram, enfaticamente, dos impactos em elevado grau, posto que as queimadas se irradiavam para outros lugares, com alta velocidade, gerando lesões ambientais irreversíveis.

Essa causalidade foi alvo do pronunciamento da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), que informou a comunidade pecuarista sobre as controvérsias, a vedação e a periculosidade que comportavam o tema na esfera estadual. Inclusive, a austeridade do problema foi exprimida numericamente, ao mostrar que 95% das queimadas aconteciam em terrenos desbastados para facilitar a colheita. Ademais, o órgão fomentou o uso das adequadas tipologias técnicas (mecanizada ou manual) a serem aplicadas ao arroteamento das áreas e revelou que os proprietários das herdades itapetinguenses usavam pesticidas com aguda toxicidade para afastarem os agentes invasores e roçar os seus campos.

As alegações do agrônomo desta autarquia, Ubiratã Gil, eram assaz relevantes para se refletir sobre a conservação da biodiversidade, posto que os desenfreados incêndios aniquilavam os componentes minerais do solo e, também, os microorganismos atuantes na decomposição da matéria orgânica dispersa no substrato, transformando-a em adubante.

Para esquisarmos o que acabou de ser versado, convém reprisarmos uma parte das elucidações enunciadas por este profissional no noticiário datado de 29 de setembro de 2007: “Tudo isso reduz o potencial produtivo e a qualidade da vegetação. Em Itapetinga e região, com certeza compromete a produtividade de suas pastagens. Para se ter um solo fértil, com uma vida microbiana atuante, é necessário ter vegetação, pastagens e culturas agrícolas mais produtivas” (JORNAL DIMENSÃO, 2007, p. 4).

Além disso, esse interlocutor da EBDA esclareceu sobre as nocividades atmosféricas decursivas da combustão, que agia como impulsionadora do efeito estufa, cujos desdobramentos exerciam influência não somente numa dimensão local (micro) mas era

percebida, sobretudo, numa dimensão macro, como, por exemplo, os impactos provenientes do fenômeno *El Niño*.

Ubiratã Gil qualificou este evento climático como o responsável pelo drástico aquecimento em estações de estio, por baixar a umidade do ar e favorecer o desencadeamento de novos incêndios em lotes destinados ao pastejo, o que propicia, conseqüentemente, o surgimento das patologias respiratórias decorrentes das sequelas ambientais que ocasionam a insalubridade aérea, devido a circulação da fuligem (substância carbônica de cor preta).

Seu apodítico discurso descambou na questão da degradação do rio, que era um ecossistema acometido pela deposição de materiais provenientes de erosão, os quais estreitavam o perímetro dos canais d'água até obstruírem completamente o seu fluxo. Essa ação respondia, ainda, pela alteração da composição físico-química do fluido, deixando-o turvo, fato que impossibilita a penetração da luz e a regeneração da oxigenação hídrica, de modo a culminar na destruição da biota aquática. Sua fala englobou, também, a depredação das matas ciliares, principais incumbidas pela proteção dos mananciais.

Smith, Silva, Biagioni (2019) constataram que a maior parte das cidades dos países tropicais passaram por um frenético crescimento que trouxe repercussões maléficas para os rios e córregos. No tocante a esse assunto, Walsh *et al.* (2005) formaram o conceito de síndrome do rio urbano, na busca por identificarem as causalidades da urbanização que são responsáveis pelos prejuízos que acometeram esse indispensável ecossistema.

Na concepção de Paul e Meyer (2001) o rio é, inquestionavelmente, um componente substancial da paisagem urbana que nos primórdios modulou a estruturação das cidades, pois uma profusão delas foi fundada às margens desse curso d'água. Os dizeres de Sandra Mello (2008) expressam essa relação, de maneira mais contundente, ao afirmar que o nascimento da cidade se dá a partir da água e que a sua existência se delineia a partir dos processos de apropriação dos recursos hídricos que, com o transcorrer do tempo, se debilitaram por conta da incoerência das intervenções antrópicas realizadas sem nenhuma razoabilidade. Baseado nisso é que o percurso relacional entre as cidades e os corpos d'água espelha as fases históricas da interação entre os humanos e o ecossistema.

Passos, Carneiro e Oliveira (2019) realizaram um trabalho de campo visando identificarem áreas de assoreamento na cidade de Goiânia (GO). Neste estudo, tais cientistas detalharam uma das sequelas ambientais provenientes desse negativo processo consistente na eutrofização, caracterizada pela elevação de nutrientes no meio aquoso, de modo a intensificar a proliferação dos microrganismos decompositores e, também, das algas. Tudo isso contribuiu para a turgidez da água e para o déficit de oxigenação pelo estado de putrefação ocorrido,

elevando a sua toxicidade para a biota ali encontrada, como, por exemplo, os peixes, que pereciam e ficavam submersos.

Por fim, o conteúdo documental investigativo versou sobre o aproveitamento dos recursos ambientais pela bovinocultura, em obediência às diretrizes de um viés econômico que postulava a fruição desses bens naturais sem exauri-los, instruindo aos produtores sobre a necessidade de aderência às empreitadas com inclinação ambientalmente sustentável. Cumpre anotarmos que essa conjectura conferia abertura para o protagonismo da EBDA, a qual desempenhava suas atribuições de assessoramento, extensão rural, pesquisa animal e vegetal, no âmbito da produção ruralista intensiva.

Com o escopo de ilustrarmos as considerações arroladas, convém anexarmos o esboço do documento analisado: “Recomendamos aos produtores que procurem o manejo mais adequado a sua propriedade, principalmente para limpeza das pastagens. Seria interessante que os produtores procurassem técnicos do IBAMA e da EBDA, no sentido de melhor conduzir os trabalhos e acompanhar essas práticas, explica Ubiratã Gil” (JORNAL DIMENSÃO, 2007, p. 4).

Depreendemos, dessa última prolação, que havia uma discricionariedade quanto às prescrições alusivas ao serviço de auditoria instrumentalizada pelas entidades estatais alvitadas, sendo, pois, facultada ao proprietário rural a sua adesão. Assim, devido à inexistência de um caráter impositivo para o desempenho destas estratégias, e, também, graças à predominância do desinteresse por parte da conjectura social dominante em incluir no desempenho de suas práticas esses mecanismos que propositavam promover um relacionamento ecológico salutar sem agredir a integridade da natureza, tais propostas acabavam sendo enfeitadas.

O roteiro analítico problematizador das questões socioambientais itapetinguenses, que elegeu a memória como eixo articulador da construção desta tese, ponderou nesse tópico sobre o corolário da desídia humana no manejo do meio ambiente, em contraposição às prescrições insufladas pelas instâncias legais, científicas e institucionais, peritas na tratativa da tutela ecológica.

O estudo das questões deste ponto, em associação com os previamente arrolados, foi um preparativo sedimentador da estruturação holista do fundamento tético advogado nesta pesquisa. Destarte, o próximo estágio analítico descambará na reflexão acerca dos dilemas sociais enfrentados pela manifestação das adversidades ambientais, legadas pela imprudência ecológica da prática pecuarista.

7.1.1.1.1 A crise ambiental como pivô da depressão econômica do setor agropecuário

Num noticiário difundido em agosto de 1995 constou que a microrregião agropastoril foi afligida por uma estiada atroz, a qual deflagrou uma cadeia de prejuízos financeiros para a pecuária, haja vista que o impacto ecossistêmico negativo redundou, também, em perturbações para este ramo que tem na natureza o sustentáculo de toda a sua dinâmica produtiva, isto é, a manutenção de seu metabolismo industrial.

No caso da realidade em apreço, visualizamos uma natureza que estava reagindo em resposta às desmesuradas modificações antrópicas concretizadas de maneira desregulada, como, por exemplo, a supressão florestal para introdução de pastagens. Salientamos que, apesar da existência de dispositivos legais e de instituições governamentais (que tinham por finalidade o gerenciamento consentâneo das ações humanas na interação com os biomas), não havia uma adesão social voluntária com relação a essas alternativas.

Assim, não se desenvolveu, à época, uma responsabilidade coletiva concernente ao uso sensato dos potenciais naturais que, antes, eram disponíveis em abundância na região. Não se pensava, portanto, na finitude destes recursos e nem no desequilíbrio provocado pela imprudência do toque humano, pois o que imperava era uma antinomia entre as prescrições legais (que, diga-se de passagem, eram inertes em sua eficácia) e a *praxe* humana dos aristocratas rurais.

Tais razões nos levam a dizer que, mesmo com a presença de parâmetros normatizadores, não existia um despertar social para o preservacionismo ambiental, uma vez que a sociedade itapetinguense não tinha este mote como matéria de interesse prioritário. Isto implica dizermos, então, que esse arcabouço de regras legislativas não refletia a vontade daquele povo. Por isso, subsistiu a desídia e a inefetividade social das salutares prerrogativas ecológicas legalmente formalizadas.

Segundo a dicção de Maria Helena Diniz (2008) e de Portella (1999), as positivamente emanadas por um Estado que persegue o alcance da conservação ambiental e de suas fontes naturais não podem se estribar, apenas, num conjunto de regramentos insipientes ou de preceitos sem nenhuma repercussão social, mas devem vincar o seu caráter impositivo e autorizatório.

Congraçado com este pensamento, Benjamin (2010) discursou a respeito dos entraves para a concretude das previsões grassadas pelo Direito Ambiental. Assim, está esposada em sua crítica o fato de que a expedição de leis ambientais representa, unicamente, uma iniciativa preliminar para dirimir os distúrbios ecológicos e não o remédio, em absoluto, para reversão

desse problema. Este autor sublinhou, ainda, que a lei, *de per si*, sem a manifestação volitiva da sociedade em aderir aos seus ditames estará fadada a receber uma contribuição mínima para a concretização da mudança da realidade ambiental derruída.

É tempestivo trazeremos para este diálogo as anotações de Pacheco (2015), o qual registrou que, desde meados do século XX, a quase totalidade dos países ocidentais, como se despertassem de uma letargia centurial caracterizada pela indolência legislativa no tocante à tratativa dos transtornos sociais suscitados pela matéria ambiental, começaram a se preocupar em conferir um trato legal para esta questão. Assim, mesmo que de modo retardatário, estes Estados encetaram uma efusiva fase de criação legislativa do direito ambiental como reação à depleção dos bens ecológicos por parte das categoriais empresariais pujantes, que tinham o consentimento das autoridades públicas para a realização das suas ações danosas.

Pacheco (2015) observou, também, que preponderava o entendimento de que a confecção de leis seria suficiente para resguardar o meio ambiente da agressividade humana. De acordo com o autor, esse episódio legiferante aconteceu em variados lugares do mundo e na nação brasileira esse evento ocorreu uma década após a instituição de dispositivos normativos com essa finalidade pelos Estados Unidos, isto é, em 1980, apesar da promulgação do código florestal, datada de 1965.

Nas palavras de Benjamin (2010), entendemos que a concepção dessas inúmeras balizas regimentais (portarias, decretos e leis) que constituíram a ossatura do direito ambiental se deu, *a priori*, de modo segmentado, ao arquitetar dispositivos legais específicos para a fauna, a flora, os recursos hídricos, o ar, o solo e congêneres, para, posteriormente, formular um arranjo jurídico pleno, com uma visão de totalidade dos elementos ecológicos que são imbrincados e indecomponíveis.

Valemo-nos, ainda, da dicção de Pacheco (2015) para teorizar as análises construídas por este ponto discursivo, para pontificar que o gestar de instrumentos legislativos, unicamente, não coloca cobro à hostilidade do comportamento humano, que, por séculos, tanto fulminou as fontes naturais, tendo por motivação uma cultura e uma economia inspiradas em ideais arrogantes e exploratórios.

Na opinião deste autor, este quadro não será suplantado ou mitigado somente pela instauração de códigos regnantes inócuos, pois estes conteúdos precisam ser incorporados às ações humanas, de forma a reverberar na reprodução de uma cidadania ecológica, para que, de fato, a sua implementação seja validada e reconhecida, afirmando, socialmente, a plausibilidade de sua existência.

Tal argumento encontra adequação com os dizeres de Benjamin (2010), para quem a legitimidade da questão pela tratativa jurídica se configura como uma ação inicial para o percorrer de um extenso itinerário, até que essa seja plenamente operante e alcance resultados satisfatórios no que tange à consciência e à atitude social. Desta forma, a depender das especificidades do público alvo a ser atingido, a sua implementação poderá ocorrer de maneira abreviada ou prolongada, pacífica ou turbulenta, democrática ou imperativa.

É desalentadora a desventura de um Estado que, não raras vezes, cria dispositivos legais sem o menor compromisso e responsabilidade para com sua efetiva aplicação, simplesmente os desenvolve para dar uma satisfação à sociedade com o fito de apregoar que algo foi feito para esta ou aquela demanda social em pauta, estabelecendo uma legislação simbólica, com o deslavado propósito de instituí-la para servir como um placebo social, com fins ansiolíticos. Em resumo, trata-se da figura de um Estado teatral por excelência que, ao estabelecer a ordem jurídica de proteção ao meio ambiente, apresenta-se inerte e não empenhado com sua realização social, conservando um fosso abissal entre a lei e a implementação. (PACHECO, 2015, p. 310-11).

Em sucessão à investigação documental, recuperamos uma reminiscência relativa à tentativa dos pecuaristas em amenizarem as consequências do ônus econômico ocasionado pela degradação ambiental. Para tanto, eles organizaram um comitê composto pelos prefeitos dos municípios que formavam a regional (bacia leiteira), para reivindicarem junto ao Estado um patrocínio a ser destinado para a efetivação de estratégias de restabelecimento ecológico.

O interesse atinente à restituição da integridade do meio ambiente foi suscitado, em especial, pela inaptidão deste em prosseguir fornecendo os condicionantes elementares ao irrestrito desempenho bovinocultor. Predominava, portanto, a noção antropocêntrica de uma ecorrestauração que visava, meramente, a regeneração das condições ambientais ideais para a retomada da *práxis* predatória e não a de um projeto profícuo na extirpação de atitudes ambientalmente degenerativas. Em suma, o raciocínio que essa lógica encerrava era o de reabilitar para degradar novamente e não o de recuperar para, a partir de um proceder reformado, interagir com o meio de maneira ética, responsável, salutar e parcimoniosa.

Destarte, a providência pretendida, que clamava por medidas de sustentabilidade, adveio do medo dos pecuaristas em terem ainda mais comprometido o seu patrimônio. A monetização era, portanto, o foco primaz dessa categoria e a manutenção do meio ambiente era uma convincente escusa para receber a subvenção estatal.

Estas averiguações encontram ressonância nos pressupostos de Jonas (2006), no que concerne à heurística do temor. Conforme leciona este autor, “enquanto o perigo for

desconhecido não se saberá o que há para se proteger e por que devemos fazê-lo: por isso, contrariando toda lógica e método, o saber se origina daquilo contra o que devemos nos proteger” (JONAS, 2006, p. 70-71).

Assim, a reflexão proposta por ele invoca uma preocupação com a proteção do futuro da humanidade, sendo que a sua salvaguarda está exatamente amparada na abstenção pela prática do mal, do evitar a pilhagem dos bens naturais do planeta Terra. Indubitavelmente, a ênfase maior dele recai, mormente, sobre o mal que redundará do emprego das tecnologias do que pelos benefícios que se pode obter através delas.

O raciocínio proposto por este filósofo postula que aquilo que o homem sabe com maior propriedade é exatamente aquilo que ele não quer do que o inverso. Por essa razão, o mesmo compreende que a filosofia da moral deve apurar, preferencialmente, quais são os medos que atemorizam as pessoas e que elas procuram evitar, em vez de procurar conhecer quais são os seus desejos, acreditando que o exame destes últimos possibilitará o assimilar do que é verdadeiramente valorizado pelos indivíduos.

O vaticínio jonasiano para o futuro da condição humana é envolto por uma atmosfera de incertezas e aponta para a necessidade de atentar mais para o presságio da tragédia do que da salvação (JONAS, 2006). De acordo com a sua filosofia, o temor se converte num dever precedente de uma ética baseada na responsabilidade, pois daquele sentimento promana um comportamento fundamentalmente coerente, aprimorado segundo o intento de impedir a ocorrência de desastres (ABRAMOVAY, 2016).

Em termos de temporalidade, quanto mais contíguo do futuro se situar do fenômeno de que se teme, maior necessidade haverá desta heurística. Jonas (2006) advogou a elementariedade do temor para o estabelecimento de uma ética da responsabilidade, pois é por meio desse atributo que os indivíduos agirão e refletirão acerca do rumo da humanidade.

Esta espécie heurística não está relacionada a algo patológico, mas remete a uma apreensão que estimula a prudência de consciência e de comportamento. Sob essa ótica, temer não corresponde a uma sensação de medo que impede ou desestimula alguém de perseverar num propósito, mas, também, não é entusiasmo, e, sequer, representa covardia. É, primacialmente, uma decisão pelo desvelo direcionado à vida humana (NODARI e PACHECO, 2014).

Na teoria jonasiana, o temor e a deferência assumem posição cimeira, por serem os fatores indispensáveis para a edificação da ética da responsabilidade (FONSECA, 2011). O atributo da responsabilidade, mesmo que carregado de expectativas de reprimir a ocorrência do mal, pressupõe o temor pelo pior, haja vista que “o reconhecimento do *malum* é

infinitamente mais fácil do que o do *bonum*; é mais imediato, mais urgente, bem menos exposto a diferenças de opinião” (JONAS, 2006, p. 71).

Frente a todas essas colocações teóricas que respaldam a análise pontificada, acrescentamos, ainda, que:

[...] há alguns anos, quando se falava dos perigos de catástrofes ecológicas, os autores se referiam ao futuro dos nossos netos ou bisnetos, a algo que estaria num futuro longínquo, dentro de cem anos. Agora, porém, o processo de devastação da natureza, de deterioração do meio ambiente e de mudança climática se acelerou a tal ponto que não estamos mais discutindo um futuro a longo prazo. Estamos discutindo processos que já estão em curso - a catástrofe já começa, esta é a realidade. E, realmente, estamos numa corrida contra o tempo para tentar impedir, brevar, tentar conter esse processo desastroso. (LOWE, 2013, p. 80).

Em prossecução ao exame do conteúdo documental, é pertinente salientarmos que a aspiração pela reparação ambiental não englobava o problema em sua totalidade (que demandaria, dentre outras ações, o planejar do replantio de árvores nativas, a reconstituição da mata ciliar e dos corredores ecológicos, possibilitando a reintegração da biodiversidade), mas, focava, diretamente, na manutenção das pastagens (propriedade privada), que era o cerne do interesse dos latifundiários, por serem o combustível impulsionador da pecuária.

Deste modo, para atrair a injeção de crédito estatal fazia-se necessário utilizar a redenção da natureza degenerada como pretexto plausível para a adjudicação, pois a convulsão ambiental se transverteu em alvo do oportunismo e da conveniência dos fazendeiros que perseguiram a concessão de crédito, com vistas a evitar a falência, assumindo, para tanto, a posição de vítimas de toda essa adversidade.

Notamos, ainda, uma deturpação no que diz respeito à asserção de que os campos que foram dilapidados, culminaram na extinção das forrageiras que propiciaram, por longos períodos, a riqueza regional, conforme disposto no seguinte fragmento : “Quem tem um mínimo de conhecimento das características desta região pode comprovar, sem qualquer margem possível de erro, que nossas pastagens estão em estado calamitoso, a carecer de trabalho concentrado e custoso, para recuperar sua antiga capacidade de apascentamento. Os pastos estão degradados, perderam-se os capins que, historicamente, fizeram a riqueza regional” (JORNAL DIMENSÃO, 1995, p. 2).

A lógica era justamente o oposto, pois foi da conversão das florestas em pastos que adveio o desequilíbrio ambiental o qual derivou não somente a pobreza social e econômica, mas, também, a ecológica. Portanto, acreditamos ser impróprio o predicado discursivamente

infundido, quando tenta exprimir o privilégio da ostentada opulência regional, por influência da pecuária.

Factualmente, o que aconteceu foi que a classe pecuarista conseguiu, por intermédio de extenuantes articulações políticas, equipar a cidade com um complexo de estruturas consentâneas para atenderem aos anseios intrínsecos à bovinocultura, tais como: rodovias; instituições acadêmicas; industrialização ajustada com a proposta do segmento. Contudo, a riqueza auferida às custas da depauperação ecológica foi efêmera (pois, sabidamente, o polo pecuarista foi substituído pelo calçadista - uma das únicas opções de trabalho local atualmente), e ficou circunscrita a um grupo e não a um território e a seus ocupantes que, na maioria, eram hipossuficientes.

Na concepção dos pecuaristas, o enfrentamento e a superação da crise que se instalou dependiam da replantação de gramíneas. Porém, em face do momento caótico, eram poucos os que possuíam condições para, sem nenhum auxílio aditivo, realizarem a aquisição de fartas quantidades de sementes para recomposição do pasto. Aqueles que se aplicaram a efetuação deste escopo tiveram que dispor de considerável parcela de seus haveres.

Ante o inveterado fenômeno da seca atmosférica, houve, conseqüentemente, uma aguda escassez hídrica que assolou os reservatórios aquáticos e desolou, simultaneamente, o solo. Além disso, as eventuais precipitações pluviométricas ocorridas estavam aquém dos níveis adequados para acorrerem à premente necessidade de revitalizar a combalida natureza, segundo podemos lobrigar na partícula textual, a seguir transcrita: “Os rios, barragens, açudes, presas e aguadas não recuperaram nem de longe seus níveis de reservas, e as poucas chuvas que têm caído são insuficiente para suprir a carência que a terra vem sofrendo há anos” (JORNAL DIMENSÃO, 1995, p. 2).

Reaver o pasto coadjuvária no resgate da economia dos fazendeiros e na conservação da popularizada reputação da **Capital da Pecuária, da Terra do Gado Forte**, mas não solucionaria a implacável estiagem e nem reverteria o caos ecológico vigorante. Para dirimi-los seria preciso operacionalizar o ressarcimento da cobertura florestal. Do contrário, essa vicissitude ambiental se distenderia no tempo (como, de fato, aconteceu!), sem razoáveis probabilidades de remediação.

Posteriormente, foi ínsita uma descrição intrigante e paradoxal para denotar a resiliência de alguns ambientes que, apesar da fustigante aridez, exibiam uma fisionomia íntegra. Contudo, admitia-se que somente o sujeito destituído de intimidade com a natureza é que se iludia pela estética camuflante da paisagem devastada, pois os que possuíam

familiaridade com o meio detinham a perícia necessária para discernirem a real circunstância deteriorante em que essa se encontrava.

Assim, o espriado tapete vegetativo, adaptado às drásticas intempéries suso arroladas, ocultava as sequelas da hostilidade humana que acometeu o solo. Portanto, uma contemplação superficial deste cenário era incapaz de perscrutar as informações verazes e aprofundadas do status de conservação ecossistêmica, posto que tal apreensão somente se daria pela via da intimidade relacional entre o homem e o ambiente, como podemos inferir do fragmento reproduzido, *a posteriori*: “Em alguns lugares estamos convivendo com a perigosa ‘seca verde’, na qual os pastos parecem recuperados aos desavisados, mas não enganam o homem realmente ligado à terra, que sabe bem aquilatar da fragilidade da vegetação que cobre de verde a terra maltratada, é incapaz de dar suporte ao rebanho” (JORNAL DIMENSÃO, 1995, p. 2).

As ponderações, ora aduzidas, corroboram a propositura propugnada por esta tese, que consiste em ratificar que, desde o seu limiar até meados da década de 90 do século XX, a lógica de assimilação do meio ambiente, em Itapetinga, era intermediada pela bovinocultura. Assim, os desbravadores e os demais protagonistas hegemônicos do seu contexto agrário interpretavam a natureza pelas lentes da dominação pecuária, que primava pela sustentação do seu rebanho, que, à época, era o promovedor da riqueza desse grupo elitizado. Ocorre, ainda, que as nuances que delinearam o cenário problematizado durante toda a extensão dessa seção, possibilitam dizermos que a sociedade em geral se ajustava a este prisma, pela mediação da cultura (fenômeno reitor das perspectivas humanas), definindo o seu comportamento indolente, utilitarista e reificante no meio ambiente.

Preponderava entre os componentes da categoria pecuária uma noção de equilíbrio ou de instabilidade ecológica pautada num parâmetro de capacidade ambiental em corresponder aos anseios desse segmento produtivo com a disponibilidade dos seus recursos naturais para a devida manutenção do gado. Este era o preceito que servia de indicativo avaliador de qualidade ambiental (boa ou ruim).

Advogamos, portanto, que a adoção dessas insipientes perspectivas provocava uma refração/deformidade da visão de abrangência sobre o que seria considerado como natureza e tenha concorrido para que essa fosse entendida sob uma ótica predatória e reducionista, limitada aos vastos alqueires de uma propriedade particular, haja vista que as outras parcelas de floresta, não especificadas como de titularidade de alguém, não eram abrangidas pela preocupação ambientalmente regeneratória pleiteada por aquele grupo.

Deste modo, a modulação da natureza numa paisagem derruída, resultante da conversão de densas florestas municipais em pastos, e, processualmente, em terrenos improdutivos, foi uma derivação da perspectiva utilitarista, construída pelas condicionantes fornecidas pelo metabolismo social pecuarista. Por conta disso, decidimos explorar, nesse diálogo, a interferência da cultura como reguladora dessa relação, pois acreditamos no seu poder de moldar o olhar dos indivíduos que estão enredados por ela, emprestando sentido a esta interação.

As nuances dessa realidade reportam-nos, pela sua sintonia contextual, às observações científicas de Evans-Pritchard (1978, p.27), decorrentes de sua leitura antropológica do contexto ruralista dos povos Nuer da África Central, que desenvolveram um excêntrico relacionamento de fanatismo com o gado, a ponto de regerem sua existência em razão desse animal, considerado como um elemento emblemático para aquela cultura. Para endossar tal associação, apresentamos uma de suas declarações:

Algumas vezes eu me desesperava porque jamais discutia qualquer coisa com os jovens que não fosse gado e moças, e mesmo o assunto moças levava inevitavelmente ao assunto gado. Qualquer assunto que começasse, e de qualquer ângulo que o abordasse, logo estaríamos falando de vacas e bois, vitelas e novilhos, carneiros e ovelhas, bodes e cabras, bezerros e ovelhas e cabritos. Já mencionei que esta obsessão – pois é isso que parece para um estranho – deve-se não somente ao grande valor econômico do gado, mas também pelo fato de que ele constitui o vínculo de numerosos relacionamentos sociais. Os Nuer têm tendências para definir todos os processos e relacionamentos sociais em função do gado. Seu idioma social é um idioma bovino.

O pensamento de Denis Cosgrove (1998) também é uma das chaves teóricas que confirmam o discernimento analítico desse fenômeno socioambiental em Itapetinga (Ba), pois este geógrafo foi um dos patronos da aceção de que os critérios culturais e históricos coordenavam a mirada humana projetada sobre a paisagem.

Suas exposições levaram em conta a afluência dos agentes sociohistóricos que emergiram no limiar do século XV, compreendidos pelos fatores mnésicos, mitológicos e semânticos, os quais formataram a sistemática simbólica das representações das paisagens europeia e norte americana.

Na obra *Social Formation and Symbolic Landscape* (Formação Social e Paisagem Simbólica) este teórico mostrou como o modelo feudal e o capitalista instauraram padrões de arranjos sociais, de acordo com motivações (legais, políticas e culturais) específicas que

conduziram, distintamente, o modo como o homem se apropriou da terra e como tais determinismos moldaram as percepções acerca da natureza.

Uma passagem textual deste livro que conserva congruência com a perspectiva tética ora consignada é a que alega que:

A paisagem representa um modo de ver um caminho no qual alguns europeus se representaram a outros, o mundo, sobre eles e as suas relações com ele, e no qual fomentaram relações sociais. A paisagem é um modo de ver que tem a ver com a sua própria história, mas uma história que pode entender-se só como parte de uma mais larga história de economia e sociedade; isto tem as suas próprias suposições e consequências, mas as suposições e as consequências cujas origens e as implicações se estendem bem além do uso e da percepção da terra; isto tem as suas próprias técnicas de expressão, que compartilha com outras áreas da prática cultural. (COSGROVE, 1998, p. 14).

Confiamos que a idoneidade do resultado proposto é atestada pela sugestiva ilação de que “as sociedades organizam seu ambiente em função da interpretação que dele fazem e, reciprocamente, o interpretam em função de sua organização” (BERQUE, 1995, p. 15).

Para gerar as convicções atinentes ao tema, Berque (1995) traçou uma orientação investigativa processual que aproxima do labor científico executado por essa pesquisa, pois segundo ele:

[...] a paisagem não é um objeto. Para compreendê-la, não basta saber como se agenciam morfológicamente os componentes do ambiente, nem como funciona a fisiologia da percepção – dito de outra forma, aquilo que deriva do objeto, incluindo o corpo humano como tal considerado -; é preciso também conhecer as determinações culturais, sociais e históricas da percepção – isto é, aquilo que constrói a subjetividade humana. (BERQUE, 1995, p. 22).

Seria simplório tratarmos a captação da semântica da paisagem como uma imagem de impressões fisiológicas, pois estamos conscientes de que a operação perceptiva engloba tanto a estruturação quanto o rearranjo da realidade, ações que são superintendidas por forças de ordens diversas.

Além do mais, envolve a dissolução do paradigma separatista entre o sujeito e o objeto, entre a cultura e a natureza. Nessa direção, cabe atenção às palavras de Tilley (1994), pois as mesmas trazem uma direção fenomenológica oportuna na recomposição socioambiental, a partir do entendimento de que as pessoas e o ambiente, apesar de historicamente terem se estabelecido como organismos diferentes, são elementos conjugados e coparticipam do mesmo universo. Acerca disso, o autor esclareceu que:

Na percepção do mundo e no consumo de recursos (utilitários ou simbólicos) desse mundo, os significados incorporados nos objetos ambientais são canalizados para as experiências dos sujeitos. A percepção do mundo e a constituição daquilo que é importante ou desimportante para as pessoas não funciona em termos de ‘uma lousa ambiental em branco’, que é operada pela percepção e pela cognição, mas em termos da historicidade das experiências vividas nesse mundo. (TILLEY, 1994, p. 23).

Orquestrados com esse pensamento culturalizante da perspectiva socioambiental, Plieninger, Höchtl e Spek (2006) traçaram o entendimento de que o estudo da relação entre as pessoas e o seu território compete ao campo da paisagem cultural, que se debruça sobre a representação da identidade de um povo, sob as influências de um contexto temporal.

Nesse sentido, Farias (2011) e Leite *et al.* (2020) averbaram que as influências culturais são recepcionadas pela percepção das pessoas no ato de interpretação da natureza. Com arrimo, também, na ótica de Fuente de Val, Mezquida e Fernández (2004) afirmamos que a familiaridade com a natureza exerce uma vultosa função na contemplação da mesma, sendo vigorosamente atravessada pelas vivências pessoais e pelas memórias coletivas.

Ramalho e Neto (2018) perscrutaram sobre como se processa, na modernidade, a associação existente entre a concepção da natureza pela via da cultura. Nas exposições desses autores encontram-se as evidências da importância do exame desta inter-relação, através da justificativa de que o significado que ela comporta é alimentado tanto pelo aspecto cultural quanto pelo fator tempo, sendo, pois, historicamente condicionado. Por conta disso, advogaram que a volatilidade da semântica da natureza é uma propriedade que não pode ser desprezada, pois ela se transforma a depender da conjectura espacial e periódica. Na opinião deles as forças ideológicas vigorantes em certo período afetam, determinadamente, a racionalidade e o comportamento do homem frente a ela, e, conseqüentemente, definem a sua cosmovisão.

Nessa mesma direção conceitual caminha Mantovani (2009, p. 3), quando lecionou que:

[...] toda sociedade, toda cultura cria, inventa, institui uma determinada ideia do que seja a natureza. Nesse sentido, o conceito de natureza não é natural, sendo, na verdade, criado e instituído pelos homens. Constitui um dos pilares através do qual os homens erguem as suas relações sociais, sua produção material e espiritual, enfim, a sua cultura.

A construção analítica aduzida está alinhada, ainda, com os comentários de Fernandes (2001) quando disse que o modo como cada sociedade satisfaz as suas necessidades revela

tanto como esta convencionada as conexões existentes entre os seus componentes humanos quanto o relacionamento desses com a dimensão ecológica. É essencialmente esta propensão que faz com que uma cultura difira da outra. Através das anotações deste autor, notamos que os registros dos vestígios evolutivos da humanidade apresentam informações de comunidades cujos critérios satisfativos de suas demandas estavam umbilicalmente ligados ao potencial de suprimento ofertado pelo meio ambiente.

Baseando-se nessa descoberta, Fernandes (2001) erigiu uma “ética do necessário”, cuja noção encerrava o discernimento de que o atendimento das necessidades do homem, com fundamento naquilo que os recursos da natureza disponibilizam, “vincula o pensamento deste a sua integração com o cosmo, sentindo-se parte dele” (FERNANDES, 2001, p. 58).

Consoante as explanações de Artigas (2005), no defluxo temporal, o juízo que os indivíduos desenvolveram a respeito da natureza física se metaforseou radicalmente, pois teve fases em que essa era concebida por uma ótica mais esotérica, depois mecanicista, e, por fim, adquiriu o status de mero recurso à disposição dos anseios humanos.

Os resultados dispostos encontram sintonia, também, com as conclusões científicas do trabalho desenvolvido por Rute Matos (2010), o qual rematou que a construção da paisagem deriva da conjunção interativa dos fatores socioculturais e econômicos com os aspectos ecológicos existentes nos ambientes que foram afetados pela intervenção humana, a qual incutiu no espaço os valores dos grupos hegemônicos, legando, historicamente, a sua herança de perspectiva, devidamente verificável na materialidade fisionômica da natureza.

Nessa mesma linha de raciocínio, Donadieu e Périgord (2007) notabilizaram que os componentes naturais e os preceitos culturais de um território são coadunados pelos agentes da sua formação para empregar significado à paisagem. Neste sentido, corrobora-se a definição de paisagem enquanto uma edificação culturalmente semantizada. Fala-se, portanto, numa paisagem cultural, correspondente ao resultado de um território que foi apropriado por uma coletividade, a qual o ajustou as suas necessidades, em conformidade com certos valores que se distinguem geográfica e temporalmente (JACKSON, 2003).

Dando sequência à apreciação dos dados, encontramos que os produtores de gado solicitaram a intervenção do Estado, com esteio na situação caótica que suas posses estavam sofrendo em virtude da seca. O pânico da categoria fundiária, por conta dos prejuízos econômicos ocasionados pelas circunstâncias ambientais adversas, compeliu-os a trabalhar, sinergicamente, para buscarem incentivos competentes para reverter esse quadro, primeiramente, à nível ecológico, para, posteriormente, reestabelecer o segmento produtivo e, assim, salvar o arruinado quadro financeiro pessoal. Notamos, então, uma dependência da

produção capitalista no tocante aos recursos ambientais para sustentar a sua engrenagem. Assim, caso a higidez ecossistêmica estivesse comprometida, a pujança daquele sistema também restaria prejudicada.

Tais dizeres, podem ser conferidos no excerto a seguir, qual seja:

A pecuária está precisando de recursos para melhorar sua produtividade, e para tal foi criado o FNE. Mas, sem dúvida nenhuma, as cidades da região se encontram em situações que justifiquem a decretação de um “estado de emergência”. Não deveria ser necessário mentir nem forçar a barra para se ter direito a um dinheiro destinado, por determinação constitucional, a uma finalidade na qual se enquadra, perfeitamente, a agropecuária regional. (JORNAL DIMENSÃO, 1995, p. 2).

Fitando, ainda, na análise do texto em tela, percebemos que o pedido de recuperação ambiental se confundia com a problemática da decadência da pecuária, a ponto de não haver uma meridiana distinção entre o que seria um ou outro, pois, num determinado ponto, tivemos a impressão de que, inconscientemente, essas duas questões se fusionaram.

Impressionou-nos, também, o manejo arbitrário do conteúdo legal para selecionar do diploma legal recorrido (Carta Magna) somente aquilo que convinha aos seus intentos, pois o mesmo dispositivo invocado para socorrer a necessidade dos pecuaristas traz como imperativo a obrigatoriedade de preservação e conservação da natureza, enquanto bem difuso e direito de todos. Assim, desprezavam o que poderia empecer o progresso da bovinocultura (mesmo que representasse detrimientos para a esfera socioambiental) e elegiam apenas o que era favorável as necessidades específicas do segmento.

O comentado pleito retratava um artifício sagaz por parte da burguesia rural para se locupletarem das políticas públicas, e, por meio do erário, condicionar a restauração de algo que, desde sempre, foi tratado como particular, e não como um bem a ser preservado de forma salutar, tendo em vista que os recursos naturais são legalmente positivados como um patrimônio social. Logo, tratava-se de uma operação de conveniências regida por motivações paradoxas, a seguir sistematizadas: pensava-se, prioritariamente, no reavivamento da economia rural privada, que, no ensejo, estava dissimulada pela proposição de um problema ecológico sensibilizador e coletivizado, que comportava uma tentativa sutil de adensar as forças sociais influentes em torno duma súplica politizada e polarizada.

Em resposta ao apelo dos pecuaristas houve um rechaço do Estado em interpor qualquer providência sem a decretação precedente em veículo oficial da situação de calamidade. Este fato aguçou a repulsa dos requerentes que, estribados numa motivação

imediatista, tentavam suprimir os trâmites burocráticos exigidos para respaldarem uma ingerência dessa magnitude.

Assim, dada a urgência de sua demanda, os fazendeiros acreditavam que seria razoável a dispensa de uma inspeção técnica mais rigorosa para os fins colimados. Além disso, encolerizados com este óbice os mesmos altercavam sobre a existência de uma conspiração política que desprezava a situação ecológica catastrófica de Itapetinga e atravancava a tomada de diligências efetivas para remediar a questão.

Os aristocratas rurais em declínio argumentavam que os políticos eram insensíveis ao caso, porque conviviam num ambiente que era o inverso do que Itapetinga estava experimentando, pois se encontravam numa situação confortável, não demonstrando alteridade e nem clemência para com a demanda do município.

Os membros de tal categoria acreditavam que os de fora não se sensibilizavam com a questão territorial, por não conviverem no contexto, mas eles também, em sua maioria, não residiam na região e eram indiferentes com relação às mazelas socioambientais que acometiam aquele povo e lugar.

Os integrantes desse segmento só se importaram em chamar a atenção dos governantes, em razão de um momento caótico que resvalou seus efeitos colaterais na manutenção econômica da fortuna dos componentes do grupo, por conta do risco de falência e não pela outra versão dessa realidade, isto é, de uma “Itafome”, onde uma parcela considerável da população vivia em condições de pauperismo. Circunstância essa que se arrastou, por longos períodos, sem merecer providências da política governamental, pois não era pauta de interesse daqueles que impediram a visibilidade de qualquer chance de se macular a gloriosa imagem de riqueza da “Terra do Gado Forte”.

Essa circunstância nos lembrou dos apontamentos expressos por Morin (2005) acerca dos engodos incurtos na autoanálise a partir do exercício da autoética, que é um assunto tratado com maior propriedade em tópico específico dessa tese. Este teórico nos advertiu sobre a nossa propensão em manifestarmos severidade para com aquilo que julgamos ser erro do outro e em sermos indulgentes quando se trata de lidarmos com nossas próprias malevolências, situação que nos impele a autojustificação, que sempre afasta do eu a fonte da culpa ou do erro para transferi-las para outrem, e ao ressentimento injusto.

Finalmente, o conjunto discursivo apresentado durante esse percurso analítico nos alentou a concebermos um conceito designado de **Deslegitimação do Romantismo Fundacional Supressor das Desgraças Socioambientais**, que surgiu como desdobramento da formação do nosso próprio conceito de memórias socioambientais. Conceitualmente, estas

equivalem a presentificação do legado ontológico do humano na natureza, enquanto sedimentação temporal das subjetividades, epistemologias e ações antropocêntricas, que, em termos articulados, escreveram a textualidade da paisagem, cuja decodificação deve ser realizada pela chave simbólico-cultural.

Assim, o estudo dessa categoria mnésica amalgama um trabalho de leitura da fisionomia ecológica e de uma percepção crítica cautelosa acerca do poder seletivo das forças sociais predominantes que modulam e selecionam a narrativa retratadora da experimentação do homem no mundo a partir de filtros hegemônicos, circunstância essa que requisita atenção acurada do cientista para discernir, criteriosamente, como se processam os fenômenos de distorção empregados pelos atores da ação degradatória que, além de não se enxergam como destruidores da natureza (assimilando-a como algo fora de si e passível de exploração), se utilizam de manobras de poder para cristalizar uma identidade heroica, legitimada por uma versão histórica de sucesso econômico e de glória que esconde no recôndito do esquecimento as cinzas da depauperação ecossistêmica e da subjugação de outros humanos e de outras formas de vida (biodiversidade).

Prova disso, é que, em Itapetinga, o excesso de memória do triunfo pecuarista promoveu a abusividade do excesso de esquecimento das consequências deletérias deixadas pelos seus tempos áureos. Afinal, seus registros históricos ovacionaram, massivamente, a pecuária pelo progresso econômico, pelo avanço político, pela projeção nacional de suas potencialidades territoriais, mas encobriram os impactos socioambientais negativos comandados pela gana dos aristocratas rurais.

Vista por esse ângulo, as análises das memórias socioambientais agem desnudando e desconstruindo a versão edulcorada da tirania ecológica, ratificada por uma versão história oficial que romantiza e enaltece o testemunho de homens eleitos como titãs e visionários, mas que, na verdade, foram promotores de processos civilizadores que causaram feridas simbólicas e memórias traumáticas herdadas como dívidas ecossociais, que urgem pelo dever de memória como mecanismo de justiça por todas as lesividades irreversíveis provocadas à natureza.

Por fim, queremos notabilizar as tensões entre a memória e o esquecimento travadas no contexto nacional pelo sancionamento de um projeto de anistia de crimes ambientais com dívidas bilionárias, cujo montante poderia ser empregado em programas de restauração dos biomas pátrios arruinados pelas ações antrópicas. Essa indulgência foi a resposta do Estado para as degradações ecológicas históricas ocorridas ilegalmente no país.

Esse dispositivo anacrônico de remissão é mais um subterfúgio da elite do agronegócio, dos descumpridores da lei verde, dos criminosos ambientais. Eis aí a resposta conveniente do Estado para os indulgentes que cometeram agudos desmatamentos ilegais ao longo da história: a formalização do perdão e do esquecimento, que traz como reverberação o apagamento de qualquer memória de dívida para os infratores; que traz o indulto para a ilegalidade; que extingue qualquer indício de irregularidade como premiação para os agentes da destruição socioambiental, mostrando que, nesse país, o crime é compensatório e até mesmo estimulado.

Décadas de ilicitude ecológica são convertidas em privilégios, em garantias de direitos auspiciosos para os recalcitrantes do regramento positivado e, mais uma vez, os ruralistas, que escreveram a história de depreciação ecossistêmica nacional, conseguiram com que a sua imagem impoluta de promotores do progresso invalide e extinga qualquer imputação contrária a esse perfil triunfante. Para tanto, foi necessário conquistar a isenção legal das máculas de um passado recalcitrante em favor de uma narrativa futura que difunde uma biografia gloriosa. Eles insistem em esquecer, nós resistimos em lembrar!

8 CONCLUSÃO

O labor mnésico aplicado à dimensão socioambiental pode ser afirmado como um mecanismo inovador e profícuo para se investigarem as mutações da natureza, sofridas em virtude da ação de distintas modalidades produtivas e dos arranjos sociais, fatores esses que implicam na exorbitante utilização das matrizes biológicas e, conseqüentemente, na depreciação ambiental.

Uma pesquisa de memória assessora no exame agudo da historicidade e da processualidade dos modos de apropriação humana da natureza que conferiram validade aos paradigmas antropocêntricos e estimuladores de uma postura meramente consumerista e subjugadora do ecossistema.

Ela enseja, ainda, a construção de uma perspectiva analítica integradora, pois se preocupa em mobilizar híbridas nuances confluentes (tais como a econômica, a política, a cultural) em prol do estabelecimento de um entendimento panorâmico do recorte amostral pretendido, em razão da influência que esses princípios exercem sobre a interação humana com o meio ambiente (o qual funciona não apenas como um assimilador dos impactos negativos da atividade humana, mas, também, como um condicionante agenciador dos desdobramentos econômicos, em face das potencialidades de que dispõe e que são vislumbradas como matéria de aproveitamento pelos projetos do homem).

Assim, a operação mnemônica oportunizou a intervenção da complexidade que, nesta senda discursiva, atuou como método viabilizador de um estudo holístico da questão socioambiental, haja vista tratar-se de um assunto que recepciona a tríade poder, economia e cultura, que são valores configuradores da relação socioambiental.

Posto isto, confiamos que o mister das reminiscências socioambientais consiste em desenvolver uma arqueologia sistêmica de conteúdos socioecológicos que possibilite a construção de uma hermenêutica epistêmica dos processos de depreciação da natureza, sucedidos num hiato de tempo passado, e que poderão servir como substrato para a idealização de uma nova racionalidade ecossistêmica, capaz de provocar rupturas com a possante mentalidade predatória, impulsionada, sobretudo, pelo capitalismo.

Incide sobre o diálogo proposto o discernimento de que as memórias socioambientais lidam com o devir relativo ao binômio espaço e tempo, tendo em conta a sua interferência nas metamorfoses moduladoras do ambiente, insculpidas pelas práticas humanas, que, em atendimento às racionalidades econômico-culturais vigentes em cada época geracional, promovem a dominação da natureza. Por conta disso, salientamos que cada território

humanamente apropriado apresentará um repertório mnésico diferenciado, devido às especificidades sociais e temporais que tipificam determinada realidade. Com arrimo no estudo dessas particularidades é que se podem extrair os sentidos culturalmente atribuídos à natureza.

Vale acrescentarmos, outrossim, que o inventário mnemônico dos eventos ecológicos que concorreram para a estruturação da semântica ambiental vigente conduz-nos ao conhecimento das profusas referências paradoxais que se coadunam para sua formatação, tais como a objetividade e a subjetividade, o ente e o ser, o capital e o natural, o simbólico e o material, as internalidades e as externalidades, o transato e o contemporâneo (que é um amálgama de tempos).

Essa conjectura heterogênea pavimentou o caminho para o desempenho de um olhar interdisciplinar, uma vez que o mote em apreciação demanda o perscrutar das pretensões sociais hegemônicas que estão prenes de representações simbólicas, as quais amoldam as visões de mundo dos sujeitos e, como efeito, impactam no relacionamento socioambiental.

É deveras contundente o fato de que cada organização social conceba semânticas funcionais a respeito da natureza que diferem de uma para outra, sendo, pois, uma construção cognitiva concatenada aos seus modelos produtivos (mineração, pecuária, agricultura, extração petrolífera e congêneres). Destarte, sua ótica interpretativa atinente à esfera ecológica está congraçada com os projetos de exploração da natureza.

Vale pontificarmos, igualmente, que a associação existente entre as mundivisões e as expressões de pilhagem ecológica não apenas coopera para a consolidação de uma tipologia metabólica entre sociedade e natureza como contribui para a constituição das acepções existenciais do homem e dos estilos de vivências gregárias.

Essa abordagem está imbrincada com a temática da identidade, cuja apreensão adotada para análise em tela encerra a ideia de disposição perdurante do humano nas esferas temporais, corporais e ambientais, as quais são passíveis de sofrerem adequações em função das modificações da contextura econômica e política. Deste modo, em correspondência a essas nuances, o ser desenvolve a manutenção de sua identidade e de sua existência e orienta a sua integração à natureza e aos domínios culturais e tecnológicos.

Com fulcro no exposto, acentuamos que a interpretação da natureza depende da apropriação dos sentidos que lhe são socialmente engendrados. Trata-se de uma dinâmica que possui raízes fincadas numa dimensão utópica forjada pelos protagonistas de poder da história, por isso é que ainda prevalece a noção de natureza como mero recurso. Á vista disso, o empenho por alcançar a assimilação plena do universo socioambiental se contrapõe a

tendência da cientificidade hodierna, que tende a tratar a realidade de modo hermético, esparso e esfacelado, ao dedicar sua atenção a um tipo de *logos* centralizador, monista e uniforme, quando, na verdade, o quadro socioambiental é composto e solicita uma tratativa integradora.

Diante da explanação suso expendida, verificamos que a imersão no acervo das memórias socioambientais permite o acesso às narrativas produzidas pelos diversificados agenciadores históricos das modificações da natureza. Esse material é válido para reconstituir as concepções ideológicas que inspiraram a mentalidade humana para as práticas depreciatórias que contornaram a fisionomia ambiental derruída.

Uma compilação desse cariz figura como um confronto a toda estrutura histórica hegemônica que se valeu dos privilégios do poder para, intencionalmente, selecionar, validar e disseminar uma versão auspiciosa da história, como cristalização de uma narrativa vangloriosa do legado de seus titãs.

Vincamos, portanto, que a rememoração dos acontecimentos socioambientais propicia o revolver de percepções empíricas pretéritas, alijando da mira do esquecimento as narrativas taxadas como adiáforas, pois este conteúdo pode não ter um teor agradável por comunicar um criminoso débito ecológico geracional deturpado pela triunfante romantização histórica dos conquistadores.

Assim, as reminiscências socioambientais conferem voz aos múltiplos fenômenos silenciados, invisibilizados e relegados (tais como as injustiças sociais, a miséria e as degenerações ecossistêmicas), que sobreviveram nos escombros da memória coletiva, ficando neste lugar, os reféns do proposital escamoteamento dos ônus do progresso capitalista que sequelou o ecossistema por causa das ações ecológicas incoerentes perpetradas pelos pioneiros na apropriação da natureza. Inferimos, então, que a obliteração dessas memórias detentoras de um status periférico apresenta o escopo de evitar a mácula da histórica imagem heroica dos desbravadores territoriais.

O raciocínio aventado endossa a inteligência de que a remediação do colapso socioambiental reivindica o empreendimento modificatório dos sentidos do ser no mundo (formados pela dinâmica cultural e temporal), de modo à suscitar o estabelecimento de um projeto reformador da racionalidade ecológica, que seja mediada pela alteridade e pelos atributos éticos, princípios capazes de fomentarem um comportamento humano na natureza que seja calcado na deferência, em rechaço a uma *práxis* estritamente depredatória baseada no esgotamento das suas potencialidades biológicas.

Em síntese, frisamos que o perflorar de uma tese fundamentada nas memórias socioambientais equivale à desenvolver uma hermenêutica existencial do ser, pois importa no deslinde de uma dialética radicada na articulação entre as racionalidades culturais retroativas, a dinâmica produtiva e as disposições sociais decorridas no tempo, as quais são introjetadas à experimentação do sujeito com o condão de instrumentalizar os seus modos de ser e de assimilar o mundo, instituindo formas de pensar e de se conduzir na vida.

Além disso consignamos que a evocação das lembranças coletivas alusivas ao campo ecológico (constituído por híbridas nuances) não é um labor circunscrito à aplicação de um exame mirado para o passado, mas representa, para além disso, um exercício investigativo que visa compreender como o pretérito se presentifica e influi na fisionomia geográfica e na reprodução ideológica que rege os comportamentos sociais frente ao seu entorno. Corresponde, assim, a uma problematização das temporalidades no jogo das permanências e rupturas de mentalidades socioambientais (sustentáveis ou insustentáveis).

Verificamos, ao longo do diálogo proposto, que a paisagem contemporânea presentifica as memórias transatas da interação dos itapetinguenses com a dimensão ecológica, mostrando a importância de estabelecermos o passado como parâmetro para compreendermos as circunstâncias consolidadas no presente, de forma que as mazelas identificadas não sejam olvidadas e sirvam como exemplo para inibir o cometimento de ações atuais que reverberem em sequelas tão destrutivas quanto as que foram legadas pelos agentes que nos antecederam.

A interpretação da natureza foi tratada nesta tese como uma derivação semântica condicionada historicamente. Deste modo, esboçamos uma análise interdisciplinar (aqui, oportunizada, principalmente, pelo prisma geográfico, sociológico, econômico, jurídico, filosófico e histórico), na tentativa de traçarmos inferências, as mais precisas possíveis, frente às comunicações fornecidas pelos dados compilados.

Assim, procuramos compreender o esteio epistemológico holístico sob o qual estava assentada a sociedade em investigação, para, a partir disso, refletirmos sobre as possíveis justificativas para o mau relacionamento desta com o meio ambiente, haja vista que as ações antrópicas empreendidas, fundamentadas na vocação do lugar, imprimiram no ambiente as características dos grupos que dele se apropriaram, e que viam-no, apenas, pela ótica predatória de extração desenfreada de seus recursos, para a manutenção de sua engrenagem econômica.

Deste modo, a estética da formatação da paisagem atual manifesta o legado de subjetividades que o elemento humano incutiu na materialidade, a qual acomoda as

semânticas socioambientais vigentes num determinado período, e que, para serem plenamente compreendidas, solicitaram uma reconstituição mnemônica minudenciada pelos aspectos macros, para que assimilássemos, por intermédio dessa garimpagem, a complexidade que comporta a questão socioambiental, processada e reproduzida num horizonte micro (territorial).

Vale dizermos que a estruturação da cidade, inspirada nos ideais pecuaristas, impactou na metamorfose da natureza, pois o desempenho do almejado progresso urgia pelo aproveitamento irrestrito das suas potencialidades ecológicas e pela manipulação da fisionomia ambiental original, cuja ação era destituída de qualquer interesse em observar e cumprir as prerrogativas legais vigentes à época, que tinham a integridade da floresta como matéria de abordagem e como competência tutelar.

Nos empenhamos, igualmente, em discriminamos alguns registros paisagísticos contidos nos anais reminiscentes de Itapetinga, os quais delinearam a inviolada riqueza ecológica primeva que era integrada por rios, florestas e solo fértil, conjunto esse que deslumbrou os seus fundadores, os quais entenderam que todos esses elementos condicionariam a execução de seus projetos agropecuários.

A reconstituição deste panorama de régia biodiversidade serviu como foco de discursividade, pois permitiu a reconstituição do processual percurso da metamorfose da natureza numa paisagem derruída, que se deu em prol do atendimento das pretensões econômicas dos grupos hegemônicos que se apropriaram do território.

Notamos, nesse contexto, que as narrativas mnésicas de maior frequência trazem o rio como lembrança fulcral, tanto dos latifundiários (que o enxergavam como recurso para o desenvolvimento de suas atividades produtivas) quanto da população (que o viam como lugar de recreação). Os relatos bibliográficos apontaram, ainda, que esta foi uma das áreas ecológicas que sofreu maior abalo, devido à supressão, em larga escala, da mata ciliar espreada pelos seus contornos para a implantação de pastos.

A discussão foi direcionada, também, para o processual entendimento da pecuária enquanto definidora cultural, política, econômica daquela sociedade, além de funcionar como regente do olhar social com relação ao seu entorno. Destarte, suscitamos possíveis explicações justificadoras da subalternização da natureza, que teve suas potencialidades exauridamente predadas pela gana do segmento bovinocultor, o qual endossava a substituição das madeiras de lei por raças bovinas nobres.

Percebemos, perante a divagação semântica expendida, que o boi assumiu o conceito de semióforo, por ter sido eleito como um ícone do contexto social, um legitimador da

identidade de um povo. Tal importância conferida a esse patrimônio cultural é ratificada pelo posicionamento de seu monumento num lugar central e de destaque da cidade. Essa realidade foi alvo de reflexões críticas por um dos escritores da época, que cotejou essa conjectura com a deificação deste animal pelos indianos.

Ademais, discorremos sobre o paradoxo social marcado pelas circunstâncias de desigualdade que foram forjadas pela bovinocultura e que reverberou numa injusta qualidade de vida para sujeitos distintos, ou seja, enquanto uma minoria vivia de maneira regalada, a maioria era refém do pauperismo.

Fora isto, propomos um diálogo atinente aos nefastos efeitos biológicos, econômicos e sociais promovidos pela monocultura forrageira, reivindicada pela criação extensiva de gado. Explanamos, neste ponto, sobre os conseqüências ecológicas mais vultosas desse feito, que são a desertificação, a rarefação da biodiversidade, a impossibilidade da manutenção de ciclos biológicos da flora e da fauna e a própria esterilidade da terra.

Entendendo que o homem é também um elemento integrante da natureza, conclamamos para o diálogo em tela as postulações acerca da justiça ambiental, com a finalidade de embasar as questões que orbitam em torno dos impactos ecológicos em associação com a pobreza social.

Prossecutivamente, delineamos o perfil sociológico dos que pioneiramente se apossaram do território, com a veleidade de esboçarmos o quadro epistemológico que comunica as nuances ideológicas reitoras da ótica configuradora espacial vigorante na época considerada pelo estudo e que são capazes de cooperar, de forma conjugada, com as múltiplas contribuições disciplinares adotadas para a análise holística do embasamento hermenêutico direcionado para o legado socioambientalista alvitado nesta pesquisa.

Portanto, foram apresentadas, nesse ensejo, as condicionantes de produção capitalista do espaço, o qual foi arquitetado com supedâneo nas pretensões de ordem econômica, política e cultural que o estruturam e o manipulam ao arbítrio dessas vertentes, de modo a espelhar as características identitárias do grupo humano que a engendrou. Aqui, resta nítida a mediação do trabalho na relação de reciprocidade existente entre a sociedade e a natureza, pois é dela que os homens captam os recursos subsidiadores da manutenção do capital e que são convertidos em riquezas econômicas.

Verificamos, como derivação desse relacionamento estritamente predatório, que a ascensão da pobreza ecológica se dava, concomitantemente, ao da inópcia social, pois uma parte significativa do montante financeiro, adquirido às custas da atividade econômica retrocitada, migrava para outro lugar (processo conhecido como fuga de capital), onde os

latifundiários fazendeiros, em sua maioria, residiam, isto é, nos grandes centros urbanos. Discernimos, também, que a inexistência de investimento do capital angariado em Itapetinga concorria para a incoerência de desenvolvimento local.

Atentamos para a interferência da cultura na conversão da natureza em um ‘isso’, que traduz o sentido de um mero objeto que é distinto do “eu” e que, portanto, o autoriza a assumir uma relação utilitarista. Nessa direção, enfocamos o papel do capitalismo em olhar para a natureza pela ótica do interesse, enquanto recurso para o atendimento de suas demandas, e não por uma perspectiva de cuidado e preservação.

Tendo essa circunstância por plano de fundo, esboçamos um cenário de desigualdades, onde os obreiros da seara pecuarista viviam numa situação de extrema pobreza e os fazendeiros eram extremamente enriquecidos. Esse discrepante panorama mostrou que não se tratava apenas de um distanciamento entre o homem e a natureza não humana, mas que essa lógica se reproduzia entre os próprios humanos através do poder exercido pelo grupo hegemônico que viam as outras pessoas como um veículo para exploração, como um recurso a sua disposição, tal qual a água do rio ou o terreno fecundo.

Essas tratativas nos permitiram notar a manifestação de uma concepção egoísta que escalona o eu como prioridade com relação ao resto do mundo. Afinal, os interesses do “eu” refletem os anseios individualistas de um mundo capitalista profundamente presenteísta, que não se preocupa com o amanhã e nem com aqueles cuja existência futura é apenas uma expectativa.

Ponderamos, ainda, sobre como as inferências que sedimentaram, processualmente, as problematizações interdisciplinares construídas durante toda esta seção corroboram a conclusão tética suscitada, sintetizada na seguinte dicção: no hiato temporal de 1912 (desbravamento territorial) até 1995 (intensificação do declínio econômico bovinocultor), prevalecia, por parte dos seus fundadores e da aristocracia rural, uma ótica estritamente predatória em relação à natureza, que a interpretava, apenas, como fonte satisfativa das demandas pecuaristas, utilizando essa referência como recurso decodificador da linguagem dos fenômenos ambientais, discernindo, por esta via, o seu status de higidez.

É oportuno salientarmos que somente a crise econômica os estimularam a se atentarem para o colapso ambiental que vitimou a região. Assim, os conflitos ambientais percebidos hodiernamente, em várias escalas e lugares do globo, atuam como um convite para que a humanidade reflita sobre o seu comportamento no mundo. Contudo, precisamos mobilizar uma mentalidade que não esteja agrilhoadada ao capitalismo, mas que priorize a responsabilidade pela vida em suas prolíferas manifestações.

Denunciamos, no defluxo do percurso analítico, uma série de esquecimentos que foram validados como mecanismo de construção e manutenção da gloriosa identidade territorial de Terra do Gado Forte, tais como o extermínio das lembranças e dos próprios povos indígenas; a subalternização do homem que era explorado em submissão aos imperativos do capitalismo promovido pelo segmento bovinocultor; a supressão de florestas e da biodiversidade para a formação de pastos.

Essas exposições evidenciaram que a celebração do boi implicava no empobrecimento não apenas do solo, mas do meio ambiente como um todo, pois pensamos o homem como parte da natureza. Tratava-se, portanto, de uma degradação ecossistêmica, mas, também, humana. Levamos a reflexão, então, das nuances que permitiram o estabelecimento dessa realidade decadente.

Com o propósito de entendermos com propriedade esse panorama socioambiental adentramos pelas veredas da análise das relações de poder, que promovem silenciamentos, esquecimentos, invisibilidades. Assim, o esforço maior desta tese consistiu em reivindicarmos a necessidade de lembrarmos como forma de remissão. Para tanto, apostamos mais densamente nos marcos teóricos de Ricoeur e de Hans Jonas para enfatizarmos nosso dever de memória. Isto significa que somente mediante o resgate mnésico dos fenômenos que concorreram para a concretização dessas sequelas ambientalmente deletérias é que temos condições de exercermos a justiça e de construir um agora e um futuro ambientalmente salutar.

REFERÊNCIAS

ABRAM, David. Merleau-Ponty and the voice of the Earth. *In*: MACAULEY, David. **Minding nature: the philosophers of ecology**. New York: Guildford, 1996.

ABRAMOVAY, Ricardo. A heurística do medo, muito além da precaução. **Estudos avançados**, v. 30, p. 167-79, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v30n86/0103-4014-ea-30-86-00167.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2021.

AGAMBEN, Giorgio. **Gosto**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

AGOSTINHO, Santo. **O livre arbítrio**. São Paulo: Paulus, 1995.

ALENCAR, Helenira Fonsêca de; FREIRE, José Célio. O lugar da alteridade na psicologia ambiental. **Revista mal estar e subjetividade**, v.7, n.2, p.305-28, 2007.

ALMEIDA, Custódio Luiz Silva de; FLICKINGER, Hans-Georg; ROHDEN, Luiz. **Hermenêutica filosófica: nas trilhas de Hans-Georg Gadamer**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

ALVES, Henrique Prates da Fonseca. Vulnerabilidade socioambiental na metrópole paulistana: uma análise sócio demográfica das situações de sobreposição espacial de problemas e riscos sociais e ambientais. **Revista brasileira de estudos de população**, v. 23, p.43-59, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

ARISTÓTELES. **Poética**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões: entre a história e a memória**. Bauru: Edusc, 2000.

ARTIGAS, Mariano. **Filosofia da natureza**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio, 2005.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Para uma filosofia do ato responsável**. São Carlos: Pedro & João, 2010.

BAILLY, Antoine; BÉGUIN, Hubert, SCARIATI, Renato. **Introduction à la géographie humaine**. Paris: Masson, 1982.

BANKS-LEITE, Cristina; PARDINI, Renata; Tambosi, Leandro Reverberi; PEARSE, William D.; BUENO, Adriana de Arruda; BRUSCAGIN, Roberta T.; CONDEZ, Thais Helena; DIXO, Marianna; IGARI, Alexandre Toshio; MARTESEN, Alexandre Camargo;

METZGER, Jean Paul. Using ecological thresholds to evaluate the costs and benefits of set-asides in a biodiversity hotspot. **Science**. v. 345, issue 6.200, p. 1041-45, august, 2014.

BAPTISTA, Márcio Benedito; CARDOSO, Adriana. Sales. Rios e cidades: uma longa e sinuosa história. **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**, v. 20, p.124-53, 2013.

BARBOSA NETO, Manuella Vieira; ARAUJO, Maria do Socorro Bezerra de; FILHO, José Coelho de Araújo; ALMEIDA, Brivaldo Gomes de. Degradação do solo por erosão em área vulnerável à desertificação no semiárido pernambucano. *In.*: FILHO, Archimedes Perez; AMORIM, Raul Reis (Org.). **Os desafios da Geografia Física na fronteira do conhecimento**. 1. ed. Campinas-SP: Instituto de Geociências - UNICAMP, 2017.

BARCA, Stefânia. On working-class environmentalism: a historical and transnational overview. **Interface: a journal for and about social movements**. Vol. 4 (2), p.61-80. November, 2012.

BATESON, Gregory. **Steps to an ecology of mind**: collected essays in anthropology, psychiatry, evolution and epistemology. New York: Ballantine Books, 1972.

BAUMAN, Zygmunt. **Ética pós-moderna**. Trad. João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1997.

BECKER, Bertha Koiffmann. O uso político do território: questões a partir de uma visão de terceiro mundo. *In.*: BECKER, Bertha Koiffmann; COSTA, Rogério Haesbaert da; SILVEIRA, Carmen Beatriz. **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: EdUFRRJ, 1983.

BENJAMIN, Antônio Herman de Vasconcellos. O Estado teatral e a implementação do direito ambiental. *In.*: BENJAMIN, Antônio Herman de Vasconcellos. Direito, água e vida: law, water and the web of life. São Paulo: **Imprensa Oficial do Estado de São Paulo**, 2003. v. 1. Disponível em: <http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/30604>. Acesso em: 12 mai. 2020.

BENJAMIN, Walter. **O capitalismo como religião**. São Paulo: Boitempo, 2013.

BENTES, Hilda Helena Soares. Prometeu liberto: nova ética para o homem da técnica segundo Hans Jonas. **Veredas do direito: direito ambiental e desenvolvimento sustentável**, Belo Horizonte, v. 9, n.18, p.169, mar, 2013.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

BERQUE, Augustin, **Raisons du paysage: de la Chine antique aux environnements de synthèse**. Paris: Hazan, 1995.

BESSE, Jean Marc. Geografia e existência a partir da obra de Eric Dardel. *In.*: DARDEL, Eric. **O homem e a terra: natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

BESSE, Jean-Marc. **Ver a terra: seis ensaios sobre a paisagem e a Geografia**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

BICALHO, Simone Tiemi Taketa; LANGENBACH, Tomaz; RODRIGUES, Ricardo Ribeiro; CORREIA, Fábio Veríssimo. Herbicide Distribution in Soils of a Riparian Forest and Neighboring Sugar Cane Field. **Geoderma**. v. 158, p. 392-397, 2010.

BOFF, Leonardo. **Ecologia**: grito da terra, grito dos pobres. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

BOFF, Leonardo. **Ética e moral**: a busca dos fundamentos. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOFF, Leonardo. **Nova Era**: a civilização planetária; desafios à sociedade e ao cristianismo. São. Paulo: Ática, 1994.

BONILLA. Juan Miguel Hernández. Diretora de meio ambiente da OMS: “70% dos últimos surtos epidêmicos começaram com o desmatamento”. **El País**. Madri. 6 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-02-06/70-dos-ultimos-surtos-epidemicos-comecaram-com-o-desmatamento.html>. Acesso em: 16 fev. 2022.

BONITO. Prefeitura Municipal. Emenda Lei Orgânica nº 01/2017, de 21 de dezembro de 2017. Dispõe sobre alteração do ALTERA O ART. 236, caput e seu parágrafo único, da lei orgânica do município do Bonito/PE. **Diário Oficial do Município**, Bonito, ano IX, n. 2034, 2017.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças dos velhos- 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus, 1996.

BRASIL. **A Implantação da Educação Ambiental no Brasil**. 1 ed. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1998.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Decreto Federal nº 23.793 de janeiro de 1934. Decreta o código florestal. Brasília, DF, 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 19 abr. 2021.

BRASIL. Decreto Federal nº 4.771 de 15 de setembro de 1965. Institui o código florestal brasileiro. Brasília, DF, 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 19 abr. 2021.

BRASIL. Decreto Federal nº 2.661, de 8 de julho de 1998. Regulamenta o parágrafo único do art. 27 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (código florestal). Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 19 abr. 2021.

BRASIL. Decreto Federal nº 12.651 de 25 de maio de 2012. Institui o Novo Código Florestal Brasileiro. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 19 abr. 2021.

BRASIL. Lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 16 set. 1965.

BRASIL. Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, v. 119, n. 167, p. 16509, 2 set. Seção 1, 1981.

BRASIL. Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 26 mai. 2012.

BRITO, Antônio José. **A proteção do Ambiente e os planos regionais de ordenamento do território**. Coimbra: Almedina, 1997.

BRUNDTLAND, Gro; KHALID, Mansour; AGNELLI, Susanna; CHIDZERO, Bernard; FADIKA, Mohammed; MAUFF, Volker. **Report of the world commission on environment and development: our common future**. Oslo, 1987.

BUBER, Martin Mordechai. **Eu e tu**. São Paulo: Centauro, 2006.

BURKETT, Paul. **Marx and nature: A Red and Green Perspective**. New York: St. Martin's Press, 1999.

CALDEREIRO, Gisele Maria Brod; FAPPI, Devanir André; GOMES, Eliane Rodrigues dos Santos; MEES, Juliana Bortoli Rodrigues. Caracterização e proposta de adequação do sistema de tratamento de efluentes de indústria de laticínios. **Revista SODEBRAS**, v.10, p.84-89, 2015.

CAMACHO, Rodrigo Simão. A produção do espaço e do território: as relações de trabalho subordinadas ao modo de produção capitalista. **Revista entre-lugar** (UFGD. Impresso), v. 1, p.73-98, 2010.

CAMPOS, Emerson Ribeiro. **Itapetinga: a persistente busca de sua história**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2006.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Editora Cultrix, 1996.

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. São Paulo, SP: Gaia, 1962.

CARVALHO, Érica Rios de. A pobreza como engrenagem e consequência fundamentais do capitalismo: o ser humano predicado e o capital sujeito. *In: Anais... 21ª Semana de Mobilização Científica da UCSal*, Salvador, 2018. Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/prefix/1062/1/A%20pobreza%20como%20engrenagem%20e%20consequ%C3%Aancia%20fundamentais%20do%20capitalismo.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2020.

CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. Quando o espaço se torna locus de disputa de poderes: ensaio sobre uma geopolítica urbana em Recife/PE. **Revista de geografia (Recife)**, v. 26, p.7-40, 2009.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome**. 7.ed. v.2, São Paulo: Brasiliense, 1961.

CASTRO, Lúcia Rabello de. Admirável mundo novo: a cadeia das gerações e as transformações do contemporâneo. *In*: COLINVAUX, Dominique; LEITE, Luci Banks; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. **Psicologia do desenvolvimento**: reflexões e práticas atuais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

CASTRO, Therezinha de. **História da civilização brasileira**. Rio de Janeiro: CAPEMI, 1982.

CASSIRER, Ernst. **Ensaio sobre o homem**: uma introdução a uma filosofia da cultura. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

CELLARD, André. A análise documental. *In*: POUPART, Jean. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

CENCI, Daniel Rubens; LORENZO, Cristian. A mudança climática e o impacto na produção de alimentos: alguns elementos de análise da realidade brasileira e argentina. **Revista direito em debate**, v.1, p. 32-43, 2020.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos avançados**, 11 (5), p.173-191. 1991.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil**: Mito fundador e sociedade autoritária. 1. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

CHESNAIS, François; SERFATI, Claude. “Ecologia” e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas. **Revista crítica marxista**, n.16, p. 09-38, mar. 2003.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio**. São Paulo: EdUnesp: Estação Liberdade, 2011.

Coordenação Geral de Observação da Terra – PRODES. **Monitoramento da floresta amazônica brasileira por satélite – Período de 2012**. São José dos Campos: Instituto de Pesquisas Espaciais, 2013.

CORRÊA, Manoel Pio. O projecto de lei florestal. **Revista brazil ferro-carril**, v.99, p.300-301, 1915.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986.

CORRÊA, Sílvia Borges. O processo ambientizador e a etiqueta ambiental da CNS: a empresa que “pensa verde”. *In*: **Anais... XXIX Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu. 2005. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-29-encontro/gt-25/gt02-20/3645-scorrea-o-processo/file>. Acesso em: 04 abr. 2022.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. *In*: CORRÊA, Roberto Lobato. **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

COSGROVE, Denis. **Social Formation and Symbolic Landscape**. Wisconsin: University of Wisconsin, 1998.

COSTA, Marcus Venicius Oliveira Bonina; SILVA, Sandra Lúcia da CUNHA e; FERREIRA, Helder Francisco; OLIVEIRA, Gleiton César Batista; SILVEIRA, Thiara Cardoso. A cultura das Queimadas na pecuária: Um estudo numa cooperativa no município de Itapetinga, Bahia. **Enciclopédia Biosfera**, v. 5, p. 1-9, 2008.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder**. São Paulo: Edusp. 1992.

CUNHA, Euclides da. **Contrastes e confrontos**. Rio de Janeiro: Record Cultural, 1975.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões: campanha de canudos**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

CUNHA, Manoela Carneiro da. Introdução. **Revista do patrimônio histórico e artístico Nacional: Patrimônio Imaterial e a Biodiversidade** nº 32. Brasília: IPHAN, 2005.

CUSTÓDIO, Maraluce Maria. **Introdução ao direito de paisagem: contribuições ao seu reconhecimento como ciência no Brasil**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

DALY, Herman. **Ecological economics and sustainable development, selected essays of Herman Daly**. Cheltenham, 2007.

DARDEL, Eric. **O homem e a terra: natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

DASTUR, Françoise. **Heidegger e a questão do tempo**. Lisboa: Instituto Piaget. 1995.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 2010.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DERISIO, José Carlos. **Introdução ao controle de poluição ambiental**. 3. ed. São Paulo: Signus, 2007.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DIAS FILHO, Moacyr Bernardino. **Degradação de pastagens: processos, causas e estratégias de recuperação**. 2. ed. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2005.

DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de introdução à ciência do direito**. 19. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008.

DONADIEU, Pierre; PÉRIGORD, Michel. **Le paysage**. Paris: Armand Colin, 2007.

DUCROT, Oswald. Referente. *In: Enciclopédia Einaudi: linguagem e enunciação*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, v. 2, 1984.

DUNCAN, James. A paisagem como sistema de criação de signos. *In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). Paisagem, textos e identidade*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Lisboa: 70, 1999.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Vol. 1. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994b.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: formação do estado e civilização**. Vol. 2. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994c.

ELIAS, Norbert. **Sobre o Tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ECUADOR. [Constitución (2008)]. **Constitución de la republica del ecuador de 2008**. Quito, 2008.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. **Os Nuer**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FARIAS, Francisco Javier Fuentes. La experiencia cualitativa en el paisaje y el espacio construído. Bogotá, Revista de Estudios sobre Patrimonio Cultural. **J Cult Herit**, v.24, n. 2, p.166-177, 2011.

FERNANDES, Darllan Philippe Palitot. O desmatamento e as variações climáticas no município de Conceição do Araguaia-PA. *In: Anais... II Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental, Londrina PR, 2011*. Disponível em: <https://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2011/I-017.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2020.

FERNANDES, Maria Célia. **Empreendedorismo ambiental e preservacionismo compensatório: o turismo e as unidades de conservação Parque Estadual das Dunas e Área de Proteção Ambiental Jenipabu-RN**. Orientador: Rita de Cássia da Conceição Gomes. 2011. 236f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional: Cultura e Representações. Universidade Federal do Rio Grande do Norte), Natal, 2011.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. As cidades ilegíveis: percepção ambiental e cidadania. *In: DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia de. (Orgs.). Percepção ambiental: a experiência brasileira*. São Paulo: Universidade de São Carlos (SP)/Studio Nobel, 1996.

FERRAZ, Deise Brião. O que é justiça sociambiental? **Raízes jurídicas**, v.9, p.43-54, 2017.

FERREIRA, Mariana Napolitano; VALDUJO, Paula Hanna. **Observatório de UC's: biodiversidade em unidades de conservação**. Brasília: WWF-Brasil, 2014.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). **Global forest resources assessment 2015**: how are the world's forests changing? 2. ed. 2015.

FONSECA, Flaviano Oliveira. Hans Jonas: a tecnologia na senda da responsabilidade ética. *In*: SANTOS, Robinson dos; OLIVEIRA, Jelson; ZANCANARO, Lourenço. **Ética para a civilização tecnológica**: em diálogo com Hans Jonas. São Paulo: São Camilo, 2011.

FORNARI, Mayara Regina; BASTOS, Marília Camotti; SILVEIRA, Fabiana De Medeiros; VARGAS, Jocelina Paranhos Rosa de; FERNANDES, Gracieli; SANTOS, Maria Alice Santana dos; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. Efluentes urbanos na água do rio marau (Brasil). **Bitacora urbano territorial**, v. 28, p.121-30, 2018.

FOSTER, John Bellamy. **La ecología de Marx**: Materialismo y naturaleza. Madrid: El Viejo Topo, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

FUENTE DE VAL, Gonzalo de la; MEZQUIDA, José Antônio Atauri; FERNÁNDEZ, José Vicente de Lucio. El aprecio por el paisaje y su utilidad en la conservación de los paisajes de Chile Central. **Revista ecosistemas**, v.13, n.2, p.82-89, 2004.

GADAMER, Hans Georg. **Verdade e método I**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 11. ed. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: EdUSãoFrancisco, 2011.

GANDY, Matthew. Paisagem, estéticas e ideologia. *In*: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). **Paisagem, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

GARCIA, Letícia Couto; SANTOS, Juliana Silveira dos; MATSUMOTO, Marcelo; SILVA, Thiago Sanna Freire; PADOVEZI, Aurélio; SPAROVEK, Gerd; HOBBS, Richard J. Restoration Challenges and Opportunities for Increasing Landscape Connectivity under the New Brazilian Forest Act. **Brazilian journal of nature conservation**. Vol. 11 (2). December, 2013.

GARCIA, Rasmio; ANDRADE, Carlos Maurício Soares de. Sistemas Silvipastoril na Região Sudeste. *In*: CARVALHO, Margarida M.; ALVIM, Maurílio José; CARNEIRO, Jailton da Costa. **Sistemas agroflorestais pecuários**: opções de sustentabilidade para áreas tropicais e subtropicais. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite; Brasília: FAO, 2001.

GIULIANI, Maria Vittoria. O lugar do apego nas relações pessoa-ambiente. *In*: TASSARA, Eda Terezinha de Oliveira; RABINOVICH, Elaine Pedreira; GUEDES, Maria do Carmo. **Psicologia e ambiente**. São Paulo: EdPuc-SP, 2004.

GOETHE, Johann Wolfgang Von. **As afinidades eletivas**. Trad. Tercio Redondo. São Paulo: Penguin Companhia das Letras, 2014.

GOETHE, Johann Wolfgang Von. **Doutrina das cores**. São Paulo: Nova Alexandria, 2011.

GRANZIERA, Maria Luiza Machado. **Direito de águas**: disciplina jurídica das águas doces. São Paulo: Atlas, 2006.

GRÜN, Mauro. A outridade da natureza na educação ambiental. *In: Anais...Reunião anual da associação nacional de pesquisa em educação*, Caxambú: Hotel Glória, 2003. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:hTPfbT3FPT0J:26reuniao.anped.org.br/trabalhos/maurogrun.rtf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 10 jan.2020.

GRÜN, Mauro. **Ética e educação ambiental**: a conexão necessária. 2. ed. Campinas/SP: Papirus, 2000.

GRÜN, Mauro. **Em busca da dimensão ética da educação ambiental**. Campinas: Papirus Editora, 2007a.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Trad. Márcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes, 2006.

HEIDEGGER, Martin. A época da imagem de mundo. *In: SCHNEIDER, Paulo Rudi. O outro pensar*. Ijuí: UNIJUÍ, 2005.

HEIDEGGER, Martin. **La pregunta por la técnica**: en conferencias y artículos. Barcelona: serbal, 1994.

HENARES, Juliana. **Caracterização do efluente de laticínio**: análise e proposta de tratamento. Trabalho de Conclusão de Curso. (Bacharelado em Engenharia de Alimentos) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IVO, Anete Brito Leal. **Viver por um fio: pobreza e políticas sociais**. Salvador: CRH, 2008.

JACKSON, John Brinckerhoff. **Discovering the vernacular landscape**. New Haven, CT: Yale University Press, 2003.

JACQUES, Aino Victor Avila. A queima das pastagens naturais: efeitos sobre o solo e a vegetação. **Ciência rural**, Santa Maria, v.33, n. 1, p. 177-181, Fevereiro, 2003.

JONAS, Hans. **O princípio responsabilidade**: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto: EdPuc-Rio, 2006.

KISSMANN, Kurt Gottfried. **Plantas infestantes e nocivas**. 2. ed. São Paulo: Basf, 1997.

LACOSTE, Yves. Pourquoi l'analyse géopolitique des régions françaises. Avant-propos à: **Géopolitiques des régions françaises**. T. 1. Paris: Fayard, 1986.

LAKOFF, George Philip; JOHNSON, Mark. **Metáforas da vida cotidiana**. São Paulo: Mercado das Letras, 2002.

LAKOFF, George Philip. **Women, Fire and Dangerous Things: What Categories Reveal about the Mind**. Chicago/London: University of Chicago, 1987.

LANDAUER, Gustav. **Aufruf zum sozialismus**. Berlin: Paul Cassirer, 1919.

LEES, Alexander Charles; PERES, Carlos Augusto. Conservation Value of Remnant Riparian Forest Corridors of Varying Quality for Amazonian Birds and Mammals. **Conservation Biology**. v. 22 (2), p. 439-49, 2008.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1992.

LE GOFF, Jacques. Patrimônio histórico, cidadania e identidade cultural: o direito à memória. *In*: BITTENCOURT, Circe. (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997.

LEFF, Enrique. **Aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes**. São Paulo: Cortez, 2012.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2010.

LEFF, Enrique. Pensar a complexidade ambiental. *In*: LEFF, Enrique. **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Tradução Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEITE, Siderlânia Kelia; RENK, Arlene Anélia; KISSMANN, Camila; VENDRUSCOLO, Giovana. Preferência visual da paisagem por agricultores do Sul do Brasil. **Sociedade e natureza (UFU Online)**, v.32, p.752-765, 2020.

LEWINSOHN, Thomas; PRADO, Paulo Inácio. How many species are there in Brazil? **Conservation biology**. vol. 19 (3), p. 619-624, June, 2005.

LÉVINAS, Emmanuel. **Humanismo do outro homem**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

LÉVINAS, Emmanuel. **Totalidade e infinito: ensaio sobre a exterioridade**. Lisboa: 70, 2008.

LIMA, Espedito Maia; PINTO, Josefa Eliane Santana. Economia e meio ambiente: cenário atual e tendências no município de Itapetinga - Bahia - Brasil. *In*: **Anais...** 12º Encontro de Geógrafos de América Latina. Uruguai: Editora da Universidade de La República, 2009. Disponível em:

<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Procesosambientales/Usoderecurso/s/48.pdf>. Acesso em: 24 jun. de 2021.

LOBATO, Monteiro. **A Barca de gleyre I**. 1. Ed., vol. 11. São Paulo: Brasiliense, 1964.

LOBATO, Monteiro. **Cidades Mortas**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

LOPES, José Sérgio Leite. Sobre processos de "ambientalização" dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes antropológicos [online]**, v. 12, n. 25, 2006.

LOW, Seta M.; ALTMAN, Irwin. Place attachment: a conceptual inquiry. In I. ALTMAN; S. M. LOW (Org.), **Place attachment**, p.1-12, Nova York: Plenum, 1992.

LOWY, Michael. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista. **Cad. CRH**, Salvador, v. 26, n. 67, p. 79-86, abril, 2013.

LOWY, Michael. Le concept d'affinité élective chez Max Weber. **Archives de sciences sociales des religions**, Paris, p. 93-103, 2004.

MACHADO, Ângela dos Santos. Trabalho estranhado, natureza alienada: a quem interessa uma concepção de sociedade separada da natureza? **Revista pegada eletrônica (Online)**, v.3, p.4-22, 2020.

MACK, Richard N.; SIMBERLOFF, Daniel; LONSDALE, W. Mark; EVANS, Harry; CLOUT, Michael; BAZZAZ, Fakhri A. Biotic invasions: causes, epidemiology, global consequences, and control. **Ecological applications**, v.10, p.689-710, 2000.

MAFFESOLI, Michel. **No fundo das aparências**. Petrópolis: Vozes, 2010.

MANNHEIM, Karl. **Sociologia do Conhecimento**. Porto: Rés, s/d.

MANTOVANI, Waldir. Relação homem e natureza: raízes do conflito. **Gaia scientia**, v. 3, n.1, p.3-10, 2009.

MANTOANI, Maurício Cruz; ANDRADE, Gabriela Ribeiro de; CAVALHEIRO, Alba Lúcia; TOREZAN, Jose Marcelo Domingues. Efeitos da invasão por *Panicum maximum* Jacq. e do seu controle manual sobre a regeneração de plantas lenhosas no sub-bosque de um reflorestamento. **Semina. ciências biológicas e da saúde (online)**, v.33, p.97-110, 2012.

MAPBIOMAS ALERTA. **Projeto MapBiomias Alerta** – Sistema de validação e refinamento de alertas de desmatamento com imagens de alta resolução. Disponível em: <https://plataforma.alerta.mapbiomas.org>. Acesso em: 02 ago. 2021.

MARIN, Andréia Aparecida. A natureza e o outro: ética da compaixão e educação ambiental. *In: Anais...* Encontro de pesquisa em educação ambiental - EPEA, Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: http://www.epea.tmp.br/epea2005_anais/pdfs/plenary/68.pdf. Acesso em: 21 jan. 2020.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

- MATOS, Rute Sousa. **A reinvenção da multifuncionalidade da paisagem em espaço urbano – reflexões**. Orientadora: Aurora Carapinha. 2010. 372f. Tese (Doutorado em Artes e Técnicas da Paisagem, Universidade de Évora. Instituto de Investigação e Formação Avançada), Évora/Portugal, 2010.
- MAIA, Meirilane Rodrigues; OLIVEIRA, Edvaldo; LIMA, Espedito Maia. O Uso do Solo e a questão Ambiental na região sudoeste da Bahia. **Revista Geográfica de América Central**, v. Especial, p. 1-11, 2011.
- MEDEIROS, Rodrigo; YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann; PAVESE, Helena Boniatti; ARAUJO, Fábio França Silva. **Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional**. Brasília: UNEP: WCMC, 2011.
- MELLO, Sandra Soares de. **Na beira do rio tem uma cidade: urbanidade e valorização dos corpos d'água**. Orientador: Frederico de Holanda. 2008. 348f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo), Brasília, 2008.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. **Memória e cultura: a importância da memória na formação cultural humana**. São Paulo: SESC SP, 2007.
- MESSROUK, Houria; MAHAMMED, Mahfoud Hadj; TOUIL, Youcef; AMRANE, Abdeltif. Physico-chemical characterization of industrial effluents from the town of Ouargla (South East Algeria). **Energy procedia**, p.255-62, 2014.
- MÉSZAROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- METZGER, Jean Paul. O Código Florestal tem base científica? **Natureza e conservação**. v. 8 (1), p. 92-99, 2010.
- MILARÉ, Édis. **Direito do ambiente**. 8 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais Ltda., 2013.
- MIRANDA, Mariza Santos. **Texto e contexto: educação e presença alemã no sul de Mato Grosso – 1920-1934**. Orientadora: Ana Lúcia Eduardo Farah Valente. 2001. 171f. Dissertação (Mestrado em Educação. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS. Centro de Ciências Humanas e Sociais) Campo Grande, 2001.
- MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. 2. ed. Ijuí, RS: EdUNIJUÍ, 2011.
- MOREIRA, Jussara Tânia Silva. O povo mongoió: da lembrança ao esquecimento nas representações dos moradores da cidade de Itapetinga-Ba. **Revista binacional Brasil-Argentina: diálogo entre as ciências**, p.13-38, 2018.
- MOREIRA, Ruy. **O que é geografia**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico? por uma epistemologia crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.
- MORIN. EDGAR. **O Método 6 – ética**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MOURA, Judith Jabur de. **Histórias e causas de Itapetinga**. Itapetinga, Ba: UESB, 1998.

MOURA, Judith Jabur de. **Histórias e causas de Itapetinga**. Itapetinga, Ba: UESB, 2000.

NERY, Antônio da silva. **Juvino Oliveira: vida e obra**. Itapetinga-BA: Gráfica Dimensão, 1995.

NEPSTAD, Daniel; ALENCAR, Ane; MOREIRA, Adriana. **Floresta em chamas: origens, impactos e prevenção do fogo na Amazônia**. 2. ed. Brasília: IPAM, 2005.

NODARI, Paulo César; PACHECO, Luiza. Responsabilidade e heurística do temor em Hans Jonas. **Conjectura: Filosofia e Educação (UCS)**, v.19, p.69-95, 2014.

NUNES, Morgana; PEREIRA, Ariane Carla. O meio ambiente e a atividade pecuária nas páginas da revista brasileira do agronegócio. *In: Anais... 8º Encontro Nacional de História da Mídia*, Guarapuava-PR, 2011. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/8o-encontro-2011-1/artigos/O%20meio%20ambiente%20e%20a%20atividade%20pecuaria%20nas%20paginas%20da%20revista%20brasileira%20do%20agronegocio.pdf/view>. Acesso em: 10 jan. 2020.

OCHOA-QUINTERO, José Manuel; GARDNER, Toby Alan; ROSA, Isabel; FERRAZ, Sílvia Frosini de Barros. Thresholds of species loss in Amazonian deforestation frontier landscapes. **Conservation biology**. v. 29 (2), p. 440-51, april, 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Educação e ensino de geografia na realidade brasileira. *In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Para onde vai o ensino da geografia?* 4.ed. São Paulo: Pinski, 1994.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. *In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inês Medeiros (Org.). O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Casa Amarela/Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, David Barbosa de. **Tempo, memória e direito: um estudo jurídico, político e filosófico sobre o patrimônio cultural imaterial**. Orientador: Márcio Augusto Vasconcelos Diniz. 2011. 142f. Dissertação (Mestrado em Direito. Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Direito), Fortaleza, 2011.

OLIVEIRA, Nelma Gusmão de. **De capital da pecuária ao Sonho de polo calçadista: a constituição da estrutura urbana de Itapetinga, BA**. Orientador: Antônio Heliódoro Lima Sampaio. 2003. 236f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura), Salvador, 2003.

ONU. **Declaração da “ONU Água” para o dia mundial da água 2010**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/agua>. Acesso em: 12 jan. 2021.

ORTIZ, Helen Scorsatto. **O banquete dos ausentes: a lei de terras e a formação do latifúndio no norte do RS (1850-1889)**. Passo Fundo/RS: EDUPF, 2011.

OSÓRIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PACHECO, Cláudio Gonçalves. As desventuras de um estado de direito ambiental. **Revista de informação legislativa**, ano 52, n.205, p.297-317, jan./fev., 2015. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/52/205/ril_v52_n205_p297.pdf. Acesso em: 12 mai. 2021.

PARDINI, Renata; BUENO, Adriana de Arruda; GARDNER, Toby Alan; PRADO, Paulo Inácio; METZGER, Jean Paul. Beyond the fragmentation threshold hypothesis: regime shifts in biodiversity across fragmented landscapes. **Plos one**. v. 5, Issue 10, p. 1-10, 2010.

PARENTE, Henrique Nunes; MAIA, Michele Oliveira. Impacto do pastejo sobre a compactação dos solos com ênfase no Semiárido. **Revista Trópica - Ciências Agrárias e Biológicas**, v. 05, p. 1-15, 2011.

PAUDALHO. Emenda à Lei Orgânica n. 03, de 05 de janeiro de 2018. Altera a redação do art. 181º. Cria o inciso VIII, do parágrafo 1º, da Lei Orgânica e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Paudalho, 2018.

PEDROSA, Breno Viotto. O império da representação: a virada cultural e a geografia. **Espaço e cultura**, Rio de Janeiro, n. 39, p.31-58, 2016.

PELIZZOLI, Marcelo Luiz de. **Correntes da ética ambiental**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

PEREIRA, Rauanny Bezerra; BANDEIRA, Thiago Oliveira. Avaliação dos impactos ambientais da expansão da monocultura no município de Nova Rosalândia-TO. **Revista integralização universitária**, p.111-25, 2021.

PETERMANN, Vânia; CRUZ, Paulo Márcio da. (Des) Igualdade e sustentabilidade social: do patrimônio ambiental todos são herdeiros. **Revista justiça do direito**, v. 31, p.24-44, 2017.

PINHEIRO, Leonardo Victor de Sá; GURGEL, Fernanda Fernandes; PINHEIRO, José Queiroz. Por um lugar para chamar de meu: estudo sobre a relação estabelecida por agricultores de uma comunidade agroecológica rural com o lugar. *In: Anais... XVIII Encontro Nacional da ANPUR*, Natal, 2019. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviii/anpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=16144>. Acesso em: 10 jan. 2020.

PLIENINGER, Tobias; HÖCHTL, Franz; SPEK, Theo. Traditional land-use and nature conservation in european rural landscapes. **Environ. sci. policy**, v. 9, p.317–321, 2006.

POLANYI, Karl. **The great transformation**. Boston: Beacon, 1957.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol.2, n.3, p.3-15, 1989.

PONTY, Merleau. **O visível e o invisível**. São Paulo: Perspectiva, 1984.

PORTELLA, Celso Adão. A ineficácia das normas constitucionais ambientais. **Revista direito em debate**, p.97-117, 2013.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1989.

PORTUGAL. Convenção Europeia da Paisagem. **Diário da república**, n. 31, 14 de fevereiro de 2005.

QUADROS, Elton Moreira. **Memória, reconhecimento de si e alteridade no pensamento de Paul Ricoeur**; orientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva; coorientador: Edson Silva de Farias. 2016. 173f. Tese (Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia), Vitória da Conquista, 2016.

QUIRINO, Marcia Glebyane Maciel. Sustentabilidade em uma conjuntura de crise ambiental: noções preliminares. *In*: SOBRINHO, Ruy Cardozo de Mello Tucunduva; TYBUSCH, Jerônimo Siqueira. **Direito e sustentabilidade III**. 1ed. Florianópolis: CONPEDI, 2014.
RAJÃO, Raoni; SOARES FILHO, Britaldo. Policies undermine Brazil's GHG goals. **Science**, v. 350, Issue 6.620, 2015.

RAMALHO, Walderez Simões Costa; FRANCO NETO, Mauro. **História e meio ambiente**. 1. ed. Curitiba: Fael, 2018.

RAMBALDI, Denise Marçal; OLIVEIRA, Daniela América Suárez de. **Fragmentação de ecossistemas**: causas, efeitos sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas. 2. ed. Brasília: MMA/SBF, 2005.

RAMOS, Camila Crispim de Oliveira; Anjos, Luiz dos. The width and biotic integrity of riparian forests affect richness, abundance, and composition of bird communities. **Natureza e conservação**. v. 12, issue 1, p. 59-64, june, 2014.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia**: do romantismo ao empiriocriticismo. v. 5. São Paulo: Paulus, 2005. (Coleção história da filosofia).

REYNOSO, Arsenio González; MUÑOZ, Lorena Hernández; COHEN, Manuel Perló; SAENZ, Itzkuauhtli Zamora. **Rescate de ríos urbanos**: propuestas conceptuales y metodológicas para la restauración y rehabilitación de ríos. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2010.

RIBEIRO, Danilo Bandini; FREITAS, André Victor Lucci. Brazil's new laws bug collectors. **Science**. v. 345, Issue nº 6204, september, 2014.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: EdUnicamp, 2007.

RICOEUR. Paul. **A metáfora viva**. São Paulo: Loyola, 2000.

RICOEUR, Paul. **Do texto à ação**. Trad. Alcino Cartaxo e Maria José Sarabando. Porto: RÉ, 1989.

RICOEUR, Paul. Ética e filosofia da biologia em Hans Jonas. *In*: RICOEUR, Paul. **Leituras 2: a região dos filósofos**. São Paulo: Loyola, 1996.

RICOEUR, Paul. **Freud: uma interpretação de la cultura**. Espanha: Siglo Veintiuno de España Editores, 1990.

RICOEUR, Paul. **Ideología y utopía**. Editorial Gedisa, Barcelona, 2008.

RICOEUR, Paul. **Interpretação e ideologias**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

RICOEUR, Paul. **O justo 1: a Justiça como regra moral e como instituição**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008b.

RICOEUR, Paul. **Percurso do reconhecimento**. São Paulo: Loyola, 2006.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

RICOEUR, Paul. **Teoria da interpretação**. Lisboa: 70 Ltda., 1995.

SANTOS, Felipe Alan Souza; TEIXEIRA, Leisitânia Nery. Percepção ambiental e análise de desenhos: prática em curso de extensão universitária. **Revista brasileira de educação ambiental**, São Paulo, v. 12, n. 2, p.156-77, 2017.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo, Studio Nobel: Fundação do Desenvolvimento Administrativo, 1993.

SANCHEZ, Luis Enrique. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos**. São Paulo: Oficina do Textos, 2008.

SANTOS, Matheus Carvalho; SANTOS, Ana Paula Lima do Couto; FERNANDES, Letícia Magalhães. Agrotóxicos! O que eu tenho com isso? Conhecimento da população sobre agrotóxicos na água em Itapetinga, Bahia, Brasil. *In*: **Anais... XI Congresso Brasileiro de Agroecologia**. São Cristóvão SE: Cadernos de Agroecologia, 2019. Disponível em: <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/5604/2590>. Acesso em: 24 jun. de 2021.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. **Geographia: revista da pós-graduação em geografia**, Rio de Janeiro, v.1, p.7-13, junho/1999.

SAHTOURIS, Elisabet. **Gaia: do caos ao cosmos**. São Paulo: Interação, 1991.

SCANNELL, Leila; GIFFORD, Robert. The experienced psychological benefits of place attachment. **Journal of environmental psychology**, n. 51, p. 256–69, 2017.

SCHOPENHAUER, Arthur. **O mundo como vontade e representação**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

SEAMON, David. A way of seeing people and place: Phenomenology in Environment-Behavior Research. *In*: WAPNER, Seymour; DEMICK, Jack; YAMAMOTO, Takiji;

MINAMI, Hirofumi. **Theoretical perspectives in environment-behavior research**. New York: Plenum, p.157-78, 2000.

SECCHI, Bernardo. **La ciudad de los ricos y la ciudad de los pobres**. Madrid: Catarata, 2015.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Ana Carolina Aguerri Borges da; GENNARI, Adilson Marques; Destruição ambiental e desigualdade social. **Revista fim do mundo**, n. 2, p.19-40, 2020.

SILVA, André de Almeida; SALMAN, Ana Karolina Dias; MENDES, Ângelo Mansur; HOLANDA FILHO, Zenildo Ferreira. Impacto socioambiental da implantação de sistema silvipastoril em propriedades familiares em Rondônia. **Revista meio ambiente e sustentabilidade**, v.6, p.469-489, jul-dez 2014.

SILVA, Bethânia de Oliveira e. **Avaliação da percepção ambiental de moradores de comunidades rurais de Presidente Kubitschek/MG**. Orientador: Alessandro Torres Campos. 2016. 126f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola. Universidade Federal de Lavras), Lavras, 2016.

SILVA, Danilo José Pereira da. **Sistema de gestão ambiental para a indústria de laticínios**. Orientador: Frederico José Vieira Passos. 2011. 194f. Tese (Doutorado em Ciência de Alimentos. Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Tecnologia de Alimentos), Viçosa, 2011.

SILVA, José Bonifácio de Andrade e. **Representação à assembleia geral constituinte e legislativa do imperio do Brasil sobre a escravatura**. Paris: Typographia de Firmin Didot, 1825. Disponível em:
https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/4174/1/039490_COMPLETO.pdf. Acesso em: 24 abr. 2021.

SILVA, Lúgia Dutra. A biotecnologia agrícola e o discurso da superação da pobreza. *In*: LEITE, José Rubens Morato e FAGUNDEZ, Paulo Roney Ávila. **Biossegurança e novas tecnologias na sociedade de risco: aspectos jurídicos, técnicos e sociais**. Florianópolis: Conceito, 2007.

SILVA, Ricardo Carvalho; PEREIRA, José Marques; ARAUJO, Quintino Reis; PIRES, Aureliano José Vieira; DEL REI, Antônio Jorge. Alterações nas propriedades físicas e químicas de um chernossolo com diferentes coberturas vegetais. **Revista brasileira de ciência do Solo**, v.31, p. 101-07, 2007.

SILVA, Sílvio Azevedo Fagundes. Contribuição ao estudo do "capim colônia" (*Panicum maximum* Jacq. var. *maximum*). **Vellozia**, Rio de Janeiro, v.6, p.3-8, 1968.

SILVA, Sílvio Azevedo Fagundes. Contribuição ao estudo do "Capim Colônia" (*Panicum maximum* Jacq. var. *maximum*) II - Considerações sobre sua dispersão e seu controle. **Vellozia**, Rio de Janeiro, v. 7, p.3-21, 1969.

SILVA, Veruska Anacirema Santos da. Cinema como semióforo e suas contribuições na formação de memórias sociais. **Baleia na rede** vol.1, n. 5, Ano v, Nov, 2008.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SMITH, Welber Senteio; SILVA, Fábio Leandro da; BIAGIONI, Renata Cassemiro. Desassoreamento de Rios: Quando o Poder Público Ignora as Causas, a Biodiversidade e a Ciência. **Ambiente e sociedade**, São Paulo, v. 22, 2019 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2019000100302&lng=en&nrm=iso. Acesso em 22 abr. 2021.

SOARES-FILHO, Britaldo Silveira; RAJÃO, Raoni; CARNEIRO, Arnaldo; COSTA, William; COE, MICHAEL T.; RODRIGUES, Hermann Oliveira. Cracking Brazil's Forest Code. **Science**, vol. 344, p. 363-64, 2014.

SOARES, Inês Virgínia Prado. **Direito ao (do) patrimônio cultural brasileiro**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

SOBRINHO, Lafayette Garcia Novaes. Ação judicial a favor da bacia hidrográfica do rio doce. **Revista brasileira de direito animal**, v. 13, n. 1, p. 219-252, Jan-Abril, 2018.

SOS Mata Atlântica, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). **Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica - Período de 2012- 2013**. Fundação SOS Mata Atlântica; 2014.

SOUZA, Jenifer Sifuentes de. O impacto ambiental atribuído à pecuária. Programa de Pós-Graduação em Zootecnia da Universidade Estadual de Maringá, 2010. **Revista CRMV- PR**. Ed. 30. Disponível em: http://www.crmvpr.org.br/?p=imprensa/artigo_detalhes&id=65. Acesso em: 22 abr. 2021.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1995.

SOUZA, Maria Cláudia da Silva Antunes; GHILARDI, Hilariane Teixeira. Recursos hídricos, agropecuária e sustentabilidade: desafios para uma visão ecológica do planeta. **Revista jurídica- Unicuritiba**, v. 2, p. 78-98, 2017.

SOUZA, Solon Ferreira de; FIGUEIREDO, Priscila Silva de. A percepção do processo de desertificação no município de Itapetinga por moradores de diferentes gerações. *In*: **Anais... I Encontro de Permacultura e Agroecologia da UESB**. Vitória da Conquista: UESB, 2019. Disponível em: <http://www2.uesb.br/setecascas/wp-content/uploads/2020/06/anais-dos-resumos-expandidos-apresentados-no-i-encontro-sobre-permacultura-e-agroecologia-da-uesb.pdf>. Acesso em: 24 jun. de 2021.

SPELLER, Gerda M. A importância da vinculação ao lugar. *In*: SOCZKA, Luís. **Contextos humanos e psicologia ambiental**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

SWEEZY, Paul Malor. Capitalism and the environment. **Monthly review**, New York, v. 57, n.5, p.86-93, Oct. 2005.

TANNER, Chris C; SUKIAS, James; HEADLEY, Tom. Constructed wetlands and denitrifying bioreactors for on-site and decentralised wastewater treatment: comparison of five alternative configurations. **Ecological engineering**, n. 42, p.112-23, 2012.

TAYLOR, Paul. **Respect for nature: a theory of environmental ethics**. Princeton: Princeton Univertisty, 1989.

TILLEY, Christopher. **A phenomenology of landscape: places, paths and monuments**. Oxford: Berg, 1994.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Ensaio sobre a pobreza**. Rio de Janeiro: Universidade, 2003.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TORRES, A. Di Paravicini. Agressividade de algumas gramíneas forrageiras na região de Piracicaba. **Anais da escola superior de agricultura Luiz de Queiroz**, vol.11, p. 93-114, 1954.

TUAN, Yi Fu. Thought and landscape. In: Meining, D. W. **The interpretation of ordinary landscapes**. Oxford University, New York, 1979.

TUAN, Yi Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

TUBELIS, Dárius Pukenis; COWLING, Ann; DONNELLY, Christine. Landscape supplementation in adjacent savannas and its implications for the design of corridors for forest birds in the central Cerrado, Brazil. **Biological Conservation**. v. 118. Issue 3, p. 353-64, July, 2004.

UMBELINO, Luís. António. Espaço e narrativa em Paul Ricoeur. In: **Revista filosófica de coimbra**, n. 39, p.141-62, 2011.

VIANNA, Marina. **Análise de impactos ambientais**. Rio de Janeiro: SESES, 2015.

VIEIRA, Ana Beatriz Albuquerque; MATA, Antônio Lucas dos Santos da. Natureza como sujeito de direitos: uma análise do novo modelo de proteção ambiental na américa latina. **Revista dizer**, v. 4, n. 1, p.44-57, 31 dez. 2019.

WALSH, Christopher J.; ROY, Allison H.; FEMINELLA, Jack W.; COTTINGHAM, Peter D.; GROFFMAN, Peter M.; MORGAN, Raymond P. The urban stream syndrome: current knowledge and the search for a cure. **Journal of the north american benthological society**, v. 24, n. 3, p. 706-23, 2005.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Tradução José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1968.

WHITE JR, Lynn. The historical roots of our ecologic crisis. **Science**. v. 155, p. 1.203-10207, 1967.

Zakia, Maria José, Pinto, Luis Fernando Guedes. **Guia para aplicação da nova lei em propriedades rurais**. Piracicaba: Imaflora, 2013.

REFERÊNCIAS DO ACERVO DOCUMENTAL

A ÁRVORE e o fazendeiro. **Jornal dimensão**. 1232. ed. p. 9, ano 2003.

A PECUÁRIA como tema. **Jornal dimensão**.1242. ed. p. 17, ano 2003.

A URGENTE ligação regional, **Jornal dimensão**. 75. ed. p. 3, ano 1977.

ANTES e depois do frigorífico. **Jornal dimensão**.419. ed. p. 4, ano 1984.

BNCC examina projeto do frigorita, **Jornal dimensão**. 52. ed. p. 3, ano 1977.

BOAS perspectivas para a pecuária. **Jornal dimensão**. 1112. ed. p. 2, ano 2000

CAMPANHA visa tirar o rio catolé do leito da morte. **Jornal dimensão**. 998. ed. p. 1, ano 1998.

CAVALEIROS mirins representarão itapetinga na inauguração do parque estadual de exposições. **Jornal dimensão**. 137. ed. p. 2, ano 1978.

CIDADES paradas. **Jornal dimensão**. 589. ed. p. 4, Itapetinga, ano 1989.

COOPARDO entrega troféu dr. Gugé. **Jornal dimensão**. 66. ed. p. 10, ano 1977

COOPARDO, frigorífico e forças ocultas. **Jornal dimensão**. 144. ed. p. 6, ano 1978.

DIMENSÃO rural. **Jornal dimensão**. 20. ed. p. 4, Itapetinga, ano1976

ECOLOGIA. **Jornal dimensão**. 586. ed. p. 3, ano 1989.

EDIÇÃO especial da 34ª expo/real nacional. **Jornal dimensão**. 1241. ed. p. 1, ano 2003

EMATER-BA promove novos cursos. **Jornal dimensão**. 41. ed., p. 2, ano 1976

EMATER-BA promove treinamento de vaqueiros. **Jornal dimensão**.37. ed. p. 11, ano 1976.

ESPINHEIRA é tri. **Jornal dimensão**. 43. ed. p. 1, Itapetinga, ano 1976.

EXPOSIÇÕES para a cápsula do tempo. **Jornal dimensão**. 1289.ed. p. 4, ano 2004.

FATOS e pessoas que contam a história de nossa terra, nossa gente. **Jornal dimensão.** 1100. ed. p. 6, ano 2000.

FRIGORÍFICO: novas perspectivas para a pecuária regional. **Jornal dimensão.** 422. ed. p. 8, ano 1984

GOVERNADOR Roberto santos visitará Itapetinga. **Jornal dimensão.** 35. ed., p. 2, Itapetinga, ano 1976.

IMPOSSÍVEL não comparar. **Jornal dimensão.**1289. ed., p. 1, ano 2004

ITAPETINGA terá escola de laticínios. **Jornal dimensão.** 47. ed. p. 1, Itapetinga, ano 1976.

JOÃO de Quirino. **Jornal dimensão.** 693. ed. p. 16, ano 1991.

LEITE glória do nordeste cria o “prêmio produtividade 1992” para os produtores de leite. **Jornal dimensão.** 726. ed. p. 4, ano 1992.

LEITE: bom ou mal negócio. **Jornal dimensão.**73. ed., p. 12, Itapetinga, ano 1977.

LEITE: bom ou mal negócio? **Jornal dimensão.** 73. ed. p. 12, ano 1977.

MAIS doutores em vaqueirice. **Jornal dimensão.** 83. ed. p. 3, ano 1977

MICHEL fala sobre frigorífico. **Jornal dimensão.** 21. ed. p. 2, ano 1976.

MICHEL fala sobre frigorífico. **Jornal dimensão.**21. ed. 1, p. 2, ano 1976.

NAS TERRAS do boi sagrado. **Jornal dimensão.** p. 4, Itapetinga, ano 1982

O FRIGORÍFICO e o comércio de carne: é a nova fase. **Jornal dimensão.** 405. ed. p. 2, ano 1984.

O LEITE nosso de cada dia. **Jornal dimensão.**602. ed. p. 7, ano 1989.

O TABAPUÃ do futuro. **Jornal dimensão.**696 ed. p. 12, ano 1991.

PROSA. **Jornal dimensão.** 43 ed. p. 3, ano 1976.

QUEIMADAS castigam a região na época da seca. **Jornal dimensão.** 1456. ed. p. 4, ano 2007.

SINDICATO rural oferece troféus. **Jornal dimensão.** 730. ed. p. 1, ano 1992

SOCORRO! Fogo! **Jornal dimensão.** 34. ed. p. 5, ano 1976.

SOMBRA para bovinos a pasto. **Jornal dimensão.**1233. ed. p. 9, ano 2003

SPAM: mais uma indústria de leite em pó para Itapetinga. **Jornal dimensão**. 93. ed. p. 14, ano 1977.

UM MONUMENTO à pecuária. **Jornal dimensão**. 141. ed. p. 3, ano 1979.

UMA “EMERGÊNCIA” burocrática, **Jornal dimensão**. 878. ed. p. 2, ano 1995.

UMES lança campanha visando recuperar o catolé. **Jornal dimensão**. 998. ed. p. 11, ano 1996.

VAMOS melhorar nosso gado. **Jornal dimensão**. 167. ed., p. 4, ano 1979.

APÊNDICE A – Quadro sistematizador do conteúdo documental

Conforme detalhamento metodológico consignado nessa tese, apresentamos a estruturação das categorias e subcategorias derivadas da Análise Textual Discursiva (ATD) incidente sobre o material produzido e veiculado pelo periódico local, denominado de Jornal Dimensão, no período de 1976 a 2006, cujo conteúdo foi selecionado de acordo com os objetivos geral e específicos da pesquisa realizada, de modo a retratamos as memórias e os esquecimentos socioambientais do universo itapetinguense, que foram fenômenos devidamente analisados sob a ótica da fenomenologia hermenêutica de Paul Ricoeur.

Categoria	O BOI COMO EMBLEMA REGIONAL: DA POLARIZAÇÃO ECONÔMICA À SACRALIZAÇÃO DE UM PATRIMÔNIO SOCIAL	
	Fragmentos Textuais	Cronologia
	<p>Nas terras do Boi Sagrado – José Carlos Capinan</p> <p>Entronizado na praça principal, o boi de Itapetinga pasta a sua condição privilegiada e sacra. Lá na Índia também é assim. O boi é sagrado e a miséria é tanta que ser faquir é uma arte. Ou seja, passar fome é quase uma profissão. Mas nas terras do boi sagrado, só uma inteligência bovina não percebe seus dois lados convenientes. O lado dos chifres dourados da consagrada concentração latifundiária e o lado podre do berne. No couro lustroso da cidade o berne é o miserê. Ele cresce silenciosamente na outra margem do rio Catolé, onde se concentram no mínimo umas quinze mil criaturas marginalizadas e candidatas à difícil arte do faquirismo. Lá na Índia também é assim. O Ganges “purifica” nas suas impurezas séculos de fome e de misticismo, parceiros inseparáveis desta condição sub-humana. O catolé também tem suas propriedades “purificadoras”. Despejo da opulência, alimenta com suas piabinhas e “schistossomas” os bernes do boi sagrado. Nas terras do boi sagrado ser homem é um risco e ser pobre é sacrilégio, que pode ser punido com a indiferença dos adoradores do boi. Nas terras do boi sagrado se lamenta mais a morte da bezerra do que a mortalidade infantil. Nas terras do boi sagrado a glória pertence mais ao Leite Glória que às nutrizas humanas.</p> <p>E a quem pertence este rebanho? Ninguém reclama esta propriedade. Dispensados pela monocultura do capim, já não lavram sua mandioca, já não cultivam seus metros quadrados de laranjas, goiabas e bananas, nem outras lavourinhas que não engordam o boi sagrado. Deserdados do mundo, esperam as recompensas da vida eterna. Mas talvez nem as terras da promessa lhes reservem um canto de lavoura. Quem sabe já não estarão demarcadas quando lá chegarem?</p> <p>Nas terras do boi sagrado não faltam as bovinas e sagradas teorias sobre as misteriosas origens da pobreza. Pobre é pobre porque quer. Ou melhor, pobre é pobre porque não trabalha. Pois é, nesta bonita cidade o mestre Lênio Braga deixou uma primorosa igreja de pedra, a teoria é fria e dura como o material do seu trabalho. Mas não é piedosa como as pregações da casa de Pedro, nem inteligente como a arte do mestre Lênio.</p>	<p>13 de março de 1982</p>

<p>Mas justiça seja feita, mesmo a quem não a pratica. Esta teoria gringa e capitalista é quase universal. Mas não engana aos civilizados nem humanistas, mesmo sendo municipais. E civilizados e humanistas não faltam neste município, mesmo na parte gorda da felicidade itapetinguense.</p> <p>Muita gente sabe nesta cidade que não é justo ser feliz sozinho. Muita gente sabe que dez mil e pouco de salário mínimo não dá camisa a ninguém, nem enriquece a quem trabalha todas as horas do dia consagrado ao boi. Não enriquece nem sobra pra escola. Não enriquece nem sobra pro remédio.</p> <p>Nas terras do boi sagrado, a maioria das doenças advém das más condições de vida e do trabalho. Uma chifrada aqui, um coice ali, sem direito de tugar nem mugir. Pelos chifres do Zebu, juro que a magrém do povo vem do capim gordura. Ou seja, a magreza do Zé vem da engorda do Zebu.</p> <p>E não seja Itapetinga a única razão deste mugido. Os municípios no Brasil inteiro devem estar mugindo que nem este. Alguns, vítimas da centralização do poder, outros, vítimas de administrações calamitosas e corrompidas, mas todos, em comum, agentes da insensibilidade ao brasileiro pobre, todos impermeáveis à ideia de um Brasil novo, inteligente, democrático e popular. Mas o Belzebu não será o dono deste futuro. Quem sabe um dia a vaca não vai pro brejo e no meio desta grande praça do mundo, um ser simples e imenso como todos nós?</p>	
--	--

Categoria	O BOI COMO EMBLEMA REGIONAL: DA POLARIZAÇÃO ECONÔMICA À SACRALIZAÇÃO DE UM PATRIMÔNIO SOCIAL	
Fragmentos Textuais		Cronologia
	<p>A COOPARDO vem desenvolvendo aceleradamente o projeto para implantação do seu mais urgente e importante empreendimento: a construção do FRIGORÍFICO ITAPETINGA, reconhecidamente veículo capaz de promover a independência da pecuária regional, pela sua capacidade de estocagem e consequente garantia de mercado para os fazendeiros que a ele se associarem.</p>	<p>22 de janeiro de 1977</p>
	<p>Quando apresentei, na Câmara Municipal, requerimento que os colegas votaram por unanimidade, no sentido de haver união dos prefeitos e vereadores de Itapetinga, Macarani, Maiquinique, Itarantim, Potiraguá, a fim de, juntos, reivindicar o asfaltamento da rodovia que liga os cinco municípios da “Bacia Leiteira”, fi-lo com a mais viva e ardente esperança de ver, em breve, a Região da Pecuária mais desenvolvida.</p> <p>A região da pecuária hoje está colocada no centro, isto é, entre as regiões cafeeiras e cacaeira. Estendendo seu braço direito, dá a mão a região do cacau; estendendo esquerdo, toca a região do café. Então, as três regiões mais importantes da Bahia estão interligadas. Logo, se constituímos uma força poderosa, por que não nos unirmos para reivindicar os nossos direitos sagrados de desenvolvimento da carne e da bacia leiteira?</p>	<p>09 de Julho de 1977</p>

<p>O capital da SPAM, atualmente, é de Cr\$ 300 milhões, e possui ela mais de 30 fábricas nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia, onde foram encampadas a ALIMBA e o Laticínio Sul –Bahia, da cidade de Medeiros Neto. A empresa produz leite em pó, leite pasteurizado, leite longa vida, vários tipos de queijos, manteiga, yogurt, doce de leite, etc.”</p> <p>Sobre a capacidade da nova fábrica, que será implantada em Itapetinga, disse: “- Inicialmente, começaremos com o fabrico de leite em pó e manteiga e a capacidade inicial será de 120.000 litros/dia, que poderá ser ampliada de acordo com a oferta de leite da região”.</p> <p>...A cidade se beneficiará com mais um grande empreendimento que muito contribuirá com mais impostos e progresso. O povo se beneficiará com mais de 100 empregos diretos e indiretos. Os produtores de leite terão mais uma opção para a venda do seu produto e a eles procuraremos dar o máximo de atenção e carinho, esperando a sua pronta resposta com um bom aumento da sua produtividade e a confiança de estarem fornecendo a sua matéria prima para outra grande empresa, que, aliás, foi classificada pela Revista Visão em primeiro lugar entre as indústrias de laticínios no Brasil.</p>	12 de novembro de 1977
<p>A cooperativa Mista do médio Rio Pardo, integrada por gente da melhor categoria entre os fazendeiros de Itapetinga, mandou preparar um projeto para implantação de um matadouro frigorífico, que resolveria o problema da comercialização do boi e o abastecimento de carne na região e na capital baiana, com o aproveitamento integral não só da carne, como de sub-produtos, o que geraria novos empregos, além de tantas vantagens amplamente divulgadas.</p>	04 de novembro de 1978
<p>Vamos melhorar nosso gado</p> <p>A cooperativa Mista do Médio Rio Pardo, entidade com larga tradição em todo o “Sudoeste da Bahia, está entrando em nova fase, propondo-se a somar esforços com vistas a dar nova dimensão à pecuária da região.... Atualmente estamos trabalhando para a implantação de um moderno matadouro frigorífico, e, favoravelmente a esta iniciativa temos a melhoria acentuada dos preços dos bois, que conseguiu safar-se de um mercado altamente deprimido de meses atrás. Face a esta nova realidade de preços parece inadiável, também, uma mudança nos métodos tradicionais de criação de bovinos na região, com a adoção de técnicas do nosso tempo, como inseminação artificial, sincronização de cios, rotação de pastagens, programas de profilaxia animal, seleção de matrizes de alta fertilidade, etc.</p>	14 de Abril de 1979
<p>O frigorífico e o comércio de carne: é a nova fase</p> <p>Já começou a contagem regressiva e entramos nos momentos decisivos, culminando com o início do abate das boiadas gordas, dos mamotes precoces, das vacas e bois de descarte, enfim, do gado do fazendeiro da região sul e sudoeste baiana.</p>	28 de janeiro de 1984

<p>Certamente a sociedade só poderá avaliar o verdadeiro papel do matadouro Coopardo quando estes números refletirem a industrialização local da mais valiosa matéria prima da região. A importância do Frigorífico da Coopardo não se restringe à região de pecuária polarizada por Itapetinga. Sua influência se estenderá às regiões vizinhas, como Vitória da Conquista. “A produção em escala industrial de sub-produtos como farinha de carne, farinha de ossos, farinha de sangue, sub-produtos estes que abrirão espaços para que em Conquista venha a funcionar uma fábrica de ração balanceada e conseqüentemente ressuscitar a criação de pequenos animais, pois estes ingredientes são os componentes básicos da ração. “Muitos conquistenses possuem propriedades no Sudoeste da Bahia e se beneficiarão deste magnífico empreendimento.”</p>	26 de maio de 1984
--	--------------------

Categoria	AS MOBILIZAÇÕES POLÍTICAS COM VISTAS À CONSOLIDAÇÃO DO POLO PECUARISTA	
SubCategorias	Fragmentos Textuais	Cronologia
INSTALAÇÃO INDUSTRIAL: A CONSOLIDAÇÃO DA PROMESSA DE PROGRESSO	<p>Esta é a marca de uma época. O fim de uma caminhada e o começo de outra. Naquela, a ideia, o projeto, a determinação de uns poucos heróis na busca do objetivo distante; as pedras no caminho, os interesses contrariados, mas um grupo obstinado, lutando tangido pelo idealismo, pela vontade de servir, de promover o progresso da região, a libertação de uma classe. Nesta outra caminhada que agora começa, o reconhecimento da classe, apoiando, dando-se as mãos, tomando posse do nosso frigorífico que deixou de ser uma ideia, um projeto, saiu do terreno do abstrato e hoje é real, concreto, palpável. É inaugurado.</p> <p>Diferente da maioria dos frigoríficos existentes no país, o nosso traz a marca de cooperativa. Não é a casa dos nossos colonizadores, mas a casa dos produtores rurais, que neste momento tenho a honra de representar.</p> <p>E é em nome dos meus colegas do Sudoeste, do médio e extremo sul da Bahia, que presto neste momento uma homenagem a esses titãs que empenharam seus tempos, seus créditos, deixaram o aconchego dos seus lares, a administração de suas fazendas, para se dedicarem, noite e dia, à construção deste frigorífico, dos mais modernos existentes na América Latina.</p> <p>O Desafio foi vencido, a conquista está corporificada nesta casa. Este frigorífico nos pertence, essa conquista é de toda região, é da Bahia. Mas, para que o objetivo de industrializar o boi seja alcançado, e a marca de cooperativa esteja presente nos produtos aqui industrializados, é preciso que os produtores rurais de nossa região acreditem na capacidade empresarial de nossa gente e, dando as mãos, tomem conta, vivam, dinamizem esse colosso que aqui se encontra a nossa disposição. A conquista foi alcançada. O fruto da determinação aí está.</p>	05 de maio de 1984

	<p>O saudoso e sempre lembrado Sinval Palmeira, que sonhava em ver praticada aqui uma pecuária moderna, produtiva e rentável, costumava definir essas terras como "as melhores do mundo" para essa atividade.</p> <p>Os conhecedores dão razão ao visionário empreendedor, que inclusive presidiu a diretoria da Coopardo, durante a qual se realizou a maior parte das obras de construção do frigorífico, que ele tinha a certeza de vir a ser um importante instrumento de apoio aos pecuaristas, capaz de assegurar-lhes melhores resultados em seu trabalho.</p> <p>O interesse claramente demonstrado pelo presidente José Batista Júnior e sua declaração enfática de que "sem dúvida nenhuma" o Mafrip é uma unidade industrial plenamente viável vem reforçar essa convicção e acena com perspectivas muito favoráveis para toda essa microrregião.</p> <p>A vocação da região polarizada para Itapetinga é a agropecuária. Esse é um conceito consensual.</p> <p>A falta de incentivos e de recursos, a ausência de uma política creditícia capaz de alavancar a atividade agropastoril, entretanto, levaram a cidade a buscar outras alternativas de crescimento econômico.</p> <p>A grande fábrica de calçados aqui instalada, base para o surgimento de um polo industrial incipiente mas promissor, abriu horizontes e criou as condições para assegurar a sobrevivência da região como centro gerador de riqueza.</p>	02 de setembro de 2000
--	--	------------------------

Categoria	IMPACTOS DA PECUÁRIA NAS DEFINIÇÕES DO CONTORNO SOCIAL, IDEOLÓGICO E POLÍTICO	
SubCategorias	Fragmentos Textuais	Cronologia
AMOLDANDO O SETOR EDUCATIVO AS DEMANDAS DA HEGEMONIA ECONÔMICA LOCAL	<p>Ponto alto na visita do governador Roberto Santos será a assinatura do convênio para implantação em Itapetinga de uma escola média de veterinária para preparar técnicos capacitados a cuidar do rebanho bovino da região e orientar os fazendeiros na adoção das melhores práticas para o desenvolvimento dos seus plantéis. A Escola será construída na parte da área de terras que a prefeitura desapropriou da fazenda Volta Grande, que será cedida ao estado pelo município.</p>	25 de setembro de 1976
	<p>Com base nos contatos em andamento posso adiantar que implantaremos 2 escolas de nível técnico, I para formação de técnico em pecuária e I para formar técnico em nutricionismo. O corpo docente dessas unidades será formado por professores possuidores de curso de pós-graduação em Master e PhD e que serão igualmente professores da unidade de Experimentação de Pecuária a ser instalada pela Embrapa.</p>	20 de novembro de 1976

	<p>Itapetinga terá escola de Laticínios</p> <p>Retornando de Salvador, o Prefeito Evandro Andrade anunciou que, após ouvir as ponderações e argumentos por ele apresentados, o Sr. Secretário da Agricultura concordou em destinar a Itapetinga a instalação da Escola Técnica de Laticínios, que inicialmente estava prevista para ser instalada em Itambé.</p>	<p>18 de dezembro de 1976</p>
<p>FORMAÇÃO DE MÃO DE OBRA LOCAL PARA ATENDER AOS INTERESSES PRODUTIVOS</p>	<p>Vêm-se realizando no município de Itapetinga, programas de treinamento de vaqueiros, em cumprimento ao convênio firmado entre EMBRATER e EMATER-BA, para realização de treinamento de mão de obra. Na região, já foram realizados cinco treinamentos, para um total de 77 participantes. Os treinamentos são levados a efeito com verbas do convênio, sem nenhum ônus para os participantes ou para seus empregadores. São ministradas aulas de cunho eminentemente prático, nas próprias fazendas, sobre manejo de rebanho, manejo de pastagem, inseminação artificial, profilaxia do rebanho, higiene de instalações, descorna, marcação, silagem, implantação, construção rural. O último curso foi realizado na fazenda Dois irmãos, no período de 4 a 8 de outubro, e contou com a participação de 18 treinandos. No seu encerramento, houve entrega de certificados, preleções dos técnicos responsáveis dos vaqueiros.</p>	<p>09 de outubro de 1976</p>
	<p>A EMATER-BA, dando continuidade ao programa de treinamento de mão-de-obra, realizará em Itapetinga um outro curso para vaqueiros. O curso, que conta com o apoio do Sindicato Rural de Itapetinga, será realizado no Parque de Exposição “Landolfo Alves” e na Fazenda do Sr. Juvino Oliveira, no período de 30 de novembro a 3 de dezembro. Esses treinamentos visam, sobretudo, à qualificação de mão-de-obra no setor rural, para que se obtenha aumento na produção e produtividade da nossa pecuária. As aulas se limitam a ensinamentos práticos. Dentre os assuntos a serem tratados, os principais são “qualidades e responsabilidades do vaqueiro”, higienização; ordenha, profilaxia, cuidados com gestantes e recém-nascidos e alimentação. No dia 2 de dezembro será realizada uma excursão a uma fazenda modelo da região. Lá serão trazidos à discussão assuntos como manejo e conservação de pastagem, silagem, capineiras e inseminação artificial.</p>	<p>06 de novembro de 1976</p>

	<p>Estão de parabéns as entidades públicas e particulares ligadas ao ramo de pecuária que atuam em nossa cidade. Como que iniciando novo ciclo de progresso é com relativa frequência que estamos divulgando a realização de eventos ligados a este ramo de nossa economia, todos com o fim de melhorar o nível de conhecimento de vaqueiro e também de fazendeiro. Na semana passada noticiamos a realização do 1º Curso de Vaqueiro patrocinado pela EmaterBa contando com o apoio do Sindicato Rural. Iniciativas dessa natureza devem ser prestigiadas por todos, sobretudo por significar vantagem real para vaqueiro e fazendeiro.</p>	20 de novembro de 1976
	<p>Que qualidades, rurais e físicas, devem ter um cidadão para sair-se bem como vaqueiro profissional? Quem assistiu às aulas do Curso de Treinamento de Mão de Obra, da Emater-Ba, estará sabendo responder à pergunta acima, e de muitas coisas mais. Ordenha higiênica, manejo do rebanho, silos, capineiras e outros plás são dominados pelos alunos-vaqueiros com a mesma facilidade com que Dimensão faz um trabalho gráfico bonito e perfeito. As dicas do último curso realizado: Fazenda Jacy, do Dr. Isai Amorim, de 29 de agosto a 2 de setembro. Agora, não prive seu vaqueiro da oportunidade de desenvolver plenamente suas aptidões na lida da pecuária: inscreva-o no próximo curso Emater-Ba. É grátis, não é isso aí, Dr. Glauco?</p>	03 de setembro de 1977

Categoria	PERCEPÇÃO E EPISTEMOLOGIA: TRADUZINDO A REALIDADE TERRITORIAL PELA LINGUAGEM DA ARTE	
	Fragmentos Textuais	Cronologia
<p>A pecuária como tema</p> <p>Escrever numa edição em função da exposição agropecuária de Itapetinga, me faz lembrar que foi durante um desses eventos que vendi meu primeiro quadro aos 11 anos de idade. Coelho Dias, na época meu professor, num de seus inumeráveis esforços para criar um mercado de arte na cidade, nos estimulava a estudar e abordar o tema Pecuária, por achar que assim despertaria o interesse da população pelas obras em função da aproximação com o tema. O fato é que mesmo não tendo me interessado pela pecuária como temática nos meus trabalhos, o ambiente em que vivi e aquele momento me influenciou de alguma maneira para que vislumbrasse a possibilidade de atuar profissionalmente na área de artes plásticas. Perceber o ambiente que lhe cerca e, na sua intimidade, traduzi-lo segundo as suas intenções, certamente é atributo dos mais importantes para um artista, e, se no meu caso, os bois, os cavalos, o vaqueiro não se tornaram uma constante na obra, são vários os artistas de Itapetinga que se apropriaram do tema e produziram trabalhos significativos; há murais de Villadônega, houve a bonita fase de cavalos de Jorge Alves, há murais em postos e supermercados e ainda há, embora quase totalmente destruído, o belíssimo mural de Lênio Braga no edifício Juvino Oliveira. De todos os artistas que entre nós se utilizaram desse tema para sua obra, talvez</p>		31 de maio de 2003

Dilson de Oliveira, tenha sido o que mais se aprofundou no assunto, fazendo inclusive, pesquisa sobre a indumentária do vaqueiro para “construir” o seu trabalho. Dilson é um artista de múltiplos talentos e sua obra é de vasta temática, mas a forma, a técnica, a perfeita associação de pintura e desenho quando pinta vaqueiros são, no mínimo, impressionantes.

Os seus vaqueiros estão envolvidos sempre numa atmosfera de além-realidade, que nos desafia, pois com todas as belas “distorções” do estilo, a sua capacidade de convencimento faz com que quase nos molhemos nas suas águas e montemos nos seus cavalos.

Categoria	DOCTRINAMENTO PECUARISTA PARA A MANUTENÇÃO DO PADRÃO PRODUTIVO	
SubCategorias	Fragmentos Textuais	Cronologia
JOGO DE RECOMPENSAS COMO MECANISMO DE INCENTIVO À SATISFAÇÃO DOS INTERESSES DO SEGMENTO INDUSTRIAL	<p>No dia 23 de abril passado, no Salão Nobre da Loja Maçônica, a COOPARDO homenageou o Dr. José Mário Junqueira de Azevedo, Presidente da Associação dos Criadores de Nelore do Brasil pelos relevantes serviços prestados em benefício da pecuária, outorgando-lhe o “Troféu Dr. Gugé”. Este troféu foi instituído pela COOPARDO para homenagear aqueles que mais se tenham destacado na luta pelo desenvolvimento da pecuária regional, estadual ou municipal.</p>	<p>30 de abril de 1977</p>
	<p>O sindicato Rural de Itapetinga, através de sua atual diretoria, resolveu instituir um troféu que simbolizasse se o dinamismo, a dedicação, o carinho, o amor a Itapetinga de um de seus líderes, que embora tivesse sido poderoso no ter, forte na política, foi humilde de coração e conquistou o espaço ímpar na nossa comunidade, tendo ajudado a moldá-la, construí-la, deixando seu exemplo para a posteridade: essa figura humana está sintetizada no criador de nossas exposições, Juvino Oliveira, e é esse o nome do troféu que lhe ofertamos nesse momento, João.</p> <p>Ficou decidido ainda que o troféu agora criado servirá para, em todas as nossas exposições, a cada ano, homenagear uma pessoa que tenha deixado neste parque a marca de uma passagem, na memória ou no espaço físico.</p> <p>Escolhemos você, João, para receber essa primeira homenagem, porque você marcou sua passagem na memória de nossa gente, na memória dos que, como você, fizeram neste parque nossas exposições, nos idos de 70 e 80.</p> <p>Homem ignorante nas letras, você tem uma inteligência rara, e é uma pessoa humana de qualidades muitas.</p> <p>Atirado e corajoso no comércio, cumpridor assento de seus compromissos, levantando a poeira quando caía, você mostrou sempre ser forte honesto.</p> <p>Identificado em seus documentos pelo nome de João Rodrigues dos Santos, será sempre para nós o João de Quirino.</p>	<p>29 de Junho de 1991</p>

	<p>Leite Glória do Nordeste cria o “Prêmio Produtividade 1992” para os produtores de leite</p> <p>Fleischmann Royal / Leite Glória do Nordeste está criando o “Prêmio Produtividade 1992” para o período de Junho a Setembro deste ano, com o objetivo de recompensar o produtor que investiu na alimentação suplementar de volumosos do seu rebanho, conseguindo, deste modo, diminuir a queda na produção de leite durante o período de entressafra que se aproxima.</p> <p>O DR. Célio Magno Lopes, gerente da fábrica, diz que este prêmio é um incentivo aos produtores que estão investindo no aumento da produtividade em suas propriedades e que faz parte da “Campanha Nacional de Aumento de Produtividade em Rebanhos Leiteiros”, em dezembro de 1990, pela Leite Glória do Nordeste.</p> <p>De acordo com Dr Célio, a palavra do dia continua sendo “produtividade”, e as propriedades que não direcionarem seus recursos neste sentido continuarão com sérias dificuldades. O gerente da Leite Glória fornecer os parâmetros que compõem o Prêmio Produtividade 1992:</p> <p>1- Será pago mensalmente, junto com os pagamentos de leite fornecido durante os meses de junho, Julho Agosto e Setembro de 1992.</p> <p>2 - serão beneficiados os produtores que satisfizerem os seguintes requisitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entregar todo leite produzido à Leite Glória, durante o último ano terminado em 31/05/92. • Não ter cometido nenhum tipo de fraude no ano terminado em 31.05.92 e durante o período do Prêmio Produtividade. • O leite pasteurizado ter alcançado os padrões mínimos de qualidade exigidos pelo Ministério da Agricultura e Reforma Agrária. 	23 de maio de 1992
	<p>Sindicato Rural oferece troféus</p> <p>Na tarde de ontem, a diretoria do Sindicato Rural de Itapetinga se reuniu no salão da casa da amizade para fazer entrega de troféus aos participantes da 25ª exposição agropecuária de Itapetinga, denominada “Expô Prata”, realizada de 24 a 30 de maio.</p> <p>Expositores, pecuaristas da região, representantes de instituições financeiras e órgãos de imprensa, a exemplo do jornal dimensão, receberam troféus ofertados pelo banco econômico.</p> <p>Na opinião do presidente do SRI, Marcus Wanderley, “ essa foi uma forma de homenagearmos àqueles que nunca negaram o apoio que precisávamos para manter viva a tradição das exposições agropecuárias de Itapetinga”. Os troféus seriam entregues durante o encerramento da Expo Prata, mas o atraso na remessa do material acabou por forçar</p>	27 de junho de 1992

	o sindicato a escolher nova data.	
--	-----------------------------------	--

Categoria	REPRESENTATIVIDADE E DIFUSÃO DA IDENTIDADE PECUÁRIA REGIONAL COMO SÍMBOLO DE OSTENTAÇÃO E O ALCANCE DA NOTORIEDADE NACIONAL	
SubCategorias	Fragmentos Textuais	Cronologia
A PROJEÇÃO NACIONAL DA IDENTIDADE TERRITORIAL	<p>Cavaleiros mirins representarão Itapetinga na inauguração do Parque Estadual de exposições</p> <p>O governo do estado organizou uma vasta programação para marcar a inauguração do Parque de Exposições agropecuárias de Salvador, que terá lugar no próximo dia 30, concomitantemente com abertura da 19ª exposição Nacional de equinos e concursos diversos, certamente patrocinado pela CCN.</p> <p>Da programação, consta um detalhe significativo, que mostra a importância crescente de Itapetinga no cenário agropecuário do Estado. É que, no dia 30 de setembro, após a solene inauguração do parque, haverá um grande desfile, do qual participará, inclusive, a fanfara dos Dragões da Independência, além de representações do turfe e do hipismo, vaqueiros nordestinos e do Sul, tropa de rodeio etc. Pois bem, neste desfile, foi reservado um lugar para a apresentação dos Cavaleiros mirins de Itapetinga. De todas as cidades da Bahia, Itapetinga é a única a ser citada nominalmente no programa, distribuído autoridades, pecuaristas e criadores do país inteiro. Será a única cidade a ter sua representação própria no desfile.</p> <p>Caberá aos nossos Cavaleiros mirins, pois, fazer uma brilhante apresentação, para justificar o destaque que estão a merecer, do governo estadual.</p>	16 de setembro de 1978
	<p>Itapetinga ali estava, uma pequena amazona, em seus 10 anos, representando os cavaleiros mirins de sua cidade, cortando a bandeira do clube do cavalo de Itapetinga. Conseguiu, com uma só mão, dominar o seu ginete que, pisando na ponta dos cascos, assombrado pelo barulho da música e do aglomerado humano, entre empolgado e espantado, formou um quadro emocionante, tendo arrancado aplausos entusiásticos do povo e autoridades.</p>	14 de outubro de 1978

A PROJEÇÃO NACIONAL DA IDENTIDADE TERRITORIAL	<p>Itapetinga conquistou o seu espaço na pecuária graças às suas lideranças, aos homens que tinham amor à terra que os havia adotado como filhos. As nossas exposições levaram o nome do nosso município a todos os rincões agropecuárias do país, chegando ao seu ponto mais alto nos idos de 70 a 80. Está no momento a esperar lideranças emergentes, que consigam sacudir, balançar mesmo o amor à terra, nos jovens filhos de Itapetinga que estão voltando aos seus pagos, trazendo novos conhecimentos e técnicas.</p>	02 de dezembro de 1995
	<p>Itapetinga tem toda a sua história indissolivelmente ligada às exposições de pecuária. Mais de meio século já se passou, desde o dia em que o coronel Pompílio Espinheira, juntamente com seus filhos, José e Alípio, decidiu comemorar o "dia do Vaqueiro", convidando os amigos a trazer seus melhores animais para serem vistos e vendidos. O sucesso foi tanto que a festa se repetiu no ano seguinte, bem maior e mais movimentada. E a partir de então não parou mais. Difícil dizer, hoje em dia, se foram as exposições que propiciaram o acelerado crescimento dos primeiros tempos da cidade, ou se, ao contrário, foram as famosas mostras uma decorrência natural da pujança da pecuária explorada nas melhores terras do mundo para esta atividade. De qualquer maneira, "a exposição" marcou de alguma forma a vida das pessoas desta cidade, povoando as lembranças dos mais antigos e também dos mais novos.</p> <p>...</p> <p>Antes mesmo de tornar-se município independente, Itapetinga teve sua história ligada às exposições agropecuárias, inquestionavelmente vocacionada para pecuária, abrigando em seu território as melhores terras do mundo para a prática dessa atividade, a cidade nasceu e cresceu em função da implantação das fazendas e a abertura das grandes áreas que se iam tornando pastos verdejantes, onde pastava um dos maiores rebanhos bovinos de todo nordeste do país.</p>	19 de maio de 2000

<p style="text-align: center;">A PROJEÇÃO NACIONAL DA IDENTIDADE TERRITORIAL</p>	<p>As exposições Agropecuária de Itapetinga são, indiscutivelmente, um marco no desenvolvimento do nosso município. Antes mesmo de se tornar um evento de reconhecimento nacional e ser incluída oficialmente no calendário do Ministério da Agricultura, as exposições de Itapetinga já atraíam expositores de toda parte do país, interessados em aqui fazerem seus grandes negócios.</p> <p>Apesar da dificuldade de crédito para o setor, dos longos períodos de estiagem, tornando escasso o pasto da região, as exposições de Itapetinga sempre se destacaram no cenário nacional, sendo inclusive, classificadas como uma das melhores do Brasil, graças ao empenho do sindicato rural e seus filiados. A força do produtor rural e a obstinação quase sacerdotal dos pecuaristas deste solo, têm sustentado, de forma indelével, a vocação pela pecuária, sustentáculo da base econômica do município, apesar da tão propalada industrialização.</p> <p>E a todas essas pessoas, dos pioneiros que acreditaram no potencial desta terra, às emergentes lideranças que certamente continuarão solidificando a tradição das nossas Exposições, expositores, pecuaristas, produtores e visitantes, externamos os nossos votos de sucesso nesta VIII Expô-Real Nacional.</p>	<p style="text-align: center;">23 de maio de 2003</p>
	<p>Passei anos acreditando que Itapetinga era um celeiro de pecuária. Claro, isso faz tempo, em 1961 ou 1963 sei lá... eu era pequeno - não, não é assim que se diz - eu ainda era criança e já frequentava aquelas famosas exposições de animais; não, não era só de animais. Tinha aves interessantes, tinha enormes cana-de-açúcar, tinha gigantescas espigas de milho, colossais tangerinas, laranjas-de-umbigo disputando tamanho e doçura com a laranja cidra. Me lembro do pavilhão, aquele primeiro, logo à esquerda; eu acho que era ali que os agricultores se exibiam, ou melhor, exibiam produtos de suas respectivas roças; por exemplo, maior raiz de mandioca. Alguns chegavam a argumentar, mesmo pela força de expressão:</p> <p>-A minha mandioca é a maior, ela pode até não ser tão grossa, mas uma coisa eu digo, não é mandioca braba, é mansa e dá pra comer.</p> <p>- Ora, a minha espiga de milho é a maior que já se viu, dizia outro entusiasta, acrescentando - e sem estimulantes de crescimento artificial; é a terra que é boa mesmo!</p> <p>Não quero nem citar outros agricultores que trouxeram os maiores pepinos, cenouras etc. Pode parecer ou confundir com símbolos fálicos, ou outra metáfora qualquer.</p> <p>Mas o senhor Olegário, grande conhecedor de histórias de Itapetinga, é uma das memórias mais ricas da região, e através dele, colhi fantásticos casos, que em outra oportunidade reportarei.</p>	<p style="text-align: center;">Maio de 2004.</p>

	<p>IMPOSSÍVEL NÃO COMPARAR</p> <p>Só ouvindo a história de uns é que associamos outros à obra de realização do nosso passado, porque a sua esmagadora maioria é constituída de anônimos, porém decisivos para girarem a chave que abriu a porta do desenvolvimento de nossa terra. Homenageamos, com muita justiça, os feitos dos homens que desbravaram as nossas matas invocando o nome do comandante, mas saberíamos muito mais ao seu respeito se ouvíssemos o homem simples que o acompanhou no seu dia a dia, plantando as sementes do futuro. Feliz de quem participou da história e nela incluiu de algum modo. Aos que ficaram no anonimato a nossa admiração e respeito. Com toda essa introdução quero dizer que não consigo conter a tentação de destacar a participação marcante das exposições agropecuárias para história de Itapetinga, desde a sua primeira, quando os pavilhões chegaram a ser cobertos com folhas de palmeira, tanta era urgência de cumprir a sua programação, a esta última, realizando todas elas a vocação desta terra como centro de exploração e desenvolvimento da pecuária. Não se pode deixar de registrar que, em grande parte, foi graças as suas exposições de gado que Itapetinga se projetou no cenário nacional, tornando-se conhecida como a principal região de agropecuária no norte e nordeste do Brasil, tendo as suas terras sido objeto de estudo e admiração pela fertilidade do seu solo e especialmente pela incrível capacidade de desenvolvimento de suas pastagens. Aqueles que acompanharam a vida de Itapetinga ao longo das últimas décadas, tendo ou não vinculação com a pecuária, comentam, à unanimidade, a disparada diferença entre o brilhantismo dos certames realizados há 15,20 ou mais anos e os mais recentes. As primeiras exposições eram autênticas festas que motivam a cidade por inteiro, quer no aspecto econômico, ou sob o ponto de vista social, com eventos nos clubes, o parque completamente lotado de animais, expositores e visitantes de todas as partes do país.</p>	Maio de 2004
--	--	--------------

Categoria	PERFIL SOCIAL DO PECUARISTA E O TRAÇO DISTINTIVO ENTRE A ELITE E O PEQUENO LATIFUNDIÁRIO COMO DETERMINANTES DA RELAÇÃO COM O TERRITÓRIO	
SubCategorias	Fragmentos Textuais	Cronologia
FISIONOMIA DO UNIVERSO SOCIAL E DELINEAMENTO DO CENÁRIO HISTÓRICO URBANO	<p>Criar só boi e não pensar em leite</p> <p>Pensamos que tal opção somente poderá ser escolhida pelo grande fazendeiro, financeira e economicamente abastado e que, geralmente, não reside na fazenda nem no interior: mora na capital com a família e de quando em vez vem à fazenda, onde demora menos de uma semana; este não pensa em leite, a não ser em uma ou duas vacas para dar leite aos filhos do vaqueiro; geralmente compra o boi de dois anos e o vende gordo de 3 a 3,5 anos e mesmo com a pecuária de corte defasada, é praticamente o único que ganha dinheiro satisfatoriamente.</p>	18 de junho de 1977
	<p>Criar boi e ter um retiro de produção de leite para custeio das despesas da fazenda e da família</p> <p>Esta segunda opção não é própria do grande criador de bois e que mora na capital; geralmente ele mora aqui mesmo no interior e como pode dar mais assistência à fazenda e também deseja uma renda mensal para cobrir suas despesas, mantém paralelamente uma exploração de leite, sem, contudo, lhe dedicar maior importância; é um “bico”, como se diz na gíria; este tipo de pecuarista é em pequeno número em nossa região.</p>	18 de junho de 1977

Categoria	UM PARADOXO NA REALIDADE SOCIAL ITAPETINGUENSE: A PECUÁRIA COMO PROPICIADORA DO ELEVADO STATUS ECONÔMICO DOS GRANDES LATIFUNDIARIOS EM CONFRONTO COM A MISERABILIDADE DO RESTANTE DA POPULAÇÃO	
	Fragmentos Textuais	Cronologia
Cidades paradas	<p>A grande árvore está morrendo. Água não resolve mais. Ela perdeu suas folhas, seus galhos estão secos, aos poucos morreu e eu não vi como evitar. Ela perdeu suas folhas vagarosamente.</p> <p>E faltam árvores, muitas árvores nesta cidade que o sol tirânico tanto castiga.</p> <p>Será que isso também é culpa da monocultura do boi? Resolvi assumir minha posição, não de ser favorável a monocultura, mas de dizer que quem acusa corre o risco de falar bobagem. Afinal, monocultura existe em milhares de cidades por este mundo afora.</p> <p>Conheço cidades pequenas, com seus 30 mil, quarenta mil habitantes, que não crescem há séculos. Aliás, as coisas andam lentamente em alguns cantões deste planeta. E essas cidades não são chamadas de estagnada como chamam Itapetinga, e sim cidades estabilizadas. A diferença simples e gritante. As estabilizadas são aquelas de monocultura ou pequena variedade agrícola, uma ou duas fábricas, mas que apresentam os seguintes fatores: comércio e serviços condizentes com o número de habitantes e com a renda local: lazer, educação (escolas) e cultura adaptada as suas camadas sociais, população estabilizada, onde praticamente só nasce um quando morre outro. O que acontece aí? Os ricos da região (acreditem, em todos os lugares existem os ricos e os pobres) não precisam fugir para os grandes centros, já que sua cidadezinha tem boas escolas para seus filhos, lazer e cultura para entretê-los e comércio que supre suas necessidades.</p> <p>[...] E os ricos da região? Aqueles que movimentam de verdade o comércio, os clubes, as escolas, os eventos culturais, etc? Estes utilizam o poder que o dinheiro lhes deu e vão morar em outra freguesia, é lógico! Onde seus filhos possam estudar em boas escolas, onde exista lazer e cultura, e onde as pessoas tenham condições de pensar em plantar árvores.</p> <p>Ainda há potencial de crescimento na região com a industrialização do boi que aqui se produz. Com isso criaríamos mais empregos e mais recursos municipais para se tentar pôr ordem nessa bagunça. Mas com o polo industrial do boi pronto e esses empregos criados não vejo jeito de se criar outros. E é preciso pensar que daqui a 20 anos estaríamos na mesma situação de mão de obra abundante.</p> <p>Precisamos adequar o tamanho da cidade à sua capacidade de produzir riquezas. É preciso instituir um planejamento familiar além do econômico. Se não é possível dar conta da população que aí está, pelo menos que se planeje o seu desenvolvimento. Precisamos criar condições para que as famílias ricas permaneçam na terra, investindo aqui o lucro produzido pelo solo itapetinguense eu mesmo já pensei em cair fora e deixar o pepino na mão de vocês, e daí?</p> <p>Daí que a esperança e a vontade de acertar ainda me prende, e eu estou aqui, de regador na mão suando em bicas, embaixo de uma árvore sem folhas, e pensando que botar culpa de tudo na monocultura do boi é masturbação politicóide.</p> <p>Esse discurso é raso demais, vamos mergulhar mais fundo!</p>	25 de março de 1989

Categoria	CARACTERIZAÇÃO DA PAISAGEM: ATRATIVOS AMBIENTAIS COMO PROMESSA PARA O PROMISSOR DESENVOLVIMENTO REGIONAL E COMO POTENCIAL PARA MANUTENÇÃO DA PECUÁRIA	
SubCategorias	Fragmentos Textuais	Cronologia
POTENCIALIDADES BIOGEOGRÁFICAS E RECURSOS NATURAIS DE ITAPETINGA	<p>...posso afirmar que dispomos de todas as condições para transformar nosso Frigorífico em, até mesmo, o maior do Brasil... sempre afirmei ter nossa região as melhores condições para a criação de gado zebu de todo o país. Longe de ser bairrista, esta afirmação é fundamentada no conhecimento que possuo das demais áreas de criação no Rio Grande, por exemplo, sempre tido como a fina flor da pecuária nacional, as pastagens fracas ainda sofrem com rigoroso inverno de seis meses, o que faz atrofiar todo o gado. Aqui, até mesmo a seca calamitosa apenas ocasionalmente, não impede a engorda do gado...</p> <p>Dimensão: Senhor Michel, Frigorífico dá lucro?</p> <p>Michel – Vou citar um fato que normalmente acontece no Rio Grande do Sul: TODOS os frigoríficos lá instalados só abatem gado durante 6 meses, ficando TOTALMENTE interrompido durante os outros seis meses. Então, pergunto eu, se eles, abatendo apenas durante a metade do ano têm lucro, e muito bom, claro que dá lucro!</p>	19 de Junho de 1976
	<p>Os sistemas de exploração do gado leiteiro são inseparáveis dos tipos de alimentação que são fornecidos aos rebanhos. Assim, uma produção leiteira altamente especializada não pode ocorrer sem haver uma intensificação de práticas agrícolas correlatas, que proporcionem alimentos de alto valor nutritivo para os gados. Este não é certamente o caso da região de Itapetinga, onde a prática da lavoura é esporádica, e em bases empíricas ou tradicionais. Que diremos da agricultura de pastos, ou campos de forrageiras adubados, irrigados ou drenados? Por isso é a produção leiteira em Itapetinga conduzida: 1. Utilizando animais em que a rusticidade é atributo indispensável (inclusive para sobrevivência em épocas mais críticas); 2. Alimentando estes animais com as forrageiras mais adaptadas localmente, (destacando-se dentre aquelas o capim colônia). Por isso na maioria das vezes é a exploração leiteira na região de Itapetinga uma atividade paralela, subsidiária da produção de gado de corte... Preparativos para a seca, propriamente não existem. Na maioria das vezes, vende-se o gado novo para recria em outras fazendas, logo que é apartado das vacas mães. Quando a seca é muito forte, há o recurso para regiões mais frescas, retirando-se os gados para regiões às vezes muito longe.</p>	12 de Junho de 1976

	<p>É sabido que estamos situados na melhor região do Brasil para criação de gado, com pastagens excelentes e clima adequado ao bovino, além de contarmos com uma infraestrutura de suporte ao desenvolvimento econômico em estradas, energia elétrica, comunicações, etc., enfim, quase tudo quanto é necessário para o progresso e melhoria das condições do homem na região.</p>	<p>14 de Abril de 1979</p>
	<p>Localizada no sudoeste da Bahia, Itapetinga tem solo fértil e clima sem igual. Graças a estas qualidades edafoclimáticas, ficou por todos conhecida como capital baiana da pecuária. Hoje, com mais de 60 mil habitantes, sente-se estrangulada no setor industrial, comercial e alimentar, principalmente no que se refere ao aspecto qualitativo e sanitário do leite consumido pela população.</p>	<p>24 de junho de 1989</p>
<p>POTENCIALIDADES BIOGEOGRÁFICAS E RECURSOS NATURAIS DE ITAPETINGA</p>	<p>Situada no sul da Bahia, a cidade de Itapetinga representa 11 municípios numa microrregião privilegiada. A economia do município é movida pelas culturas do café, cacau e pela pecuária de leite de corte. Itapetinga é chamada de “cidade do futuro”, pois caminha para agroindústria - As condições geográficas permitem o crescimento e o desenvolvimento desta atividade econômica. Os rios correm em margens baixas formando pequenos barrancos. As colinas e os vales são verdejantes. A exploração de seus recursos naturais e a melhoria genética de seus rebanhos determinam o cenário econômico. É em Itapetinga que a Agropastoril Santa Maria desenvolve sua seleção de zebuínos, dirigida pelo médico Settímio Santos Orrico. Nesta entrevista, Dr. Settímio fala de seu trabalho e da “Pecuária moderna e progressista”.</p> <p>Dr Settímio, Itapetinga tem um slogan: "Terra Firme e gado forte". Como o senhor explica esse slogan?</p> <p>- Itapetinga, este pequenino município no sul da Bahia, que, no dizer popular, o coração do seu povo é maior do que o seu território, representa 11 municípios numa microrregião das mais privilegiadas do globo, porque, aqui está o café, a pecuária, o cacau e ninguém sabe onde começa uma e termina a outra. Itapetinga, a cidade do futuro, a verdadeira capital da pecuária, onde seus rios correm imagens baixas e pequenos barrancos através de colinas e baixadas verdejantes - De terras fertilíssimas, e de clima ameno e salubre. A Estrela do Sul caminha decisiva para industrialização através da agroindústria, na exploração dos seus recursos naturais e na maravilha da melhoria genética de seus rebanhos.</p>	<p>17 de agosto de 1991</p>

Categoria	MANEJO E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL EM FAVOR DO PROGRESSO PECUARISTA	
SubCategorias	Fragmentos Textuais	Cronologia
DANOS À BIODIVERSIDADE	<p>Queimar ou não os pastos, é ainda hoje assuntos dos mais controvertidos, e aqui não caberia discutir todos os aspectos da questão. De antemão podemos dizer que se em certas ocasiões o uso do fogo pode ser benéfico, não se justifica generalizar a prática como arma única no combate às ervas invasoras, ou para estimular o crescimento uniforme das pastagens. Na passada seca dos anos 72/73 muitos tiveram a desagradável surpresa de verificar que os capins haviam simplesmente morrido, nos lugares mais ressequidos dos pastos que foram queimados... Da mesma forma, em terras muito áridas, o fogo pode se transformar no elemento fatal para a destruição de toda a cobertura vegetal, e a posterior degradação dos solos... As áreas queimadas são avidamente procuradas pelo gado e deve-se tomar muito cuidado para evitar o super pastoreio destas terras. É muito aconselhável retardar a entrada de gado nos pastos queimados, até que as plantas readquiram o vigor normal. E o ideal, queimar imediatamente ANTES das chuvas... O interior do Brasil está cheio de áreas de terras que ostentam as marcas terríveis da erosão com o sub-solo exposto, voçorocas imensas, e baixadas entulhadas de solo dos morros vizinhos. Embora isto não aconteça de uma hora para outra, é fatal este final melancólico quando o fazendeiro insiste em desconhecer as boas práticas de manejo, que estão sempre de acordo com os ditames da natureza. E especialmente ao atravessar período de extrema seca como o atual, seria bom que todos se conscientizassem das precauções a serem tomadas para se evitem os abusos com queimas ou superpastoreios desordenados, em pastagens que vêm sofrendo, há meses, a anormal carência de chuvas.</p>	18 de Setembro de 1976
	<p>. SPAM – MAIS UMA INDUSTRIA DE LEITE EM PÓ PARA ITAPETINGA</p> <p>A respeito das notícias de que a fábrica será instalada acima da cidade, vindo seus esgotos a poluir o rio Catolé, com a grande quantidade de soro despejada, explicou:</p> <p>“-A fabricação de leite em pó não produz soro. A produção de manteiga é que produz um pouco de leiteiro, que juntamente com as águas de lavagem e soluções detergentes, irão para o rio, não produzindo, porém, poluição prejudicial à população. O nosso esgoto cairá no rio bem abaixo da captação de água pelo SAAE, onde também captaremos água para o uso de nossa fábrica.</p>	12 de novembro de 1977

	<p>Árvores podem salvar as pastagens. O alerta é de pesquisadores para evitar a degradação dos pastos.</p> <p>Uma constante degradação ambiental observada em nosso país é causada pelo desmatamento contínuo e queimadas. Muitas áreas de pastagens estão localizadas em regiões originalmente cobertas de florestas ou de matas. Com o raleamento e o empobrecimento da cobertura vegetal original, várias áreas estão com consideráveis perdas por erosão. Do total de 105 milhões de hectares de terras que o Brasil utiliza para as pastagens cultivadas, calcula-se que 50% estão degradadas ou em processo de desertificação. Grandes extensões de pastagens naturais que prestariam às atividades da bovinocultura, para a engorda de animais em campos abertos, estão em processo de degradação ambiental.</p> <p>Uma pesquisa da UFC (Universidade Federal do Ceará) em 2001 pelo Professor José J. S. Lemos alerta que o Estado da Bahia possui o maior nível de degradação (84,4%) entre todos os estados do Nordeste, sendo que nossa cidade Itapetinga encontra-se relacionada na lista dos 100 municípios do nordeste mais degradados com índice de 94,56%. Aqui é possível observar terras degradadas, erodidas e/ou em processo de desertificação.</p> <p>Uma das alternativas que a Embrapa apresenta para enfrentar esses problemas é a interação de pastagens com árvores em sistemas silvipastoris. É a condição de propiciar uma modalidade de agrofloresta, isto é, integrar numa mesma área árvores, pastagens e animais.</p> <p>A questão dos sistemas silvipastoris é tão importante a ponto de ser alvo de estudos da comunidade científica internacional que, em conjunto com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), realizaram no mês de setembro de 2000 um simpósio internacional sobre o tema.</p> <p>A opção em usar o sistema de agroflorestas pode evitar a erosão, impedir o empobrecimento precoce do solo e melhorar a fertilidade das terras. Fatores básicos para que se tenham pastos produtivos; como consequência direta, rebanhos bem alimentados e maior lucratividade...</p> <p>O gado também gosta de sombra e água fresca. Mas é preciso saber escolher as árvores certas para as agroflorestas: árvores adaptadas à região e que tem um porte favorável ao sombreamento, que deve ser moderado. O tronco deve ser mais alto e a copa não muito densa; também as forrageiras devem ser tolerância ao sombreamento.</p>	15 de março de 2003
--	---	---------------------

	<p>Sombra para Bovinos a Pasto</p> <p>Além do sombreamento, essas árvores se prestam a proteger os animais das oscilações de temperatura e dos temporais, permite aos animais conforto nas horas mais quentes do dia. Ajudam também a restabelecer o equilíbrio biológico, recompondo populações da fauna predadora dos inimigos das pastagens, tal como a cigarrinha.</p> <p>As árvores também contribuem para evitar a degradação das pastagens cultivadas, condição que causa redução na produção e qualidade da forragem, e aparecimento de invasoras e de solo descoberto, facilitando a erosão. Tendo como consequência a redução na produção do leite ou carne, desvalorização da terra e assoreamento dos cursos d'água, entre outros prejuízos.</p>	22 de março de 2003
	<p>Queimadas castigam a região na época da seca</p> <p>Na região de Itapetinga as queimadas ainda são frequentemente usadas por alguns fazendeiros como preparação do solo para as práticas agrícolas e manejo do pasto. Por vezes, o fogo se alastra de um pasto para o outro, provocando incêndios, de acordo com o chefe de escritório da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), o agrônomo Ubiratã Gil, essa é uma prática polêmica e já é proibida em alguns lugares. Segundo dados da EBDA, 95% dessas queimadas ocorrem em áreas desmatadas para facilitar a colheita, por exemplo, da cana-de-açúcar: "Existem outras práticas de limpeza de área, mecanizada ou manual. Em pequenas áreas de agricultura deve-se optar pela limpeza com mão de obra familiar, por exemplo. Na região de Itapetinga, também se usam produtos químicos para matar ervas daninhas e tornar o pasto limpo. Mas há uma tradição no país de ainda se usar o fogo", explica Ubiratã Gil.</p> <p>Prática Prejudicial</p> <p>A consequência do uso do fogo é muito grave, pois pode prejudicar além da flora, a fauna e principalmente o solo. O fogo produz um impacto ambiental sem precedentes. Segundo o agrônomo, as queimadas destroem os nutrientes e todos os microorganismos que atuam na decomposição dos restos de plantas e animais mortos que enriquecem a fertilidade do solo: "Tudo isso reduz o potencial produtivo e a qualidade da vegetação. Em Itapetinga e região, com certeza compromete a produtividade de suas passagens. Para se ter um solo fértil, com uma vida microbiana atuante, é necessário ter vegetação, pastagens e culturas agrícolas mais produtivas", informa o agrônomo.</p> <p>Os incêndios causam danos ecológicos a todos e ao meio ambiente. As queimadas emitem gás carbônico na atmosfera, o que contribui para o aumento do efeito estufa e todas as suas consequências, como o fenômeno El Nino, que aumenta o calor e os períodos de estiagem, deixando o ar mais seco e causando um alastramento das queimadas. As temperaturas do meio ambiente se elevam, há muita fuligem, substância preta que a</p>	29 de setembro de 2007

	<p>fumaça deposita nas paredes e no teto. Tudo isso aumenta a incidência de problemas respiratórios nas cidades e na zona rural: “As queimadas também promovem a erosão, o assoreamento dos rios, destroem as matas ciliares que protegem os mananciais (rios, lagos e nascentes). Por isso elas devem ser evitadas com práticas rotineiras”, destaca o representante da EBDA. As pastagens secas são nutritivas para o gado, inclusive são muito utilizadas em produções intensivas, onde se usa fenos e silagens. A EBDA está em todos os municípios baianos com assistência, extensão rural, pesquisa animal e vegetal, na tentativa de conscientizar os produtores a ações mais racionais: “Recomendamos aos produtores que procurem o manejo mais adequado à sua propriedade, principalmente para limpeza das pastagens. Seria interessante que os produtores procurassem técnicos do IBAMA e da EBDA, no sentido de melhor conduzir os trabalhos e acompanhar essas práticas”, explica Ubiratã Gil.</p>	
--	---	--

Categoria	AS SEQUELAS DA DECADÊNCIA AMBIENTAL COMO ENTRAVES PARA O DESENVOLVIMENTO PECUARISTA	
SubCategorias	Fragmentos Textuais	Cronologia
	<p>Quem tem um mínimo de conhecimento das características desta região pode comprovar, sem qualquer margem possível de erro, que nossas pastagens estão em estado calamitoso, a carecer de trabalho concentrado e custoso para recuperar sua antiga capacidade de apascentamento. Os pastos estão degradados, perderam-se os capins que historicamente fizeram a riqueza regional. Os pecuaristas mais dedicados, de passo mais certo com as exigências dos tempos difíceis de hoje, estão fazendo das tripas coração para adquirir semente e replantar suas pastagens. Os rios, barragens, açudes, presas e aguadas não recuperaram nem de longe seus níveis de reservas, e as poucas chuvas que têm caído são insuficiente para suprir a carência que a terra vem sofrendo há anos. Em alguns lugares estamos convivendo com a perigosa "seca verde", na qual os pastos parecem recuperados aos desavisados, mas não enganam o homem realmente ligado à terra, que sabe bem aquilatar da fragilidade da vegetação que cobre de verde a terra maltratada, é incapaz de dar suporte ao rebanho.</p> <p>É uma conjuntura que exige a aplicação de pesados recursos, dos quais não dispõem os pecuaristas apesar do louvável nível de insignificante endividamento em que atualmente se encontram, e ao qual chegaram compelidos pela absoluta falta de crédito para o campo que vem caracterizando os últimos governos. Não deveria ser necessário mentir nem forçar a barra para se ter direito a um dinheiro destinado por determinação constitucional a uma finalidade na qual se enquadra perfeitamente a agropecuária regional.</p> <p>A pecuária está precisando de recursos para melhorar sua produtividade, e para tal foi criado o FNE. Mas sem dúvida nenhuma das cidades da região se encontra em situações que justifique a decretação de um “estado de emergência”. Este não é, definitivamente, o caso. Os pecuaristas da região de Itapetinga não estão na indigência. Precisam, sim, de crédito para melhor desenvolver sua atividade. A comprovação disso deveria ser o bastante.</p>	26 de agosto de 1995